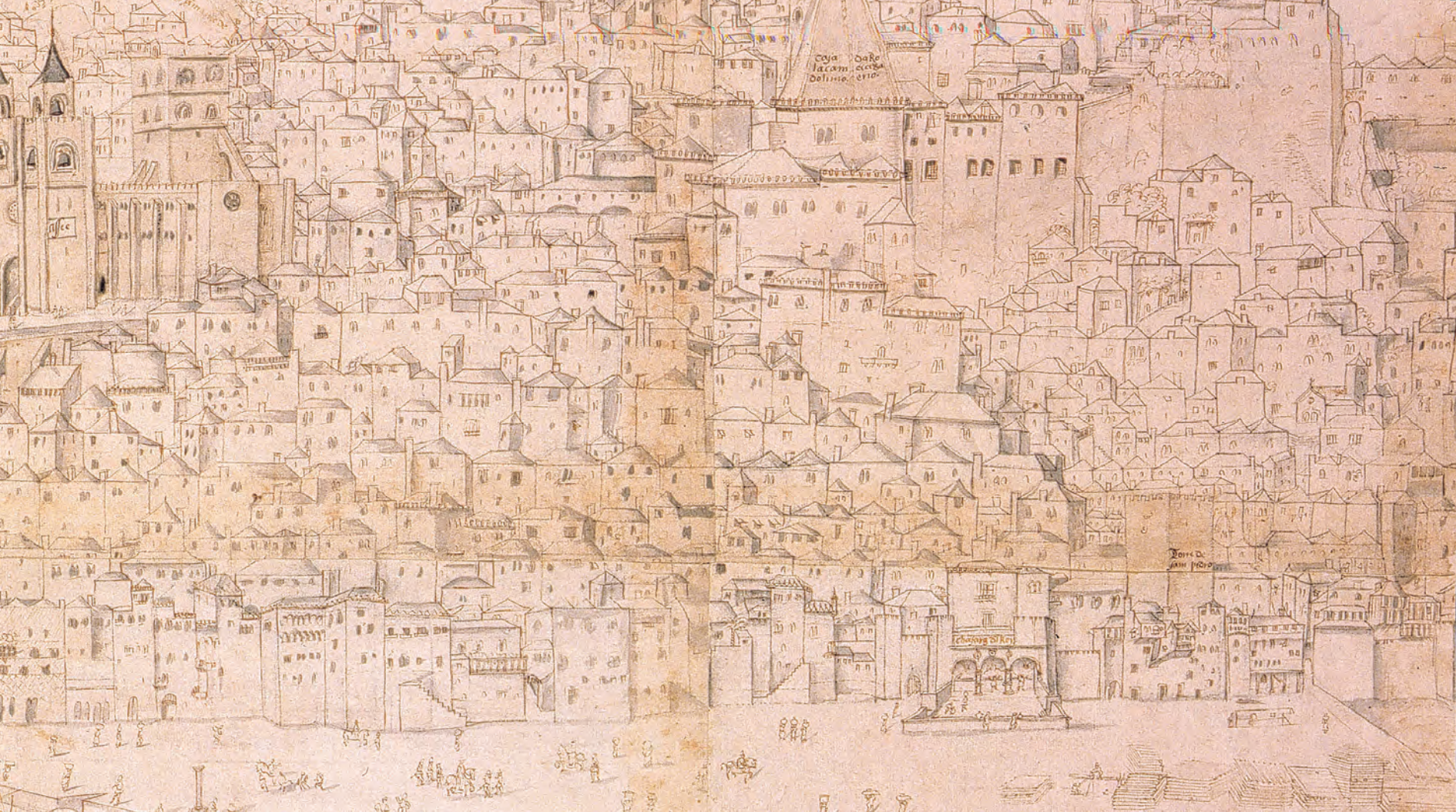




HISTÓRIA DE LISBOA

TEMPOS FORTES

HISTÓRIA DE LISBOA

TEMPOS FORTES

GEO GABINETE DE ESTUDOS OLISIPONENSES

HISTÓRIA DE LISBOA **TEMPOS FORTES**

DIRECÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA | CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Chefe de Divisão

Luisa Mellid Monteiro

Concepção e Direcção

José Manuel Garcia

Exposição e grafismo

João Rodrigues

Textos e selecção de imagens

Ana Homem de Melo (AHM)

Delminda Rijo (DR)

Elisabete Gama (EG)

Eunice Relvas (ER)

Ilda Crujeira (IC)

Inês Matoso (IM)

José Manuel Garcia (JMG)

Manuel Fialho Silva (MFS)

Manuela Canedo (MC)

Produção / Divulgação

Ana Maria Patrício

Ana Paula Garcês

Paula Candeias

Vanda Souto

Fotografia

Carlos Didelet

Digitalização

Celina Trindade

Tratamento de Imagem

João Rodrigues

Jorge Rodrigues

Site

Alexandre Fonseca

Execução e montagem da exposição

F. Costa, Oficina de Museus

Edição

Gabinete de Estudos Olisiponenses

Direcção Municipal de Cultura

Impressão do catálogo

Textype

© GEO, todos os direitos reservados

1000 exemplares, Outubro de 2009

ISBN

978 - 972 - 9231 - 03 -2

Depósito Legal

2967C3/09

Colaboração

Arquivo Municipal de Lisboa / CML

Arquivo Histórico Municipal

Arquivo Fotográfico

Hemeroteca Municipal / CML

Museu da Cidade / CML

Apoio

Biblioteca da Ajuda

Biblioteca Nacional de Portugal

Fundação Humberto Delgado

Museu Nacional dos Coches

Agradecimentos

Álvaro Matos

Ana Cristina Leite

Andreas Gehlert

Fundação Ricardo Espírito Santo

Inês Viegas

Leonilde Viegas

Luísa Costa Dias

Manuel Salgado

Margarida Costa Ilma

Maria de Lurdes Baptista

Misericórdia de Lisboa

Pedro Serranito

Rodrigo Banha da Silva

Rui Manuel Matos

Rui Ochôa / Expresso

Sociedade Histórica da Independência de Portugal

DIRECÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA / DGED

GEO – Gabinete de Estudos Olisiponenses

Palácio do Beau Séjour

Estrada de Benfica, 368. 1500-100 Lisboa

Tel: 217701100 / Fax: 217782598

geo@cm-lisboa.pt

www.geo.cm-lisboa.pt

Abreviaturas

AF Arquivo Fotográfico

AHM Arquivo Histórico Municipal

AML Arquivo Municipal de Lisboa

BA Biblioteca da Ajuda

BL British Library.

BNF Bibliothèque Nationale de France

BNP Biblioteca Nacional de Portugal

BUL Biblioteca Universitária de Leiden

CMC Câmara Municipal de Cascais

CMO Câmara Municipal de Oeiras

DMSE Direcção do Serviço de Engenharia

FHD Fundação Humberto Delgado

FRES Fundação Ricardo Espírito Santo

HM Hemeroteca Municipal

IAN/TT Instituto Nacional dos Arquivos / Torre do Tombo

MC Museu da Cidade

MCM Museu Carlos Machado

MCT Museu Cívico de Turim

MNAA Museu Nacional de Arte Antiga

MNC Museu Nacional dos Coches

[gabineteestudos olisiponenses](#)



museu da cidade

ÍNDICE

Introdução, <i>José Manuel Garcia</i>	7
1 <i>Olisipo</i> : Lisboa romana e alto medieval, 138 a. C. - 711 <i>Manuel Fialho Silva</i>	11
2 <i>Al Usbuna</i> : Lisboa islâmica, 711 - 1147, <i>Delminda Rijo e Manuel Fialho Silva</i>	17
3 Lisboa afonsina entre a conquista aos mouros e a outorga do primeiro foral, 1147-1179, <i>José Manuel Garcia</i>	21
4 Da peste negra à cerca fernandina, 1348-1375, <i>Delminda Rijo e José Manuel Garcia</i>	27
5 Lisboa entre a aclamação do mestre de Avis e o cerco dos castelhanos, 1383-1384, <i>José Manuel Garcia</i>	31
6 Lisboa no processo da Expansão e dos Descobrimentos: entre as partidas para Ceuta e para a Índia, 1415-1497, <i>José Manuel Garcia</i>	37
7 A Lisboa manuelina entre o foral novo e o sonho de uma nova Roma, 1500-1521, <i>José Manuel Garcia</i>	43
8 Lisboa entre o massacre dos judeus e a Inquisição, 1506-1821, <i>Delminda Rijo</i>	49
9 O elogio de Lisboa por Damião de Góis e a Lisboa do Renascimento, 1554, <i>José Manuel Garcia</i>	53
10 Lisboa entre dois desastres: a batalha de Alcácer Quibir e a batalha de Alcântara, 1578-1580, <i>Ana Homem de Melo</i>	59
11 As visitas dos Filipes a Lisboa e a Lisboa filipina, 1580-1619, <i>Ana Homem de Melo</i>	63
12 Lisboa e a Restauração, 1640, <i>Ana Homem de Melo</i>	69
13 Do esplendor em D. João V e a Lisboa Joanina, 1707-1750, <i>Elisabete Gama</i>	75
14 O terramoto e a Lisboa Pombalina, 1755-1789, <i>Elisabete Gama</i>	81
15 A partida de João VI para o Brasil e as invasões francesas, 1807-1811, <i>José Manuel Garcia</i>	91
16 A vitória do liberalismo entre a revolução e o fim da Guerra Civil, 1820-1834, <i>Manuela Canedo</i>	97
17 O crescimento de Lisboa entre a inauguração do caminho-de-ferro e as comemorações do centenário de Luís de Camões, 1856-1880, <i>Manuela Canedo</i>	103
18 Do regicídio ao fim da Primeira República, 1908-1926, <i>Ana Homem de Melo e Eunice Relvas</i>	109
19 A Lisboa do Estado Novo, 1933-1974, <i>Eunice Relvas</i>	115
20 Da Lisboa revolucionária à Lisboa da Europa comunitária, 1974-2007, <i>Eunice Relvas</i>	121
Cronologia, <i>Ilda Crujeira e Inês Matoso</i>	126
Bibliografia	131

Figuração alegórica de Lisboa num desenho à pena e tinta sépia em *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa* de Francisco de Holanda, f. 2, Julho de 1571, BA, 52-XII-24.



INTRODUÇÃO

A História de Lisboa confunde-se com a História de Portugal. Esta afirmação, apesar de se revelar de uma evidência consensual, deve por isso mesmo suscitar uma reflexão crítica e prática sobre quais são os tempos fortes que marcam essa relação tão íntima entre o passado da cidade e o do País a que pertence. Foi com esse objectivo que foi concebida uma exposição em vinte painéis, a apreciar num passeio aprazível pelo jardim romântico do palácio do Beau Séjour, de que este catálogo é uma versão alargada. O desafio que nos propusemos levar a cabo consiste em proporcionar um frutuoso encontro com a nossa História através da leitura destas páginas e da visita à exposição.

A concepção que presidiu a este projecto não visou construir uma História de Lisboa perspectivada de uma forma sistemática mas focar apenas alguns dos aspectos mais relevantes dessa História centrados em temas marcantes que correspondem a momentos importantes no âmbito da História de Portugal. Através desta iniciativa facultamos uma abordagem em que se articulam temas de história da cidade e do País, suscitando assim uma revisitação da História de Portugal através de alguns dos aspectos da História de Lisboa.

Os textos aqui reunidos, com as suas abordagens diversificadas, constituem propostas para encarar diferentes facetas de uma História cuja riqueza exigiu uma considerável capacidade de síntese dos investigadores do Gabinete de Estudos Olisiponenses. Para complementar e tornar mais apelativa a leitura destes textos de divulgação sintética e assim permitir um conhecimento mais acessível a vastas camadas de leitores enriquecemos este volume com uma iconografia abundante e criteriosamente seleccionada. Nesta mostra combinamos a apresentação de preciosos testemunhos documentais com algumas fotos actuais dos monumentos mais significativos que constituem autênticos símbolos do passado da cidade, lembrando ainda que, se os textos são breves, cada imagem vale por mil palavras.

Este panorama de tópicos, que nos revelam a história de Lisboa na de Portugal na sua muito longa duração, surge na sequência da evocação da Lisboa

do século XVII que o Gabinete de Estudos Olisiponenses levou a cabo em 2008, no contexto da comemoração dos quatrocentos anos do nascimento do padre António Vieira naquela que denominava de “mais deliciosa terra do Mundo”.

Nesta introdução, à abordagem dos tempos fortes que marcaram de forma indelével a História de Lisboa e as transformações por que passou, somos levados a lembrar com Camões, que “todo o mundo é feito de mudança, tomando sempre novas qualidades”, pois assim acontece com o mundo que é este espaço privilegiado pelos homens à beira do Tejo. Ao abrir esta abordagem de uma história tão com-



plexa como é a de Lisboa há que encontrar um marco simbólico para a iniciar e julgamos que pode ser encontrado no tempo em que a povoação entra para a História ao ser pela primeira vez registada num texto que refere a intervenção do cônsul Décimo Júnio Bruto ao fortificar a cidade de Olisipo em 138 a.C. Ao ser então integrada no império romano, inicia-se em Lisboa o processo da romanização que se prolongou para lá do fim do império no século V, pois continua através do cristianismo durante o período da Alta Idade Média, que foi marcado pelos domínios mal documentados de suevos e visigodos.

Com a invasão da Península Ibérica pelos mouros

em 711 assinala-se uma nova fase longa da vida da cidade que passa pelo processo da sua integração no mundo muçulmano. O fim desse domínio islâmico em Lisboa surge em 1147, um dos pontos chave da sua história, pois foi graças ao cerco e conquista da cidade por D. Afonso Henriques que esta se integrou no jovem reino de Portugal. Um século depois, quando se conclui a formação de Portugal, D. Afonso III elevou Lisboa a um estatuto de capital que nos dois séculos seguintes se irá consolidando, até que nos inícios do século XVI D. Manuel I lhe irá dar uma projecção de capital imperial. Antes que tal acontecesse e dois séculos após a sua conquista, Lisboa ainda teve de passar por graves provações, como a da Peste Negra em 1348 e o desafio à independência de Portugal que foi colocado durante a crise revolucionária de 1383-1385. Foi nesta conjuntura que a posição de Lisboa foi decisiva na afirmação da soberania portuguesa, ao conseguir que o Mestre de Avis, o “Messias de Lisboa”, comesse a governar o País e conseguisse que os lisboetas resistissem ao cerco castelhano em 1384. Esta vitória, seguida de outras, levou a que D. João I iniciasse uma dinastia que durante dois séculos levou Portugal mais além, pois após os apertos da crise do século XIV surgiu o fenómeno da Expansão, iniciada com a partida do Tejo da armada que conquistou Ceuta em 1415. Um século depois, graças aos lucros ultramarinos e a uma política centralizadora reforçada durante o reinado de D. Manuel, Lisboa assumiu pela primeira vez na História um lugar de destaque na economia-mundo que começou a surgir. D. Manuel deixou a sua marca na cidade de forma indelével, nomeadamente com a formação de um centro de poder em torno do então criado Terreiro do Paço e a construção de dois dos seus mais emblemáticos símbolos: o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, que o são também da época dos Descobrimentos e da Expansão dos Portugueses pelo mundo. Mas se a Lisboa Quinhentista em inovação tem as suas facetas luminosas ao abrir-se aos oceanos e ao ser marcada pelo exotismo da presença de testemunhos das muitas culturas que então se descobriam, acaba por criar facetas obscurantistas que não

podemos esquecer, como são as que transparecem na criação de uma instituição tão repressiva como foi a Inquisição.

A Lisboa do Renascimento alcançou uma grande projecção europeia devido aos êxitos das navegações que daí partiam e das informações que aí se alcançavam, tendo Damião de Góis promovido a cidade através da edição de um livro em que pela primeira vez se evoca a história e as maravilhas de uma cidade cujas origens recuam aos tempos míticos de Ulisses.

Na vida de Lisboa, tal como na dos homens, alternaram-se os tempos de prosperidade com os tempos de adversidade, daí que às fases de exaltação que se seguem à abertura do mundo que os portugueses patrocinaram, se sucedam momentos de dor que marcaram a cidade como foram os de dois grandes desastres: a batalha de Alcácer Quibir em 1578 e a batalha de Alcântara em 1580. Tais calamidades levaram a que Lisboa mergulhe em tempos problemáticos colocados sob o signo dos Filipes, durante os quais ainda teve a veleidade de, aproveitando as circunstâncias por que Portugal passou e sendo então a maior cidade ibérica, querer ser a capital de um império luso-espanhol à escala planetária. Frustrado que foi tal sonho, face ao desinteresse dos castelhanos por tal desígnio, preocupados que estavam em consolidar uma força centrípeta em Madrid, Lisboa volta-se de novo para a sua vocação de capital portuguesa e promove a Restauração. Em 1640, o Terreiro do Paço, que em 1581 e em 1619 havia sido engalanado para receber os Filipes, assistiu então ao golpe político que reencaminhou a História de Portugal para a sua plena independência e acolheu o novo rei D. João IV.

Assumido a direcção dos novos rumos do Portugal restaurado e depois dos tempos difíceis que lhe correspondem, Lisboa ao entrar no século XVIII teve de novo tempos de esplendor com D. João V. Mas aos anos sob o brilho do ouro brasileiro sucede-se uma fase negra como foi aquela que ficou marcada pela pior catástrofe por que Lisboa passou: o terramoto de 1755. Este cataclismo foi um dos mais devastadores de que a Europa se lembra e por certo foi bem





pior do que o também terrível terramoto de 1531, que muito afectou Lisboa.

A força da vida levou a que das ruínas se comesse a erguer a cidade nova que é a Baixa, a qual ganhou o epíteto de pombalina, tirado do título de um Sebastião José de Carvalho e Melo que, com o apoio do seu rei D. José, conseguiu a autoridade para levar a cabo um tal empreendimento. As feridas da tragédia foram cicatrizando e Lisboa foi ganhando uma nova dinâmica económica mas em tempos que levavam ao fim do Antigo Regime veio a sofrer um novo choque, prenúncio dos tempos que se avizinhavam. Foi em 1807, quando D. João VI teve de partir para o Brasil com o escol da sociedade portuguesa, acossado que foi pelas tropas napoleónicas, que desde então e até 1808 ocuparam a cidade naquela que foi a última invasão estrangeira da capital portuguesa.

Lisboa após um aperto das dificuldades que aí se viveram nesses tempos conturbados da chamada Guerra Peninsular e das suas sequelas decidiu avançar para a liberdade, ainda que neste caso o tenha sido empurrada pelo Porto, onde em 1820 começou um movimento revolucionário. Mas foi a força de uma Lisboa liberal e burguesa, desejosa de começar uma nova época constitucional em que voltasse a ocupar o seu ancestral lugar de capital e de que nela permanecesse o rei como símbolo de um poder central, que levou a que este regressasse à metrópole, acabando assim o sentimento de que Portugal vivia numa situação de dependência do Rio de Janeiro.

O liberalismo surgiu para vencer mas até ao fim da Guerra Civil de 1832-1834 ainda se passou por muita agitação, que será a marca da Lisboa da primeira metade de Oitocentos, virada que estava para as novas realidades de um mundo dominado pelos anseios da burguesia que triunfava sobre tradições ancestrais.

Na segunda metade do século XIX, Lisboa vai renovar-se através da Regeneração, movimento histórico marcado pelo fontismo com a sua imagem de marca que é o comboio. O crescimento considerável da cidade leva a novos anseios e daí que da esperança da regeneração da monarquia se passe aos

anseios de uma República salvadora, que surge proclamada em 1910 nos Paços do Concelho de Lisboa, depois do regicídio em 1908 de D. Carlos, na Praça do Comércio.

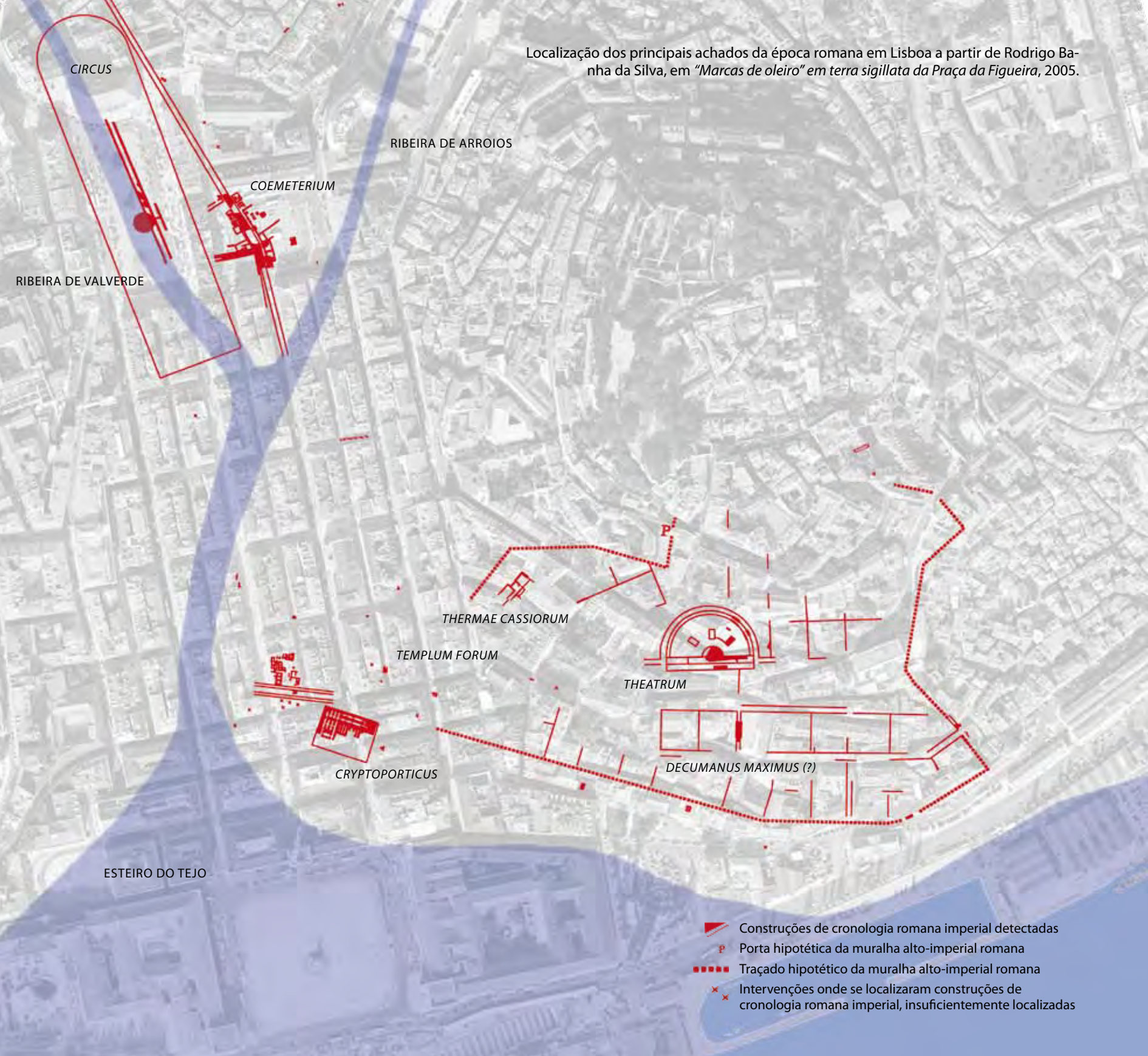
A agitação política e social do fim da monarquia não parou com a nova República e os sonhos que esta construiu acabaram por ruir em 1926 com a ditadura que veio de Braga e acabou por se consolidar num Estado Novo autoritário e repressivo com sonhos de grandeza imperial. Estes traduziram-se na emblemática Exposição do Mundo Português, que decorreu nos tempos difíceis da Segunda Grande Guerra, cujo fim levou à esperança frustrada de um regresso à democracia. Esta tardou, pois só surgiu



na madrugada de 25 de Abril de 1974, quando Lisboa acordou para a liberdade nos tempos tumultuosos que então se viveram e levaram a uma renovação em vários campos, que se expressaram nomeadamente através da assinatura do tratado de adesão à Comunidade Económica Europeia ou de um evento de grande significado como foi o da Expo 98. Daí para a frente esta multissecular e multicultural Lisboa continuará a enfrentar os desafios de outros tempos e outras mudanças, numa história que será escrita no futuro.

JMG

Localização dos principais achados da época romana em Lisboa a partir de Rodrigo Bantina da Silva, em "Marcas de oleiro" em terra sigillata da Praça da Figueira, 2005.



CIRCUS

COEMETERIUM

RIBEIRA DE ARROIOS

RIBEIRA DE VALVERDE

THERMAE CASSIORUM

TEMPLUM FORUM

THEATRUM

CRYPTOPORTICUS

DECUMANUS MAXIMUS (?)

ESTEIRO DO TEJO

- Construções de cronologia romana imperial detectadas
- Porta hipotética da muralha alto-imperial romana
- Traçado hipotético da muralha alto-imperial romana
- Intervenções onde se localizaram construções de cronologia romana imperial, insuficientemente localizadas

LISBOA ROMANA – FELICITAS IULIA OLISIPO, 138 a. C. - 711

Em 138 a.C., Décimo Júnio Bruto assume o governo da Hispânia Ulterior e ordena a fortificação de Olisipo, tornando o povoado numa base fundamental para as suas campanhas contra os Lusitanos e Galaicos. A entrada dos romanos em território português enquadra-se no contexto bélico da expansão de Roma, nessa altura ainda uma república, após a importantíssima vitória contra Cartago, em 201 a.C. Os romanos, após terem erradicado completamente o domínio cartaginês da Península Ibérica, voltam a sua atenção contra as populações indígenas, dividindo a Hispânia em duas partes, e iniciando a sua conquista.

A maioria dos povoados que existiam no actual território português foram cedendo progressivamente à ocupação romana sem oposição significativa, com a excepção de alguns povos que ofereceram árdua resistência ao poderio militar romano, nomeadamente, Vetões, Galaicos e Lusitanos, até que estes últimos perdem o seu chefe, Viriato, em 139 a.C., um ano antes da chegada de Décimo Júnio Bruto. A verdade é que o domínio romano do sul do actual território português, incluindo a área de Lisboa, parece ter sido conseguido mais por meio da diplomacia do que propriamente por meio de batalhas sangrentas. Este facto está relacionado com a forte influência mediterrânica presente nos povos que habitavam esta parte do território actualmente português, povos há muito habituados a um contacto regular com a cultura greco-romana e púnica, quer por meio das trocas comerciais, como pelas influências culturais, o que pode explicar uma aceitação mais fácil do domínio romano.

Olisipo, de certo modo geograficamente afastada dos conflitos entre os povos do interior da Ibéria e os romanos, parece ter aderido sem grandes dificuldades à causa romana, o que explica o amuralhamento e fortificação da cidade, acções impensáveis num povoado hostil, pois tais defesas seriam muito prejudiciais em caso de revolta. A localização estratégica de Olisipo, notada por Décimo Júnio Bruto, terá sido o principal motivo da escolha do povoado como base militar, pois permitia o domínio do estuário do Tejo e, desse modo, o abastecimento por via

marítima dos exércitos em campanha.

Devemos, ainda assim, referir que o povoado que os romanos encontraram já tinha um longo histórico de presença de comunidades humanas, constituindo prova deste facto os vestígios de materiais paleolíticos encontrados no Castelo de Lisboa e os dados recentes de intervenções no vale da Baixa e colinas adjacentes, que atestam ocupações desde o Neolítico Antigo. Mas os indícios mais antigos de ocupação persistente no sítio de Lisboa remontam ao século VII a.C., a Segunda Idade do Ferro, tendo sido localizados vestígios arqueológicos na colina do Castelo. As condições naturais de Olisipo, nomeadamente a sua situação topográfica, no topo da colina, ofereciam, por um lado, acesso privilegiado às várias nascentes de água, e, por outro lado, uma protecção valiosa contra ataques hostis, permitindo o controlo de toda a faixa portuária situada junto ao esteiro, um braço do Tejo que corria pela actual Baixa. Esta fase de ocupação pré-romana, que ocorre sobretudo na colina do Castelo, revela uma forte presença de influências orientalizantes, que se irá manter ininterruptamente, desde o séc. VII a.C. até à chegada de Décimo Júnio Bruto, em 138 a.C.

Olisipo, primeiro nome conhecido de Lisboa, mantém hoje uma certa aura de mistério, pois os especialistas dividem-se entre a origem fenícia ou tartéssica ou ainda túrdula, sendo estes últimos, culturalmente herdeiros dos anteriores. Desde a antiguidade, que tem sido repetida uma falsa relação entre o topónimo Olisipo e o mitónimo Ulisses, que segue uma tradição antiquíssima em que as urbes mediterrânicas tentam estabelecer uma ligação ancestral à cultural greco-romana, neste caso através das personagens homéricas, tal como acontece com Eneias, associado às origens de Roma. Segundo a lenda, Olisipo teria sido fundada por Ulisses nas suas aventuras pelo mar Mediterrâneo. Mas não devemos olhar esta lenda apenas como uma narrativa inútil e vazia, pois, a verdade é que ela transmite a presença das influências orientalizantes já confirmadas pela arqueologia moderna, que nos indica que mercadores Gregos e Fenícios tinham uma presença frequente na Olisipo pré-romana. Uma

outra lenda, referida repetidamente pelos autores antigos, desde Varrão (*De Re Rustica*, II, 1), relata-nos que “na Lusitânia, à beira do Oceano, na região onde se situa o ópido de Olisipo, Monte Tagro, algumas éguas, em certa época, concebem do vento...”. Este Monte Tagro poderá ser um nome antepassado do actual Monsanto (*mons Sanctus*), além disso, devemos adiantar que a referência às éguas do Tejo que concebem desta forma peculiar, repetida ao longo dos séculos e usada como um tópico literário, revela uma intenção de associar a realidade rural de Olisipo a uma fertilidade extraordinária, factor que não estaria inteiramente desligado da realidade, pois os campos em redor de Olisipo eram de facto reconhecidos pela sua fertilidade.

Lendas à parte, *Felicitas Iulia Olisipo* foi o nome romano de Lisboa, após ter adquirido o estatuto de *municipium civium romanorum*, município de cidadãos romanos, no século I a.C., o que significa que os seus habitantes, tanto indígenas como itálicos, passam a ser cidadãos romanos de pleno direito, usufruindo assim de grande autonomia e ao mesmo tempo, mantendo leis e costumes tradicionais, desde que não entrassem em conflito com o direito romano. Este estatuto terá sido concedido por César ou Augusto, inscrevendo os seus cidadãos na tribo Galéria, onde estavam inscritos a maioria dos cidadãos do actual território português. *Felicitas Iulia Olisipo* pertencia à província da Lusitânia, que tinha a sua capital em *Emerita Augusta*, Mérida, e que dependia directamente do Imperador, que nomeava dois delegados, um pretoriano, para administrar a justiça, e outro consular, para assuntos políticos e militares. Olisipo, apesar de subalterna de *Emerita*, e da sede de convento *Scallabis*, Santarém, terá suplantado em importância política esta última, pois era realmente a segunda cidade da província, e autenticamente a capital litoral da Lusitânia. Tal facto dever-se-á sobretudo à privilegiada localização da cidade, com um porto marítimo e fluvial de relevância ímpar na costa oceânica da *Hispânia*.

O *municipium* da Olisipo romana abrangia: a sul, parte da província de Setúbal, desde a actual Costa da Caparica até Alcochete; a norte até Torres Vedras;





As inscrições 1 e 2 são dedicadas à Mãe dos Deuses, Cíbele, deusa cujo culto tem origem na Ásia Menor. A inscrição 3 consiste num ex-voto dedicado a Mercúrio, deus protector dos comerciantes e viajantes. A inscrição 4 é dedicada ao Questor da Província da Bética, pela cidade de *Felicitas Iulia Olisipo* (cf. detalhe na p. 11). As quatro inscrições foram encontradas em 1753, quando se procedia à construção do edifício que faz esquina entre o Largo da Madalena e a Travessa do Almada, e estão actualmente incrustadas na fachada oriental desse edifício.

subindo o *Tagus*, Tejo, o termo prolongava-se até Alenquer; a ocidente abrangia toda a costa atlântica quase até Santa Cruz. Neste vasto território espalhavam-se vários aglomerados urbanos secundários denominados *vici*, dos quais sabemos o nome e a provável localização de apenas alguns: *Ierabriga*, provavelmente situada entre Alenquer e Vila Franca de Xira; *Equabona* que deve corresponder a Coim-a-Velha; em Torres Vedras, talvez houvesse outro *vici*; em Faião (Sintra) poderia existir *Chretina*; em Sacavém talvez um outro; e provavelmente um em Monte Suímo, no concelho de Sintra. No município romano de Olisipo existiam várias *villae*, propriedades rurais romanas semelhantes aos actuais “montes” alentejanos, incluindo as habitações dos proprietários e dos trabalhadores e instalações de serventia agrícola. No *municipium*, foram já encontradas as *villae* de São Miguel de Odrinhas, Freiria, Alto do Cidreira, Santo André de Almoçageme, Casais Velhos, Abóbadas e Granja dos Serrões. Várias vias romanas atravessavam o território do *municipium* olisiponense e ligavam estas *villae* e *vici* entre elas e a *Felicitas Iulia Olisipo*. A mais importante era a que ligava *Olisipo* a *Bracara Augusta*, passando por *Ierabriga* e tocando todas as grandes cidades do litoral atlântico.

As primeiras ruínas romanas de Olisipo foram colocadas a descoberto apenas no séc. XVIII, dois anos

antes do terramoto de 1755, quando se construiu o actual prédio que tornejia o Largo da Madalena para a Travessa do Almada, onde surgiram as ruínas de um edifício romano, das quais restam apenas alguns monumentos epigráficos, colunas, bases e capitéis jónicos. O material epigráfico aqui encontrado parece apontar para que a estrutura se tratasse de um templo à Deusa Cíbele, pois duas inscrições são dedicadas a esta deusa de origem oriental, nomeadamente da Ásia-Menor. A verdade é que todos os vestígios arquitectónicos deste templo desapareceram e apenas conhecemos as quatro inscrições que estão na fachada do referido prédio que resistiu ao terramoto de 1755. Há ainda referências escritas a outros locais de culto em época romana: um templo dedicado a Minerva no alto da Colina do Castelo; um templo de Júpiter na Ermida de São Miguel e Santa Bárbara e vários outros cultos que por enquanto são apenas suposições credíveis, como o caso de um templo romano no local da actual Sé de Lisboa e na actual Igreja de Santa Cruz do Castelo. Relativamente ao topo da Colina do Castelo, a arqueologia parece apontar que, na zona do actual Castelo poderia existir, em período imperial, um conjunto de edifícios monumentais, incluindo uma praça pública e templos. Neste sentido, dois argumentos parecem confirmar essa zona monumental, pois, por um lado, foi já identificado um edifício público

com paredes revestidas a mármore, e por outro, foi notada a ausência de estruturas habitacionais e de materiais de uso doméstico desta época.

Alguns anos mais tarde, em 1770, quando se reconstruía a cidade após o terramoto, foi encontrado o monumento conhecido por “Termas da Rua da Prata” ou “Termas dos Augustais”, uma vasta estrutura abobadada, com uma planta em forma de U com várias galerias, que será na realidade um criptoportico do séc. I d.C. que suportaria um dos dois *fora* de Olisipo. Essas galerias terão sido edificadas entre os finais do séc. I a.C. e o séc. I d.C., depois de *Felicitas Iulia Olisipo* obter o estatuto de *municipium civium romanorum*, numa fase próspera da cidade. Este fórum, devido à sua localização em plena zona portuária, tal como o fórum corporativo de *Ostia*, cidade-porto de Roma, seria o fórum corporativo ou dos mercadores, onde várias profissões relativas às actividades marítimas teriam o seu espaço: armadores; medidores de trigo; aferidores de pesos, encarregues de fazerem a pesagem e de construir contra-pesos para as embarcações; calafates, que vedavam as pipas e os cascos dos navios; cordoeiros; peleiros; madeiros. O fórum dos mercadores teria também o seu local de culto, que, no caso de Olisipo, seria dedicado a Esculápio, deus da medicina, e também possuiria outro templo talvez dedicado ao culto imperial e muito possivelmente um ainda ligado às águas purificadoras e salutíferas. Este monumento é aberto ao público anualmente, normalmente em Setembro, por ocasião das Jornadas Europeias do Património.

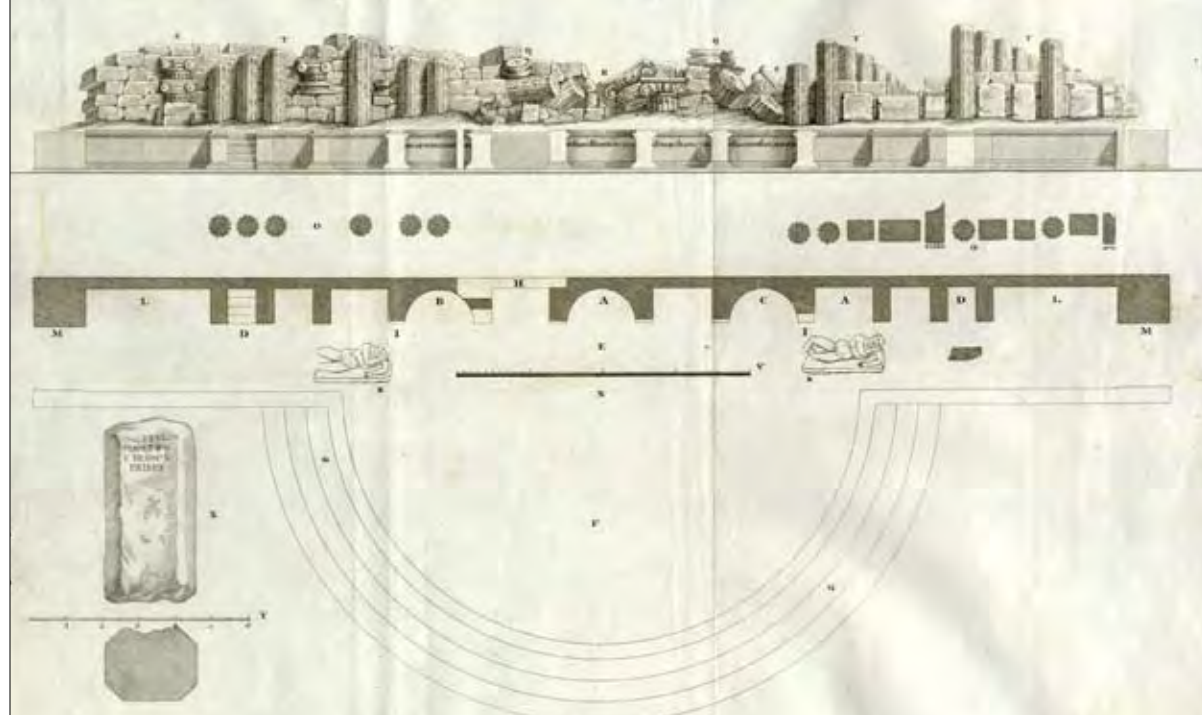
No ano seguinte, em 1771, nas ruínas do antigo Palácio do Correio-Mor, aquando da sua reconstrução, entre a Rua de S. Mamede ao Caldas e a Rua das Pedras Negras, foram encontrados os vestígios arquitectónicos e epigráficos de uma estrutura designada Termas ou Banhos dos Cássios, atribuídas a esta família devido a uma inscrição encontrada num compartimento de paredes pintadas. Nesse local estariam, segundo relatos do século XVIII, uma estátua de um guerreiro romano cujo escudo teria um relevo com a loba capitolina amamentando os gémeos, Rómulo e Remo, e, sobre o nicho desta estátua, terá

Gravura baseada no desenho de Francisco Xavier Fabri publicada por Luís António de Azevedo, *Dissertação crítico-filológico-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendíveis circumstancias da erecção do tablado e orquestra do antigo Theatro Romano...*, 1815, p. 46, GEO.

sido encontrado um tijolo vermelho com a inscrição que atribui a construção das termas à referida família. Além disso a inscrição referia também que uma reconstrução das termas foi realizada em 336 d.C., e que o próprio governador da Lusitânia se terá empenhado a fundo nesta obra pública.

Poucos anos depois, em 1798, quando se abriam os alicerces de um prédio na Rua de S. Mamede, foram encontradas as ruínas de um teatro romano, provavelmente por Francisco Xavier Fabri, ou por um dos architectos portugueses que com ele trabalharam. O architecto italiano realizou nessa altura um desenho do levantamento das ruínas do teatro que é ainda hoje um dos principais guias para o nosso conhecimento da disposição original do teatro. Além do teatro de Olisipo, apenas conhecemos, no território de Portugal, o teatro romano de Braga, que data do século II. O teatro de Olisipo era uma construção monumental, que está ainda grande parte por escavar e, literalmente, desenterrar, localizada na vertente sul da Colina do Castelo. Terá sido construído nos primeiros anos do séc. I e remodelado em 57 às expensas de Caio Heio Primo, uma importante personalidade de Olisipo, que tem aqui uma acção evergética típica da época e preponderante para a cidade. Esta remodelação do proscaenium e da orquestra é comprovada pela inscrição encontrada no muro do mesmo *proscenium*. A frente cénica seria decorada por colunas com fustes e capitéis, na sua maioria de ordem jónica, revestidos a estuque. A principal fonte para a cantaria e os elementos decorativos do teatro de Olisipo é justamente a rocha local, o biocalcoarenito, mas também foram utilizados mármore na remodelação mencionada, nomeadamente na pavimentação da orquestra e na decoração do *proscenium*, que integrava duas estátuas de Sileno realizadas em mármore branco de Vila Viçosa. Na remodelação do proscaenium foram incluídos vários elementos arquitectónicos em mármore: frisos emoldurados; plintos; baixos-relevos, sendo que foi encontrado um fragmento destes últimos com a figura de Melpomene, a Musa da Tragédia.

O teatro comportava três a cinco mil pessoas, sendo que grande parte dele foi talhado no afloramento



rochoso da colina, à maneira grega, mas ao contrário dos teatros gregos, a vista para o estuário do Tejo estaria em grande parte bloqueada pela *scaenae frons*, a frente de cena, fachada que limitava o espaço cénico e que seria ricamente decorada com dois ou três andares de colunas, que ainda se deve manter sob a actual Rua de S. Mamede ao Caldas. Durante a “época teatral”, entre Abril e Novembro, poder-se-ia observar espectáculos teatrais muito diversos: tragédias; comédias; mimos e pantomimas, sendo estas últimas as que mais pareciam agradar ao público romano, que idolatravam autenticamente o pantomimo - um actor, dançarino e acrobata. Mas não podemos deixar de referir a relevância do teatro para a romanização das populações autóctones, que além dos aspectos culturais também integrava uma componente religiosa muito importante, visto que estava associado às festas religiosas e às suas instituições.

Uma via romana, construída em grandes lajes de pedra e com uma estrutura de esgoto por baixo, foi posta a descoberto no claustro da Sé, sendo que essa via ligava a zona ribeirinha da cidade ao teatro. Mas o edifício público de *Felicitas Iulia Olisipo* que atrairia mais pessoas seria o circo, recentemente descoberto por baixo da actual Praça do Rossio, onde milhares de pessoas se reuniam para assistir aos *ludi*, os jogos, onde o acontecimento preferido

da multidão seriam as emocionantes corridas de cavalos e de carros, puxados por dois (*bigae*), três (*trigae*) ou quatro cavalos (*quadrigae*). Nas corridas, o sinal de partida era dado pelo responsável político máximo da cidade que lançava um lenço branco da sua tribuna para a arena, e apenas quando o lenço tocava o chão podiam os aurigas, na sua maioria escravos ou libertos, diferenciados por cores distintas, lançar-se rapidamente na corrida, após a abertura das portadas dos *carceres*, os recintos onde os carros e os cavalos aguardavam a partida. Assim, os verdes, vermelhos, brancos e azuis disputavam o primeiro lugar a todo o custo, emocionando a multidão ansiosa, que muitas vezes apostava grande parte do seu rendimento nas corridas, enquanto observava os ova, grandes objectos semelhantes a ovos suportados por duas colunas, serem virados conforme os aurigas davam voltas à pista. O circo também poderia ser usado para outro tipo de jogos, como jogos atléticos e exhibições de proezas acrobáticas com animais.

Desta estrutura gigantesca apenas há notícia de terem sido descobertos: a *spina*, ou seja, a placa central; a *arena*, o solo onde decorriam as corridas; e o *euripus*, um canal de água, que no caso de Olisipo seria constituído por várias bacias de água, com o objectivo de proteger os espectadores de animais ferozes. O circo de Olisipo ficava situado junto ao



Fragmento de pilastra visigótica(?), calcário, sécs. VI-VII(?), Rua dos Bacalhoeiros, MC. MC.ARQ.RB.44.EP.0046

curso de água que mais tarde se denominou Ribeira de Valverde, que corre ainda por baixo da actual Avenida da Liberdade e Restauradores, facto que facilitava o acesso dos cavalos à água. O circo terá sido construído entre os finais do séc. I d.C. e o início do séc. II d.C. Sabemos que a frequência dos circos na Hispânia era superior à dos teatros e até à dos anfiteatros, sobretudo devido ao facto de a religião cristã considerar as corridas de cavalos menos ímpias que os acontecimentos sangrentos que tinham lugar nos outros espaços.

Devemos também referir que Olisipo é a única cidade no actual território Português onde foram encontradas duas estruturas para espectáculos públicos. Este facto prende-se com a riqueza proporcionada pela opulência económica da cidade que provinha sobretudo da rica indústria de preparados de pastas de peixe que floresceu na cidade entre os séculos I e V. Esta indústria está arqueologicamente comprovada com a descoberta de vários tanques de salga na área litoral da cidade: na Casa dos Bicos; na Rua dos Fanqueiros, no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros; na Rua Augusta; e também um grande complexo desta natureza no Palácio do Governador da Torre de Belém. Estes tanques, também conhecidos como cetárias, localizavam-se junto à margem do rio ou do esteiro do Tejo, e serviam para fazer vários tipos de preparados de peixe, sendo o mais conhecido o *garum*, feito através da fermentação das sobras de vários tipos de peixe, mariscos, ostras e outros moluscos, tudo misturado com sal e especiarias e ervas aromáticas. O *garum* era muito apreciado

pelos romanos e era feito no Norte de África e no sul da Hispânia em várias localidades, sendo exportado dos locais onde era produzido para todo o Mediterrâneo conservado no interior de ânforas. As fábricas onde o *garum* era produzido necessitavam, além de um litoral rico em peixe, de água quente, algo que Olisipo também possuía, visto que as águas termais de origem vulcânica existentes na Colina do Castelo já seriam conhecidas em época romana. Seria então normal que as fábricas de *garum* tivessem uma canalização que lhes fornecesse água quente, proveniente de termas. No caso do complexo fabril do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, devemos apontar que seria constituído por quatro núcleos, perfazendo vinte e cinco tanques e que teve, em determinada altura (séc. III) um espaço banhar a ele agregado. Nestas termas de pequena dimensão foram encontrados vestígios assinaláveis, nomeadamente, um magnífico exemplar de mosaico policromático e três pequenas piscinas que seriam provavelmente usadas pelas pessoas que laboravam no complexo, dado que o *garum* é muitas vezes associado ao cheiro pestilento que produziria.

Devemos ainda referir que a indústria conserveira de preparados de peixe impulsionava directamente todo um conjunto de actividades de que dependia: a pesca, que implicava uma forte construção naval e também de todos os materiais necessários à pesca; a produção de sal; a olaria, que produzia as importantíssimas ânforas que encerravam o *garum* nos longos percursos marítimos através de todo o Mediterrâneo. Deste modo, foram encontradas importantes fábricas de olaria romana na margem sul do Tejo, (Muge, Garrocheira, Quinta do Rouxinol e Porto dos Cacos) sendo algumas contemporâneas das unidades fabris de preparados de peixe, onde eram fabricadas as ânforas que transportariam o *garum* produzido na margem norte do Tejo. Relativamente à construção naval e às actividades marítimas devemos mencionar que foram encontradas várias âncoras dos séculos I ao V d.C., típicas do estuário do Tejo, junto à estação do Cais do Sodré.

A zona portuária de Olisipo estender-se-ia pela margem oriental do esteiro até ao rio, servindo desse

modo as várias unidades fabris de preparados de peixe, desde o meio da actual Rua Augusta até à zona da Casa dos Bicos. Pensa-se que os cais portuários nesta época seriam maioritariamente concebidos em estruturas de madeira. Esta seria provavelmente a zona da cidade com maior actividade, com embarcações carregadas de ânforas chegando e partindo, e onde se poderia observar todo o frenesim típico de um grande porto mercantil.

A verdade é que a maioria dos edifícios que existiriam em *Felicitas Iulia Olisipo* não seriam nem as estruturas monumentais nem as fabris, pois a grande maioria dos seus habitantes deveria viver, tal como em Roma, nas *insulae* que muito possivelmente dominariam a paisagem da colina do Castelo. Estas estruturas habitacionais eram bastante semelhantes aos modernos blocos de apartamentos, chegando a ter quatro ou mais andares, e eram construídas em volta de um pátio, normalmente possuindo lojas nas fachadas que davam para a rua. Nos claustros da Sé, foi encontrada uma taberna, uma casa de venda de bebidas alcoólicas que dava para uma das poucas vias romanas identificadas na cidade, neste caso uma rua secundária lajeada em degraus, sob a qual corria um grande esgoto. Além destes blocos de apartamentos, haveria em Olisipo *domus*, residências urbanas unifamiliares, de diferentes tipos consoante a riqueza pessoal do seu proprietário, mas a verdade é que a informação arqueológica sobre as estruturas habitacionais nesta época é ainda muito escassa.

Similarmente, a malha urbana de Olisipo permanece em parte um mistério, pois os troços de vias romanas encontrados ainda não permitem desenhar de forma completa o mapa viário da cidade. O cardo e decumano de Olisipo não foram encontrados com certeza, pois as vias até agora arqueologicamente comprovadas não parecem corresponder a estas duas ruas estruturais que definiam normalmente o traçado das cidades romanas, tendo o primeiro orientação Norte-Sul e o segundo Este-Oeste. Todavia, algumas hipóteses têm sido avançadas, baseadas nas poucas vias romanas que temos conhecimento. A proposta da malha urbana de Rodrigo

Banha da Silva (no mapa da pág. 10 a vermelho) configura a cidade com vários arruamentos numa concepção tendencialmente ortogonal, mas que reflectiria de algum modo as pré-existências.

Pensa-se que Olisipo era abastecida por um aqueduto, do qual existe referência antiga, pois Francisco de Holanda refere-se a esta estrutura no séc. XVI. Este aqueduto teria como fonte provável a barragem romana de Belas, situada na Ribeira de Carenque, onde alguns vestígios ainda podem ser vistos. Este aqueduto percorria cerca de 10Km, muito possivelmente abastecendo *villae* romanas pelo caminho, até chegar a Olisipo, mais exactamente até às Portas de Santo André, entre a Graça e o Castelo.

Relativamente aos espaços funerários, foram identificados vestígios de três necrópoles em Olisipo. A maior necrópole da cidade em época romana tinha o seu núcleo principal na Praça da Figueira e muito possivelmente estendia-se até à Encosta de Sant'Ana, localizada entre a Rua de S. José e a Praça da Figueira. Esta necrópole terá funcionado entre os séculos I e III d.C. Na Rua das Canastras, poderá ter também existido uma necrópole menor tal como na Rua dos Remédios, em Alfama.

A partir de determinada altura, mas sobretudo desde o século V, as importantes unidades fabris de *garum* existentes em Olisipo começam a entrar em decadência e a encerrar. O teatro é também nessa altura abandonado, deixando de se ouvir os ecos das comédias tornando-se, pelo menos em parte, num mero espaço habitacional. Nesta fase de abandono, um período em que todo o império romano desaba num caos que deixa a longínqua província da Lusitânia praticamente entregue a si própria, é erguida a muralha tardo-romana que tem sido posta a descoberto em alguns pontos da cidade. Esta muralha teria três lanços, um dos quais, que corria ao longo do Tejo, já foi verificado numa torre semi-circular tardo-romana encontrada na Casa dos Bicos. Além desse lanço ribeirinho, outros dois subiam até ao alto do Castelo. Um lanço situar-se-ia a ocidente, e talvez coincidisse com a muralha medieval que sobe pela Rua da Padaria, abrindo uma porta virada a Ocidente no Largo de Santo António da Sé



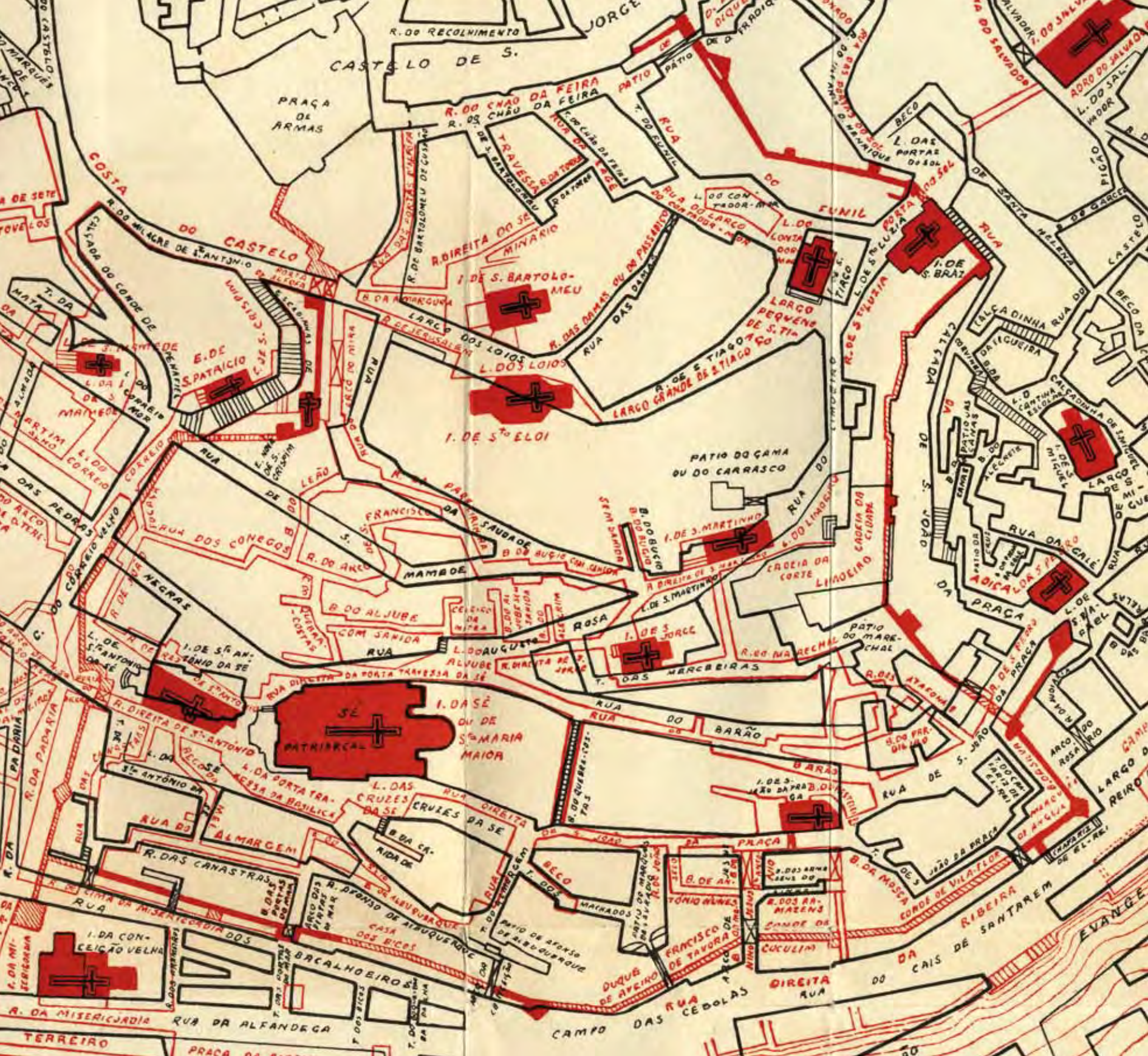
e talvez outra porta mais acima, já perto da Costa do Castelo. No lanço oriental foi encontrada uma outra torre semi-circular que provavelmente seria uma das torres que defenderia uma das portas da cidade romana, pouco abaixo da Rua de S. João da Praça. Esta muralha terá sido edificada entre os séculos IV a V, com propósitos concretos de defesa, numa época em que o poder romano começava a ser ameaçado pelos povos bárbaros. Povos estes que, apenas penetram na Península em 409, causando, segundo descrições da época, a destruição e a depredação por onde passavam, mas outras descrições possivelmente mais realistas afirmam que estes invasores, após uma fase inicial mais destrutiva, “sem demora execravam abominavelmente as suas espadas e se voltaram para os arados”, e ganham a simpatia de alguns romanos que pretendiam fugir à pesada mão fiscal romana.

Durante todo o século V reina na cidade a agitação social derivada da instabilidade política causada pelas sucessivas invasões de Alanos, Suevos e Visigodos que, uns após outros, vão tomando o poder da cidade. Em 469, Olisipo é entregue aos Suevos, pelo seu governador, Lusídio, facto que nos informa que até essa data a cidade tinha sido governada por cidadãos, seguindo os moldes da estrutura política romana. No mesmo ano os Visigodos terão também pilhado a cidade que agora já seria chamada de Olisipona. Não se sabe ao certo quando é que a cidade fica em poder visigótico e a verdade é que a história de Lisboa no período em que foi controlada pelos suevos e visigodos é muito pouco conhecida, mas Olisipona, apesar de ruralizada e feudalizada pelos visigodos, continuava a ter ligações com o comércio

mediterrânico, pois os mercadores sírios, bizantinos, italianos e norte-africanos continuavam presentes na cidade. Além disso, a conturbação política da época, com invasões, guerras e disputas internas, levou a que a muralha tardo-romana continuasse a ser um elemento importante para Olisipona, e por isso deve ter sido reparada algumas vezes entre o séc. V e o séc. VIII.

O principal facto que devemos ter em conta quando recordamos o domínio visigótico é o caldo cultural que caracteriza esta época em que os povos chamados bárbaros vão sendo progressivamente absorvidos pela cultura hispano-romana que já se manifestava no séc. IV, nomeadamente na pessoa do famoso bispo Potâmio (séc. IV). Uma das poucas referências que temos desta época é que bispos de Lisboa participaram nos concílios cristãos de Toledo, Mérida e Saragoça, no século VII. Relativamente à presença, em Olisipona, da cultura visigótica, que se mantém viva mesmo após a tomada do poder pelos muçulmanos, transmutada em cultura moçárabe, restam-nos algumas peças escultóricas de difícil datação, e cujos motivos revelam um fundo romano enriquecido com influências mediterrânicas e orientalizantes. Relativamente a edifícios e estruturas arquitectónicas desta época, apenas há menções de ter existido uma basílica cristã no local mais tarde ocupado pela Mesquita e depois pela Igreja Cristã que se ergueria no actual local da Sé de Lisboa. Alguns fragmentos de frisos e pilastras têm sido encontrados, em diversos locais, na sua maioria fazendo parte de construções posteriores, como é o caso dos frisos existentes nas paredes da Sé de Lisboa.

MFS



AL USBUNA: LISBOA ISLÂMICA 711-1147

A tomada de *Al-Usbuna* pelo poder muçulmano, dá-se em 714, quando Aidulfo, pertencente à nobreza visigoda, entrega a cidade por via diplomática a Abd al-Aziz. Nesta negociação ficou garantida a liberdade de culto de Judeus e Cristãos, considerados as «gentes do Livro», que ficavam sob a protecção islâmica, mediante o pagamento de um tributo e compromisso de lealdade ao poder muçulmano.

Tumultos, sublevações, incursões dos povos do mar, razias cristãs marcaram os quatro séculos de predominância islâmica no Garb-al-Ándaluz. Lisboa, não se situando num eixo de fácil penetração, sentiu com menor intensidade os acontecimentos que agitaram o mundo muçulmano peninsular, mas não passou incólume e os ataques sucederam-se, em 798 pelos cristãos do reino das Astúrias sob o comando de Afonso II, o Casto, aproveitando-se este de conspirações e levantamentos entre berberes, árabes, maulas e omíadas. Afonso II consegue manter a cidade em seu poder durante uma década, sendo que em 808 o filho do Emir de Córdoba, o príncipe Hisham, recupera a cidade para a soberania islâmica.

Em 844 são os normandos que cercam a cidade e pilham o termo, repetindo-se estes assédios, em 966, ano em que mais uma vez afrontam Lisboa, acabando por ser repelidos e derrotados por uma frota de Sevilha, no rio Arade.

Novamente os cristãos investem sobre Lisboa, em 877, sob as ordens de Afonso III de Leão. No século seguinte, Ramiro II e Ordonho III de Leão, atacam as muralhas da cidade. Sob o comando deste último, em 953, terão sido destruídas as fortificações remanescentes do sistema defensivo tardo-romano, e provavelmente reforçada ou reconstruída a Cerca Moura. Em 889-890 terá havido uma rebelião em Al-Usbuna e nos territórios mais a Norte, liderada por Ibn Awsaji.

Segue-se alguma estabilidade, só perturbada no início do século seguinte com o desmembramento do califado de Córdoba e o surgimento dos reinos de Taifas. O Gharb-al-Ándaluz ficou dividido em dois reinos principais, ficando Lisboa sob o domínio do reino dos Alaftas de Badajoz.

◀ Planta da chamada “Cerca Moura” segundo A. Vieira da Silva em *A cerca moura de Lisboa*, Lisboa, 1939.

Torre Pentagonal do Lanço Oriental da muralha chamada “Cerca Moura” pertencente ao Palácio Belmonte.

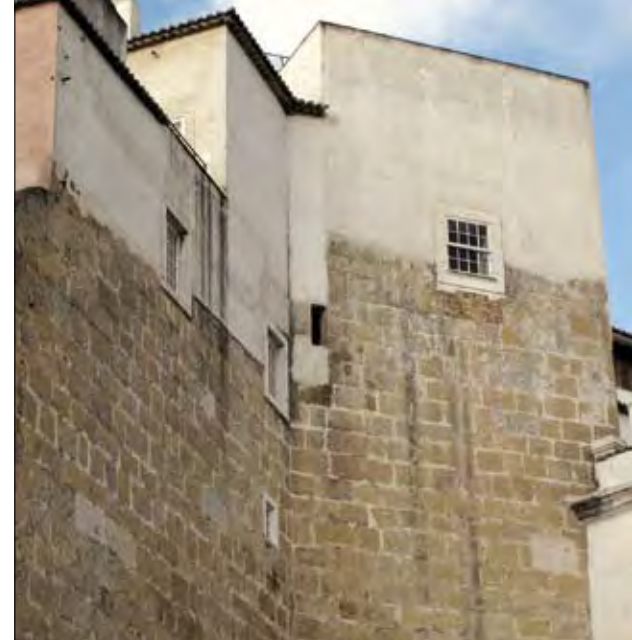
Durante um breve período, entre 1013 e 1039, Al-Usbuna, beneficiando da tendência fracturante do período das Taifas, torna-se independente, sob o governo de Ibn Sabur e dos seus filhos. Em 1033, o filho do emir de Sevilha, Isma'il b. Abbad, refugia-se em Al-Usbuna, após uma incursão em território cristão. Poucos anos mais tarde, em 1039, os Abáidas, que governavam a taifa de Sevilha, uma das mais influentes de todo o Al-Andaluz, conquistam a cidade. Em determinada altura, um dos filhos de Ibn Sabur, Abd al-Malik, tenta estabelecer um emirado independente em Lisboa, conseguindo manter-se como soberano algum tempo. Mas os lisboetas, provavelmente com receio da pressão dos cristãos e desejosos de ficar sob uma protecção militar muçulmana mais próxima e mais forte, rapidamente entraram em negociações com o rei da taifa de Badajoz, Ibn al-Aftas, acabando por entregar a cidade a este governante. Em 1079 há notícia de uma sublevação em Al-Usbuna que terá sido rapidamente esmagada pelo poder aftássida.

Após a conquista de Toledo em 1085, o poderio muçulmano no Al-Andaluz entra numa fase descendente, sendo justamente a ameaça cristã que irá fazer com que vários reis de taifas tomem a iniciativa de convocar o poderio dos Almorávidas, nessa altura senhores de Marrocos. Todavia, os Almorávidas rapidamente abandonam a intenção de apenas ajudar os reinos de taifas e iniciam a conquista de todo o território muçulmano na península, chegando mesmo a investir sobre os reinos cristãos do Norte.

Perante a ameaça almorávida, estabeleceu-se um acordo entre os Alaftas e Afonso VI, no qual Lisboa passou para domínio cristão, em 1093. Os almorávidas acabaram por tomar Lisboa e ocuparam-na durante cerca de 30 anos até à revolta dos muridines do Gharb.

Em Outubro de 1147, Lisboa torna-se cristã, pela acção conjunta de uma esquadra da segunda cruzada e das forças de D. Afonso Henriques. As derradeiras tentativas islâmicas de retomar a cidade resumiram-se a ataques ao termo, perpetrados pela dinastia marroquina dos Almóadas em 1179 e em 1180.

A Lisboa islâmica chega-nos através de autores ára-



bes contemporâneos como Ahmede Arrazí (séc. X), o geógrafo Edrici (séc. XII), Ibne Saide ou Al-Himiari, que designa Lisboa de *Kutia*, ou ainda pela descrição presente na carta do cruzado, também intitulada, *De Expugnatione Lyxbonensi*.

De entre as colinas que ladeiam a margem direita do Tejo, a do Castelo deu origem à cidade de Lisboa, manifestando-se aí diferentes ocupações que legaram ao espaço vestígios próprios, o mesmo acontecendo com a comunidade islâmica que aí se radica e imprime a sua vivência.

Relativamente às estruturas militares de Al-Usbuna, o Castelo é edificado em meados do séc. XI, em plena época dos reinos de taifas, quando as ameaças de invasão tanto surgiam do lado dos cristãos como das guerras civis entre os senhores da guerra muçulmanos. Além da construção do Castelo, também a alcáçova foi nessa altura dotada de um sistema defensivo que serviria de último reduto para as elites que aí habitavam, no bairro residencial junto ao Castelo. Quanto à Cerca Moura, também denominada Cerca Velha, sabemos actualmente que a sua edificação original terá ocorrido em época romana, mas não restam dúvidas que no período islâmico, uma muralha monumental, coincidente em grande parte com o traçado da muralha tardo-romana, defendia a cidade. As descrições dos geógrafos árabes oferecem-nos uma visão panorâmica da muralha, mencionando seis portas. No actual Largo de Santo António da Sé localizava-se a Porta Ocidental (Bab al-Gharb), que seria a principal entrada na medina,



descrita com uma certa monumentalidade, o que talvez evidencie que possuíse mármore de antigos edifícios públicos ou outras estruturas romanas. Mais acima, na Colina do Castelo, hoje rua do Milagre de Santo António, é referida a Porta da Alfôfa (Bab al-Hawha), nome de clara etimologia árabe, que significa Porta do Postigo. A sul, abrindo para o rio, encontrava-se a Porta do Mar (Bab al-Bahr), que se localizaria na área do actual Arco Escuro; a oriente situava-se a porta das Termas (Bab al-Hamma), mais tarde denominada Porta de S. Pedro, localizando-se a meio da actual Rua de São João da Praça. O nome árabe al-Hamma, ou seja, banhos públicos, está na origem do topónimo Alfama, bairro que fica em parte no interior do recinto amuralhado. A quinta porta, referida apenas por um geógrafo, seria a Porta do Cemitério (Bab al-Maqbara), que mais tarde adquiriu o nome que ainda hoje se mantém de Portas do Sol. Esta porta da muralha abria para os cemitérios islâmicos localizados nas encostas da Graça e de S. Vicente de Fora. Por último, encontramos também apenas uma única referência à Porta do Estreito (Bab al-Madiq) que talvez coincidissem com o actual Arco de Jesus.

Na almedina, na órbita da mesquita maior, desenvolviam-se além das actividades religiosas, também as sociais e cívicas, bem como pólos comerciais, pois seriam aí os vários *souks*, mercados, de Al-Usbuna. Segundo a carta do cruzado, esta cidade de planta irregular acolheria nos seus 15 hectares intra-muros, mais de 150.000 habitantes em 1147. Número muito exagerado certamente, ainda que incluísse os

moradores e refugiados do termo, nomeadamente, grande parte dos refugiados da conquista de Santarém, tomada alguns meses antes por D. Afonso Henriques. O historiador Cláudio Torres considera, no entanto, que “não seria descabido admitir uma concentração populacional a rondar as 20.000 pessoas” que se acolheria numa área com raros espaços abertos, com complexas ruas estreitas e becos sem saída, traços bem próprios dos aglomerados urbanos muçulmanos. Devemos referir que este tipo de traçado urbano deve-se sobretudo a dois factores. Por um lado, revela a proeminência da casa privada sobre o espaço público, sendo permitido à primeira “invadir” a outra sem grandes dificuldades, o que acaba por criar um aparente caos urbano. Por outro lado, podemos referir duas intenções claras, ruas estreitas privilegiam a sombra, tão cara nos dias de estio, e além disso, a segurança que se obtém contra o estrangeiro é verdadeiramente ampliada se este se perder com facilidade, tal como aconteceria nas ruelas, becos e pátios de al-Usbuna.

O crescimento da cidade faz-se ultrapassando os seus limites defensivos em direcção a este, expandindo-se o bairro de Alfama pelo arrabalde, fora da medina, para uma zona mais desafogada e abundante em águas, onde se fixaram famílias aristocráticas. O seu crescimento também se estruturou de forma labiríntica, com ruelas estreitas, becos, escadinhas e largos atestando bem a tradição islâmica. Também a oeste, na direcção do esteiro, nessa altura já muito açoreado, crescia o arrabalde ocidental de al-Usbuna. Nessa área foram encontradas olarias islâmicas, no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e na Rua Augusta, cujas escavações revelaram que estas olarias dirigiam a sua produção preferencialmente ao mercado urbano e regional. Todavia verificou-se também a presença de cerâmica produzida em outros locais, o que revela que os oleiros de al-Usbuna estariam em contacto com outros de todo o al-Andaluz.

Em termos institucionais e políticos, Lisboa sobressai no mundo islâmico peninsular durante a vigência do emirato e califado de Córdoba, em que foi sede de um *termo* da Egitânia, na província da

Lusitânia, cuja capital era Mérida. De Lisboa dependeriam as localidades de Sintra, Almada, Palmela e Alcávideche.

Neste período, segundo Ahmede Arrazi, o governador era o representante pessoal do califa, habitando na alcáçova, com outros funcionários da administração, onde se concentravam os serviços da administração provincial, desde o secretariado para a correspondência com Córdoba, a fiscalidade para a avaliação e recolha de impostos e os serviços de recrutamento e mobilização militar. O juiz tinha papel relevante na administração da cidade, e a sua eleição processava-se por voto popular de entre os homens modelo da comunidade.

No tempo dos aftássidas, al-Usbuna foi capital da Balata, incluindo também os *termos* de Santarém, mas terá assumido maior proeminência política após a sublevação dos Muridines, ficando numa condição próxima à de cidade – estado.

No plano económico, ao tempo da conquista cristã, a cidade teria uma economia predominantemente agrícola, aproveitando, segundo os autores coevos, a fertilidade dos solos e riqueza de cereais, sobretudo trigo, de oliveiras, vinhas e hortas férteis, com abundância de frutos, de mel, bem como de aves e caça, assentando a economia da Lisboa islâmica nos produtos da terra e do mar, cujas receitas avultavam entre os impostos que o Estado recolhia. A pesca também era uma actividade importante em al-Usbuna, sendo uma actividade referida pelos geógrafos árabes e pela carta do cruzado.

Mas as riquezas naturais como as salinas, ou minerais como o ouro, a prata e o ferro, também contribuíram para a projecção da cidade, que mantinha ligações comerciais com o Mediterrâneo e com territórios cristãos, sendo mesmo referenciada na carta a Osberno, como “o mais opulento centro comercial de toda a África e de uma grande parte da Europa”. A religião dominante era naturalmente a islâmica, mas coexistiam e toleravam as comunidades cristã e judaica, tendo os moçárabes alguma proeminência, provavelmente sujeitos à autoridade religiosa de um bispo, pois em 1109, o príncipe normando Sigurd afirmava que Lisboa era “um grande castelo

em Hespanha [...] meio cristão, meio pagão". Os "povos do livro" estavam protegidos pela dhimma, um pacto que incluía o pagamento de um tributo e concedia protecção legal a Cristãos e Judeus.

Após a conquista cristã será a Mouraria, que, tal como o nome indica, cristalizará por alguns séculos os modos de organização e de viver da comunidade islâmica e que recebe em 1170, foral de D. Afonso Henriques, autorizando a comunidade a permanecer em espaço fora do perímetro urbano. Para isso, foi escolhido o arrabalde norte da cidade, na encosta da Sé, duplamente isolado por um muro com três portas.

Entre outras contingências, a interdição, sob pena de rigoroso castigo, de sair desse núcleo após as Trindades e até à primeira missa da manhã, podendo circular livremente pela cidade durante o dia. Aos seus moradores competia, rotativamente, fechar e abrir as portas, bem como proceder à vigilância nocturna do espaço, à manutenção do interior e do perímetro exterior da comuna, bem como cercar e repor muros, arranjar as calçadas e limpar os poços. Os trajés usados tinham que conter obrigatoriamente sinais distintivos, consistindo numa rodela de pano vermelho cosida sobre o ombro, com albornoz, capuzes e balandraus próprios.

Também na Mouraria a organização espacial revela bem a origem islâmica, projectando-se em ruas pouco iluminadas e frequentemente sem saída e na multiplicidade de becos. Os núcleos centrais da vida quotidiana e os espaços públicos persistem interligados com as actividades económica, religiosa e social. A organização política e administrativa emanava do seu próprio alcaide, eleito pela comunidade, com funções administrativas e de justiça, coadjuvado por um quadro de funcionários, inibido do exercício de quaisquer outros cargos públicos ou como rendeiros de direitos régios. A presença da coroa, manifestava-se sobretudo na loja da arrecadação dos direitos fiscais pagos pela comunidade. Nas actividades económicas predominavam os trabalhos de olaria e de fibras, realizados por tapeteiros, esparteiros e esteireiros.

MFS





LISBOA AFONSINA ENTRE A CONQUISTA AOS MOUROS E A OUTORGA DO PRIMEIRO FORAL, 1147-1179

Então se contavam os anos do Senhor mil com cento e quatro vezes dez e quatro e três (isto é, 1147), quando a cidade de Lisboa foi tomada per os cristãos e por eles tornada à fé católica.

Foi desta forma que o humanista André de Resende traduziu o texto de uma inscrição, colocada talvez nos finais do século XIII no átrio da Sé de Lisboa, no qual se copiou o de uma outra mais antiga, que estivera perto do púlpito e desapareceu na sequência do terramoto de 1755. Estes testemunhos epigráficos revelam o forte empenho em preservar a lembrança perene de um evento decisivo para a história da cidade como foi o da sua integração no reino de Portugal. Um século depois de tal conquista, quando o País se acabou de formar ao traçarem-se as suas actuais fronteiras, a Lisboa de D. Afonso III começou a ser considerada a capital do reino.

A escolha do edifício para colocar o mencionado memorial epigráfico foi uma opção significativa, pois a catedral lisboeta, então denominada Igreja de Santa Maria Maior, era a marca viva do triunfo da fé cristã sobre a dos vencidos islâmicos, já que foi construída sobre a principal mesquita da cidade.

André de Resende completou a sua informação sobre a conquista de Lisboa indicando que leu num «breve sumário dos reis godos» a circunstância desse evento ter ocorrido quando «era uma sexta-feira, à sexta hora do dia, havendo cinco meses que el-rei a tinha cercado, *scilicet* desde Junho até Outubro», o que correspondia ao dia 24 de Outubro.

Em 1553, no ano em que André de Resende publicou a primeira notícia sobre as antigas inscrições alusivas à tomada de Lisboa, Luís de Camões partiu de Lisboa rumo à Índia, onde escreveu *Os Lusíadas*, aí sublimando a épica integração da cidade no reino de Portugal, que assim alcançou uma muito ampla divulgação.

(...)

Obedeceste à força portuguesa,
Ajudada também da forte armada
Que das Boreais partes foi mandada
Lá do Germânico Álbis e do Reno,



E da fria Bretanha conduzidos,
A destruir o povo Sarraceno
Muitos com tenção santa eram partidos,
Entrando a boca já do Tejo ameno,
Co'ó arraial do grande Afonso unidos,
Cujá alta fama antão subia aos céus,
Foi posto cerco aos muros Ulisseos.

Cinco vezes a Lua se escondera,
E outras tantas mostrara cheio o rosto,

Quando a cidade entrada, se rendera
Ao duro cerco que lhe estava posto.
Foi a batalha tão sanguina e fera
Quanto obrigava o firme pressuposto
De vencedores ásperos e ousados,
E de vencidos já desesperados.

Desta arte, enfim, tomada se rendeu,
Aquele que nos tempos já passados,
À grande força nunca obedeceu

Lápide alusiva à conquista de Lisboa em 1147 no átrio da Sé de Lisboa, final do século XIII.

Dos frios povos Cíticos ousados,
Cujo poder a tanto se estendeu
Que o Íbero o viu e o Tejo amedrontados;
E, enfim, co'ó Bétis tanto alguns puderam,
Que à terra de Vandália nome deram.

Que cidade tão forte, porventura
Haverá que resista, se Lisboa
Não pôde resistir à força dura
Da gente, cuja fama tanto voa
(...)

Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Lisboa, 1572, canto 3, 57-61

Estes inspirados versos exaltam um feito militar que sempre foi assumido como da maior importância, sendo bem conhecido após a publicação das cartas que sobre o assunto foram escritas por cruzados que participaram nos acontecimentos então ocorridos. Tais testemunhos revelam-se esclarecedores sobre o que então se passou, sendo de destacar de entre eles como mais importante o de um cruzado inglês, que durante bastante tempo se pensou chamar Osberno. Essa fama prolongou-se num daqueles erros que teima em não desaparecer por completo, pois é seguro que Osberto (e não Osberno) de Bawdsey, clérigo relacionado com a casa de Glanville, foi a figura a quem a carta se remeteu, sendo o autor do documento com o extenso e detalhado relato presencial sobre a conquista de Lisboa em 1147 uma personalidade identificada pela abreviatura R. a qual corresponderá a um presbítero inglês chamado Raul.

A conquista de Lisboa aos mouros foi um evento de importância decisiva não apenas para a história da cidade mas também para a do País e mesmo do mundo, pois estamos perante a integração de um centro de poder político e económico de grande relevo no recém constituído reino independente de Portugal, no qual teria um papel fundamental, quer como garante da sua independência, quer como factor da sua expansão.

A conjuntura em que se insere o episódio militar aqui em causa é de ponderar com particular cuidado,

pois Lisboa esteve no centro de uma disputa feroz nas lutas que então se travavam no Ocidente da Península Ibérica entre dois blocos, o da cristandade em expansão e o do islão em retracção no Andaluz. Era um tempo em que D. Afonso Henriques se acabara de proclamar rei de um território denominado Portugal que nascia como País dos sobressaltos de movimentos sociais no seio dos cristãos e no calor das lutas da Reconquista. Foi neste processo dinâmico e complexo que para o primeiro rei português Lisboa surgiu como um alvo fundamental a alcançar, pois a sua estratégia de poder exigia o alargamento da superfície do seu reino e a obtenção de vitórias que lhe aumentassem os rendimentos e o prestígio, de forma a poder afirmar-se no seio da comunidade internacional. Sem que tivesse meios para alcançar tais objectivos por si só, o rei português teve de inserir a sua luta num plano mais vasto em conexão com o poder militar potencializado pela realização da segunda cruzada, graças ao qual seria possível trazer para a Cristandade e mais em particular para Portugal a cidade cuja posse era ambicionada.

Por essa altura Lisboa era uma cidade muito elogiada pelos autores árabes devido às suas grandes proporções, que, de acordo com os cálculos efectuados por Cláudio Torres contaria “com um denso povoamento espalhado pelos subúrbios e beira-rio”, não sendo por isso “descabido admitir uma concentração populacional a rondar as 20 ou 25 000 pessoas”, que viviam num espaço em que “se juntarmos os quinze hectares de espaço intra-muros com os dois arrabaldes da Alfama e do Ocidente teremos um total aproximado de trinta hectares para a sua área urbana”. Terá sido uma população dessa ordem de grandeza, a que talvez se acrescentasse um considerável número de refugiados de outras localidades, sobretudo de Santarém, que enfrentou uma força de invasores em que os cruzados foram calculados como sendo cerca de 13 000 homens, sendo incerto o número dos portugueses que com eles colaboraram, mas sendo certo que eram em número bastante inferior. Durante o cerco à cidade os portugueses acamparam a norte, os ingleses e normandos a ocidente enquanto os alemães e os flamengos

Sé de Lisboa, detalhe da representação de Lisboa num desenho da BUL, c. 1570.



ficaram a oriente.

Em 1140 ou 1142, D. Afonso Henriques já tentara conquistar Lisboa com a ajuda de cruzados, mas os sarracenos resistiram na parte da cidade protegida pela velha e reforçada cerca de origem tardo-romana, facto que não levou o monarca português a desistir do ambicioso objectivo de a dominar. Foi por isso que, após o assalto furtivo a Santarém, levado a cabo com sucesso em 15 de Março de 1147, o rei voltou a colocar nos seus planos o próximo domínio de Lisboa. Para esse efeito D. Afonso Henriques começou a diligenciar no sentido de voltar a contar com a colaboração dos imprescindíveis homens que iam participar na segunda cruzada, aquando da sua passagem pelo litoral português a caminho da Terra Santa, pois o seu número era muito superior ao das forças portuguesas de que dispunha.

Enquanto o apuramento crítico dos dados fornecidos pelas fontes cristãs permite traçar a história dos movimentos de D. Afonso Henriques e dos cruzados em torno de 1147, o conhecimento do que se passou nesse período do lado islâmico não é tão bem conhecido em algumas particularidades, mas o que se sabe sobre o assunto deve ser divulgado pois é da maior importância para compreender os acontecimentos que aqui são referenciados. Trata-se de uma matéria complexa e algo confusa centrada em figuras cuja acção, tal como no Norte, esteve marcada por lutas independentistas que acabaram por



fragilizar o poder islâmico no Sul de Portugal e na Andaluzia. Foi por essas razões que a muito autónoma Lisboa não foi socorrida enquanto esteve sob a forte ofensiva de portugueses e cruzados do Norte da Europa. Tais dados são comprovados nomeadamente pelo facto de os sarracenos de Lisboa terem pedido o auxílio do rei de Évora, Abu Muhammad Sidray Ibn Wazir, que o recusou enquanto foi senhor de um dos segundos reinos taifas em que se dividiu o *Garbe al-Andalus* (região ocidental da península Ibérica) desde 1144, na sequência do afastamento dos mouros almorávidas provocada pela revolta liderada pelo famoso Ibn Casi. Estes reinos viriam a desaparecer sob o domínio dos almóadas, ainda que as primeiras incursões destas tribos de mouros fanáticos na península Ibérica ocorridas em 1146 e 1147 não lograssem êxito, devido a revoltas em Sevilha e Marrocos, que entre Abril e Junho de 1147 os levaram a regressar ao Norte de África. Esta realidade levou a que, enquanto decorreu o cerco de Lisboa, as regiões do Sul de Portugal estivessem preocupadas em recuperar as respectivas independências, tendo Ibn Wazir reforçado a sua preponderância alentejana a partir de Évora, enquanto Ibn Casi se manteve

em Silves.

A ofensiva cristã sobre Lisboa iniciou-se a 28 de Junho de 1147 com a chegada ao Tejo de mais de 164 navios cristãos e prolongou-se por perto de cinco meses, tendo-se traduzido num cerco e sucessivos assaltos às suas muralhas. Os defensores da cidade lograram resistir até 21 de Outubro de 1147 mas nesse dia decidiram negociar a rendição, pois verificaram que não iam conseguir resistir ao ímpeto do ataque que então estavam a sofrer a partir de uma grande torre móvel que os cruzados construíram para atacar na zona do actual Arco Escuro (perto da Casa dos Bicos). A tradição portuguesa de que conquista de Lisboa se concluiu no dia 25 de Outubro, dia de São Crispim, não se afigura exacta, pois os melhores testemunhos do evento apontam para que tal facto se verificou um pouco antes, podendo-se talvez situar no dia daquele santo a retirada dos muçulmanos do interior da cidade, depois de esta ter sido saqueada pelos cruzados e de alguns deles terem cometido várias atrocidades sobre os seus habitantes.

A *Olisipo* romanizada, transformada na *Ulyssipona* da Alta Idade Média e na *Lusbuna* islâmica sofreu

em 1147 a violência de combates que iriam desencadear mudanças políticas, sociais e económicas importantes, levando a que, apesar da continuidade de linhas de força estruturais com o passado, a cidade ganhasse uma nova identidade sob o topónimo *Lixboa*, que acabaria por dar a actual denominação de Lisboa. Os antigos povoadores da cidade em que se misturavam moçárabes, judeus e muçulmanos de várias proveniências receberam então outras gentes vindas do resto da Península Ibérica e do Norte da Europa. O surto migratório que se passou a verificar veio a compensar as baixas provocadas durante os combates entre os habitantes de Lisboa e o abandono do território por numerosos mouros, que partiram para terras sob o domínio islâmico. Todo este processo é difícil de documentar, mas há indícios que apontam para que entre os novos povoadores muitos seriam provenientes da região de Coimbra, isto para lá dos numerosos cruzados que tinham participado na conquista. De entre estes o mais conhecido foi o inglês Gilberto, que D. Afonso Henriques nomeou para novo bispo da Lisboa, depois do anterior bispo moçárabe, que aí residia, ter sido morto pelos cruzados.

Representação da disposição das forças que cercavam Lisboa numa gravura publicada em *El Alphonso del cavallero Don Francisco Botelho de Moraes y Vasconcelos*, Lisboa, 1716, GEO.

Apesar das vicissitudes por que Lisboa passou em 1147 Maria João Branco é do parecer que “a tese da ruptura total não parece resistir face a uma análise mais aturada da escassa documentação, e do que sabemos da reestruturação da cidade logo após a sua conquista». A mesma autora afirmou ter havido “uma ocupação prolongada e continuada, que não sofre rotura durante trinta anos e que contraria a noção de que só o foral de 1179 viria a reactivar a vida económica. O foral limita-se a corroborar elementos que a própria documentação já nos veicula, como a existência de mordomos, atestada logo em 1158 ou a de *prefecti*, desde 1153”.

Ao dar a Lisboa o seu primeiro foral em Maio de 1179 D. Afonso Henriques não podia deixar de evocar à sua maneira e logo nas considerações preliminares desse texto chave para a vida da cidade o magno feito em que se assume como protagonista no seu proémio:

Em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo, Ámen. Com a ajuda da graça de Deus, que a tudo fecunda generosamente, eu, Afonso, pela divina vontade rei dos portugueses, conquistei aos sarracenos, à custa dos trabalhos e do engenho meus e dos meus homens, a cidade de Lisboa e restituí-a ao culto de Deus, entregando-a depois a vós, meus homens e vassalos e criados, para a habitardes como terra vossa.

É muito significativo que este diploma seja coevo da bula *Manifestis probatum* que em 23 de Maio de 1179 o Papa Alexandre III enviou a D. Afonso Henriques reconhecendo-lhe o título de rei, que já vinha assumindo desde 1140, e surja num conjunto em que também Coimbra e Santarém receberam forais idênticos. As disposições dos documentos passados às três povoações atestam que o rei as englobou num conjunto de interesses visando uma economia agrária e mercantil com linhas de desenvolvimento idênticas, ainda que a vitalidade de Lisboa, devido à importância da sua posição geográfica, viesse a alcançar maior projecção, sobretudo desde que nos finais do século XII começou a ser menos ameaçada por incursões muçulmanas.



Foral dado por D. Afonso Henriques a Lisboa em Coimbra, Maio de 1179, no traslado que dele foi feito em Novembro de 1217, em que D. Afonso II confirma esse foral e a confirmação que dele foi feita por D. Sancho I em 1186 ou 1187. AHM.

Passados oitenta e três anos sobre a ocupação de Coimbra o estabelecimento definitivo da linha do Tejo com as conquistas dos dois maiores centros urbanos do *Garbe* islâmico - Santarém e Lisboa - veio a revelar-se decisivo para a consolidação do jovem reino português.

Depois do sangue derramado e das perdas resultantes dos saques e destruições sofridos durante as investidas dos cruzados, os habitantes de Lisboa começaram a recuperar jardins, pomares, olivais, vinhas e gados que faziam a sua riqueza, sarando as feridas dos tempos tumultuosos e aproveitando a importante posição da cidade face ao elemento aquático, o qual lhes permitia beneficiar de actividades relacionadas com a pesca, a exploração de sal, além do comércio fluvial e marítimo. Com o tempo começaram a surgir as referências aos alfaiates, sapateiros, carpinteiros e todos aqueles que lutavam por melhorar as condições de vida na cidade. A recomposição da propriedade foi-se operando com a multiplicação de doações, compras e vendas, tecendo uma rede de interesses que se estabilizou nos séculos seguintes.

Com o início do domínio cristão surgiram as paróquias, cuja multiplicação é um sinal que revela a vitalidade e capacidade de reorganização da vida lisboeta, estando atestadas as seguintes, que passamos a indicar, de acordo com as referências mais antigas que se lhes podem apontar: 1148? - São Vicente, Nossa Senhora dos Mártires e Santa Justa (ou 1173); 1148 - Santa Maria Maior; 1160 - Santiago; 1162 - São Martinho; 1164 - Santa Maria Madalena; 1168 - Santa Cruz do Castelo, S. Bartolomeu e S. Jorge; 1173 - Santo Estêvão; 1175 - São Pedro; 1178 - S. João da Praça; 1180 - S. Miguel.

Tal como no tempo dos mouros perdurou a malha urbana marcada por ruelas ladeadas de casas baixas, sendo raras aquelas que tinham sobrado, notando-se ainda a permanência de silos subterrâneos, onde se armazenarem produtos agrícolas, lojas e mercados.

Cristãos, judeus e mouros foram reinventando uma nova tolerância, de que uma das melhores provas se encontra no foral aos mouros forros em 1170, o qual



São Vicente, iluminura do chamado *Livro de horas de D. Manuel*, c. 1524(?), MNAA.

Baixo relevo com as armas reais e o brasão de Lisboa que esteve no chafariz de Arroios, 1360, calcário, MC. ESC. 415



traduz o reconhecimento pelo rei dos direitos que tinham aqueles que permaneceram na cidade dedicados a actividades agrícolas, artesanais ou mercantis. Só mais tarde é que os direitos então existentes viriam a ser limitados.

A integração de Lisboa no recém-formado Estado português revelou não apenas o vigor do surgimento de um país mas veio a ser sobretudo a mais forte garantia da independência de Portugal.

Nos inícios da história de Lisboa portuguesa é ainda de realçar que D. Afonso Henriques tenha tomado em 1173 a iniciativa de mandar realizar uma expedição ao Algarve para aí recolher as relíquias de São Vicente, que se encontravam no cabo que tinha o seu nome e eram alvo de um ancestral e importante culto dos moçárabes num santuário que havia sido profanado pelos almorávidas. Na sequência de informações recolhidas junto de quem conhecia o local onde se encontravam as alegadas relíquias a expedição terá logrado alcançar o seu objectivo e os tão desejados despojos sagrados foram trazidos para a Sé de Lisboa. Desde que se realizou com sucesso esta famosa expedição marítima, São Vicente passou a ser o patrono de Lisboa e o navio que trouxe as suas relíquias juntamente com os dois corvos, que segundo a lenda o acompanharam, vieram a fazer parte do brasão da cidade.

JMG

DA PESTE NEGRA À CERCA FERNANDINA 1348-1375

A Lisboa medieval resulta de um longo ciclo de ocupações com características civilizacionais diferentes, avultando na sua génese e configuração de núcleo urbano consolidado, as pré-existências romanas - a fortaleza, a partir da qual irradiou e a muralha na qual se refugiou, mas morfológicamente encadeia-se directamente na cidade muçulmana, nos modos de ocupar, construir e até habitar de quem a viveu centenas de anos.

A estrutura defensiva, a Cerca Velha, confinava o recinto do Castelo e a urbe até ao rio, acompanhando as irregularidades do terreno e do traçado. Esta compartimentação por muros já então obsoletos e camuflados de habitações, era amiudadas vezes rasgado por portas e postigos que ligavam o núcleo urbano ao exterior, articulando-se com a envolvente de hortas, olivais, quintas e cercas conventuais, cujas principais vias de acesso acabaram por estimular e condicionar o seu crescimento.

A cidade estava organizada em vinte e três paróquias, a maioria extra-muros e com extensas áreas do termo anexas, que em função do crescimento demográfico, se desdobraram noutras no decurso da Idade Média, até ao século XVI. A par destas coexistiam as Judiarias, assentes no núcleo central da cidade e a Mouraria, circunscrita a norte do Castelo. A progressão do espaço urbano para oriente e ocidente e a construção de propriedades urbanas muito se deveu ao envolvimento de reis como D. Afonso III ou D. Dinis, grandes proprietários de imóveis, sobretudo de casas de habitação e tendas.

Numa escala mais aproximada à cidade e às estruturas que balizaram o seu quotidiano, podia-se ingressar em Lisboa por entre uma profusão de portas e postigos, destacando-se a Porta de Santo Antão, a Porta da Cruz, a Porta de Santa Catarina e a Porta de Cata-Que-Farás. Mas Lisboa é uma cidade marítima e a grande porta de entrada era o rio, por via do qual acolhia pessoas e coisas do mundo conhecido, o seu centro económico era já o das Ribeiras, que se articulava com o Rossio, mais vocacionado para o comércio interno.

A cidade expandiu-se sem plano e o seu crescimento vagueou entre a vontade, a necessidade e o que

Representação da morte, pormenor de uma iluminura do chamado *Livro de Horas de D. Manuel*, c. 1524(?), MNAA.

o terreno permitiu, dentro e fora de muros, numa composição de ruas estreitas, becos, escadas, praças, adros, hortas e poços por onde circulavam e se ajeitavam transportes, pessoas e bens. A Rua Nova, larga e calçada, palco de cortejos, paradas e torneios, era uma das excepções à regra, como também era excepcional a construção em altura, pois a casa tipo da Lisboa medieval que se vislumbra em gravuras e testemunhos era baixa, de barro e de pedra, com andar térreo sem pavimento, ou com sobrado de pavimento e paredes de madeira, conhecida como “forradas a olival”, frequentemente coadjuvada por horta ou quintal, sobretudo no exterior das muralhas.

Este núcleo urbano de feição rural, teria uma elevada densidade populacional, como indiciam as fontes indirectas como os róis de besteiros dos reinados de D. Dinis ou de D. Fernando, que se acolhia num espaço cujas condições de higiene precárias constituíam mais um factor de risco, numa cidade e num tempo tão vulnerável a inimigos como os que mais assiduamente a assolavam – as crises de mortalidade geradas por epidemias e as guerras e cercos por Castela, acabando esta por ser determinante na opção urbanística da sua estrutura defensiva.

Embora a conjuntura europeia e nacional precedente tenha sido marcada pelo desenvolvimento económico e demográfico, foi modelada na insalubridade dos sobrepovoados centros urbanos e agravada por uma produção agrícola, sobretudo cerealífera, não consonante, o que aliado a sucessivas crises e catástrofes naturais que inviabilizaram sementeiras e colheitas, inverteu drasticamente o cenário de prosperidade, aumentando o preço do pão e instalando-se a fome, deixando Lisboa, à semelhança de todo o espaço europeu, numa posição particularmente frágil perante uma epidemia como foi a da Peste Negra.

Foi assim que ficou conhecido, ou como a Grande Mortandade de 1347-1352, o facto que abalou profundamente o Ocidente e que se distinguiu no quadro das epidemias medievais pela sua grande letalidade.

Esta variante da peste bubónica que produzia a



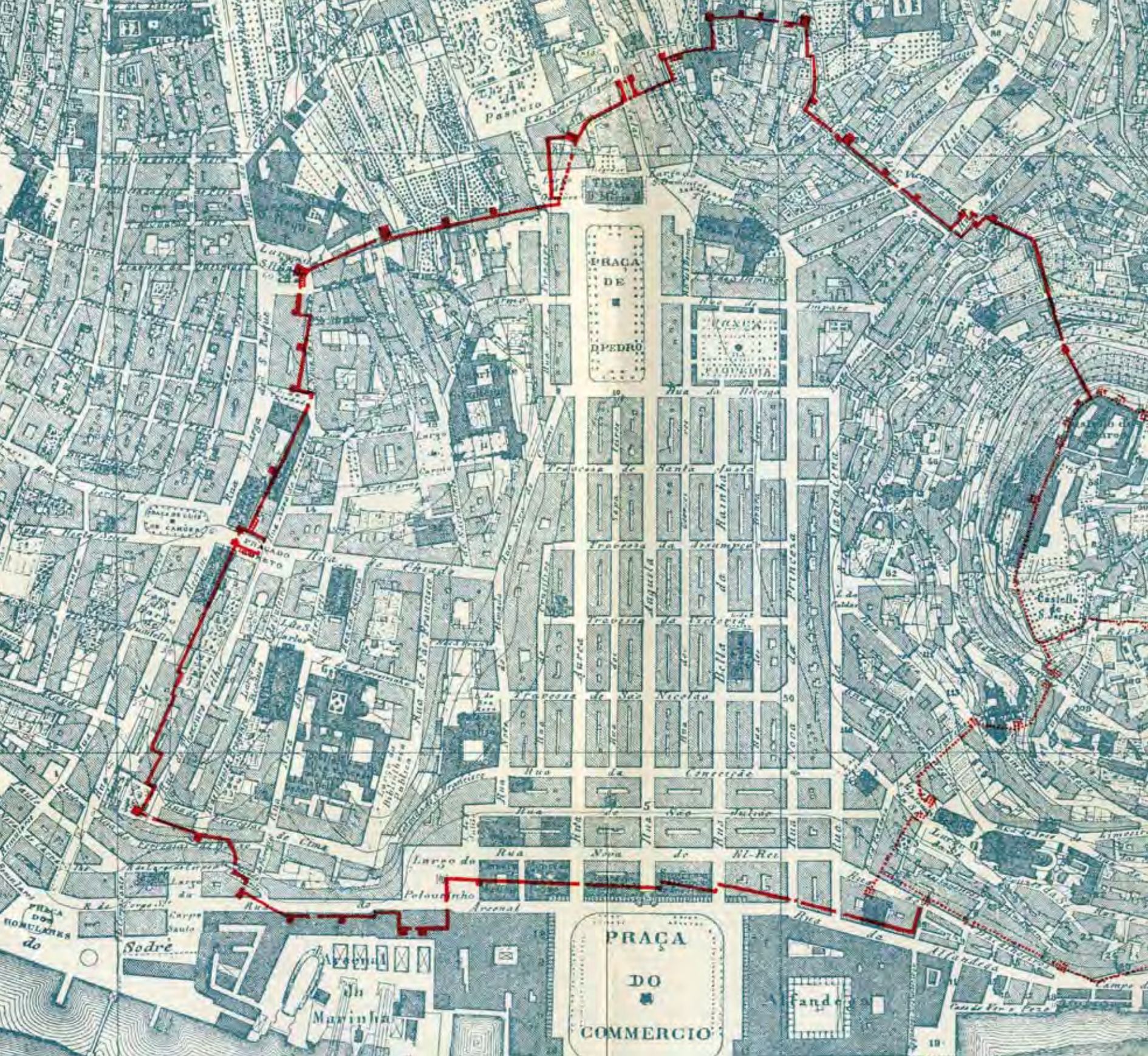
morte súbita em poucas horas após a inoculação pela picada da pulga pestífera, ou contágio por via aérea, rapidamente derivou na convicção de que podia ser transmitida pelo olhar, e foi responsável, segundo os cronistas, por cerca de trinta milhões de vítimas na Europa, o que em Portugal terá significado o desaparecimento de 2/3 da população, sobretudo nos centros urbanos.

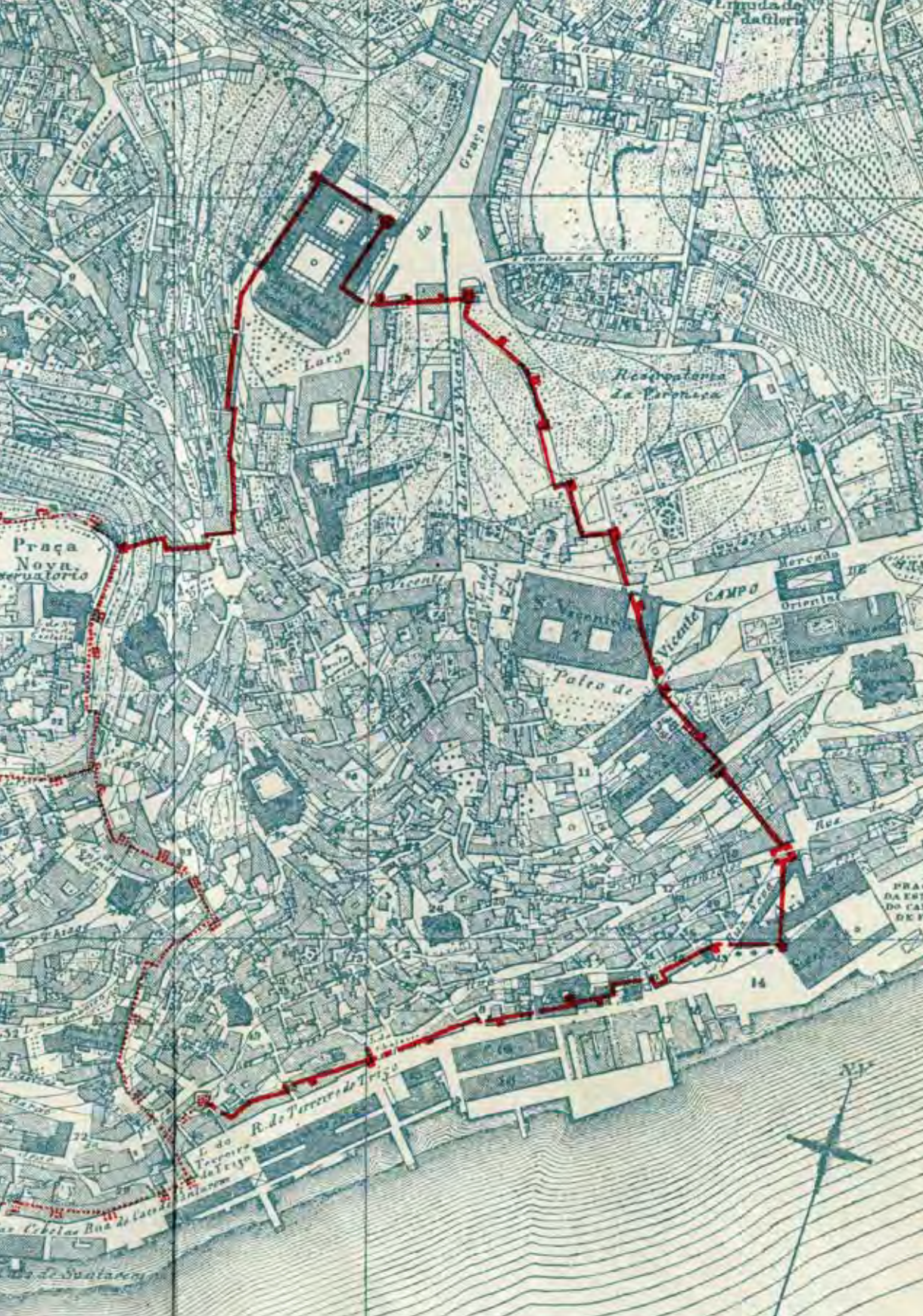
As primeiras notícias vindas do Oriente surgiram em 1346. Em meados de 1347 já se avizinhava da Europa, via Crimeia e Norte de África, nos navios genoveses vindos da colónia de Caffa, que a terão difundido pela orla mediterrânica, de onde irradiou para o resto da Europa.

A peste terá chegado a Portugal em Setembro de 1348, iniciando a sua marcha de devastação primeiro nas regiões costeiras e de grande comércio, sobretudo centros urbanos, como Lisboa, para as regiões interiores.

O relato do *Chronicon Conimbricense* diz que a peste começou pelo S. Miguel de 1348, permanecendo por três meses, causando tal mortandade que só deixou viva a décima parte dos homens, tendo morrido em apenas um mês na colegiada de Coimbra o prior, o chantre e todos os beneficiados, mesmo com recurso a rigorosas medidas de isolamento, como o emparedamento hermético.

A defesa das populações perante as pestes era quase insignificante, as medidas profilácticas e tratamen-





Traçado da cerca fernandina segundo A. Viera da Silva em *A cerca fernandina de Lisboa*, volume II, Lisboa, 1949. A muralha tinha 5,35 km de extensão contando com 77 torres e 38 portas e postigos, abrangendo uma área de 103,6 km², a qual era 6,6 vezes maior que a da “cerca velha”, que abrangia 15,68 km².

tos quase inexistentes, avultando entre elas a invocação e a protecção espiritual, o maior paliativo na eminência da morte, do pânico do fim do mundo e do castigo divino, multiplicavam-se promessas, flagelantes e procissões, preferindo-se os santos protectores da peste, como S. Sebastião, cujo culto renasceu com a peste negra.

A desorganização era inevitável e era à autoridade, sobretudo aos municípios, que aos primeiros sinais de peste cabia accionar a protecção possível e tratar do enterramento dos mortos. As medidas e planos de emergência estão bem documentados para epidemias em curso a partir do século XV, podendo-se destacar as mais imediatas como a de “despejar” a cidade dos naturais de locais onde se morresse de peste e a proibição a quaisquer entradas do exterior, colocando para isso guardas nas portas de Lisboa. Só no séc. XVI Lisboa disporá de infra-estruturas de protecção contra as pestes vindas por mar retendo-se navios, caravelas ou naus abaixo da Torre de Belém, coadjuvada pela casa de saúde e o Lazareto, que sob apertado protocolo tratavam dos assuntos sanitários e faziam a triagem das entradas na cidade.

As centenas de mortos diários começaram por ser enterrados em igrejas e adros, passando logo a praças, ruas e praias para esse fim consagradas. No século XV, em cenário semelhante, definiram-se trajectos percorridos diariamente por carroças que retiravam os cadáveres das ruas e casas “encerradas entre 15 a 20 dias, janelas, portas e frestas a prego e martelo”, sendo depois conduzidos por condenados à morte que os lançavam em grandes valas comuns abertas em terrenos extra-muros e nas praias, como foi promulgado a 20 de Março de 1506 por D. Manuel I, ordenando a inumação nos cemitérios de N^a S^a do Monte, ou N^a S^a do Paraíso, em cada extremo da cidade.

No entanto, a opção acabou por ser a instalação de um cemitério junto à Torre de Álvaro Pais, onde se erigiu a Ermida de S. Roque, outro santo defensor contra a peste, fora de portas a Santa Catarina. Um quadro comum nas crises de grande mortalidade em Lisboa está bem patente nos relatos da Peste



Grande de 1569 e na urgência, inclusive de familiares, em libertarem-se dos doentes abandonando-os em ruas e praças ou, ainda moribundos, lançados na carroça dos ministros do esquife.

A experiência adquirida com as crises de mortalidade levou ao melhoramento de procedimentos, como o isolamento de doentes, em quintas ou cabanas fora da cidade, onde eram tratados, à distância, pelo físico e pelo padre, e onde eram sepultados em caso de morte. Em 1487 Lisboa dispunha dos hospitais provisórios de S. Lázaro e Santo Antão, situados extra-muros, para acolher os doentes das epidemias.

As consequências da Peste Negra, sobretudo demográficas, sociais e económicas foram estruturais, gerando grandes mutações numa “sociedade estratificada e aparentemente estática”, com repercussão em todos os lugares, profissões, condições, em todos os homens.

A passagem de bens foi um elemento fulcral, quer para as mãos de herdeiros, muitos deles inesperados, quer para as mãos da igreja, grande reservatório de legados, e cuja isenção no pagamento de tributos, agravava consideravelmente a situação da coroa e dos municípios que se vêem inibidos dessas contribuições.

Perante isto, Afonso IV promulgou a 21 de Março de 1349 a proibição da apresentação dos testamentos aos vigários episcopais, e a obrigatoriedade da apresentação de todos os testamentos às autoridades, instituindo-se em Lisboa, logo após a peste, o cargo de juiz dos testamentos. O objectivo era o de impedir o clero de controlar os testamentos, não obstante o de não invalidar o seu papel de grande beneficiário dos legados pios.

A transmissão de bens a particulares também foi um importante factor de agravamento social e económico, bem patente na abrangência de medidas vinculativas do mesmo monarca, como a lei do mesmo ano *“que constrengam os homees que husem de seu mester e que morem per soldada os que fforem pera ela”*. Tratava-se de combater a estagnação económica decorrente da falta de mão-de-obra pela elevada mortalidade, que foi agravada pelo enriquecimento súbito de sobreviventes que deixaram de estar constrangidos a trabalhar. Por outro lado, o abandono dos campos, o insuficiente abastecimento das cidades e a subida dos preços, despoletado pela deslocação massiva de mão-de-obra campestre em direcção aos centros urbanos, em busca de melhores salários, adensou ainda mais as condições sociais de Lisboa.

DR

Depois da mortandade provocada pela Peste Negra e da subsequente ida de grande quantidade de gente dos campos para as cidades, tal como foi denunciado na lei de 3 de Julho de 1349 promulgada por D. Afonso IV, verificou-se que Lisboa acabou por recuperar a sua população, levando mesmo a que passado algum tempo a sua mancha urbana crescesse muito para lá da “cerca velha”, tendência que já se verificara antes da catástrofe epidemiológica.

Na segunda metade do século XIV a população de Lisboa foi também afectada pelo flagelo de guerras com Castela, as quais marcaram a conjuntura correspondente ao reinado de D. Fernando. Estes conflitos integravam-se num plano europeu no processo que foi chamado Guerra dos Cem Anos, durante a qual Portugal estabeleceu ligações com Inglaterra.

Em 1369, D. Fernando pensou que era necessário construir uma nova muralha para Lisboa, face a um eventual ataque castelhano, mas nada se fez por então no sentido de realizar esse ambicioso projecto. Por tal motivo os lisboetas continuaram a contar apenas para sua protecção com a velha cerca de romanos e mouros que havia sido conquistada por D. Afonso Henriques em 1147, com reparações posteriores. Foi essa muralha que conseguiu resistir à poderosa ofensiva dos castelhanos que se iniciou em 23 de Fevereiro de 1373, quando chegaram a Lisboa as forças de Henrique II de Castela com o objectivo de a cercar e conquistar. Essas tropas instalaram-se na colina onde estava o convento de São Francisco e durante as quatro semanas seguintes decorreram escaramuças, pilhagens e incêndios em muitas das casas que se encontravam fora das muralhas da “cerca velha”. Esta resistiu às ofensivas de que foi alvo, até que, após negociações, os cerca de 15 000 castelhanos (número que seria semelhante ao dos combatentes cristãos que conquistaram Lisboa em 1147), acabaram por abandonar a cidade em 24 de Março de 1373.

O drama então vivido em Lisboa levou a que D. Fernando tomasse medidas enérgicas que visaram a imediata construção de uma nova e ampla muralha que abarcasse toda a área habitada da cidade, tendo os trabalhos para a sua construção começado nos finais de Setembro de 1373 e, no essencial, acabado dois anos depois. Uma década após a construção desta obra gigantesca verificar-se-ia que ela foi um dos factores decisivos para a salvação da cidade perante os terríveis perigos que se aproximavam e viriam a coroar a crise do século XIV.

JMG

LISBOA ENTRE A ACLAMAÇÃO DO MESTRE DE AVIS E O CERCO DOS CASTELHANOS 1383-1384

- “Acorrei ao Mestre que o matam”!

Ainda hoje ecoa nas nossas memórias este apelo tão dramático lançado naquele memorável dia 6 de Dezembro de 1383 por um pajem do Mestre de Avis e depois pelo velho Álvaro Pais, “homem honrado e de boa fazenda”, como o identificou Fernão Lopes. Este cronista narrou-nos com grande vivacidade na primeira parte da sua *Crónica de D. João I* os episódios que marcaram uma das conjunturas mais conturbadas da História de Lisboa depois da sua conquista por D. Afonso Henriques. As suas palavras têm o dom de nos convocar para as apertadas ruas da Lisboa onde então nasceu uma onda popular que não mais parou de crescer durante os meses seguintes. O povo passou a dominar a cidade, assegurando assim o sucesso do golpe de Estado que acabara de ser despoletado no palácio do Limoeiro ao ser assassinado o conde Andeiro. Os conspiradores que levaram a cabo tal acção contra o valido de D. Leonor Teles, a rainha viúva que regia o reino em nome da sua filha D. Beatriz, esperavam que então a governante recuasse na recusa em constituir um conselho de regência de que fariam parte dois representantes de cidadãos de cada comarca do reino. Para a chefia daquela conjura havia sido escolhido D. João, mestre da Ordem Militar de Avis, pois era o único filho de D. Pedro I, apesar de ilegítimo, que então estava em Portugal. Álvaro Pais, que tinha grande prestígio e influência junto da burguesia lisboeta, preparou a conjura e garantiu a protecção ao Mestre aquando do atentado, mediante o desencadear do acima mencionado movimento de massas, sob o falso pretexto de que o Mestre estaria a ser atacado. Esta personalidade aceitara a chefia da conspiração e a responsabilidade de iniciar um processo de consequências incertas, pois sabia que o povo de Lisboa o iria apoiar e talvez pensasse que a rainha acabaria por ceder às pretensões dos revoltosos.

A hostilidade que havia entre o povo e D. Leonor Teles recuava a Maio de 1372, quando no Rossio se assistiram a momentos de grande tensão no adro da igreja de São Domingos, onde os mestrais de



Lisboa se manifestaram contra o casamento daquela ambiciosa e determinada fidalga com o rei D. Fernando. Tão inédito como enérgico comportamento levou a que o casal tivesse de fugir para Leça do Balio, onde realizou o pretendido casamento, sendo depois os cabecilhas daquela rebeldia severamente punidos.

A morte de D. Fernando ocorrida prematuramente a 22 de Outubro de 1383 deu azo a uma crise dinástica que assumiu um carácter revolucionário ao

precipitar conflitos sociais resultantes das tensões acumuladas por grupos de interesses contrários. O problema da sucessão de D. Fernando tinha como fulcro a questão política que então se colocou, pois D. Leonor Teles, entretanto nomeada regente, deveria governar o reino até que sua filha D. Beatriz, a herdeira legítima da coroa, que nesse mesmo ano casara com D. João de Castela, tivesse um filho para por sua vez herdar o trono português. O poder então instituído, contudo, contava com a oposição da

Estátua de D. João I na Praça da Figueira, 1970.



Retrato de D. João I, século XV, MNAA.

de seguida o corpo arrastado até ao Rossio onde, numa cena macabra, começou a ser devorado pelos cães. Foi nesse mesmo lugar que alguns dias depois se veio a centrar de novo a agitação que caracterizou a situação política que se viveu nesse Dezembro “quente” de 1383. Com efeito o movimento composto sobretudo por mesterais e outros sectores de assalariados não se dissipou, como inicialmente se pensara, e adquiriu inesperadamente uma dinâmica própria, tendo os mesterais pressionado a burguesia no sentido de que esta reforçasse a oposição ao partido da rainha e dos grandes fidalgos, que estavam a favor dos interesses do rei de Castela.

O patriciado concelhio revelou hesitações perante a atitude a tomar face ao agudizar da situação política, surgida da impossibilidade de conseguir conciliar os seus interesses com os da rainha. Esta ao fugir para Alenquer e depois para Santarém, de onde chamou em seu auxílio o rei de Castela, terá dito de Lisboa que: “Mau fogo a queimasse e que ainda a visse destruída e arada a bois”.

O Mestre de Avis perante os perigos que antevia ainda chegou a pensar em fugir para Inglaterra, mas acabou por se decidir a arriscar a sua sorte em Portugal, vendo que podia contar com uma larga base social de apoio.

Vale a pena observar de perto os acontecimentos ocorridos em Lisboa, pois foram decisivos ao precipitar-se, talvez em 15 de Dezembro de 1383, a aclamação do Mestre de Avis como regente numa espécie de comício realizado no adro do mosteiro de São Domingos, no Rossio. Foi aí que, segundo Fernão Lopes: “o comum povo livre e não sujeito a alguns, que o contrário disto sentissem, lhe pediram por mercê, que se chamasse Regedor e Defensor dos reinos”.

No dia seguinte, ainda segundo o mesmo autor que seguimos, compareceram na Câmara do Concelho “muitos honrados cidadãos”, para dar parecer sobre o assunto, pois não haviam estado presentes na reunião anterior em número suficiente, sendo então “razoado por parte do Mestre, como todo o povo miúdo o recebia por seu regedor e defensor”. A reacção do patriciado era ainda a de relutância em aceitar a nova situação, pois: “Nenhum não respondia,

calando-se todos; outros falavam mui manso à orelha com os que estavam acerca deles; assim que nenhum não dava resposta que mostrasse que consentia em cousa que os outros dissessem”. Perante a ausência de resposta «dos mais honrados», um “tanoeiro, que chamavam Afonso Anes Penedo” (que mais tarde foi muito bem recompensado), pondo a mão na espada que levava lançou um ultimato decisivo:

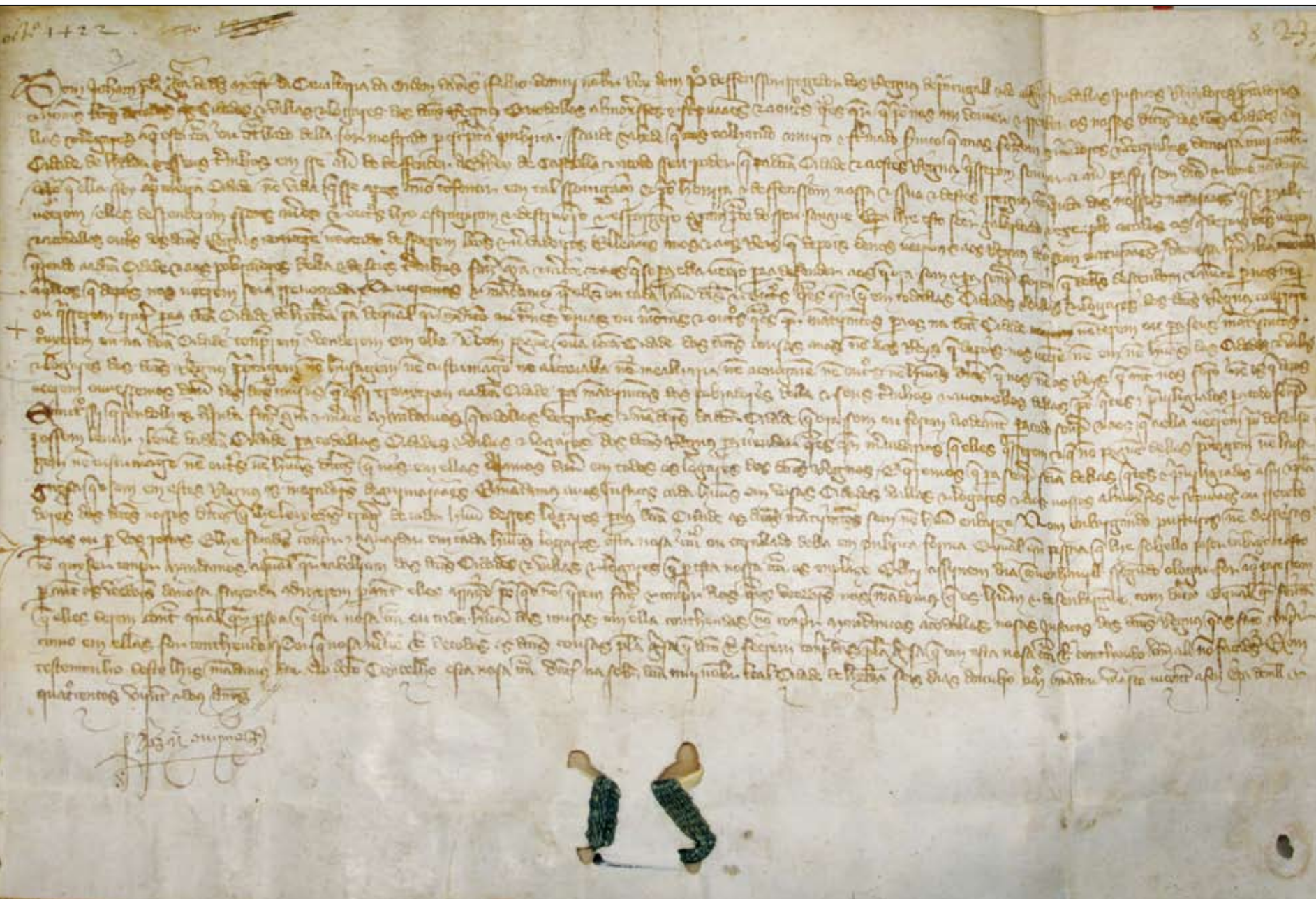
Quereis vós outorgar o que dizem? ou dizeis que não quereis, cá eu em esta cousa não tenho mais aventura do que esta garganta; e quem isto não quiser outorgar logo há mester que o pague pela sua, antes que daqui saia. E todos os que aí estavam do povo miúdo, aquela mesma razão disseram; vendo aqueles que foram chamados o alvoroço que todos faziam e lhes não cumpria ter em isto outro contrário jeito, outorgaram então quanto os outros tinham prometido.

A partir desta altura o novo “regedor” formou um conselho composto de letrados, mercadores e clérigos, a que se juntou em Lisboa um organismo que foi designado por Casa dos Vinte e Quatro, sendo formado por artífices e legalizado em 1 de Abril de 1384, no qual “vinte e quatro homens dois de cada mester, tivessem aí de estar na Câmara para toda cousa que se houvesse de ordenar por bom regimento e serviço do Mestre, fosse com seu acordo”. Desta forma evidenciava-se a força política que então os mesterais tinham alcançado e viriam a manter posteriormente.

No princípio do conturbado ano de 1384, o movimento social desencadeado em Lisboa alastrou-se a outros pontos do País provocando uma guerra civil em muitas regiões, a que se viria a juntar a luta contra os invasores castelhanos que eram apoiados pela grande nobreza. Segundo a interpretação de Fernão Lopes por esse tempo “se levantaram os povos em outros lugares, sendo grande cisma e divisão entre os grandes e os pequenos. A aquele juntamente dos pequenos povos, que se então assim juntava, chamavam naquele tempo arraia miúda. Os grandes à primeira escarnecendo dos pequenos, chamavam-

burguesia e de mesterais, que temiam os malefícios que podiam advir de uma governação de forte pendor aristocrático, pois D. Leonor estava ligada à grande nobreza, que nesta conjuntura esperava poder aumentar o seu poder no governo e assim melhorar a sua situação social e económica à custa do agravamento dos interesses das diversas camadas do terceiro estado.

O ódio que o povo nutria à por ele denominada de “aleivosa” era recíproco, pelo que era de temer a reacção da governante face à execução do conde Andeiro, que tinha fama de ser seu amante. Foi face a esta realidade e após a execução de uma iniciativa tão sangrenta que os conspiradores procuraram a cobertura popular para se precaverem contra alguma retaliação dos apoiantes da rainha. O tumulto popular que evocámos transbordou as ruas e surgiu poderoso e decisivo no apoio à causa do Mestre de Avis, depois de se ter sabido que estava vivo e afinal havia sido ele o responsável pela morte do conde. A sanha popular acabou então por se virar contra D. Martinho, o bispo de Lisboa, que sendo castelhano e tendo sido considerado um inimigo perigoso, foi atirado do alto de uma das torres da Sé, sendo





Cerco de Lisboa em 1384 e batalha de Aljubarrota, detalhes de iluminuras das crônicas de Jean Froissart, BNF.

lhe o povo do *Mexias* de Lisboa, que cuidavam que os havia de remir da sujeição del-rei de Castela". Esta expressão do messianismo popular ligada ao "Messias de Lisboa" é bem reveladora dos tempos que se viviam e da necessidade de serrar fileiras em torno de um dirigente que se revelaria salvador da pátria ao dirigir os seus seguidores lisboetas, que tiveram de passar pelas mais duras provações quando sobre eles se abateram em simultâneo os três flagelos da crise do século XIV no seu máximo vigor: a guerra, através de um longo cerco; a fome, que então passaram, e a peste.

Tal como percebera Henrique II de Castela ao invadir Portugal em 1373 para cercar Lisboa, também D. João de Castela entendeu em 1384, segundo a expressão de Fernão Lopes, que "Lisboa era o melhor lugar de todos e cabeça principal do reino; e de tal guisa tinha nela olho, quantos lugares aí havia, que ganhada Lisboa, todo Portugal era cobrado". Esta noção estratégica do domínio da capital foi de novo retomada durante as outras grandes invasões que Lisboa voltou a sofrer: a ofensiva castelhana, que terminou na batalha de Alcântara em 1580; a ofensiva inglesa em apoio de D. António, prior do Crato, que se frustrou em 1589, e a primeira invasão francesa em 1807.

Em 28 de Maio de 1384, D. João de Castela chegou frente às muralhas de Lisboa, numa acção concertada com navios castelhanos que entretanto entraram no Tejo, depois dos navios portugueses se terem retirado estrategicamente para o Porto, de onde regressariam em 18 de Julho com reforços, travando então uma batalha naval no Tejo e conseguindo passar a barreira naval que os castelhanos haviam imposto.

A enorme força de castelhanos que cercou Lisboa

poderia ter ultrapassado os 20 000 homens, mas a população de Lisboa, que rondaria os 35 000 habitantes e estava bem defendida pelas muralhas fernandinas resistiu. Em finais de Agosto os lisboetas estavam já a ficar numa situação desesperada devido ao grande tormento da fome, mas em 3 de Setembro o rei de Castela ordenou o levantamento do cerco, devido aos efeitos da peste que lhes devastava o acampamento e por ter chegado a temer pela vida de D. Beatriz. Foi, pois, este flagelo que acabou por ser a salvação dos portugueses.

Dois séculos e meio depois do primeiro rei de Portugal ter conquistado Lisboa após um cerco de cinco meses, foi a vez de D. João I ter conseguido que a cidade resistisse durante perto de quatro meses, assegurando assim a independência de um reino que tanto ficara a dever àquela conquista.

Depois do cerco de Lisboa os seus habitantes foram largamente recompensados e as tropas do Mestre de Avis começaram a vencer a oposição de algumas vilas que lhe eram adversas, até que em Março de 1385 se reuniram cortes em Coimbra durante as quais se aclamou o rei D. João I, que viu confirmada a sua realeza no campo de batalha em Aljubarrota em 14 de Agosto desse ano. Os principais e decisivos lances que levaram a este processo haviam-se jogado previamente na aclamação do "Messias de Lisboa" e na resistência ao cerco castelhano, culminando na vitória final daquela batalha, a qual ficou consagrada nesse admirável memorial à independência nacional que é o mosteiro da Batalha. Pouco depois desta obra régia ter sido iniciada aquele que era o segundo em Portugal, o Condestável Nuno Álvares Pereira, não quis ficar atrás do seu rei e por isso também mandou fazer um grande monumento, o qual foi iniciado em 1389 em Lisboa: o

convento do Carmo. Para aí foi viver os últimos anos de vida aquele que havia sido o enérgico amigo do "Messias de Lisboa", que assim quis deixar de forma bem visível um testemunho que marcasse os feitos que vivera na realidade de Lisboa, sendo a maior igreja que até então aí se construía. O terramoto de 1755 danificou-a com gravidade mas ainda assim a sua presença é imponente para quem a vê. O mesmo cataclismo fez desaparecer o túmulo de D. Nuno Álvares Pereira, que aí se encontrava, mas na igreja, agora Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, encontra-se o túmulo do rei D. Fernando, que se encontrava na igreja de São Francisco em Santarém, de onde foi retirado no século XIX para ali ser colocado.

Da relação de amizade estabelecida entre D. João I e D. Nuno Álvaro Pereira veio a surgir a casa de Bragança, através do casamento de D. Afonso, filho ilegítimo do primeiro, com D. Brites, a filha do segundo. D. Afonso seria o primeiro duque de Bragança e veio a ser um dos principais responsáveis pela morte do infante D. Pedro na batalha travada a 20 de Maio de 1449 em Alfarrobeira, perto de Alverca. Aquele que era o segundo filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre havia sido entre 1439 e 1448 regente do reino, depois um movimento popular desencadeado em Lisboa pelo seu irmão o infante D. João, que alguns autores compararam ao ocorrido em 1383 a favor do Mestre de Avis. Com efeito em 1439, depois da morte de D. Duarte, D. Leonor de Aragão, sua viúva, havia sido encarregada da regência do reino durante a menoridade de D. Afonso V, mas foi afastada pelo referido movimento e por decisão das cortes reunidas em Lisboa desde 10 de Dezembro de 1439 essa regência foi entregue a D. Pedro, que só foi afastado em 9 de Junho de 1448, com a maioria de D. Afonso V e quando se agudizaram as hostilidades entre D. Pedro e D. Afonso, tendo este acabado por influenciar D. Afonso V no sentido de acusar D. Pedro de traição e de desencadear uma acção que terminou com a sua morte na referida batalha de Alfarrobeira.

JMG

Imagens actuais do convento do Carmo e gravuras publicadas na *Chronica dos Carmelitas*, de Frei José Pereira de Santana, Lisboa, 1746, GEO.





LISBOA NO PROCESSO DA EXPANSÃO E DOS DESCOBRIMENTOS: ENTRE A PARTIDAS PARA CEUTA E PARA A ÍNDIA, 1415-1497

Ao evocar a aclamação de D. João I em 1385, o cronista Fernão Lopes, que nasceu por essa altura, escreveu na primeira parte da crónica daquele rei que então se iniciou uma “Sétima Idade, na qual se levantou outro mundo novo e nova geração de gentes”. Na realidade em 1385 não se iniciou uma nova época, mas pode afirma-se que os acontecimentos ocorridos nesse ano permitiram de facto a criação de condições para que em Portugal surgisse o tempo em que as suas gentes iriam contribuir decisivamente para o processo da transição da medievalidade para a modernidade ao darem “novos mundos ao mundo”. São esses tempos modernos que bem se podem dizer serem os dessa mítica “sétima idade” que Fernão Lopes havia evocado em 1443, quando escreveu aquela frase em plena época dos Descobrimentos Henriquinos, fenómeno que surgira na sequência do processo da Expansão Portuguesa iniciada em 1415 quando D. João I ordenou a conquista de Ceuta.

Pessoas de carne e osso que constituíram essa “nova geração de gentes” foram felizmente retratadas genialmente por Nuno Gonçalves no famoso políptico que pintou para a Sé de Lisboa, no qual facilmente se identifica a imagem do infante D. Henrique com a mesma figuração que surge na iluminura colocada no códice da *Crónica dos feitos da Guiné* escrita por Gomes Eanes de Zurara. Essa obra prima de Nuno Gonçalves é uma das mais preciosas da pintura que surgiu em Lisboa e está patente no Museu Nacional de Arte Antiga, onde as pessoas que o frequentam se podem reencontrar simbolicamente com esses homens que assistiram à espantosa gesta da Expansão Quatrocentista.

O infante D. Henrique, que de forma tão expressiva foi denominado em 1490 por D. João II como o “inventor” da Guiné, isto é, o iniciador do processo dos Descobrimentos, foi devidamente homenageado por outro dos seus sobrinhos-netos, o rei D. Manuel, que mandou colocar a sua estátua em posição de relevo no portal sul do mosteiro dos Jerónimos, que constitui o mais magnífico reflexo de um tempo em que Lisboa protagonizou empreendimentos que mudaram radicalmente a história do mundo. Neste

mesmo local da foz do Tejo o infante D. Henrique fizera erguer uma ermida dedicada a Santa Maria de Belém para protecção espiritual daqueles que por ali passassem e em 1460 doou-a à Ordem de Cristo. Nesse edifício o Infante mandou colocar uma escultura representando Nossa Senhora do Restelo, perante a qual oraram protagonistas dos Descobrimentos como Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, antes de terem iniciado as suas sagas fantásticas à descoberta dos “novos mundos do mundo”. Só alguns anos depois da partida destes navegadores é que a ermida foi substituída pela nova e grandiosa igreja do Mosteiro dos Jerónimos. Quando as obras para esta edificação se iniciaram a Ordem de Cristo recebeu em substituição da sua ermida a igreja que então foi denominada por Conceição Velha na Baixa de Lisboa, levando para lá a venerada imagem de Nossa Senhora do Restelo. Esta escultura acabou por voltar a mudar de sítio para aquela que é actualmente denominada de igreja da Conceição Velha, mas que na realidade corresponde à manuelina igreja da Misericórdia, que teve de ser reconstruída depois do terramoto de 1755, dela apenas restando no exterior o grandioso portal. Foi, pois, nesse edifício que se veio a preservar a imagem de Nossa Senhora do Restelo, preciosa jóia evocativa do sagrado num tempo de grande religiosidade como foi o dos Descobrimentos, em que o destino dos navegantes era colocado, para lá dos conhecimentos náuticos, na superior protecção divina.

A outra relíquia do tempo dos Descobrimentos que se encontra em Lisboa e que é a única que ficou a testemunhar na sua materialidade a primeira viagem de Vasco da Gama Índia iniciada em 8 de Julho de 1497 é a escultura com a representação de São Rafael. Esta peça pode ser admirada no Museu da Marinha, que ocupa parte do Mosteiro dos Jerónimos, o templo que acabou por ser a melhor consagração e símbolo dos Descobrimentos, mesmo que se saiba ser a decisão da sua construção anterior à realização da famosa viagem do Gama. A monumentalidade e simbologia da famosa construção, contudo, só foi possível devido à abertura da rota do Cabo e às transformações da economia mundial

Nossa Senhora do Restelo, meados do século XV, Igreja da Conceição Velha.



que esta proporcionou. Não nos esqueçamos que o mosteiro foi construído graças aos lucros que se obtinham no comércio asiático e por isso bem se pode dizer simbolicamente que as pedras daquela que é uma das mais maravilhosas construções da História da Arte Mundial são um belo fruto das especiarias orientais. D. Manuel quis marcar a sua presença neste edifício, que é também o panteão da sua família, mandando colocar a sua estátua no portal ocidental.

Lisboa estava ligada ao mar pelo Tejo e daí que tivesse sido nos seus areais estendendo-se desde a proximidade das suas muralhas até à foz do rio que



▲ Mosteiro dos Jerónimos numa pintura a óleo sobre tela de Filipe Lobo, 1657(?), MNAA.

se assistiu aos preparativos e ao arranque de algumas das grandes iniciativas da Expansão, a começar pelo seu primeiro acto: a reunião da maior força que até então se havia organizado em Portugal tendo por objectivo realizar um feito sem precedentes. Com efeito foi a 25 de Julho de 1415 que do Tejo partiram cerca de duzentas navios de todos os tipos nos quais embarcaram perto de 20 000 homens dispostos a cumprirem uma missão cujo destino D. João I conseguira manter sob reserva num círculo muito limitado de pessoas. O seu destino era a cidade de Ceuta, em Marrocos, cuja conquista em 21 de Agosto desse ano marcou o início da Expansão Portuguesa pelo mundo. Os tempos em que Lisboa fervilhava com os preparativos da empresa de Ceuta contrastavam fortemente com o ambiente sombrio de crise por que passara em 1384, durante o qual a cidade padecera um cerco em que estivera ameaçada de cair sob o jugo castelhano. A armada que em 1415 partiu para Ceuta foi a primeira das que, com maior ou menor número de navios, seguiu periodicamente rumo às terras de além e iriam dar aos portugueses, até ao século XVII, uma posição hegemónica em muitas partes do mundo.

O infante D. Henrique havia sido um dos mais entusiastas defensores da ida a Ceuta e depois da sua conquista foi encarregado em 1416 de assegurar a sua manutenção sob a autoridade portuguesa. Pouco depois, em 1418, iniciou-se o processo dos Descobrimentos que se iniciou pelo reconhecimento das ilhas da Madeira e dos Açores e depois de 1434 pela passagem do cabo Bojador e do subsequente descobrimento do litoral africano, tendo as caravelas do Infante chegado à Serra Leoa quando este morreu em Sagres em 1460. Ainda que D. Henrique tivesse concentrado a sua atenção no processo expansionista a partir do Algarve, Lisboa não deixou de ter uma certa relevância e desde cedo também aqui chegaram produtos que vinham nas caravelas que iam conhecendo novas rotas atlânticas. Zurara dá grande realce à expedição de três caravelas organizada em Lisboa por Gonçalo Pacheco que em 1445 foi até Arguim.

Depois da morte de D. Henrique a “feitoria do trauto





Torre de Belém, gravura aberta a água-forte por Dirck Stoop, 1662, MC. GRA 1441.



de Arguim”, que em Lagos controlava os negócios ultramarinos, foi transferida em 1463 para Lisboa, estando esta instituição na origem daquela que depois se chamou Casa da Mina por D. João II e da Mina e da Índia por D. Manuel.

Com D. Afonso V as viagens dos Descobrimentos passaram a sair de Lisboa, onde estava Fernão Gomes, o cidadão que foi responsável por organizar a exploração dos territórios africanos do golfo da Guiné, antes que D. João II daqui mandasse em 1482 uma armada para construir a fortaleza de São Jorge da Mina e depois ordenasse a Diogo Cão e Bartolomeu Dias que contornassem o litoral africano até encontrarem uma passagem que os levassem até à Índia. Caberia ao empreendedor D. Manuel a ventura de ver coroado os esforços dos dirigentes portugueses desde o infante D. Henrique até ao seu primo, graças ao êxito de Vasco da Gama, que conseguiu concretizar a ambição de ligar por via marítima o Ocidente e o Oriente através da muita dura missão de três naus que durante dois anos lograram alcançar tal desígnio.

A praia do Restelo, frente ao lugar onde se construiu o mosteiro e no sítio em que se despediam aqueles que iam partir os entes queridos, foi também chamada por João de Barros de Praia das Lágrimas, forte expressão que veio a inspirar a Fernando Pessoa aquelas seus tão famosos versos: “Ó mar salgado, quantas das tuas lágrimas são lágrimas de Portugal”. O sal da dor era o lado negro da realidade cujo lado luminoso era o do triunfo, com a inerente abundância material que advinha aos que sobreviviam e aos que beneficiavam de bens que vinham de todas as partes do mundo. O Restelo não viu, por isso, apenas os olhos que verteram as lágrimas de sofrimento que se misturavam com as águas do Tejo, pois viu também sulcarem nas suas águas os capitães vitoriosos que regressavam com riquezas e notícias de feitos heróicos que faziam repicar os sinos e sair as procissões solenes para agradecer a Deus as vitórias alcançadas.

Foi também em Belém que aqueles que iam ver partir os navios para as longas viagens de além mar se habituaram a ver essa nau de pedra que foi

Brasão de Lisboa com a representação de uma nau, iluminura do regimento dos vereadores da Câmara de Lisboa, vulgarmente denominado "Livro carmesim", 1502, AHM. Dentro da nau encontra-se o corpo de São Vicente, o patrono da cidade, acompanhado à proa e à popa pelos dois corvos tradicionais. A nau está assente sobre ondas pintadas a azul.

A representação desta nau de quatro mastros é a mais antiga que se conhece na pintura portuguesa, nela se encontrando detalhes que raramente estão presentes na restante iconografia quinhentista de temas navais, como é o caso da enxertaria, conjunto de cabos e peças convenientemente dispostos com o fim de sujeitar a verga ao mastro, que é de três fiadas no mastro grande e de duas nos mastros da proa, do terceiro a contar da proa e do último. No traçado deste navio de grande porte são de notar as vigias nos castelos da proa e da popa, bem como as grades. De realçar ainda pormenores como o do aparelho elevatório para a gávea grande, e ainda as decorações do forro exterior do navio.

Nos quatro mastros encontram-se bandeiras, devendo a que está à proa conter a representação da esfera, ainda que já esteja muito sumida, enquanto a do mastro grande tem a forma de uma extensa flâmula com uma cruz. As bandeiras dos dois mastros restantes apresentam os cinco besantes das armas reais.

A reforçar a importância desta iluminura é de considerar a circunstância de constituir a imagem que nos permite visualizar melhor a forma das naus que fizeram viagens tão significativas para a História da Humanidade como foram as que tiveram por protagonistas Vasco da Gama (1497-1499) e Pedro Álvares Cabral (1500-1501).

baptizada de "castelo de São Vicente", mas que ficou conhecida pela simples designação de Torre de Belém. Esse monumento que sempre foi considerado um ex-libris de Lisboa e é um dos testemunhos mais emblemáticos do tempo dos Descobrimentos foi classificado como património da Humanidade, ainda que tivesse como origem a bem mais pragmática necessidade de assegurar a defesa de Lisboa. Este monumento resultou da consciência que D. Manuel tinha de que uma possível agressão marítima a Lisboa devia ser detida antes de que os seus eventuais adversários atingissem a cidade em crescimento e sem defesas possíveis face à sua grandeza. Foi por isso que o rei ali mandou erguer em 1514 uma poderosa construção defensiva idealizada por Francisco de Arruda, a qual ficou concluída em 1520. Estamos perante uma obra de arquitectura militar de grande originalidade e beleza que se situa na transição das velhas torres medievais para os modernos baluartes do Renascimento, transformando esta construção como que numa admirável nau de pedra, aliás com dimensões idênticas às que tinham as naus que seguiam para a Índia. Uma dessas naus foi pintada em 1502, no ano em que terá começado a ser construído o mosteiro dos Jerónimos, surgindo como símbolo heráldico da divisa de Lisboa, a qual ocupa de forma original toda a extensão da folha inicial do regimento dos vereadores da cidade, que então foi concedido por D. Manuel.

JMG





A LISBOA MANUELINA ENTRE O FORAL NOVO E O SONHO DE UMA NOVA ROMA 1500-1521

Nas primeiras décadas do século XV a população portuguesa rondaria o milhão de habitantes, tendo este número aumentado para perto de um milhão e quatrocentos mil em 1527. Por esta altura, Lisboa, que sempre foi a cidade mais populosa de Portugal, aumentou ainda de forma mais considerável o seu poder e número de habitantes, que se aproximariam dos 60 000, para em meados do século XVI já rondarem os 100 000.

Os movimentos demográficos subjacentes ao processo expansionista português provocaram receios pelas suas consequências a nível nacional, como o testemunham algumas pessoas, de que o exemplo mais conhecido é o de Sá de Miranda, que chegou a exclamar que Lisboa “ao cheiro desta canela / o reino nos despoeva”. O poeta, avesso ao frenesim expansionista que o rodeava, sentiu o peso da macrocefalia crescente da Lisboa Quinhentista, fenómeno que se prende com a circunstância da capital do País ser a porta por onde partiam milhares de portugueses para os novos mundos do mundo, atraídos pela expectativa de aí poderem melhorar as suas condições de vida.

A valorização de Lisboa que se reflecte nos versos de Sá de Miranda foi em grande parte protagonizada por D. Manuel, como o destacou em 1571 Francisco de Holanda no seu livro *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa* ao afirmar que “com o triunfo e vitória da Índia, quase a renovou de todo”. A intervenção deste rei na capital portuguesa foi de facto de uma importância tão grande que, entre a criação da sua cerca fernandina e as transformações de meados do século XIX, só foi ultrapassada pelas respostas radicais que tiveram de ser dadas face à tragédia destruidora do terramoto de 1755.

O crescimento da importância de Lisboa nos inícios do século XVI inscrevia-se na lógica da consolidação de uma área urbana que constituísse um influente centro económico e político, pois só a concentração de um poder forte e organizado poderia viabilizar um movimento expansionista tão ambicioso como aquele que Portugal então impulsionou. Com efeito Lisboa assumiu-se no reinado de D. Manuel como uma cidade de onde emanava uma política com



intervenção em todas as partes da Terra, o que exigiu aí uma presença mais constante do rei, que assim conseguiu uma mais eficaz capacidade de intervenção, quer a nível nacional, quer internacional.

D. Manuel foi um rei que não apenas deixou uma marca indelével na estrutura urbana de Lisboa, mas quis também que a cidade servisse de padrão à reorganização à escala nacional que o seu espírito reformista exigiu, nomeadamente através daquela que foi a sua maior reforma: a concessão de forais novos às povoações portuguesas. Foi nesse sentido que em 7 de Agosto de 1500 D. Manuel concedeu o primeiro desses forais a Lisboa, o que constituiu um sinal inequívoco de que a muita desejada reforma dos forais, que desde há muitos anos vinha sendo pedida pelo povo, começava finalmente a ser realizada. Tal reforma ficou praticamente concluída em 1520, altura em que contabilizámos terem sido passados forais novos a mais de quinhentas e setenta localidades. O códice com o foral novo de Lisboa foi um dos trezentos e nove com este tipo de documentos que chegaram aos nossos dias e o padrão

da bela iluminura do seu frontispício serviu de modelo para a ornamentação de um dos três tipos de decorações com os símbolos do poder manuelino que os marcavam.

A concessão do foral novo de Lisboa coincidiu com o ano em que se iniciou a construção do novo palácio do rei na zona da Ribeira, o qual visava substituir o velho paço da Alcáçova, situado no Castelo de São Jorge. A nova edificação não veio a ter um aspecto muito aparatoso e situava-se por cima das instalações da Casa da Índia e do Armazém, ocupando uma zona que corresponde aproximadamente aos actuais paços do Concelho da Câmara Municipal de Lisboa e aos edifícios anexos da rua do Arsenal até ao canto noroeste da actual Praça do Comércio. Esta, desde que se havia construído o Paço da Ribeira foi denominada Terreiro do Paço, o qual foi delimitado a ocidente por uma extensa galeria que ligava o Paço da Ribeira a uma torre construída em 1508 na margem do Tejo, a qual era destinada a defender a área vizinha. Esta obra foi construída sob a direcção de Diogo de Arruda e numa primeira fase tinha intuitos

Torreão e galeria do Paço da Ribeira, pormenor de um dos painéis dos Santos Mártires de Lisboa, anónimo, meados do século XVI, Ponta Delgada, MCM.

Igreja da Madre de Deus, detalhe dos painéis de Santa Auta, c. 1520, MNAA.



Pórtico manuelino da antiga Misericórdia, actualmente igreja da Conceição Velha.



defensivos, visando compensar a desvalorização progressiva das muralhas fernandinas, que estavam a ser largamente ultrapassadas pelo crescimento da cidade para ocidente e na Ribeira. Essa torre começou ser transformada em 1580 sob a direcção de Filipe Terzi num torreão apalaçado, que veio a marcar a imagem da cidade e ainda hoje está patente no torreão que o substituiu depois do terramoto de 1755, alguns metros mais à frente da construção original.

D. Manuel criou em torno do Terreiro do Paço um novo centro de poder político e económico que, estando perto do Tejo, permitia-lhe ver de perto as partidas e chegadas dos navios que sulcavam os oceanos, trazendo para ali as riquezas de todo o mundo. No novo paço o rei podia facilmente controlar todo o enorme afluxo de mercadorias que então se transaccionavam em Lisboa. Esta construção terá começado a ser habitada em 1505 e foi nela que o rei passou a maior parte do seu tempo até ao momento em que aí morreu em 13 de Dezembro de 1521.



O interesse de D. Manuel pela renovação da cidade já está patente desde 1498, altura em que deu indicação para a realização de um importante conjunto de obras e regras a seguir nas construções em Lisboa. Uma das áreas em que patenteou a sua intervenção foi na Rua Nova dos Mercadores, de origem dionisina, a mais larga e importante que então havia em Lisboa e era paralela à parte setentrional do Terreiro do Paço, onde se passou a centrar o poder político e económico do País. Aquela rua comunicava com a também larga rua Nova del Rei, que D. Manuel mandou traçar para permitir uma ligação do Terreiro do Paço com a outra grande praça de Lisboa que a marcava a norte: o Rossio. Este espaço que tão importante havia sido e continuaria a ser na vida da cidade foi profundamente marcado pela construção do grande Hospital de Todos os Santos. A sua imponente fachada estava virada para o Rossio e ocupava grande parte do que é hoje a Praça da Figueira. Esta obra, ainda que tivesse sido projectado em 1492 por iniciativa de D. João II, foi erguida na sua maior parte no início do reinado de D. Manuel, tendo começado a funcionar em 1502. Aqui se localizou a principal área de apoio social, que se transformou em mais um dos símbolos da Lisboa manuelina na sua parte Norte, que a sul passou a contar com outro dos templos a assinalar a magnificência das iniciativas de D. Manuel: a Misericórdia. Esta igreja, que ultrapassara a “cerca velha”, balizava a oriente o Terreiro do Paço, perto da zona onde se começou também a erguer no reinado de D. Manuel a Alfândega Nova, que estando do outro lado da galeria que ligava a torre junto ao Tejo ao Paço da Ribeira, delimitava a oriente o Terreiro do Paço. Este novo centro de Lisboa estava quase numa posição central entre outros dois pólos que D. Manuel idealizou virem a ser os marcos da expansão da capital: a ocidente o magnífico Mosteiro dos Jerónimos, começado em 1502 e a oriente o mosteiro da Madre de Deus, começado em 1509 pela influente D. Leonor, irmã do rei e viúva de D. João II, a criadora das Misericórdias, que contaram com todo o apoio de D. Manuel. No seu anseio de levar a cabo reformas estruturantes que assegurassem a modernização do País e o





Caixa de pesos, bronze, 1499, MC. depósito da Família Keil do Amaral.

permitted adapt to the new times of modernity that they were living, in the sequence of the expansion of Portugal that was to protagonize, D. Manuel had the touchstone of his interior policy already evoked reform of the charters, completing it by a series of legislative measures, one of which was to give to the Câmara de Lisboa its regiment of regents and officials. This work, which was registered in a code in parchment illuminated, known vulgarly as “Livro carmesim”, was concluded on 30 August 1502, being an important piece of the reformist policy led to the end by D. Manuel. This work reflects not only the commitment that this king manifested in intervening in administration of the capital but also the conscience of being at that time that assented a large part of his economic and political, at the internal and external level.

The success of the Portuguese Expansion in the world, an option that D. Manuel privileged more, was concomitant with the growth of Lisbon, which he wanted to transform into a new Rome. The regiment that we here highlight passed to be an effective instrument of the management of the city and was to complete the financial part of the new charter granted on 7 August 1500, which was to specify the nature and the amounts of the royal rights. D. Manuel, by ordering the preparation of this regiment, gave relevance to the attribution of Lisbon to his kingdoms, as can be seen in the affirmations expressed in its preamble:

Dom Manuel, by the grace of God king of Portugal and of Algarves, of that part of the sea in Africa, lord of Guinea and of the conquest, navigation and commerce of Ethiopia, Arabia and of India; let us know that considering

us the obligation in which we are to seek all manner of good regiments and ordinances by which our kingdoms and lordships may be well governed and ruled, principally this our very noble and always loyal city of Lisbon and for being its head; and of that which must be a good example for all cities and villages of our kingdoms and lordships; and giving, praises to Our Lord, as to the multiplication of his people and revenues go in great growth and for the sake of the chamber and revenue of the said city it is very necessary that some things be amended and corrected, besides the laws and ordinances by which they govern our kingdoms and lordships, and thus also to the said city; and therefore we order and command, that in the said revenue and officials that shall belong to the said chamber, and almoxarifado, and etcetera, be fulfilled and guard the ordinances and appointments ahead of written and declared as to each office and to this kingdom belongs, thus by the regents of each year, as by all the other officials of the said chamber and almoxarifado as it is.

This text is elucidative of the concern of D. Manuel to interfere in the government of the Country and insert himself in the wider framework of the renewing determinations that he promulgated in Portugal, appearing after the presentation on 31 May of that year of 1502 of the regiment and ordering of the weights, which then was distributed to all the parishes of the country, together with the piles of weights decorated with the heraldic regency, that the sovereign ordered to be made in 1499 in Flanders. This last measure would be inserted in a reform of metrology that aimed to reach a standardization of the weights and occurred in the ambit of the reform of the former ones, which then was in course.

The regiment of the Câmara de Lisboa of 1502 was inserted in two illuminations that assume a place of prominence in the iconology of D. Manuel, in which express the symbolic association of the king to the city, through the placing of his arms and motto next to the coat of arms of the city, association that is reinforced through the presence of the besants of the shield in the banners that are found on the ship that is represented (cf. fig. da p. 41).

The historical context in which the regiment of 1502

Representation of the arms of the king of Portugal and the motto of D. Manuel in an illumination of the regiment of the regents of the Câmara de Lisboa, vulgarly denominated “Livro carmesim”, 1502, AHM. In this coat of arms figure symbolically the heraldic identifier of the king of Portugal sustained by two angels. These entities were considered sent by God and for this expressed the divine protection granted to the Portuguese monarch. An aspect that we still have to consider to revalue the importance of this illumination and of the ship that accompanied (cf. fig. da p. 41), resides in the fact that in them we shall find which were the images that were on the banner of the city of Lisbon in 1502, for in that time it was painted of a different form in the two sides, having in a ship transporting São Vicente and the ravens, which corresponded to the coat of arms of the city, and on the other the royal arms.



was rediged was marked by important events, such as was the birth in Lisbon, still in the palace of Alcáçova, of the firstborn and heir of D. Manuel, the future D. João III, which occurred on 6 June of that year, having been for this occasion that Gil Vicente presented the *Monólogo do vaqueiro*, with which he began his theatrical career. In the sequence of the birth of the prince D. João were convened cortes for Lisbon, which occurred between 15 August 1502 and the end of that month.

The East was in this conjuncture the center of the attention of the society and of the power in Portugal, as can be seen by the sending on 10 February 1502 of

Funeral de D. Manuel, passando pelo palácio da Ribeira em direcção à Sé de Lisboa em iluminuras do chamado *Livro de horas de D. Manuel*, atribuível a António de Holanda, c. 1524(?), Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga.



uma poderosa armada da carreira da Índia composta por quinze navios sob o comando de Vasco da Gama. Em Outubro desse mesmo ano foi feito em Lisboa um famoso planisfério que aí foi adquirido pelo comerciante e espião italiano Alberto Cantino, que o enviou ao duque de Ferrara, no qual se registou uma das primeiras imagens modernas da Terra que resultava dos Descobrimentos. Este trabalho é muito justamente considerado uma das obras-primas da História da Cartografia e foi copiada do padrão dos mapas que então eram preparados no Armazém da Índia sob o paço de D. Manuel, que estava então a ser construído.

Como símbolo máximo deste esplendoroso tempo manuelino temos hoje o mosteiro dos Jerónimos, obra magnífica do património mundial que começou a ser erguida no Restelo talvez a partir de 6 de Janeiro de 1502. Tal realização é o fruto da vontade de um homem que então estava a ascender a uma elevada posição da História Universal ao impor-se como o primeiro monarca que teve um poder de interferência à escala planetária.

Ao tentarmos pensar o que era essa Lisboa cosmopolita e exótica do tempo de D. Manuel ainda a podemos imaginar com o rei a cavalgar acompanhado de elefantes e um rinoceronte por ruas apinhadas

de gentes das mais variadas origens, desde africanos a europeus do Norte. Um dos percursos que então o rei fazia é aquele que foi seguido no seu funeral, mais tarde representado nas belas iluminuras do chamado "Livro de horas de D. Manuel".

JMG



LISBOA ENTRE O MASSACRE DOS JUDEUS E A INQUISIÇÃO 1506-1821

Lisboa no início de Quinhentos colhia já os frutos dos Descobrimentos e fortalecia-se como cidade portuária e centro comercial. O seu alargamento territorial foi dinamizado, tendo há muito descido o Castelo e implantado solidamente no vale, cresceu nas colinas opostas, em novos bairros dispostos em banda, concentrando-se gradualmente na proximidade ao rio. Aqui se erigiram edifícios que marcaron profundamente o quotidiano de Lisboa, como o Paço Real da Ribeira e as suas dependências.

O Rossio, que foi mandado calçar por D. Manuel I, tinha na sua moldura um edifício de porte maciço e austero, carregado de simbolismo, que viria a ser na segunda metade do século o Palácio da Inquisição, no Paço dos Estaus, outrora albergue de príncipes e embaixadores. Local de passagem obrigatória de procissões e palco de autos-de-fé, aí imperava a dimensão da “cura”, das almas e do corpo, esta cometida ao Hospital Real de Todos os Santos.

Cidade de abundância e luxo, o comércio era intenso e intercontinental, impressionava e decepcionava visitantes, viajantes e forasteiros quando confrontados com as infra-estruturas e o saneamento.

Cidade em expansão, no espaço e em gentes, a “grande cabeça do reino”, cuja população fixa e fluante estava grandemente ligada ao comércio e à navegação, da construção naval aos negociantes ou marinheiros para o arrolamento das frotas. No numeramento de 1527 constavam 13.010 vizinhos, e 30 anos mais tarde, segundo Cristóvão Rodrigues de Oliveira já eram 18.000.

Serve este breve enquadramento histórico-geográfico para uma melhor apreensão dos factos e da intensidade do *pogrom* de Lisboa de 1506, ou matança de judeus. No entanto, remontemos a Dezembro de 1495, quando D. Manuel I decretou a conversão forçada dos judeus que permanecessem em Portugal após o édito de expulsão, pois era essa a condição dos Reis Católicos para acordar no casamento do monarca com a sua filha D. Isabel.

A estabilidade económica e a continuidade de certos serviços no reino eram grandemente assegurados por judeus e seriam postos em causa com esta medida. Porém, era essa uma grande oportunidade

para o projecto de união das coroas ibéricas sob o seu principado. Perante este real dilema, da eminência da saída massiva dos judeus e dos seus bens – D. Manuel I conciliou a sua manutenção em Portugal através da conversão dos mesmos ao catolicismo, ainda que para isso tenha recorrido à arbitrariedade, como o baptismo forçado a que milhares de judeus não escaparam. Foi uma sucessão de factos dramáticos que envolveram os que ficaram e os que se puseram em fuga.

Os que não partiram – cerca de 20.000 – e que aceitaram as condições para a sua permanência, foram



reunidos junto aos Estaus e no cais da Ribeira, e aí foram baptizados, retirando-se-lhes previamente os menores de 14 anos que foram educados no seio de famílias cristãs. Passaram assim a designar-se de *Cristãos-Novos*. O decreto de Maio de 1497, entre outras cláusulas, conferiu-lhes um período de 20 anos após a conversão, no qual não estariam sujeitos a quaisquer suspeições nas suas práticas religiosas.

Mas a conjuntura religiosa, social e económica era instável e foi agravada com a peste de 1505 que assolou a cidade por dois anos. Foi tal o cenário que D.

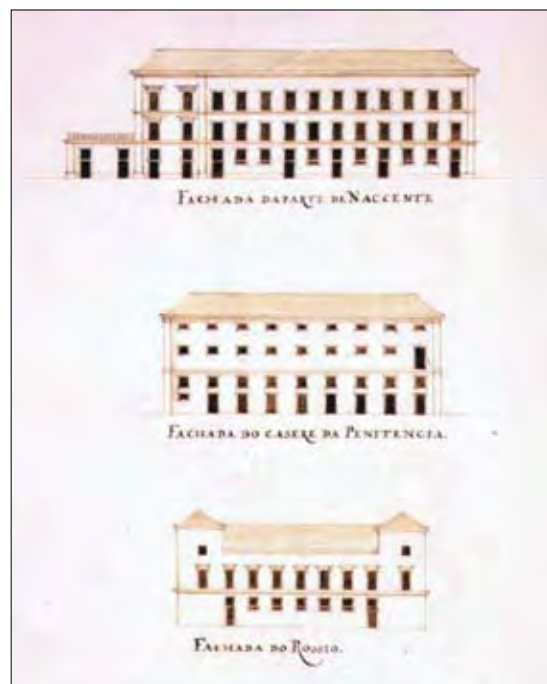
Manuel I dera ordem de evacuar Lisboa, saindo com ele nobres e burgueses, ficando à mercê da fome e da doença sobretudo os mais desfavorecidos, a quem praticamente só restara a participação apaziguadora nas procissões e ritos religiosos.

Mas a tensão era latente, os mal-entendidos entre cristãos novos e velhos avolumaram-se e dois incidentes acabaram por abrir a caixa de Pandora: a 17 de Abril de 1506 foram presos alguns cristãos novos, surpreendidos a celebrar o *Sêder*, sendo posteriormente libertos por ordem real. Este acto foi visto como um conluio e favorecimento dos marranos, o que adensou ainda mais a ira da população. Dois dias depois, numa celebração de domingo, na igreja de S. Domingos a população “assistiu” a um milagre que foi posto em causa por um cristão-novo. Este foi, acto contínuo, morto e queimado, a que se seguiu uma verdadeira matança, sob incentivo de frades dominicanos. A cidade assistiu ainda à organização de milícias que se deslocaram de casa em casa, eliminando todos os que encontravam, queimando-os depois no adro de S. Domingos e noutros bairros da cidade. Este processo, que teve o envolvimento de tripulações de navios estrangeiros ancorados no Tejo, fortemente motivados pela pilhagem, durou uma semana e resultou, segundo Damião de Góis, em cerca de dois mil mortos, contando-se entre eles homens tão influentes e ricos como o cobrador de impostos reais João Rodrigues Mascarenhas.

A reacção de D. Manuel I foi de punição dos culpados e condenou à fogueira os instigadores da população revoltosa e os outros envolvidos foram espoliados dos seus bens e exilados. O município foi varado pela ira de D. Manuel I que lhe retirou o título de *Mui nobre e leal cidade*, atribuída por D. João I e os seus habitantes foram inibidos de quaisquer privilégios.

Volidos dois anos, D. Manuel I conferiu gradualmente os privilégios retirados a Lisboa, porém as tensões prevaleceram entre cristãos novos e cristãos velhos. O monarca inicia então conversações com a Santa Sé no sentido de instituir a Inquisição em Portugal, inspirado no tribunal que desde 1478 vigorava em Castela e se revelara de grande eficácia

Alçados do edifício da inquisição no Rossio tal como foram traçados em 1634 no f. 8 do *Livro das plantas e montes de todas as Fábricas das Inquisições deste Reino e Índia, ordenado por mandado do Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Dom Francisco de Castro Bispo Inquisidor Geral e do Conselho de Estado de Sua Majestade. Anno Domini 1634. Por Matheus do Couto, Architecto das Inquisições deste Reino, IAN/TT.*



na perseguição e repressão aos cristãos-novos. Estas negociações prolongaram-se até ao reinado do seu filho, D. João III, que em 1525 manifestou renovado empenho perante o problema do judaísmo e no estabelecimento da Inquisição em Portugal. Esta instituição além de estar habilitada a lidar com as questões de fé e dos costumes, significava o reforço do poder real em assuntos eclesiásticos por via da legitimação papal, daí ter sido um grande estímulo para a coroa portuguesa, mas também o causador das intermitências nas negociações por parte da Santa Sé, só concluídas com a bula *cum ad nihil magis*, de 23 de Maio de 1536. Ficava assim ratificada a Inquisição em Portugal, oficialmente instalada no palácio dos Estaus, no Rossio, a partir de 1571. O primeiro auto-de-fé, em simultâneo com Coimbra, Porto, Lamego, Tomar e Évora, decorreu a 20 de Setembro de 1540, no Terreiro do Paço, com a assistência da corte. Aqui foram julgados vinte réus, seis

Cerimónia de julgamento na Inquisição, gravura de Pierre Landry empresa em *Description de l'univers contenant les différents systèmes du monde, les cartes generales et particulieres de la geographie...*, Allain Manesson Mallet (1630-1706), tomo IV, Paris, Chez Denys Thierry, 1683, p. 315. GEO.

dos quais sentenciados e mortos na fogueira, duas mulheres e um homem acusados de bruxaria e três cristãos-novos.

O tribunal do Santo Ofício teve nas suas fileiras numerosos juizes dominicanos que actuaram no âmbito doutrinário e dos costumes, em processos de prática de judaísmo, dissidências na ortodoxia, luteranismo, calvinismo, crimes de bruxaria e feitiçaria e pecados públicos.

Para a eficácia do processo inquisitorial muito contribuíram as práticas, os instrumentos e as técnicas utilizadas, como o tormento, o segredo e a ignorância de culpa. Ao julgamento e punição destes crimes o Santo Ofício juntava a capacidade de lhes impor penas temporais. O anonimato da denúncia foi instituído em 1547 e revelou-se um recurso poderoso na forma como coagiu e aterrorizou a população, constituiu “um poderoso dispositivo de vigilância e controlo social em muitas esferas da vida e do quotidiano das populações” (História de Portugal, p. 196).

O segredo era um emblema do Santo Ofício, tudo o que lá se passava era secreto, jurando-se a cada interrogatório, ou a cada sessão de tormento – todos juravam segredo, do preso, ao notário, meirinho, inquisidor. Sobre os que não foram condenados à morte e saíram em liberdade, pendeu esse princípio, sob pena de incorrer em crime semelhante à heresia.

O processo inquisitorial radicava pois na denúncia e na confissão. A primeira decorria frequentemente do Edital da Fé, publicado no primeiro domingo da Quaresma e que sujeitava os fiéis, sob pena de excomunhão maior, a denunciar alguma irregularidade ou inconfidência cometida por outros cristãos. Os que se furtassem a isso, ainda que conhecessem actos de heresia ou outros crimes, sujeitavam-se à excomunhão automática *ipso facto incurrenda*, e perseguição pelo Santo Ofício, como protectores de hereges. A prisão fazia-se a partir do acto de denúncia, todas elas válidas ainda que provenientes de pessoas que no direito comum não teriam capacidade para tal, como escravos, excomungados ou condenados.



O acusado era conduzido à mesa da inquisição pelo meirinho ou um familiar do Santo Ofício onde lhe retiravam todos os bens e logo aconselhavam a *desencarregar a sua consciência*, mas não lhe era comunicado o motivo da prisão, e ficava a partir de então inibido de contactar o exterior, bem como do sacramento da confissão, excepto os que não estivessem acusados de heresia e *em artigo de morte*. O processo obedecia a duas fases, primeiro era interrogado para confissão das culpas em que estava pronunciado, esperando-se que o preso as declarasse espontaneamente e ainda denunciasses outras pessoas. Nesta fase estavam previstas três sessões de interrogatório, a sessão de genealogia, a sessão *in genere* e a sessão *in specie*, esta sobre os factos de que era acusado.

O tormento era habitual nestas sessões “ou pelo crime não estar provado, ou pela diminuição de sua confissão” (Regimento do Santo Ofício da Inquisição



dos Reinos de Portugal §13, tit. 13, L. II, MDCX). Após o juramento o preso era admoestado e atado ao instrumento de tortura. Os tormentos podiam ser de polé, uma corda na qual o preso era içado e sacudido violentamente, ou de potro, banca ou leito de ripas, onde o réu era entalado com cordas puxadas por manivela. Nunca se poderia apresentar em auto-de-fé um condenado com sinais de tormento. Se conseguia suportá-lo sem fazer declarações, não lhe imputavam pena de morte, mas somente a pena de prisão.

Era sempre uma oportunidade para os inquisidores provocarem o maior número possível de denúncias ou confissões, pois os cúmplices foram sempre matéria de interrogatório. Para a confirmação da culpa, eram de grande valia os carcereiros, outros presos e o alcaide da prisão, pois o contacto próximo davalhes conhecimentos tão reveladores como as práticas alimentares dos réus.

O julgamento era a fase seguinte cujo libelo de acusação era elaborado a partir das denúncias e depoimento do réu, depois a defesa e finalmente, a sentença final.

Era o Santo Ofício que escolhia o advogado ou procurador do qual o réu passava a depender, embora este não o pudesse acompanhar nos interrogatórios e vedado o acesso ao processo, só conhecendo os libelos e sentenças que o réu conhecia. A sua grande

função era a redacção e homologação dos factos alegados pelo réu na defesa e nas contradictas. No caso dos condenados à morte, a notificação da sentença era feita na sexta-feira antes do auto-de-fé, na qual o notário dava a conhecer aos réus que estavam “relaxados ao braço secular”. A pena era acordada em tribunal por maioria de votos, e obedecia a um cerimonial em que participavam o inquisidor que conduzia o interrogatório, coadjuvado por outro e um representante da diocese, assistido por um notário.

Uma dimensão que a Inquisição soube explorar bem, a encenação dos autos-de-fé, associando dramatismo e participação da multidão, e estes eram de facto acontecimentos marcantes na vida da cidade. Daí a sua realização em locais nobres e capazes de comportar grandes massas: o Rossio, a Ribeira ou o Terreiro do Paço, onde a corte podia comodamente assistir, ou ainda no palácio da Inquisição e nalgumas igrejas da cidade, onde decorriam os julgamentos dos “reconciliados”, aqueles que eram readmitidos na Igreja e condenados a penitências espirituais, a prisão ou desterro.

Algumas descrições chegaram a ter edição impressa, e todo o procedimento era minuciosamente descrito. Era levantado um cadafalso, com altar, assento para os principais da hierarquia da Igreja, deputados da Inquisição e provedores, um altar de abjuração

e um púlpito, onde os processos eram lidos, começando com os crimes de heresia, feitiçaria, bigamia, pecado antinatural e judeus.

O séquito silencioso de acusados, cobertos com os sambenitos, hábitos brancos que continham as insígnias das suas culpas pintadas, vela na mão e cruzes pendentes à frente e atrás, era escoltado por familiares do Santo Ofício e padres. Chegados ao anfiteatro, eram colocados defronte da tribuna dos juízes, e quando convocado individualmente para a leitura da sua sentença, o condenado dirigia-se ao centro e ajoelhava-se. Em caso de morte, o preso ouvia a sentença de relaxamento ao braço secular, que era obrigatória e imediatamente executada à vista dos inquisidores, concluída com a fórmula “E o relaxam à justiça secular, a quem pedem com muita instância e eficácia se haja com ele benigna e piedosamente, e não proceda a pena de morte com efusão de sangue.” (Regimento de 1552) Este era o momento mais aguardado pela população, a execução das penas.

A vigência do tribunal do Santo Ofício concitará um historial denso de acusação, espoliação e morte de milhares de vítimas que se vai esbatendo no decurso do século XVIII, sobretudo com as reformas pombalinas, terminando oficialmente na sessão das Cortes Gerais de 1821.

DR

Lisboa e região entre Belém e Cascais numa gravura publicada por Georg Braunius em *Civitates orbis terrarum*, volume I, Colônia, 1572, MC. GRA. 1397. Esta representação talvez se baseie num desenho cujo original poderá datar de cerca 1513(?). No verso desta gravura publica-se uma descrição de Lisboa de acordo com a obra de Damião de Góis *Urbis olisiponis* (...). A cidade de Lisboa assumia tão grande importância que o mesmo editor publicou outra imagem da cidade no quinto volume da *Civitates orbis terrarum* que terá sido impresso em 1598, ainda que de acordo com um desenho talvez de cerca 1565, (cf. fig. da p. 58).



O ELOGIO DE LISBOA NO RENASCIMENTO 1554

E tu, nobre Lisboa, que no mundo,
Facilmente das outras és princesa,
Que edificada foste do facundo,
Por cujo engano foi Dardânia acesa;
Tu, a quem obedece o mar profundo,
Obedeceste à força portuguesa,
Ajudada também da forte armada,
Que das Boreais partes foi mandada.

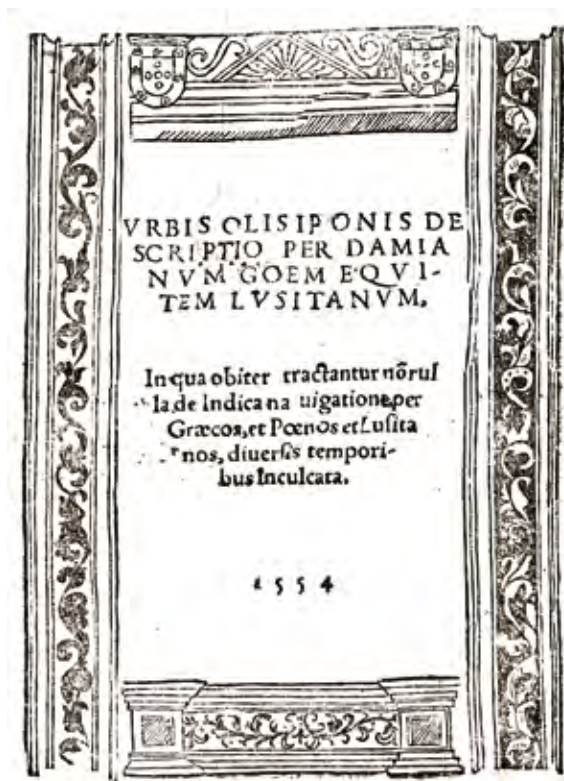
Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Lisboa, 1972, III, 57.

Estes versos, em que o Poeta exalta Lisboa, traduzem em toda a sua expressividade genial o orgulho desmedido por uma cidade cuja importância se assumia e propagandeava na Europa do Renascimento, alardeando nomeadamente a sua origem mítica, atribuída a um fundador de prestígio como era Ulisses.

Um ano antes de se concluir a impressão d'*Os Lusíadas*, Francisco de Holanda, um dos artistas mais emblemáticos do nosso Renascimento, figurava Lisboa como a rainha do mar oceano na sua *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa* concluída em Julho de 1571 (cf. fig. da p. 6). A maior parte das ideias expressas nesta obra recuavam ao reinado de D. João III, um rei que não valorizara tanto a capital como o fizera seu pai D. Manuel, e só tardiamente, depois de 1542, é que terá manifestado junto de Francisco de Holanda a necessidade de nela intervir. Este artista, que se formara em Itália, terá então pensado em projectos que retomou e alargou ao preparar a mencionada obra de 1571, na qual realça a D. Sebastião a importância da cidade escrevendo que ele: "não tem outra cousa mais nobre em seus reinos, nem há mais Portugal que Lisboa". Entre as ideias mais arrojadas que aí defendia contava-se a de proceder ao abastecimento de água à cidade recuperando antigos dispositivos que haviam sido construídos na época romana; fazer novas fortificações e construir um palácio em Xabregas, como alternativa ao Paço da Ribeira.

Lisboa era na Europa do Renascimento uma cidade de prestígio, devido à sua importância como centro onde se recolhiam informações de todo o mundo

VRBIS OLISIPONIS DE/SCRIPTIO PER DAMIANUM
GOEM EQUI-/TEM LUSITANUM, / In qua obiter
tractantur nō nul/la de Indica navigatione, per /
Graecos, et Poenos et Lusita/nos diuersis tempori/
bus inculcata, Évora, André de Burgos, em
Outubro de 1554, (24) f. GEO 239-P.



e se dirigia um comércio que se começava a fazer à escala planetária. Por tais motivos a cidade passara a ser vista como uma das maiores da Europa, facto que era reconhecido internacionalmente ao mais alto nível, como o reflecte nomeadamente a afirmação que, segundo Frei Nicolau de Oliveira, o imperador Carlos V teria feito em 1535: «se eu fôra rei de Lisboa, eu o fôra em pouco tempo de todo o Mundo».

Damião de Góis foi um dos que mais contribuiu para promover o valor da capital portuguesa ao publicar em 1554 o seu *Urbis Olisiponis* (...). Esta obra, quanto a nós, pode ser considerada como a fundadora da Olisipografia primitiva, pois antes do surgimento da Olisipografia contemporânea, iniciada por Júlio Castilho, foi a primeira em que um autor se dedicou a evocar a cidade no seu passado e no seu presente,

Sumario em que breuemente se contem algumas cousas assi ecclesiasticas como seculares que ha na cidade de Lisboa, Lisboa, Germão Galharde, 1554 ou 1555, 50 f. GEO MON 145P. Neste volume se declara que «achar-se-á em casa de Gil Marinho, livreiro do infante Dom Luís no Terreiro do Paço onde sua alteza mora».



da forma que então podia ser vista de acordo com a mentalidade do seu tempo.

Durante o Renascimento e antes da obra de Damião de Góis ser impressa já outros a haviam enaltecido, como é o caso do grande humanista André de Resende, ao escrever a sua oração de sapiência *Oratio pro nostris*, publicada em 1534 e os versos do seu opúsculo de 1545 sobre São Vicente, *Vincentius leuita et martyr*. Em 1546, foi editado o primeiro livro consagrado ao elogio em verso de Lisboa que é da autoria do esquecido poeta italiano Girolamo Britonio, que o publicou em Roma, também em latim, com o título *Ulysbonae regiae Lusitaniae urbis carmen*.

No livro sobre Lisboa aquele que foi o mais prestigiado humanista português na Europa do seu tempo começa por demarcar o seu público-alvo, que



considera serem homens cultos no estrangeiro e daí que a sua redacção seja feita em latim. O seu objectivo é o de empreender com o mecenato do cardeal D. Henrique uma descrição cuidadosa da cidade em que resumisse tudo aquilo que lhe parecia mais relevante. Ao iniciar a redacção da sua obra Damião de Góis começa por isso a dar a primazia de Lisboa entre as mais importantes cidades europeias da seguinte forma:

Duas são as cidades que, nos nossos tempos, poderíamos legitimamente designar por senhoras do Oceano e como que suas rainhas. As suas ordens e sob sua

dominação, nos nossos dias, Oriente e Ocidente em conjunto estão abertos à navegação. Uma delas é Lisboa. Desde a embocadura do Tejo chama ela a si o domínio da parte do Oceano que, em amplexo imenso de mar, abarca a África e a Ásia. A outra é Sevilha; voltada a ocidente, a partir do rio Guadalquivir, tem franqueado à navegação a parte do orbe que hoje se chama Novo Mundo.

Damião de Góis tinha a consciência de que a grandeza de Lisboa se devia aos Descobrimentos e revelá-lo de forma clara ao afirmar que:

Quanto a nós, assumindo apenas descrever o sítio e a

configuração da cidade de Lisboa, não parecerá fora de propósito que, antes de lançarmos mão à obra, comecemos por aquilo que torna mais glorioso o tema sobre o qual vamos escrever, ou seja, pelo descobrimento do caminho marítimo para a Índia, levado a cabo por homens da nossa terra. Sendo este feito digno de memória, ser-me-á assim legítimo deter-me um pouco nele e também, através do estudo que fizemos dos testemunhos dos antigos, revelar a quem nos ler quantas dificuldades se depararam àqueles que, por qualquer modo que fosse, ousaram abalançar-se a empresa envolta em tantos perigos.

As partes introdutórias do livro centram-se por isso

- 1 e 2 Palácio dos Estaus e Hospital de Todos os Santos
3 Alfândega Nova, Terreiro do Trigo e Misericórdia
4 Terreiro do Trigo e Alfândega Nova
5 Misericórdia
6 Casa da Índia e Armazém.

na valorização dos Descobrimentos, a que se segue o debate sobre a questão de saber quem tinha sido o fundador de Lisboa, convocando para o efeito vários historiadores desde a Antiguidade ao seu amigo André de Resende, a maior autoridade sobre o assunto. Esta parte da obra de Damião de Góis é aquela em que se revela menos sentido crítico ao aceitar lendas sobre seres fabulosos, sendo apenas quando deixa essas digressões e parte para as alusões à sua reconquista que passa a ser mais realista. Ao destacarmos aqui alguns dos tópicos desta obra consideramos ser digno de reparo que o autor apenas dê a cidade como tendo cinco e não sete colinas, pois este número só surge no *Livro da grandezas de Lisboa* de Frei Nicolau de Oliveira, impresso em 1620, indicação que depois se tornou moda copiar, à imitação do que se fazia relativamente a Roma. Quanto a Damião de Góis o número sete serviu-lhe para referência da selecção dos edifícios mais notáveis da cidade, à maneira do que também faziam os autores antigos. Para ele esses edifícios seriam, utilizando as expressões portuguesas da época: a Misericórdia, o Hospital de Todos os Santos, o Paço dos Estaus, o Terreiro do Trigo, a Alfândega Nova, a Casa da Índia e o Armazém do reino.

No primeiro livro em prosa publicado sobre Lisboa Damião de Góis expressou as suas preocupações humanísticas e universalistas terminando-o de forma esclarecedora e com humildade:

Sobre as inúmeras coisas exóticas que por toda a roda do ano são trazidas a esta nossa cidade e aí são descarregadas procedentes dos nossos domínios da Índia, Pérsia, Arábia, Etiópia, Brasil, África, já tratámos bastante desenvolvidamente num opúsculo que publicámos sobre a fertilidade e opulência da Hispânia, pelo que, deliberadamente, não quisemos fazer aqui menção em pormenor. Se alguém eventualmente desejar deveras conhecê-las, procure esse livro e depois leia-o.

Quanto ao mais, se este nosso trabalho não for do agrado do leitor, saiba ele que não fizemos imprimir esta obra por imaginarmos que assim os caminhos ficavam vedados por nós a outros autores. Efectivamente, se por acaso alguém trazer a público exposição



Lisboa num desenho à pena e tinta sépia de Francisco de Holanda em *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*, f. 8 v-9, Julho de 1571, Lisboa, BA, 52-XII-24.

Casa dos Bicos.



mais elucidativa sobre a origem e a situação da Capital, fará obra sem dúvida grata a todos e a nós em primeiro lugar.

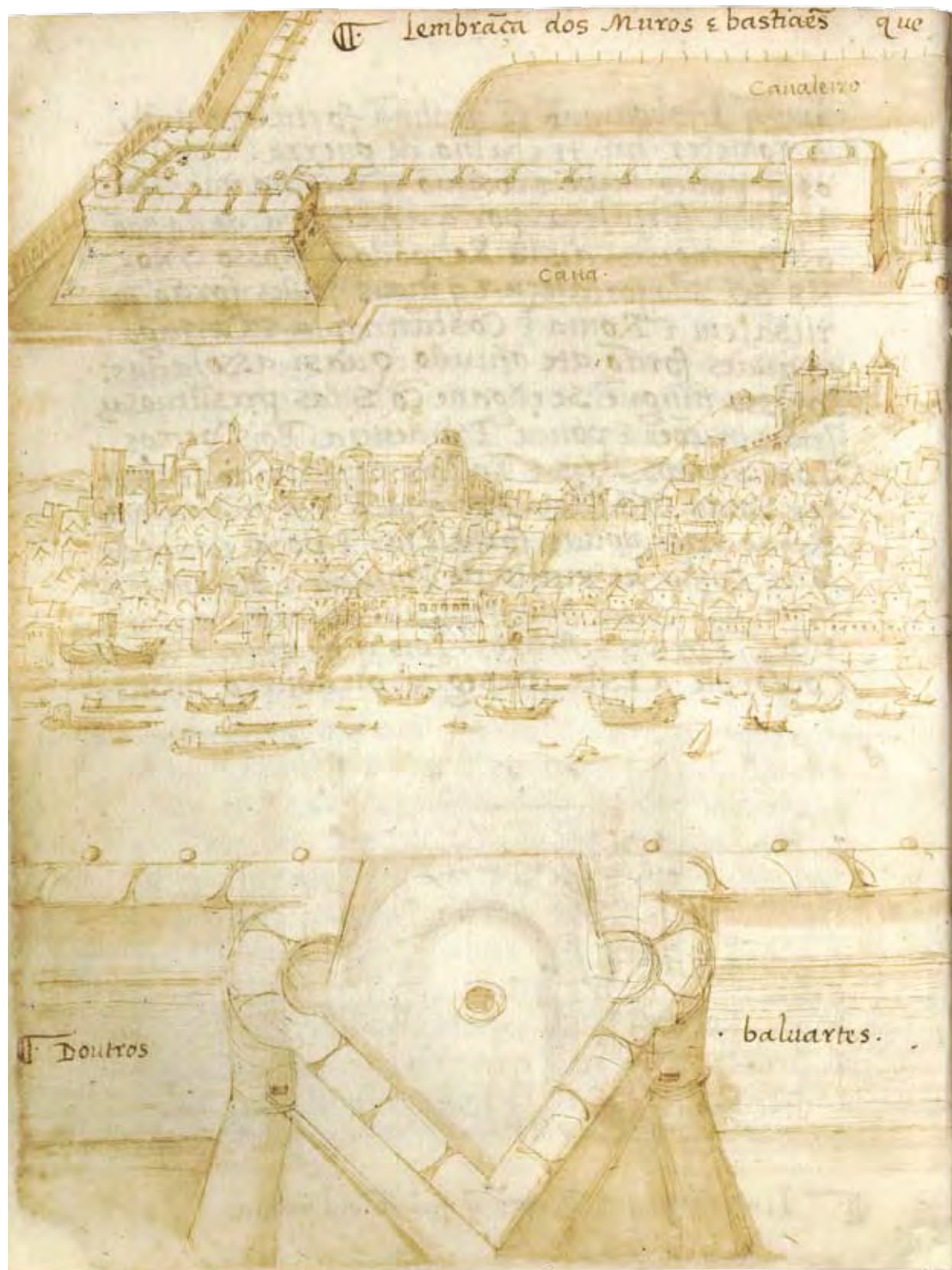
Quem sabe se em resposta a este quase convite não foi publicado sem data, mas que se pode admitir ter sido nos finais de 1554 ou nos inícios de 1555, um *Sumário* sobre Lisboa escrito por Cristóvão Rodrigues de Oliveira em 1551, no qual se registam inúmeros detalhes da cidade, sobre a qual conclui que:

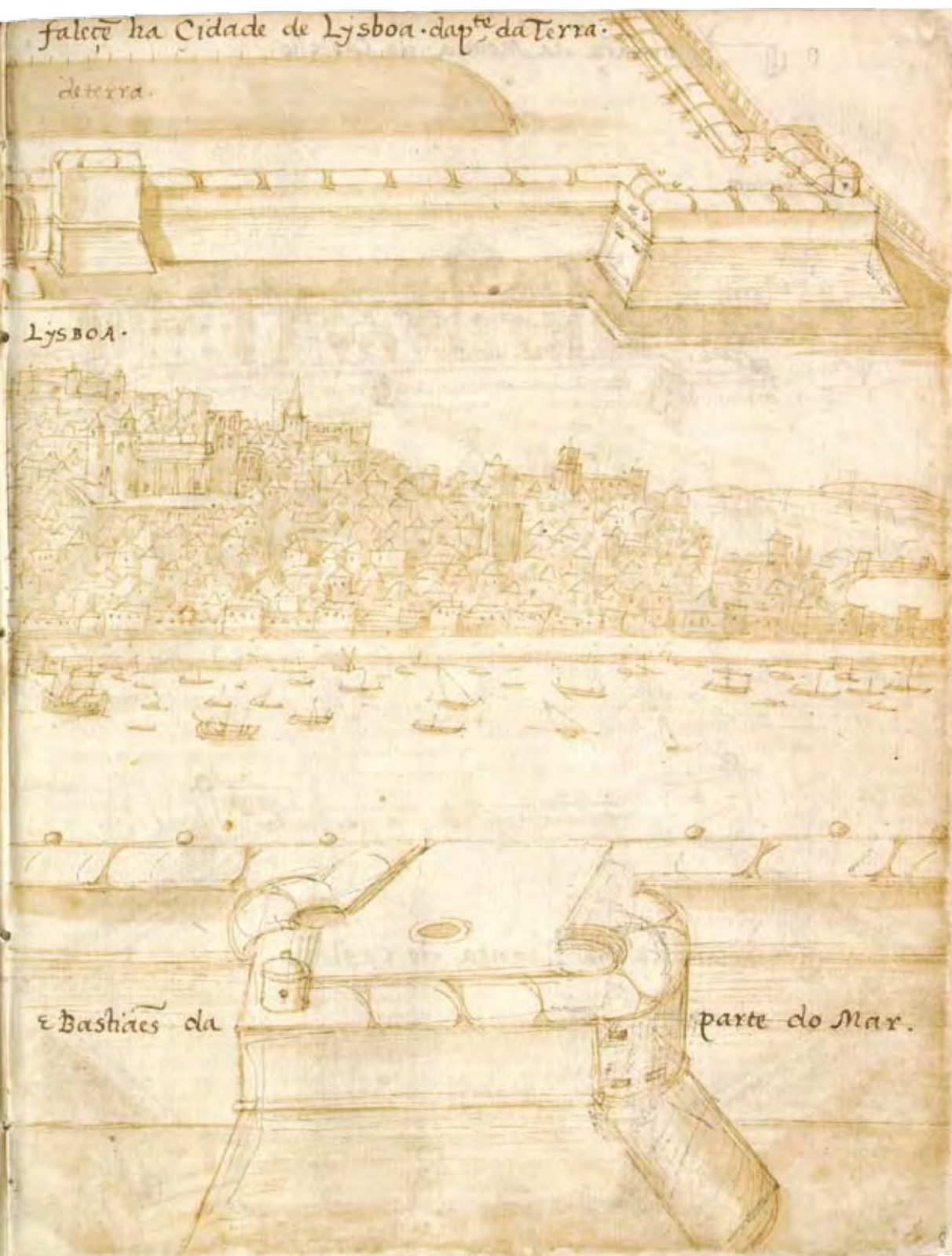
Tem Lisboa dez mil casas em que há dezoito mil vizinhos, sem a Corte, afora que entram cada dia naus, e há muitos mercadores estrangeiros e muita outra gente de fora. E as mais das casas são de dois, três, quatro e cinco sobrados.

Nestes dezoito mil vizinhos há cem mil almas, entrando nisso nove mil e novecentos e cinquenta escravos. Tem Lisboa trezentas e vinte e oito ruas, e cento e quatro travessas, e oitenta e nove becos, e sessenta e dois postos que não são ruas.

O empenho em analisar a “grandeza e a abastança” de Lisboa levou pela mesma época João Brandão (de Buarcos) a escrever em 1552 um outro livro, que ficou manuscrito, em que também analisa com minúcia a cidade e as suas actividades.

Apesar das grandezas tão enaltecidas de Lisboa pelos autores de meados do século XVI são escassas





Igreja de São Roque



as construções renascentistas e maneiristas que chegaram até nós, apenas se podendo destacar de entre elas a Casa dos Bicos, mandada construir com influências italianas por Brás de Albuquerque, talvez em 1523, e a Igreja de São Roque, da Companhia de Jesus, cujos trabalhos se iniciaram em 1565. Depois da expulsão dos jesuítas em 1759 D. José passou uma carta régia datada de 8 de Fevereiro de 1768 na qual decretou a entrega da igreja de São Roque e a casa professa que lhe estava anexa à Misericórdia, que aí passou a ter as suas instalações até à actualidade, pois a antiga igreja manuelina da Misericórdia, junto ao Terreiro do Paço, ficou muito afectada pelo terramoto de 1755, tendo os seus restos sido integrados na actual igreja da Conceição Velha. JMG

LISBOA ENTRE DOIS DESASTRES. A BATALHA DE ALCÁCER QUIBIR E A BATALHA DE ALCÂNTARA 1578-1580

D. Sebastião, herdeiro Desejado para o trono português, nasceu a 20 de Janeiro de 1554, filho póstumo do príncipe D. João, e neto de D. João III, tornou-se Rei de Portugal ao atingir a maioridade, aos 14 anos, em 1568. Ao subir ao trono, D. Sebastião traçou como eixo fundamental da sua política de engrandecimento a conquista de praças marroquinas, contrariando assim, a anterior decisão de abandono dessas praças que prejudicavam o Tesouro Régio. Desde 1574 que o jovem monarca deu início aos preparativos para a jornada de África, empenhando-se pessoalmente nos preparativos. Fez de Lisboa o principal ponto de reunião para a grande maioria das embarcações com destino a África e dos homens de armas que de Portugal e da Europa acorriam à chamada para a luta contra o Infiel.

Mas a expedição teve desde o início vários contratempos. O campo de treino dos soldados que iam para África ficava em Alvalade, mas o treino só se realizava aos domingos e dias santos. O rei quis 12 000 homens mas só se arregimentaram 10 000, o que ele desconhecia. Para obter verbas para a guerra levantaram-se novos impostos e o Rei pediu dinheiro emprestado a todos os grupos sociais, desfalcando-os de riqueza. Arrecadou o dinheiro dos cofres dos Órfãos, Defuntos e Ausentes, o que mais tarde se viria a mostrar desastroso pois estes cofres constituíam reservas para o pagamento dos resgates dos cristãos, cativos em terras muçulmanas. D. Sebastião pediu o auxílio de Filipe II de Espanha, que lhe enviou alguns soldados, e que o desaconselhou a fazer tal jornada, pelo perigo em que se colocava. Para agravar a situação, o soberano recusou o pedido das Câmaras para que não embarcasse nesta empresa e recusou-se a nomear Regente do Reino, o cardeal D. Henrique, seu tio, pois considerava que tinha sido por influência dele que os vereadores de Lisboa tinham pedido ao rei para não ir.

Em 1578 reuniram-se, em Lisboa, os vários exércitos e a armada:

Havia em Lisboa muita gente estrangeira, assim castelhanos como de outras nações, que vieram para irem nesta jornada por aventureiros, gente honrada e

muito lustrosa, que vieram servir elrei à sua custa e sem partido..

Com tanta gente vinda de fora as escaramuças foram inevitáveis, envolvendo por vezes, centenas de homens, especialmente entre castelhanos e portugueses, no Rossio, e alemães e portugueses, na praia da Boavista, e muito especialmente entre os homens de armas do duque de Bragança e as tropas castelhanas. Para controlar esta situação, decretou D. Sebastião a pena de morte para todo aquele que sacasse da espada.

Foi de maravilhar em todo este tempo, com tanta confluência de forasteiros e gente de todo este reino, não



faltarem nunca os mantimentos nesta terra, nem levantar o preço deles, antes que nenhum outro tempo houve mai, nem mais baratos. Esta foi uma das cousas em que Lisboa mostrou bem sua grandeza..

A reunião para o embarque foi marcada para dia 14 de Junho mas a armada, composta de 800 embarcações e de 17 000 homens, rumo a Alcácer Quibir, só saiu de Lisboa a 25 de Junho de 1578. Causou espanto a quem assistiu a riqueza dos preparativos, quer na qualidade do material bélico, como, muito particularmente nas vestes de homens e bestas:

(...) cousa que espantou muito as gentes, ver como

▲ Batalha de Alcácer Quibir, gravura publicada por Miguel Leitão de Andrade em *Miscellanea do sítio de N. S. da Luz do Pedrogão Grande...*, Mateus Pinheiro, 1629, GEO MON 244-P.

todos iam ricamente vestidos; porque se a matéria dos vestidos era rica, a obra, feitos e invenções de mais rica sobejava; porque tudo era brocado, tela de ouro e prata, tecidos de ouro e prata, tecidos de seda muito custosos. (...)

Os arreios dos cavalos eram cousa de admiração; porque todos os fidalgos levavam em seus cavalos cabeçadas e esporas de prata, esmaltadas de ouro e azul; as estrbeiras com mil figuras e maneiras de bichos abertas nelas, obrados por singular arte. (...)

Chegados ao Norte de África, a expedição portuguesa desembarcou em Tânger, seguindo por terra, por Arzila e Alcácer Quibir. Com as tropas fisicamente arrasadas pela caminhada sob o sol escaldante de Agosto, em terras de África, o desastre militar era inevitável. A 4 de Agosto de 1578, as forças militares saídas de Portugal foram desbaratadas e o Rei desapareceu em combate.

A notícia da derrota foi conhecida em Lisboa a 11 daquele mês e a confirmação da morte do Rei foi anunciada a 25 de Agosto. Desde logo as reacções da população não se fizeram esperar: todas as famílias tinham perdido parentes e a morte do Rei colocava um grave problema dinástico. Surgiram de imediato os rumores que o rei vivia, criando-se o mito sebástico, vã tentativa de manter o Reino independente.

Com a morte de D. Sebastião, o trono passou para o Cardeal Dom Henrique, tio do Desejado, levantando-se desde logo o problema da sua sucessão. De facto, Dom Henrique não só tinha proferido votos religiosos que o impediavam de constituir família como era já de avançada idade, vindo a falecer a 31 de Janeiro de 1580.

Em poucos anos Portugal vira-se envolvido numa campanha militar impensada, de consequências desastrosas para a manutenção da sua independência, perdera um monarca em Batalha, e entrava agora numa crise dinástica.

Vários descendentes de D. Manuel I apresentaram-se como pretendentes ao trono. Entre os iniciais seis pretendentes, três deles viriam a demonstrar ter fundamentos mais sólidos para serem aclamados

como soberanos de Portugal. D. Catarina de Bragança, filha do Infante D. Duarte, alegava o direito de representatividade por ser a única neta legítima por via masculina de D. Manuel, já que os restantes pretendentes eram netos do Venturoso por via feminina. Filipe II de Espanha, invocou os argumentos da proximidade de parentesco com o último soberano (era tio de D. Sebastião), a primogenitura (sua mãe era irmã mais velha do Infante D. Duarte e do Infante D. Luís) e a varonia. A candidatura de D. António, prior do Crato, era a mais fraca em argumentos jurídicos, uma vez que este neto de D. Manuel I era filho ilegítimo do Infante D. Luís. Embora juridicamente fraca, a pretensão de D. António recolheu apoio nas camadas populares portuguesas tornando-o num oponente considerável ao partido filipista. Estes pretendentes, D. António e Filipe de Espanha, viriam a defrontar-se no campo de batalha, às portas de Lisboa.

Querendo assegurar a sua vitória, Filipe de Espanha deu início a manobras de bastidores através dos seus embaixadores e homens de confiança aliciando com verbas e cargos parte da nobreza portuguesa, a qual se encontrava arruinada pelo esforço de guerra, primeiro, e, depois, pelas perdas de vidas e dinheiro, quer na Batalha de Alcácer Quibir como no processo de resgate de prisioneiros. Muitos nobres, desapontados com o rumo político, sem Rei que os conduzisse, e sem perspectivas de estabilidade, optaram pelo partido Castelhana antevendo um período de acalmia e prosperidade. O povo, e parte da burguesia, porém, manteve-se firme no apoio a D. António, à semelhança do que acontecera séculos antes com D. João I.

As circunstâncias, no entanto, vieram a mostrar-se bem diferentes. Agora, em Junho de 1580, após a aclamação de D. António como Rei de Portugal, pelo povo de Santarém, a população que o aclamou não tinha força suficiente para defrontar o poderoso exército castelhano, que sob o comando do duque de Alba, e sob ordens de Filipe II, invade Portugal. Sentindo-se rei de direito, após a aclamação popular dos santarenos, D. António entrou em Lisboa onde foi aclamado pelo povo da capital e fez o juramento





Batalha de Alcântara. Vista panorâmica a partir de Monsanto, centrada na ribeira de Alcântara, desde o antigo convento de São Vicente de Fora ((?)) até à Torre de Belém, com o posicionamento das tropas de D. António, prior do Crato e das tropas de Filipe II de Espanha, comandadas pelo duque de Alba. Desenho, 1580. Desenho: pena a sépia, aguadas a sépia e bistre sobre papel; 44x58 cm. Título original extenso manuscrito na margem superior em língua francesa; legendas manuscritas em correspondência topográfica, em castelhano. Título: "Portraict du sitie et ordre de La bataille donnee entre Le sr. don Antonio nommé roy de portugal et Le duc dalbe Lieutenant et capp.ne general du Roy cath. Don philippe 2. deuant Lisbonne par mer et par terre en un mesme jour Le 25. d'aoust 1580." - Legendas (da esquerda para a direita e de cima para baixo): "Palmela 5 leguas de lisboa; Almada; Armada de don Antonio; galeras de su mag.t; Torre vieja q. tenia por don António; Rio Tejo; naos de su mag.t; Lisboa; castillo; Arrabal de S.ta catalina; Portugueses; molino; ytalianos; ytalianos; Burgo; S.to amaro; quinta; Belen; Torre de Belen; S. bento; Portugueses q. ...uyen; Portugueses q. ..uyen; Puente de Alcantara; Ytalianos...y...; Tudescos; alojamiento del exercito de su mag.t; Campo de don Antonio; tiendas de don Antonio; Portugueses; Rio de alcantara; Artilleria de su mag.t; espanoles; artilleria de su mag.t; quintas; Portugueses; ...de don Antonio; portugueses; Duq. dalua; Tudescos; caualleria de su mag.t; Sancho de Auila; espanoles arcabuzeros q. van a cometer; cauallos ligeros; el prior don Hernando; ...; arcabuzeros de a cauallo y ginetes". - Data segundo o tema tratado e a análise da caligrafia: legendas de finais do séc. XVI ("el prior don Hernando" e "Burgo" com caligrafia diferente e um pouco anterior); tít. posterior, provavelmente princípios do séc. XVII, - Desenho linear com tinta idêntica à utilizada nas legendas; sobreposição de aguadas a sépia e bistre, sendo a tinta sépia idêntica à utilizada no título. Descrição da BNP, D 319 A.

na Câmara da Cidade, como era uso. Procurou reunir soldados e oficiais mas faltou-lhe sempre o apoio dos grandes senhores eclesiásticos e da nobreza habituada a guerrear.

Assim, quando as duas facções se defrontaram às portas de Lisboa, no vale de Alcântara, a 25 de Agosto de 1580, a derrota do partido popular, era inevitável, face ao poderio e organização do exército de Filipe II de Espanha, comandado pelo duque de Alba. Durante quatro dias, as tropas comandadas por D. António tentaram manter viva a esperança de um rei português, mas ao caminhar para uma estrondosa derrota, o prior do Crato decidiu abandonar o campo de luta deixando Lisboa sem defesa perante o saque castelhano. Em fuga rumo ao Norte de Portugal, D. António viu os seus apoios pelo País, aderirem ao partido do novo soberano e partiu para fora do Reino, onde durante algum tempo continuou a granjear apoios, poucos e instáveis, para a sua causa.

AHM

Entrada de SV MG. Don Phelipe III en Lisboa en 1613 (sic. por 1619), Tela, 1620(?)
Palácio de Weilburg (Alemanha).



AS VISITAS DOS FILIPES A LISBOA E A LISBOA FILIPINA 1580-1619

A subida ao trono do vitorioso Filipe II de Espanha, aclamado nas cortes de Tomar, de 1581, marca o início de uma nova dinastia, a Filipina, durante a qual o sistema de governo seria a monarquia dualista, tal como aprovado pelas cortes. Portugal e Espanha, manter-se-iam independentes apesar de governados pelo mesmo monarca. Procurou-se assim, garantir que as instituições políticas e os direitos fundamentais do Estado português se mantivessem autónomos dos de Castela, o que ao longo da dinastia não se verificaria.

Filipe II chegou a Portugal a 5 de Dezembro de 1580 e após a sua aclamação dirigiu-se para Lisboa onde chegou a 12 de Junho. Porém, alojou-se em Almada pois as ornamentações que a Câmara pretendia fazer na Cidade em honra do novo monarca, estavam atrasadas. O Senado Municipal mandou que naquela noite de Santo António todas as casas pusessem luminárias e à beira-rio, desde Alfama à Boavista, toda a noite se queimou lenha e fogos de artifício em honra do rei espanhol.

A sua chegada oficial realizou-se a 29 de Junho, apesar de ter vindo por duas vezes a Lisboa: a 18 desembarcou no Cais da Rainha e foi ao Paço da Ribeira; no dia de São João ouviu missa nos Jerónimos. Para o desembarque, mandou a Câmara construir um espaçoso cais de madeira, ricamente ornamentado, com três ordens de degraus, entre o Cais da Alfândega e o da Pedra. Entrou pelas Portas da Ribeira, e até à Sé todas as ruas por onde passava estavam enfeitadas com arcos mandados levantar pela Câmara, sendo de destacar o arco dos Ourives do Ouro na sua Rua, bem como o da colónia alemã em homenagem ao filho de Carlos V. Apesar de Lisboa já ter assistido à construção de arcos de arquitectura efémera, no reinado de D. João III, desta vez a riqueza das decorações e o seu significado excederam tudo o que se fizera.

Mas das visitas régias dos reis espanhóis ganha hoje especial relevo a que em 1619 foi realizada por Filipe III. Chegando a Lisboa a 29 de Maio veio de Belém, pelo Tejo, até ao cais de madeira construído para esse fim. Inúmeras embarcações, cerca de 300, segundo as fontes da época, receberam-no.

Uma delas provocou grande admiração por se assemelhar a um grande carro armado sobre as ondas, puxado por focas e ornamentado por tritões e sereias sobre os quais reinava Neptuno. E outras embarcações tomaram a forma de baleia e de lagosta, causando espanto entre todos. Na cidade, arcos das várias nações e mestres engalanavam as ruas. Destacavam-se o Arco dos Alemães, no centro do Terreiro do Paço, de uma formidável altura ou o dos Italianos, junto da Sé. As corporações de mestres, que tinham contribuído com dinheiro para as festas, fizeram-se representar quer por arcos como por monumentos espalhados pelas ruas da cidade por onde o monarca passaria, de acordo com um rígido programa delineado. Apesar da magnífica entrada régia e das festividades que se lhe seguiram, que incluíram peças de teatro e fogo de artifício, a estada de Filipe III foi curta, permanecendo em Lisboa apenas até 27 de Setembro.

Durante o período filipino, Lisboa será alvo de uma campanha de obras de iniciativa régia. A primeira e mais significativa delas foi a reforma do Paço Real junto ao Tejo. Pensada e planeada antes da entrada de Filipe II em Portugal, por Filipe Terzi e Juan de Herrera, as obras no Paço da Ribeira, estenderam-se por largos anos e procuraram enobrecer o Paço Real especialmente com a grande reformulação do torreão ribeirinho, o qual, apesar de manter a sua estrutura inicial, foi rematado por uma cúpula de base quadrangular. O Paço da Ribeira serviu de morada a Filipe II de Espanha durante a sua estadia em Lisboa, mas na ausência do monarca não foi utilizado, pelo que quando em 1619 Lisboa prepara a vinda de Filipe III, houve que executar novas obras de manutenção.

Outra das grandes intervenções arquitectónicas do ciclo filipino na capital, concentrou-se na remodelação do Mosteiro de São Vicente de Fora, fundado por D. Afonso Henriques após a conquista da Cidade. O plano de engrandecimento e modernização, ao gosto da época, deveu-se mais uma vez aos dois arquitectos régios, auxiliados por Baltazar Álvares, que dirigiu as obras até 1624. O resultado final, pela sua volumetria e dimensão, e pela arrojada cúpula

que a encimava, veio alterar a paisagem lisboeta pela constante presença que marcava.

Este interesse pela arquitectura, que Filipe II de Espanha sempre demonstrou ao longo da sua vida, estimulou ainda a criação da Casa do Risco, aula com sede no Paço Real e participação nas obras régias a fim de aprender a Arte na prática. A Casa do Risco veio a contribuir decisivamente para a formação de um corpo de arquitectos que ao longo do século XVII vieram a ser autores de vários projectos de obras particulares e públicas, civis e religiosas.

Por toda a Cidade se viu edificar novas construções, e ampliar muitas das existentes. O Bairro Alto, de fundação quinhentista, ganhou novo impulso urbanizador, para Norte, rumo ao Sítio da Cotovia, com a progressiva influência da Companhia de Jesus a partir de S. Roque. Junto ao Paço Real, Cristóvão de Moura, valido de Filipe II e principal responsável pelo aliciamento da nobreza para o partido castelhano em 1580, fez edificar um grandioso palácio com as suas alas até ao Tejo, fechando um jardim que se tornava na entrada solene da casa, de facto, a única a tirar partido da sua localização. O número de casas religiosas aumentou, pois Portugal, por um lado, revelou-se porto de abrigo para muitas ordens religiosas que se viam perseguidas nos países protestantes e, por outro, reafirmou-se como país católico, num período em que pela Europa grassavam as lutas entre cristãos. São disso exemplo o Convento de N^a S^a do Bom Sucesso, a Belém, de freiras dominicanas irlandesas, o Convento de N^a S^a da Quietação, ao Calvário de clarissas flamengas, ou o Convento de S. João de Deus, à Rocha do Conde de Óbidos, para Oratorianos, o Convento de Santa Maria do Desterro, da Ordem de São Bernardo e muito especialmente o Convento de São Bento da Saúde.

Mas para além das edificações e das festividades, o período filipino deu a conhecer aos lisboetas novos usos e costumes, que viriam a fazer parte do seu modo de vida. A “neve”, espécie de gelado, muito em voga em Castela, fez igualmente a sua aparição, de modo a satisfazer a clientela espanhola e rapidamente ganhou clientes portugueses. Era servida durante os meses de Verão.

- | | |
|---------------------|--------------------------|
| 1. Capilla Mayor | 16. Iglesia de las Naves |
| 2. S. Antonio | 17. Casa del Marqués de |
| 3. Palacio | 18. Cabal. Rodrigo |
| 4. Al. Chelito | 19. Alameda |
| 5. S. Eloy | 20. Condesa |
| 6. El Correo | 21. Correo del Rey |
| 7. La Trinidad | 22. La Merced |
| 8. S. Francisco | 23. La Plaza |
| 9. Casa de la India | 24. S. Roque |

DE SEMBARCACION

Disenada por Domingo Vicens Pintor



DE SV. M. EN LISBOA
del Rey i corte de por Juan Schorger.





Os coches, introduzidos por Filipe II logo à sua chegada, uma vez que a sua comitiva se deslocou neles, vieram para sempre alterar o aspecto da cidade. Os novos arruamentos passaram a levar em linha de conta o trânsito destes veículos, e o Senado da Câmara viria nos reinados seguintes, a produzir legislação sobre o tráfego. Lembremos que o primeiro coche que entrou em Portugal, fora um presente de Filipe II a D. Sebastião que o fizera embarcar para a expedição de África, onde se perdeu.

A criação, no último decénio do séc. XVI, do primeiro Pátio de Comédias, o Pátio das Arcas, ao Rossio (cerca das actuais Rua da Betesga e Rua da Prata), o qual funcionou até ao final do século XVII, trouxe para o público em geral a arte do palco, até então reservada para a corte ou para os espaços religiosos. Estes Pátios de Comédia eram estruturas construídas para a representação teatral, por vezes aproveitando partes de edifícios existentes, e que incluíam um palco e várias ordens de camarotes, para além de uma plateia para público de pé.

Por todo o Governo dos Filipes perpassou a ideia de que Lisboa, pela sua posição geográfica, junto à desafogada foz do Tejo, se prestava para capital dos dois Reinos, Portugal e Castela, ambos de vocação marítima. Para além disso, a população de Lisboa foi crescendo tornando-a. Com 165 mil habitantes, na maior cidade da Península Ibérica. Nas duas visitas régias, os monarcas castelhanos, foram confrontados com essa sugestão. Lisboa capital da união ibérica, poderia dar melhor resposta às necessidades de um império ultramarino que abarcava de facto todos os continentes. Porém, o evoluir da situação política interna castelhana, as dificuldades na manutenção da unidade do Império Espanhol no Continente Europeu e a fraqueza na defesa do vastíssimo território ultramarino, viriam a relegar esta hipótese para segundo plano.

AHM



*Petri Lusitanorum regis palatium, Olisipone, Tagum respiciens.
Palacio del Rey de Portugal, à Lisbona: d' otro costado.*

P. v. A. Berge fecit. ed. cum Privilegio.

*Ner paleys van den Pedro, koning van Portugal, te Lissabon op den Tago siende.
Autre Vene du Palais du Roy de Portugal à Lisbonne: du côté de la Riviere de Tague.*



LISBOA E A RESTAURAÇÃO 1640

A longa duração da dinastia filipina trouxe à autonomia portuguesa que se estabelecera como princípio fundamental nas Cortes de Tomar de 1581, um crescente cerceamento das suas liberdades e direitos. Se no início da governação filipina se mantiveram os direitos fundamentais do Reino de Portugal, com a ascensão ao trono de Filipe IV de Espanha, as condições alteraram-se. A integridade dos territórios portugueses além-mar foi ameaçada pelos inimigos de Espanha, com a ocupação de terras brasileiras e angolanas; os ataques a frotas portuguesas por holandeses, ingleses e franceses aumentaram; o Governo Espanhol lançou impostos sobre Portugal para satisfazer as crescentes necessidades económicas; o



após as Alterações de Évora, movimento de origem popular contra Castela, pedindo D. António de Mascarenhas a D. Duarte, irmão de D. João, duque de Bragança, valeroso combatente no Império Alemão, que ficasse em Lisboa para apoiar a conspiração. D. Duarte não acedeu a este pedido, mas prometeu auxílio quando fosse necessário.

Os mais entusiastas partidários de uma revolta contra Castela, eram então D. Antão de Almada, D. António de Mascarenhas, D. Miguel de Almeida, Pero de Mendonça e Francisco de Melo. As reuniões efectuar-se em casa de Jorge de Melo, em Xabregas e no Palácio Almada ao Rossio. João Pedro Ribeiro, representante da Casa de Bragança informava o duque,





Defenestração de Miguel de Vasconcelos, gravura publicada por René Aubert Vertot, *Histoire des revolutions de Portugal*, Amesterdão, D'Etienne Roger, 1712, GEO.

▼ Cortejo náutico no embarque de D. Catarina para Inglaterra, gravura aberta a água-forte por Dirck Stoop, 1662, MC. GRA. 1076.

Terreiro do Paço, Dirck Stoop, óleo sobre tela, c. 1662(?), MC. PIN 261.



Perfil e plano de Lisboa levantado em 1666, por Allain Manesson Mallet (1630-1706) para o rei de Portugal, impresso no livro deste autor, *Les travaux de mars ou la fortification nouvelle tant reguliere, qu'irreguliere: Divisée en trois parties*, tomo I, Paris, chez Deny Thierry, 1685, p. 279, retirada do volume existente no GEO com a cota 143-P (A primeira edição da obra é de 1671 estando a gravura na p. 181), MC. GRA. 1700.

retirado nas suas propriedades de Vila Viçosa. Após a insurreição da Catalunha contra o domínio de Castela, em Junho de 1640, mais pessoas aderiram à conjura: o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, o Juiz do Povo e os 24 representantes dos mestres.

Assegurada, por um lado, a adesão do arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha e da Casa dos Vinte e Quatro, e, por outro, a de D. João, Duque de Bragança, decidem os Conjurados avançar a 1 de Dezembro de 1640. É em Lisboa que a sua acção se desenrola pois é aqui que estão os governadores.

1º de Dezembro, sábado. Os conjurados reúnem-se no Terreiro do Paço. Às 9 horas dividem-se: uns vão para o Paço, outros para o forte contíguo. Apanhados de surpresa os soldados da Guarda espanhola foram vencidos e logo D. João IV foi apontado como monarca, às varandas do Paço, por D. Miguel de Almeida. Dentro do Paço, os funcionários régios foram-se rendendo, encontrando os conjurados fraca oposição. Miguel de Vasconcelos, secretário da Vice Rainha, e alvo a abater pelos revolucionários, foi encontrado escondido e armado num armário da Secretaria e logo ali alvejado. Já gravemente ferido foi defenestrado, para júbilo do povo que entretanto acorrera ao Terreiro do Paço, e que se encarregou de o acabar de matar. A duquesa de Mântua, vice rainha, procurou ainda recuperar o poder dirigindo-se a uma das varandas do Paço para apelar à população, mas foi de imediato presa por D. Antão de Almada e obrigada a assinar a rendição do Castelo de São Jorge, sendo levada sob prisão ao palácio de Xabregas.

Pela cidade, a população, alertada pelos vários emissários que os conjurados enviaram a apregoar o que se passava, acorreram ao Terreiro do Paço e à Sé, de onde o Arcebispo fez sair uma procissão em acção de graças pelo bom êxito da revolução. Junto à Casa de Santo António, onde tinha assento a Câmara Municipal de Lisboa, trouxeram a bandeira de Lisboa, símbolo sempre presente nas aclamações reais, e que assim confirmava a escolha de D. João IV para monarca. Pela rapidez e facilidade com que se desenrolou a revolução de 1640, que se fez num dia só, quase sem derrame de sangue atribuiu-se a João



Pinto Ribeiro a anedota “Vamos ali abaixo à Ribeira, e é um instante enquanto tiramos um Rei e pomos outro”.

A chegada de D. João IV a Lisboa deu-se a 7 de Dezembro, de modo modesto, sem aparato, a pedido expresso do novo monarca, aclamado formalmente a 15 desse mês, ciente das dificuldades económicas do País. Será exactamente a conjugação destes factores – a falta de dinheiro e o carácter revolucionário da subida ao trono de D. João IV, e a consequente e inevitável guerra que se lhe seguiria – que irão marcar o desenvolvimento de Lisboa.

A principal obra urbana na Lisboa da Restauração é a criação de uma linha defensiva da Cidade, a qual obedece a uma nova concepção de defesa. Já não importa a construção, em si mesma, do forte, mas sim a existência de uma linha defensiva que explore as características topográficas do terreno onde se implanta e que permite uma maior dinâmica na defesa. Assim, num primeiro momento são edificados os fortins que defendem a barra de Lisboa – protegendo deste modo a Cidade de um possível ataque naval (por exº São Domingos de Rana, 1645; São Bruno em Caxias, 1647; Porto Salvo, 1649; Santo Amaro de Oeiras, 1659; reparações em São Julião da Barra). Numa segunda fase e após vários projectos apresentados, mas não realizados, procedeu-se à construção da linha defensiva terrestre: baluarte do Sacramento; baluarte do Livramento; da Cruz da Pedra; de Santa Apolónia. O projecto inicial, nunca concluído, previa trinta e dois baluartes (depois reduzidos para dezasseis), ligados entre si por panos de muralha (eventualmente até feitos de terra, quando necessário e em locais onde se provasse ser o bastante) a envolver toda a Cidade. Estendia-se desde o vale de Alcântara fechando a cidade pelo norte entre o Arco do Carvalhão, Palhavã, São Sebastião da Pedreira, e Alto de São João, dirigindo-se depois para sul, encontrando-se com o rio na Cruz de Pedra. Dos baluartes inicialmente projectados só se construíram os do Sacramento e Livramento, a ocidente, e os da Cruz da Pedra e Santa Apolónia, a oriente.

Já no reinado de D. Afonso VI se concluiu a obra de





*A View of the GRAND AQUEDUCT over the Valley of Alcantara near Lisbon:
from an original Drawing by. Vert in the possession of Gerard de Visme Esq.*

DO ESPLENDOR EM D. JOÃO V E A LISBOA JOANINA
1707-1750

A personalidade e o longo reinado de D. João V (1689-1750) têm sido objecto das mais díspares interpretações que vão do elogio rasgado à mais severa condenação, sobretudo no que diz respeito ao comportamento moral – acusado de dissoluto e freirático – e ao esbanjamento dos recursos auríferos, oriundos do Brasil. O advento dos ideais iluminista e republicanos e, posteriormente, a historiografia romântica em muito contribuíram para a imagem mordaz e caricatural do *Rei-Sol* à portuguesa.

Com efeito, a memória colectiva guardaria do *Mag-nânimo* a persistência do esplendor, as festividades dos casamentos reais, as deslumbrantes embaixadas, os autos-de-fé, a obra de Mafra, a dedicação à Patriarcal ou à Procissão do *Corpus Christi*, as arquitecturas efémeras, entre outros.

Seria necessário esperar quase dois séculos para reverter essa imagem. A época joanina e as opções do seu actor principal têm vindo a ser reinterpretadas, como demonstram as investigações históricas a partir da segunda metade do séc. XX. Aquele que foi considerado o *reinado das festas*, é hoje analisado à luz de novos vectores geopolíticos, económicos, sociais, artísticos, culturais e mentais. A exibição do fausto, antes incompreensível e gratuito, surge recentemente como um recurso estratégico através da qual se demonstra e exerce um poder que se pretende *ilimitado*. Nas suas formas mais variadas, o *espectáculo*, definiu e justificou as principais linhas de força do seu programa político, de que deixaremos aqui os exemplos mais marcantes.

Quando D. João V subiu ao trono (1707) as consequências da Guerra de Sucessão de Espanha (crise dinástica por morte dos reis Filipe IV, em 1665, e Carlos II, em 1700), revelavam-se desastrosas, sobretudo para o Brasil, que era frequentemente atacado por piratas e corsários (René Dugay-Trouin cercou a Baía de Guanabara em 1711). Em 1703, D. Pedro II (1648-1706) aderira à liga da *Grande Aliança*, ao lado da Inglaterra, da Áustria, da Holanda e da Sabóia, e apoiara a candidatura de Carlos de Habsburgo, arquiduque da Áustria, ao trono de Espanha, contra as pretensões de Luís XIV que o desejava para o neto Filipe, duque de Anjou (mais tarde aclamado Filipe

V de Espanha). Em causa estava o perigo de uma aliança entre a França e a Espanha para a segurança nacional na Europa e das rotas transoceânicas, sobretudo numa fase em que a exploração mineira no Brasil começara a dar os seus frutos (em 1699 chegaram as primeiras remessas a Portugal).

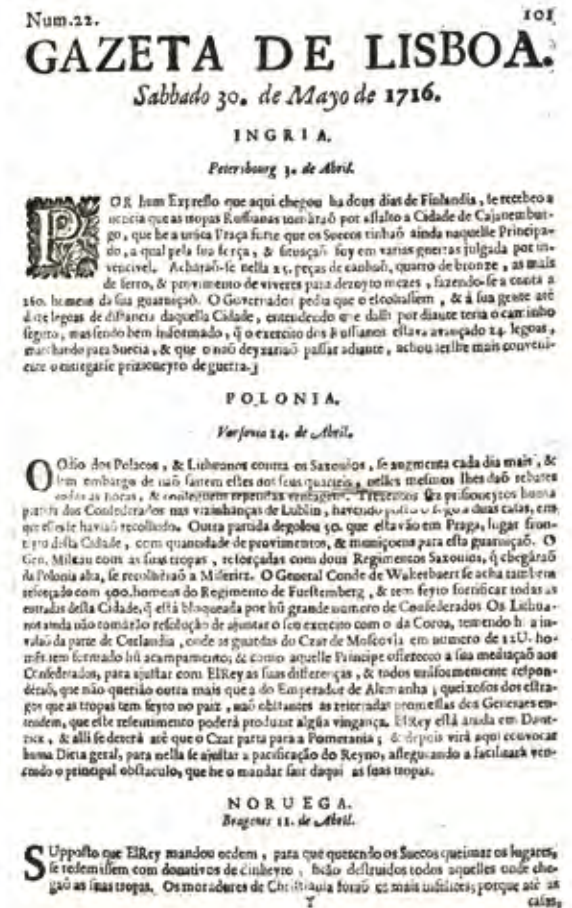
Do apoio resultaram importantes acordos. Em 1703, John Methuen (1650-1706) e Manuel Teles da Silva (1641-1709), 1º marquês de Alegrete, negociaram, a abertura dos mercados nacionais à lã inglesa e dos ingleses ao vinho português, pelo Tratado de Methuen. Em 1708, D. João V casou com D. Mariana de Áustria (1683-1754), filha do Imperador Leopoldo I (1640-1705) e de condessa Leonor Madalena de Neubourgo (1655-1720). Foram assombrosas as solenidades que se realizaram em Viena e depois em Lisboa. Fernão Teles da Silva (1662-1734), 2º marquês de Alegrete, foi o embaixador designado. A Princesa desembarcou em Lisboa a 26 de Outubro, onde teve imponente recepção. No Paço da Ribeira houve serenatas e música; no Terreiro do Paço queimaram-se fogos de artifício e armou-se um anfiteatro, onde correram touros.

Entretanto, o Tratado de Utreque (1713-1715) punha fim à Guerra de Sucessão. As diligências dos diplomatas D. Luís da Cunha (1662-1749) e João Gomes da Silva (1671-1738), 4º conde de Tarouca revelaram-se fundamentais para Portugal. As compensações ficaram aquém do desejado: a Espanha reconheceu a soberania portuguesa em território brasileiro (Rio Amazonas), mas a Inglaterra não apoiou, como previsto, a anexação de algumas praças espanholas, Badajoz incluída.

Não obstante, para o jovem rei o ganho foi ainda maior, revelando-se determinante na orientação imposta à política externa, marcada, a partir de então, por uma firme neutralidade face aos conflitos europeus, desde que não ameaçassem os interesses vitais portugueses. Criou boa vizinhança com a França e o Vaticano. Promoveu a aproximação luso-espanhola, ao negociar o duplo casamento dos príncipes D. José e D. Maria Bárbara com consortes espanhóis. O célebre episódio da *troca das princesas*, decorreu em 1729, no *palácio-ponte* montado no Rio

◀ Vista do Aqueduto (Vale de Alcântara), desenho de J. Wells gravado por Noel, s.d. (século XIX), MC. GRA. 187.

Gazeta de Lisboa, primeiro periódico regular a ser publicado em Portugal



Caia. Doravante, D. João V focalizou as atenções e os esforços na governação do Reino, Reforçou a linha centralizadora de seu pai, D. Pedro II. Entre 1697/98 e 1820 não se reuniram Cortes Gerais em Portugal. Ainda que do seu conselho de Estado fizessem parte alguns membros da velha nobreza (Duque de Cadaval, condes de Castelo Melhor, marqueses de Minas, de Fronteira e de Alegrete, entre outros), foi no seio da burguesia enriquecida (mercantil e financeira) e junto da chamada *nobreza de toga*, que encontrou os seus homens de confiança. Diogo de Mendonça Corte Real (1658-1736), Alexandre de Gusmão



Coche de D. João V, MNC.

“Praça da Patriarcal”, gravura de Jacques Phillipe Le Bas, 1755(?), MC. GRA. 441.

recebia de tudo o *quinto* de imposto. No final do séc. XVII juntou-se-lhes o ouro e na década de 1720 os diamantes. À medida que as remessas auríferas aumentavam (192kg entre 1700-1713; 29.688kg entre 1736-1751), o centro de interesse da Coroa deslocava-se para o Atlântico. No Brasil foi extenso o programa de reformas políticas, administrativas, económicas e sociais. Criaram-se novas capitanias (São Paulo, Minas de Ouro, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande, Mato Grosso e Goiás, entre 1709 e 1748), incentivou-se a emigração e a fixação no sul e no interior mineiro, construíram-se estruturas defensivas, promoveu-se o conhecimento geográfico, ao apoiar as missões jesuítas e, em 1750, assinou-se o *Tratado de Madrid* (revogação do *Tratado de Tordesilhas*, 1494).

No período joanino reuniram-se pela primeira vez as condições necessárias à viabilização do reforço do poder da coroa: paz duradoura, estrutura jurídica e administrativa e recursos económicos e financeiros. Esta *máquina de bom governo*, permitiu ao *Mag-nânimo* encetar uma *política de prestígio* e criar, interna e externamente, uma imagem forte do Rei, da Coroa e da Dinastia. O *providencialismo absolutista*, que defendia a tese da origem divina do poder sem mediação popular, foi o fundamento literário. Os reis e os príncipes eram os ministros de Deus para o *Bem*; o seu ofício era sagrado, paternal e jamais arbitrário (Jacques Bossuet, 1627-1704). Por seu turno, o universo barroco, profundamente ostentatório, foi o modelo cultural adequado. Das Cortes de Versalhes e de Roma pontificia provinham as referências estéticas. Os meios eram o cerimonial da corte, a adopção da moda francesa, o fausto e a rígida hierarquização, patente, por exemplo, na procissão do *Corpus Christi*, a política de grandes construções e o mecenato régio (científico, artístico, literário e educativo). Aquilo que muitos definiram como o culto do aparato real, da corte e da magnificência, mais não foi do que a consequência – e não a causa – da sua política e da vontade de oferecer uma imagem de *grandeur royale*.

É à luz deste quadro que deve ser entendido o envio de sumptuosas embaixadas, a relação com a Santa

Capela de São João Batista, Igreja de São Roque, Lisboa.



Sé e todo o programa renovador da cidade. Das missões diplomáticas destacamos a de Paris (1715) e as de Roma (1716, 1718), célebres pelo fausto dos cortejos, onde não faltaram as magníficos coches, profusamente decorados em talha dourada, o luxo do traje, os animais exóticos ou a distribuição de moedas pela população.

Junto do Papado incrementou uma verdadeira *política romana*, que teve a sua génese em 1690 com a entrega das *Faixas Bentas* para o Príncipe D. João, futuro rei, uma *prenda de baptismo* do Papa Alexandre VIII (1610-1691), que traduzia a confirmação divina do direito ao trono. D. João V prestou auxílio constante ao Estado Pontifício que enfrentava, ao tempo, dramáticos problemas económicos e



“O Palácio das Necessidades”, litografia colorida de Salema, século XIX, MC. GRA. 1484.

1727 e 1732, da intervenção de António Canevari (1681-1764) resultou a altaneira *Torre do Relógio*, cujo delicado recorte ondulado constituiu o exemplo de uma estética romana barroca. Mas a grande novidade ideológica e simbólica foi a integração do aparelho eclesiástico na própria estrutura do Paço. O aumento do séquito eclesiástico (72 prelados, 120 cantores, entre outros) justificou a constante ampliação da capela real. O sonho prosseguiu e novas soluções se apresentaram ao longo do reinado. Mafra foi uma delas. A zona a ocidente de Alcântara foi outra.

O complexo de Mafra, cuja primeira pedra foi lançada em 1717, constitui, ainda hoje, a verdadeira marca do reinado de D. João V (curiosamente, longe da capital) e o exemplo do trabalho e da perícia de técnicos (com destaque para os engenheiros militares), sob a responsabilidade do verdadeiro mentor do gosto real, o alemão João Frederico Ludovice (1673-1752), ourives de profissão, mas que exerceu um papel preponderante como arquitecto-mor ao serviço da Casa Real.

Contudo, Mafra situava-se fora de portas, o que ex-

plica que o Rei tenha aproveitado a passagem por Lisboa, em 1719, do arquitecto italiano ao serviço da corte de Sabóia, Filippo de Juvara (1676-1736), para lhe encomendar alguns projectos, entre os quais o do *palácio-convento-patriarcal*. Os magníficos esboços (Museu Cívico de Turim) foram pensados para a zona de Buenos Aires (acima de São Bento), pela excelente implantação urbanística e pela panorâmica sobre o rio. O plano era semelhante (edifícios em U e plataformas ajardinadas); a zona escolhida era uma novidade. Mas, os desenhos de Juvara integravam-se num programa mais vasto: o avanço decisivo para ocidente e o abandono da parte medieval. A própria divisão da metrópole em duas – Ocidental e Oriental – assim o justificava. Simbólica e ideologicamente, a verdadeira capital imperial portuguesa era a Lisboa Ocidental, com 22 freguesias. O novo espaço de fusão entre o Patriarcado e a Monarquia pressupunha uma maior autonomia face a Roma e “poderá ter estado por detrás de uma hipotética tentativa de controlar uma área importante a ocidente, onde se pretendia edificar a sede definitiva. Ao mesmo tempo que se

abandonava a parte da cidade de mais difícil intervenção (tecido antigo), assumia-se a parte ocidental como a capital do reino e sede comum do poder temporal e espiritual” (Walter Rossa).

O programa de Juvara não teve continuidade. A obra era demorada para um rei doente e muito dispendiosa para conciliar com a de Mafra, que congregava a maior parte da mão-de-obra, sobretudo depois das alterações ao plano inicial (previsto para 13 frades; no final podia albergar mais de 300).

Ainda assim, prosseguiram projectos e previram-se infra-estruturas. Entre 1718-1738, o Engenheiro Manuel da Maia (1677-1768) efectuou o levantamento da cidade, que actualizou a *Planta Topográfica de 1650* (Tinoco) e serviu de base aos trabalhos de reconstrução pombalina. Em 1728, ganhou forma a proposta do procurador do Senado ocidental, Cláudio Gorgel do Amaral, de resolução do velho problema de abastecimento de água a uma capital com aproximadamente 250 mil habitantes e apenas três chafarizes. Em 1731, D. João V decretou o início das obras e a água chegou às Amoreiras em 1744. No projecto estiveram envolvidos, entre outros, Manuel da Maia, Custódio Vieira (1682-1744) e Carlos Mardel e Eugénio dos Santos (1731-1791). Para além da parte técnica, da extensão (mais de 58 km no total), do conjunto dos arcos góticos (14) ou do depósito da Mãe de Água (inaugurado em 1834), o Aqueduto revelou-se uma obra de forte intervenção urbanística, associada que esteve ao grande número de chafarizes e fontes e ao desenvolvimento das manufacturas do Rato. Além disso, o facto de ter resistido ao Terramoto de 1755 projectou-o para o conjunto das obras-primas da engenharia. Por fim, o levantamento da zona ribeirinha de Xabregas até Pedrouços e o consequente embelezamento da marginal, com a construção de pontes e de um *Cais Novo*, por Carlos Mardel.

De salientar que este último estudo data de 1742, numa altura em que o rei tinha adquirido quintas no sítio de Belém (1726), entre as quais a do conde de Aveiras e decidira fundar o seu segundo palácio real, na zona acima de Alcântara.

De 1742 são as duas últimas grandes encomendas: a

Capela de São João Baptista e o conjunto das Necessidades. Destinada a uma capela lateral da Igreja de São Roque, a primeira foi mandada fazer em Roma, sob as directrizes arquitectónicas e iconográficas específicas do Rei e de Ludovice. Numa harmonia singular, à cromática poética rocóco imprimiram os arquitectos italianos, Nicola Salvi (1697-1751) e Luigi Vanvitelli (1700-1773), uma feição inovadora, que anunciava o neo-classicismo. Os elementos chegaram a Lisboa em Setembro de 1747. A inauguração, prevista para 1748, ocorreu em 1751, já no reinado de D. José I, sem o aparato que seria de esperar se D. João V fosse vivo e ainda sem os painéis de tesselas do famoso Agostino Masucci (1691-1758) – *Pentecostes* e *Baptismo de Cristo*. Por seu turno, as “Necessidades” nasceram de um voto de agradecimento do monarca a Nossa Senhora, por melhoria na doença (trombose cerebral). A ermida quinhentista deu lugar a uma igreja, um convento e um palácio real, obra do arquitecto Custódio Vieira, a quem sucedeu Manuel da Costa Negreiros (1702-1750) e Eugénio dos Santos. Do conjunto ressalta o enquadramento urbano-paisagístico: a disposição é feita em função do rio, frente ao qual se dispõe a fachada da igreja, no eixo da qual se encontra a fonte polilobada, donde emerge um obelisco, símbolo solar do Barroco, intimamente relacionado com a realeza divina. O convento foi entregue aos Congregados de São Filipe Nery, que fundaram o Colégio do Oratório e introduziram um novo método de ensino, vocacionado para a ciência e a experimentação, num prenúncio dos ideais iluminados pela Razão e do *cientifismo*, que marcam a cultura e a mentalidade da 2ª metade do séc. XVIII. Da sua acção mecenática, recordamos a pródiga acção em prol dos fenómenos culturais de grande alcance. Em 1721 era aclamado pastor arcádico, com o pseudónimo de *Arete Melleo*, o que muito contribuiu para o incremento das fecundas relações com artistas, arquitectos e literatos italianos. Inspirado pelos modelos franceses fundou várias academias: a Academia Real das Ciências (1725) e a Academia Real de História (1720), com a missão de elaborar a História de Portugal e das suas conquistas, de que



resultou a monumental *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, de António Caetano de Sousa (1735-1749).

Grande coleccionador e amante de livros, recheou a biblioteca real do Paço da Ribeira, a de Mafra e a da Universidade de Coimbra. Datam do seu reinado as primeiras medidas de salvaguarda do património cultural, ao proibir a demolição de monumentos, estátuas e mármore (1721). De salientar ainda o crescente progresso da imprensa jornalística, com destaque para publicação da *Gazeta de Lisboa* (1715 até ao séc. XIX), do *Folheto de Lisboa* e do *Mercúrio de Lisboa* (entre 1740-1745).

A música, sobretudo a ópera, conheceu um surto notável devido à actuação de Domenico Scarlatti (1685-1757), à obra do compositor português de música para cravo, Carlos Seixas (1704-1742), vice-mestre da Capela Real, e à construção da Ópera do Tejo, já em tempo de D. José I, obra da Família Bibiena, inaugurada uns meses antes do sismo.

Deve ainda sublinhar-se a actuação do Tribunal do Santo Ofício, que conheceu um novo fulgor. Per-

sonalidades como a de Bento de Moura Portugal (1702-1776) e António José da Silva (1705-1739), autor teatral, conhecido como *O Judeu* (1738), integram o rol dos sentenciados.

Quase no fim do reinado, em 1748, D. João V recebeu de Bento XIV (1675-1758) o título de *Majestade Fidelíssima*, que se estendia aos descendentes e o equiparava aos seus congéneres austríaco (*Majestade Apostólica*), francês (*Cristianíssimo*) e espanhol (*Católicos*). Cumpria-se parte do grande programa político de prestígio e de reconhecimento do poder de um Rei e de um *Reino Católico*. O sonho de uma nova *Roma a Ocidente* andou em bolandas, antes de assentar nas Necessidades. A força dos meios visuais relevava-se uma aposta benéfica. O longo reinado do *Magnânimo*, marcado pelo *esplendor* do ouro, emergia como um corpo luminoso e raro, que só se assemelhava com o do seu predecessor D. Manuel I. O Terramoto de 1755 lançou para as fendas e para as cinzas grande parte desse brilho.

EG

Sebastião José de Carvalho e Melo, de Louis Michel Van Loo (1707-1771), 1766.
Óleo sobre tela. Col. Marquês de Pombal, CMO.



O TERRAMOTO E A LISBOA POMBALINA 1755-1789

À luz da ciência da época, o que aconteceu em Lisboa, por volta das 9h40 do dia 1 de Novembro de 1755, quando, depois de um estrondo subterrâneo, a terra tremeu e o mar recuou para logo a seguir se lançar sobre a cidade, foi um dos mais violentos e destrutivos sismos e maremotos da história.

Quem não ouviu falar ou não leu ainda algo sobre o assunto? O que escrever sobre um tema já tão estudado? Pouco, neste caso. Completados mais de 250 anos sobre o fenómeno, procuraremos, tão-somente enunciar os aspectos mais relevantes e perceber os impactos causados a nível geral, no Reino e fora dele e, em particular, na cidade de Lisboa.

Quando nos debruçamos sobre o tema, salta à vista o número infindável de referências, coevas ou não, que se lhe votaram ao longo dos séculos. Com efeito, o Terramoto de 1755 foi talvez das primeiras catástrofes mais mediatizadas: as notícias, os debates, os poemas, os ensaios, as orações, as gravuras, circularam por toda a Europa com uma profundidade e rapidez inusitadas.

As descrições, mais ou menos fidedignas, apontam quase sempre os vários tempos da tragédia. Tudo parece ter começado uns dias antes, com as águas dos poços a apresentarem uma cor e sabor estranhos. Na véspera, alguns animais mostraram-se inquietos; os cães toda a noite uivaram. O sismo, de magnitude variável entre os 8.5 e os 9 graus na escala de Richter, teve réplicas ao longo do dia. Pouco depois, com as populações ainda em choque e o pânico instalado em Lisboa, sobreveio-lhe um tsunami. Uma vaga gigante penetrou no estuário do Tejo e alcançou o Rossio. Por fim, um incêndio que se prolongou por seis dias. O centro da cidade ficou reduzido a escombros e a cinzas. Estima-se que cerca de dez por cento das vinte mil casas tenham desaparecido e mais de dois terços tenham ficado inabitáveis. Dezenas de conventos, igrejas, palácios e hospitais tiveram o mesmo destino. O número de vítimas não é fácil de determinar. Na fantasia de algumas descrições chegou-se aos 80 mil; dados mais recentes apontam para 10 a 12 mil mortos. A capital tinha à época uns 250 mil habitantes.

O prestígio de Lisboa no contexto europeu fez com

que os ecos e as notícias do desastre dessem testemunho da tragédia e do horror vividos. Ainda que longe do apogeu manuelino, a capital mantinha um lugar de destaque enquanto sede de um império colonial; o número de estrangeiros que passavam e viviam era significativo. Quase todos os reinos tinham por cá um representante. A notícia espalhou-se rapidamente no espaço e permaneceu no tempo.

Se juntarmos a este o facto do fenómeno não ter sido exclusivo de Lisboa, perceberemos a razão do mediatismo. Com efeito, o sismo extravasou os limites do reino e foi sentido a milhares de quilómetros. O Sudoeste da Península Ibérica e a Costa de Marrocos foram as áreas mais duramente afectadas. Mas as ondas sísmicas propagaram-se numa extensa superfície, fazendo-se sentir também no interior da Península Ibérica, no Mediterrâneo, nos Açores, e mesmo nos mares do Norte e do Báltico.

O abalo em termos mentais foi tremendo. O *sentimento de optimismo* que dominava entrou em colapso. O pensamento europeu dominante era marcado pela crença de que se vivia, em harmonia divina, no melhor dos mundos (filósofos como Gottfried W. Leibniz e Alexander Pope). A ruptura e o debate surgiram logo em 1756 com nomes como o de Voltaire (1694-1778), Jean Jacques Rousseau (1712-1778) e Emanuel Kant (1724-1804). Confrontados com as suas fragilidades e divididos entre a aceitação e a recusa do castigo divino e da razão da natureza, os homens enfrentaram um novo desafio para o entendimento. Afastaram-se da visão optimista e abriram caminho ao moderno conhecimento científico que marcou a época das Luzes. O sismo de 1755 foi o primeiro a ser estudado à luz da ciência moderna.

Mas o Terramoto de 1755 entrou na história do Reino e de Lisboa, como um dos principais causadores da *nova ordem*. O caos provocado pelo sismo influenciou as transformações políticas, administrativas, económicas, urbanísticas, arquitectónicas, sociais e culturais.

Perante os enormes problemas colocados, como os da segurança de pessoas e bens, o abastecimento, a saúde pública (*enterrar os mortos*), a Coroa, e não

o Senado, assumiu o controlo de todo o empreendimento. O *bem e a felicidade dos súbditos* justificaram a centralização do poder sob as luzes da razão e sob a égide filantrópica dos ideais de progresso e de reforma a vários níveis (*Despotismo iluminado ou esclarecido*).

Num primeiro momento, o núcleo de Governo constituiu-se sob o lema do pragmatismo da situação. Mas à medida que se asseguravam as condições mínimas de funcionalidade, alguns nomes foram desaparecendo (entre eles, o Duque de Lafões, D. Pedro de Bragança Mascarenhas, neto natural de D. Pedro II). Após seis anos à frente da Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) ascendeu à pasta do Reino, por morte do padre Pedro da Mota e Silva (1756), irmão do Cardeal da Mota (1685-1747).

Principiou a nova fase de governo do Primeiro-Ministro de D. José I (1714-1777). Crente nas capacidades do Reino, Carvalho e Melo, levou a cabo a sua visão de Estado, traduzida num conjunto extraordinário de reformas e na criação de importantes organismos e instituições. A sua actuação granjeou-lhe o apoio do Rei e os títulos nobiliárquicos: Conde de Oeiras (1759) e Marquês de Pombal (1769).

Explica-se desta forma, a nível económico e financeiro, a instituição da Junta do Comércio, do Real Erário e das companhias monopolistas. A primeira, criada em 1755, ao coordenar a actividade comercial (a abertura de lojas em Lisboa dela dependia) e intervir na importação de produtos manufacturados, foi imprescindível para o fomento industrial pombalino. Graças ao *proteccionismo*, surgiu um grande número de manufacturas, de norte a sul, nomeadamente: de açúcar refinado, papel e pergamínhos, chapéus, tecidos (linho, seda, lã e chita) botões, louça fina, cordas, tapeçarias, pentes, relógios, vidros, entre outras. Famosa ficou a Real Fábrica das Sedas, do Rato, fortemente impulsionada, sobretudo depois da falência do fundador, o francês Robert Godin. O Real Erário (1761), de que o Marquês de Pombal foi 1º Inspector-Geral, centralizou a gestão das contas públicas, as da Coroa incluídas, e a

Triste Tableau des effets causés par le Tremblement de Terre et incendies arrivés a Lisbonne le 1^{er} Novembre 1755.



Le Tremblement de Terre et l'Incendie ayant renversés de fond en Comble et consumés les Eglises, Hôtels, et Palais, de Lisbonne et envelopés sous leurs ruines plus de 50 mille personnes de toutes ages et conditions toutes vivantes, ceux qui dans une dévotion semblable eurent encore le bonheur d'échapper a une mort si funeste, revenus de leur frayeur et saisissement se trouverent confondus sans distinction dans une vaste plaine, ou sa majeste ainsi que sa famille réduite elle même a loger dans ses tentes, les ayant exhortés a la patience fit dresser des tentes pour leurs servir de retraite. Les infortunés ont obtenu du Ciel par leurs prières les secours suffisants pour subsister par le moyen du Roy d'Espagne qui leur a envoyé des vivres nécessaires jusqu'à ce qu'il plaise a la Providence de leur accorder un sort plus favorable. Un Capitaine de Vaisseau Anglois avec huit de ses matelots ayant entré dans les décombres de la Chapelle du Roy pour chercher d'argent, fut conduit dans la plaine ou son procès ayant été instruit et jugé, il fut condamné ainsi que ses matelots a être pendus dont l'Exécution eus lieu en présence du Roy et du Peuple. A Paris on se trouve chez Charpentier au Coy

1. Le Roy
2. Le Roy
3. Le Roy
4. Le Roy
5. Le Roy
6. Le Roy
7. Le Roy
8. Le Roy
9. Le Roy
10. Le Roy
11. Le Roy
12. Le Roy
13. Le Roy
14. Le Roy
15. Le Roy
16. Le Roy
17. Le Roy
18. Le Roy
19. Le Roy
20. Le Roy
21. Le Roy
22. Le Roy
23. Le Roy
24. Le Roy
25. Le Roy
26. Le Roy
27. Le Roy
28. Le Roy
29. Le Roy
30. Le Roy
31. Le Roy
32. Le Roy
33. Le Roy
34. Le Roy
35. Le Roy
36. Le Roy
37. Le Roy
38. Le Roy
39. Le Roy
40. Le Roy
41. Le Roy
42. Le Roy
43. Le Roy
44. Le Roy
45. Le Roy
46. Le Roy
47. Le Roy
48. Le Roy
49. Le Roy
50. Le Roy
51. Le Roy
52. Le Roy
53. Le Roy
54. Le Roy
55. Le Roy
56. Le Roy
57. Le Roy
58. Le Roy
59. Le Roy
60. Le Roy
61. Le Roy
62. Le Roy
63. Le Roy
64. Le Roy
65. Le Roy
66. Le Roy
67. Le Roy
68. Le Roy
69. Le Roy
70. Le Roy
71. Le Roy
72. Le Roy
73. Le Roy
74. Le Roy
75. Le Roy
76. Le Roy
77. Le Roy
78. Le Roy
79. Le Roy
80. Le Roy
81. Le Roy
82. Le Roy
83. Le Roy
84. Le Roy
85. Le Roy
86. Le Roy
87. Le Roy
88. Le Roy
89. Le Roy
90. Le Roy
91. Le Roy
92. Le Roy
93. Le Roy
94. Le Roy
95. Le Roy
96. Le Roy
97. Le Roy
98. Le Roy
99. Le Roy
100. Le Roy

"Vista do patíbulo que se viu na praça de Belém a 13 de
Janeiro de 1759", gravura, 1759(?), MC. GRA. 725

colecta fiscal. As ligações comerciais da metrópole com as possessões (África, Brasil e Índia) passaram a ser asseguradas pelas companhias monopolistas do Grão-Pará e Maranhão (1755), Pernambuco e Paraíba (1759).

Integrado no espírito das Luzes, fundou-se o Real Colégio dos Nobres (1761), instituição cultural vocacionada para o ensino científico dos jovens aristocratas, e a Real Mesa Censória (1768), que examinava os livros editados e geria o sistema de ensino, depois de afastado, em 1771, o autor do *Verdadeiro método de estudar*, Luís António Verney (1731-1792). Não podemos esquecer o incremento da Maçonaria (introduzida em Portugal, entre 1735 e 1743) que congregou, a partir das décadas de 60 e 70, simpatizantes junto do exército, da aristocracia e dos círculos literários, perseguidos pela Intendência Geral da Polícia durante o reinado de D. Maria I.

Mas, o processo de consolidação política e de reforço do poder central passou também pela cessação de antigas alianças e pelo conflito com as forças do *Ancien Régime* (Nobreza e Clero). A tentativa de "regicídio" contra D. José I, na noite de 3 de Setembro de 1758 – quando regressava, diz-se, de um encontro amoroso com D. Teresa Leonor de Távora (1700-1759) – foi o pretexto para eliminar os principais oponentes e anular qualquer tentativa futura de conspiração palaciana. Em Janeiro de 1759 foram sentenciados (tortura e decapitação) alguns membros da família dos Távoras e o Duque de Aveiro, D. José Mascarenhas. Os demais implicados foram presos e viram os seus bens confiscados. O palácio dos Duques de Aveiro, em Belém, foi demolido e o chão salgado, num gesto simbólico, para que nada mais ali nascesse.

De igual forma, os padres da Companhia de Jesus, pelo seu presumível envolvimento, foram considerados réus do crime de *leza-magestade*. Na realidade, eram um forte entrave aos projectos económicos no Brasil, ao ensino científico e ao próprio Sebastião José, que surgia com frequência associado ao terramoto, como espelho do *mal* e a causa do castigo divino. Os sermões do padre Gabriel Malagrida, que difundiam a ideia de novos sismos caso



Carta topográfica em que se da parte mais arruinada de Lisboa tal como se encontrava antes do terramoto de 1755 e que se destinava a servir de base às remodelações urbanas subsequentes àquela catástrofe, Manuel da Maia, DSE, 2342 -2-1622D.



não se punisse o verdadeiro culpado, valeram-lhe o garrote e a fogueira no auto-de-fé de 1761. A Coroa decretou a expulsão da Ordem a 3 de Setembro de 1760; a oposição da Santa Sé obrigou a um corte nas relações diplomáticas (restabelecidas em 1770). Por seu turno, o Tribunal do Santo Ofício perdeu autonomia, subordinando-se à autoridade real, que sancionava cada decreto emitido. Em 1768, o irmão do Marquês, Paulo de Carvalho, foi nomeado Inquisidor-Mor e, em 1773, aboliu-se a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos.

É, portanto, nesta conjuntura de reforço do poder central, que devem ser entendidos os trabalhos de protecção civil e de reconstrução da cidade. A ideia de *capital renovada*, à semelhança de outros estados europeus (Londres, São Petersburgo), foi um estímulo. Há muito que se desejava intervir no tecido urbano (Francisco de Holanda, séc. XVI).

Um primeiro conjunto de decretos procurou repor a ordem, em prol da *necessidade pública, do bem e da felicidade dos povos*. Antes do novo plano, ninguém poderia sair da cidade ou reconstruir *ad-hoc*, entre ruínas e fora do perímetro.

Está largamente estudada a génese e a produção da Lisboa Pombalina. Relembremos, tão-somente, os aspectos mais relevantes.

Manuel da Maia (1680-1768), engenheiro-mor do Reino, foi chamado a coordenar a renovação da cidade. Pressionado pela urgente necessidade de agir, 33 dias depois da catástrofe apresentou o *plano-piloto* da Baixa-Chiado. Nas suas célebres *dissertações* - remetidas ao Duque de Lafões entre 4 de Dezembro de 1755 e 31 de Março de 1756 (aditamento a 19 de Abril) - expôs o conceito e as linhas de força: reconstruir o que havia, com ligeiras alterações; construir fora do centro, em Belém; ou arrasar e fazer de novo a zona baixa.

Tudo dependeria da escolha do local do novo palácio real. A família real, que havia escapado ao desastre por se encontrar em Belém, nem queria ouvir falar do velho Paço. Instalou-se numa estrutura de madeira tal como a restante população (nos seis meses seguintes havia mais de nove mil barracas de Belém ao Campo de Santa Clara). A *Real Barraca da*

Ajuda serviu até ao incêndio, em 1794. Posto isto, assumiu-se o velho terreiro como o núcleo representativo do Estado.

Para implementar o projecto recorreu a uma equipa de engenheiros militares *com exercício de arquitectos* (Aula de Fortificação e depois da Casa do Risco), que, num curto espaço de tempo, apresentou seis projectos possíveis. A escolha recaiu na planta nº 5 (original desaparecido) de Eugénio dos Santos e Carvalho (1711-1760), à qual Manuel da Maia juntou a de Elias Sebastião Poppe (act. 1749-1760), no intuito de conciliar a preservação da memória de espaços antigos e a integração dos edifícios religiosos.

Ao nível do urbanismo, a renovação destacou-se pelo traçado das ruas e das praças (passeios incluídos), assente numa malha ortogonal hierarquizada, onde as três artérias principais perpendiculares ao rio – Rua Augusta, Rua Áurea e Rua da Prata – ligavam as duas praças: Rossio e Terreiro do Paço. Nessa malha nascia o quarteirão, *medida geradora do plano*, definido pela junção de vários lotes, como se de um edifício único se tratasse.

Para as fachadas foi imposto um prospecto que definia um esquema funcional e racional. Cada prédio era normalizado em altura: piso térreo de lojas, três andares e mansarda. Nascia o *prédio de rendimento* (grande parte de aluguer), marca da estrutura social e industrial oitocentista. No geral, as frentes pareciam iguais. Não obstante, ligeiras diferenças (janelas, varandas, cantarias ou ferros forjados) quebravam a monotonia e marcavam a importância do piso e do arruamento.

Na Praça do Comércio Eugénio dos Santos criou um espaço uniforme: três frentes animadas pelo conjunto de arcadas e dois torreões a rematarem (memória do Torreão dito *de Terzi*). À funcionalidade de Manuel da Maia, acrescentou um programa monumental, que seguiu a simbologia das *praças reais à francesa*: no eixo do quadrilátero, colocou o Arco de Triunfo (não concretizado), a Estátua Equestre de D. José I, inaugurada em 1775 (escultor Joaquim Machado de Castro, 1731-1822) e o Cais das Colunas. No prolongamento da Praça, projectou o Arsenal da Marinha (a partir de 1759) e a nova e primeira

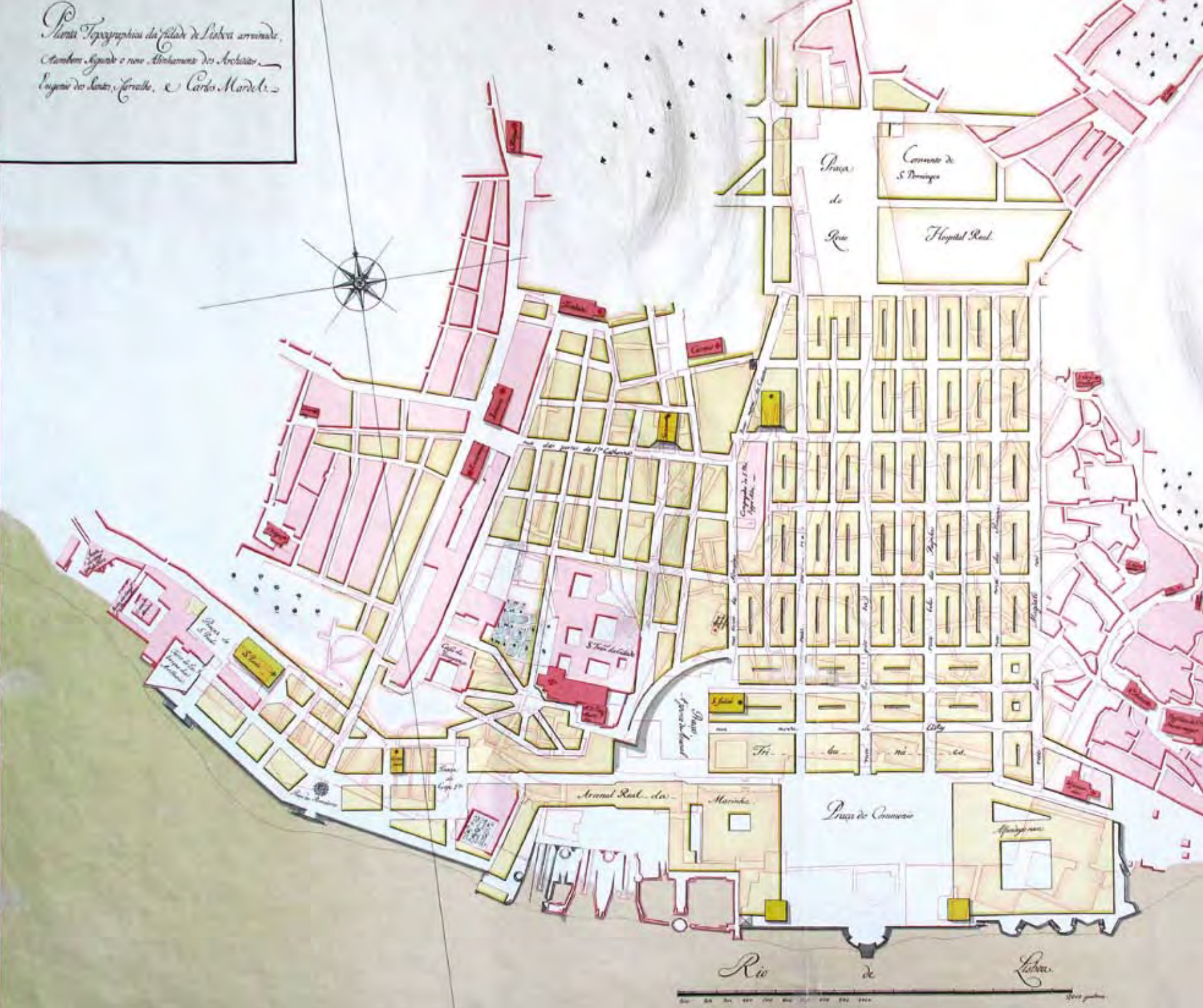
sede do Senado ou Paços do Concelho (concluída em 1774).

Por seu turno, Carlos Mardel (1695-1763) impôs o gosto nórdico no Rossio (Praça Dom Pedro IV, desde 1836), sobretudo ao nível dos telhados (quatro águas) e das janelas de águas-furtadas. O novo desenho incluía, na face norte, o Palácio da Inquisição. Mas a obra pombalina ficou marcada, sobretudo, pela metodologia aplicada e pelas inovações tecnológicas: a prefabricação de elementos (madeiras, cantarias, azulejos, vidros, entre outros) para satisfazer tempos e custos; a *gaiola* pombalina e as paredes corta-fogo, para resistir a futuros sismos; o sistema de recolha de lixo e esgoto de rua (*cloaca*) e as bocas-de-incêndio. A própria implantação da Baixa é notável. Em terrenos de natureza aluvionar (argilas, areias e pedras), criou-se uma plataforma, com base na compactação dos solos através da cravação de estacaria de madeira (pinho) que suportavam uma estrutura abobadada.

A reconstrução de Lisboa foi feita em vários tempos. O novo plano para a Cidade de Lisboa foi aprovado em 1758 (Alvará de 12 de Maio) e as obras começaram em 1759. Nos dois anos anteriores decorreram os trabalhos de remoção dos escombros, de desentulhamento e de reparação das infra-estruturas. Os topónimos foram atribuídos em 1760: uma rua a cada corporação e/ou ofício (mercadores de lã, seda, ouro, prata, sapateiros, fanqueiros, entre outros). A Praça do Comércio, com o edifício da Bolsa, homenageava o contributo financeiro da burguesia.

A partir de 1762, é possível fazer uma leitura mais rigorosa dos ritmos das obras. A reinstituição do imposto de 10% sobre os rendimentos dos imóveis, permite conhecer anual e exaustivamente o que estava edificado e quem era o seu proprietário (livros de *A Décima da Cidade*). Assim, nesse ano, só 32 imóveis estavam levantados na zona da Baixa reticulada e, em 1777, a Rua Augusta era a única concluída. Em 1769 existia apenas o lado nascente do Rossio. Por ocasião da inauguração da estátua de D. José I (6 a 8 de Junho de 1775), a Praça do Comércio tinha apenas o lado oriental com o torreão. O lado poente estava pela metade; os espaços foram preenchidos

*Plano Topographico da Cidade de Lisboa actual, e
tambem ligando e novo Alinhamento dos Archados,
Eugénio de Santa Gertrude, e Carlos Mardel.*





Planta topográfica de parte de Lisboa numa litografia colorida em que se copia do projecto aprovado para a reconstrução da cidade apresentado por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, segundo versão publicada por João Pedro Ribeiro, edição de 1949, GEO.

com construções de madeira e pano gessado. O torreão ocidental foi terminado em 1841 e o Arco da Rua Augusta em 1873. Entretanto, na sequência do plano, o arquitecto Reinaldo Manuel dos Santos (1731-1791) projectou a norte do Rossio (1764) o *Passeio Público*, primeira expressão de um jardim de utilização comum.

Com afastamento do Marquês de Pombal, em 1777, o ritmo parece ter abrandado. Alguns quarteirões só tiveram obras na última década do século XVIII; outros já depois das Invasões Francesas. Recorde-se que a lei de 12 de Maio de 1758 estabelecia aos proprietários um prazo de cinco anos para procederem à reedificação.

Em 13 de Maio de 1777, a Princesa da Beira, D. Maria Francisca (1734-1816), tornou-se a primeira mulher a ocupar o trono português, sucedendo a seu pai, o rei D. José I (f. 24 Fevereiro). O seu reinado ficou marcado pela mudança nas directivas que vinham da linha pombalina, que lhe valeram o cognome de *A Viradeira*. A sua actividade legislativa foi notável. Em Março decretou o exílio do Marquês de Pombal e reabilitou a família Alorna e a dos Távora. Fundou várias instituições de cariz social e cultural, uma boa parte delas também da iniciativa de Diogo Inácio de Pina Manique (1733-1805), Intendente Geral da Polícia. Falamos concretamente: da Real Casa Pia de Lisboa (1780), para educação das crianças órfãs e desamparadas; da Lotaria para alargar os serviços da Misericórdia de Lisboa (1783); da Academia das Ciências de Lisboa (1779), da Academia Real de Marinha (1779) e da Real Biblioteca Pública da Corte (1796), antecessora da Biblioteca Nacional de Lisboa, que funcionou no Torreão Ocidental da Praça do Comércio até 1834.

Na política diplomática, o seu reinado ficou marcado pela assinatura do *Tratado de Santo Ildefonso* (1 de Outubro de 1777) e do *Novo Tratado do Pardo* (11 de Março de 1778) que, pondo fim à Guerra dos Sete Anos (1756-1763), asseguravam a posse dos territórios da margem esquerda do Rio da Prata, face à Espanha de Carlos III (1716-1788), que recebia em troca a colónia do Sacramento.

No campo das realizações urbanísticas e arquitectó-

nicas, o destaque vai para uma linha de orientação diferente. A cidade animou-se com as fortunas da burguesia pombalina. Os lisboetas preferiam viver em zonas como o Chiado, a Cotovia, o Rato, ou a Patriarcal (Príncipe Real) – porque menos sujeitas às directrizes do plano – do que na soturna e monótona Baixa.

Assim se explica o nascimento do Real Teatro de São Carlos, na proximidade de Igreja dos Mártires, do Palácio do Barão de Quintela e do largo fronteiro (que anunciava o futuro Largo de Camões). O edifício, de assumida inspiração neo-clássica, da traça do arquitecto José da Costa e Silva (1747-1819), apresentase enquadrado por um pequeno largo rectangular, num esquema que funcionou como modelo de um urbanismo mais intimista, próprio do período romântico. A par dos botequins e das livrarias, São Carlos, inaugurado em 1793, tornou-se o elemento fundamental da animação da zona, uma espécie de centro alternativo às eternas obras da Praça do Comércio.

Todavia, a obra régia por excelência de D. Maria I foi a *Real Fábrica do Santíssimo Coração de Jesus*, conjunto composto por um convento (Religiosas da Regra de Santa Teresa), um palacete e uma igreja, comumente conhecida como *Basílica da Estrela*. Resultado do cumprimento de um voto pelo nascimento de um filho varão (em 1761 nascia D. José, Príncipe do Brasil), foi escolhida pela Rainha para panteão. O sítio do *Casal da Estrela*, pertencia à Casa do Infantado e D. Pedro III (1717-1786) cedeu-o a sua esposa, em 1778. As obras começaram 1779 e o templo foi inaugurado em 19 de Novembro de 1789. O arquitecto da Casa do Risco, Mateus Vicente de Oliveira (1710-1786), fez os dois primeiros desenhos. Resultado das alterações de Reinado Manuel dos Santos, o edifício actual constitui uma referência imagética muito forte, com a fachada ladeada pelas duas torres sineiras e a cúpula com zimbório e lanternin. No interior, os mármore, as pinturas (Pompeo Batoni, 1708-1787; Pedro Alexandrino de Carvalho, 1720-1810; Cirilo Wolkmar Machado, 1748-1823), os azulejos e as esculturas (Machado de Castro, 1731-1822).

Mas a importância do templo ultrapassa o próprio



desígnio e o tempo: D. João V escolheu o local para a sua basílica patriarcal; Manuel da Maia sugeriu-o a D. José I para a construção de novo palácio; o Marquês de Pombal recusou a proposta, por não se coadunar com os princípios de valorização da Corte; por fim, o séc. XIX e o espírito romântico trouxeram-lhe novo vigor, com a construção de um parque à inglesa – o célebre *Passeio da Estrela*.

Do conjunto, o palacete, concluído em 1789, ainda serviu de habitação à Rainha, que, recorde-se, chegou a ocupar, também, o edifício do Senado da Câmara entre 1780 e 1796. Motivos aparte (saúde do Rei), o que parece notório na própria toponímia adoptada - *Paço de Lisboa ou do Terreiro do Paço* - é a intenção política de reutilizar um espaço régio tão secularmente simbólico.

Fora de portas, o Palácio de Queluz acolhia a Corte, enquanto na capital o arquitecto Manuel Caetano

de Sousa (1738-1802), desenhava o Real Paço da Ajuda, sobre a colina que dominava o Quartel do Conde de Lippe e o Jardim Botânico (projecto de Domingos Vandelli, 1765). As obras começaram em 1796, foram interrompidas e recomeçaram em 1802, marcadas pelas alterações ao jeito neo-clássico dos arquitectos Costa e Silva e Francisco Xavier Fabri (1761-1817). A sua concretização arrastou-se e comprometeu-se pela viragem política do final do *Ancien Régime*. Do ambicioso projecto inicial, apenas um terço seria concluído já em plena *Regeneração*. Apesar de ter sido adoptado pelo Rei D. Luís I (1838-1889) para residência permanente, constituiu sempre um corpo distante numa das pontas da cidade que nunca gerou qualquer centralidade.

De referir ainda a decisão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho de executar, em 1801, a proposta do arquitecto José Manuel de Carvalho Negreiros (1751-

1815) para estabelecer *passeio publico nos Campos Grande e Pequeno*. Embora sem consequências imediatas, sugeria um segundo eixo de extensão da cidade para norte, com concretização no plano oitocentista de Frederico Ressano Garcia (1847-1911).

Os acontecimentos políticos do final do século XVIII e inícios do XIX trouxeram a instabilidade. Os novos ideais de liberdade e igualdade chegaram com Revolução Francesa. Os exércitos de Napoleão obrigaram a Família Real e a Corte a refugiarem-se no Brasil; seguiu-se a ocupação inglesa. Sobreveio depois um período de guerra civil, com as consequentes dificuldades políticas, económicas e institucionais. Um século depois do Terramoto, em plena *Regeneração* política, Lisboa adquiriria um semblante de progresso e modernização.

EG

Vista aérea da Baixa Pombalina, cerca de 1905, GEO.

Basílica da Estrela, "Lisbon from the Rua de San Miguel", gravura de Robert Batty, desenho de Thomas Jeavons, 1830, MC. GRA. 1517

Basílica da Estrela e Palácio da Ajuda

▼ Palácio Real da Ajuda, litografia de Alexandre de Michellis, c. 1850, Lisboa BNP, E 3406 P.



Partida de D. João VI para o Brasil em 27 de Novembro de 1807, Henry L'Évêque, gravura aberta a água forte por F. Bartolozzi impressa em *Campaigns of the British army in Portugal (...)*, Londres, 1812, com a legenda: "Departure of His R. H. the Prince Regent of Portugal for the Brazils", MC, GRA. 1550.



DEPARTURE OF HIS R.H. THE PRINCE REGENT OF PORTUGAL FOR THE BRAZILS.

The 27th Novemb^r 1807

A PARTIDA DE JOÃO VI PARA O BRASIL E AS INVASÕES FRANCESAS 1807-1811

“(…) já estão salvos, já não têm perigo”, terá sido uma das frases ouvidas em Lisboa naquela manhã chuvosa do dia 29 de Novembro de 1807, depois de se ter verificado a dramática partida da família real portuguesa da foz do Tejo rumo ao Brasil. Tais palavras foram registadas por um autor anónimo, talvez José de Abreu Bacelar Chichorro, depois da armada com trinta e seis navios, que havia estado surta frente a Belém, ter levantado âncora levando “ao todo perto de 15 160 pessoas”, segundo foi registado num *Mapa da força naval portuguesa*. Entre essas pessoas contavam-se as principais figuras da classe dirigente do País e grande quantidade de funcionários e serviçais. O autor da *Relação breve e verdadeira da entrada do exercito francez, chamado do Gironda, em Portugal*, impressa em Lisboa em 1809, obra de onde retirámos a frase que acima citámos, declarou ainda aí, a propósito da reacção do povo perante o drama então vivido, que “eu fui testemunha de o ver banhado em lágrimas de alegria, por ver, contando já em nada a sua própria desgraça, os seus ausentíssimos soberanos livres de traição e pérfida aleivisia dos seus inimigos”. Estes inimigos eram os franceses comandadas pelo general Junot, que pelas 9 horas do dia 30 de Novembro de 1807 chegaram a Lisboa, onde foram recebidos sem hostilidade, tal como havia sido ordenado pelo regente D. João, futuro D. João VI. O muito elevado número de pessoas que partiu acabou pois ser compensado pela progressiva entrada de alguns milhares de invasores, que dominaram a cidade até que as tropas inglesas, com apoio de forças portuguesas, obrigaram os soldados de Junot a regressar a França, tendo a maior parte deles embarcado em navios ingleses em Lisboa, entre 10 e 15 de Setembro de 1808.

A partida da família real portuguesa ocorreu na sequência de uma dramática corrida contra o tempo que se pode resumir no seguinte quadro, no qual colocamos esquematicamente e em paralelo alguns dos eventos mais marcantes que caracterizaram os dias de 20 a 30 de Novembro de 1807, tal como foram vividos em torno dos seus protagonistas: Junot e D. João VI.

Ao termos em conta o registo dos acontecimentos

JUNOT	D. JOÃO VI
20 Entra em território português da Beira Baixa.	
24 Pela manhã chega a Abrantes.	
26 Dificuldade em passar o rio Zêzere.	25 Recebe no palácio de Mafra a notícia de que os franceses estão em Abrantes.
27 Chega à Golegã.	26 Parte para o palácio da Ajuda onde nomeia um Conselho de Regência
28 À noite chega ao Cartaxo, onde é informado de que a corte tinha embarcado.	27 Dá-se início ao plano da transferência da família real e da corte para o Brasil com o embarque cerca das 11 h. no cais de Belém. Devido a um temporal com ventos de sudoeste os navios não puderam então zarpar.
29 À noite chega a Sacavém com cerca de 1500 homens.	29 Entre as 7 e as 8 h. os navios levantaram ferro de Belém e cerca das 11 h. estão fora da barra a iniciar a viagem com um «belo vento nordeste».
30 Às 9 h. chega a Lisboa.	

centrados no momento da partida do futuro D. João VI e da corte para o Brasil a representação que sem dúvida assume uma posição hegemónica e simbólica desse momento é a que se ficou a dever ao artista suíço Henry L'Évêque (1769-1832). A imagem aqui em causa passou a constituir um ícone que serviu sistematicamente para ilustrar e representar um facto do maior significado histórico. Na sua construção revela-se o cuidado em destacar os seguintes tópicos observáveis a partir do primeiro plano. Este é ocupado com o príncipe regente numa posição central, como protagonista que era do evento, tendo junto a si um pequeno séquito de cortesãos,

além de carruagens e liteiras que transportam pessoas da família real. Num segundo plano estão duas tendas, o bergantim, um bote e embarcações; alguns populares, sem que formem uma multidão, encontram-se frente a cortesãos e dois frades, que estão num primeiro plano lateral, enquanto guardas a pé e a cavalo assinalam a sua presença; o fundo está pontuado por casas, a torre de Belém e navios. Na serenidade transmitida nesta imagem, algo convencional na sua bem estudada estruturação, não se vêem as «lágrimas e suspiros», ou o desespero que trespassava a multidão abandonada pelos seus governantes.

Henry L'Évêque veio também a retratar a partida de Junot de Lisboa no âmbito do seu empreendimento de captar alguns dos momentos mais significativos da chamada Guerra Peninsular.

A partida do príncipe regente, tal como outros momentos das invasões francesas em Lisboa, foi também representada na época através de aguarelas não datadas de Luís António Xavier Geraldês. Pelas características dos traços deste «figurista», que caiu no esquecimento, verificamos que tecnicamente não era um artista tão realista e rigoroso como L'Évêque mas, ainda assim, é de realçar o seu empenho em apresentar obras ao gosto local que visaram ilustrar uma fase tão difícil da vida dos lisboetas como foi aquela por que estes tiveram de passar quando foram vítimas da última invasão que a sua cidade sofreu.

A insólita partida do príncipe regente para o Brasil em 1807 tinha um sentido estratégico imediato, no contexto da luta contra a hegemonia napoleónica mas era também a busca de segurança nesse outro Portugal criado pelos portugueses durante os trezentos anos anteriores, o qual em breve se transformou num novo país. As imagens ao situarem-se entre o realismo e o simbólico ajudam-nos a manter viva a memória dos acontecimentos que marcaram a conjuntura que então se viveu em Lisboa face à saída da família real, do escol da sociedade e dos seus acompanhantes. Esta foi uma das fases mais dramáticas da história de Lisboa depois do terramoto de 1755, tendo sido numa cidade ainda muito afectada pelos efeitos do cataclismo que se assistiu a um acontecimento de características até então nunca vistas na Europa.

A problemática da ida da corte para o Brasil tem sido debatida em torno do significado que assumiu essa deslocação de pessoas, a qual tem sido perspectivada quer como uma fuga, quer como uma estratégica de resultados positivos. De acordo com esta óptica verificou-se que tal actuação veio a afectar o poder hegemónico de Napoleão, que os portugueses não poderiam enfrentar de uma forma directa, pois foi graças a essa iniciativa que foi possível frustrar os intentos dos franceses. Com efeito o imperador, para



*Le Corps du Prince avant de s'embarquer le jour 27 Novem-
bre 1807.*

1



*La Vritable entrée des portugais en Lisbonne
le 30 de Novembre 1807.*

2

Quatro desenhos aguarelados *grisaille* de Luís António Xavier com representações de eventos relativos às invasões francesas, s.d. (século XIX), MC. PIN. 283, 284, 282, 285.

1. Embarque de D. João VI para o Brasil com a legenda: «*Le Congé du Prince avant de s'embarquer le jour 27 Novembre 1807*».

2. Entrada dos franceses em Lisboa com a legenda: «*La Veritable entrée des protecteurs en Lisbonne le 30 Novembre de 1807*».

3. Junot passa revista às tropas francesas no Rossio com a legenda: «*La superbe revue des Protecteurs en Lisbonne dans la Place de la Parade*».

4. Embarque no Cais do Sodré do general Junot na sua retirada para França com a legenda: «*L'embarquement du chef des protecteurs le jour 15 Septembre 1808 a six heures du matin*».



(Nas páginas seguintes)
Saída de Junot para França em Setembro de 1809 no Cais do Sodré após a assinatura da convenção de Sintra, Henry L'Evêque, gravura aberta a água forte por F. Bartolozzi impressa em *Campaigns of the British army in Portugal (...)*, Londres, 1812, tendo a legenda: "The embarkation of Gen. Junot after the convention of Cintra at Quai Sodre", MC. GRA. 1358

"Sopa de Arroios", representação de populações refugiadas em Lisboa durante a terceira invasão francesa em 1811, Domingos António de Sequeira, gravura a buril e água-forte de Gregório Francisco



lá de desejar afectar os interesses dos ingleses em Portugal, na sequência do chamado "Bloqueio Continental", queria dominar a família real e apoderar-se da esquadra portuguesa, com a qual pensava reforçar a sua muito debilitada força naval, o que assim não logrou alcançar. Portugal acabaria por ser o palco de sangrentas lutas entre ingleses e franceses nas suas ambições de hegemonia europeia, num tempo em que as suas relações económicas eram bem mais importantes com a Inglaterra do que com a França. Por tal motivo não interessava aos portugueses ceder aos ditames imperialistas de Napoleão na sua ambição

de domínio europeu, mesmo que sob uma alegada libertação do jugo das tiranias de monarcas absolutistas e do poder da Inglaterra. Nos inícios do século XIX, os governantes portugueses tentaram desesperadamente manter-se numa posição de neutralidade perante o agravamento da rivalidade franco-britânica, mas não conseguiram resistir muito tempo nesta posição perante a agudização do conflito europeu que então estava ao rubro. Em Portugal os interesses económicos que se haviam criado inclinavam a posição do País para uma relativa dependência dos ingleses, que seriam talvez considerados um mal menor, face a

um eventual predomínio francês. Numa tal conjuntura e como corolário da atitude intervencionista de Napoleão os portugueses acabaram por ter de enfrentar uma invasão que está na origem do episódio brasileiro do reinado de D. João VI. A brutal hipocrisia que pautou as relações diplomáticas nos inícios do século XIX alcançou um dos seus graus mais elevados em situações que podemos classificar de caricatas, como foi a do príncipe regente D. João, ao partir rumo ao Brasil, para não ficar refém dos franceses, que tinham acabado de invadir Portugal e o desprezavam, ter dado ordens para que estes fossem bem recebidos, como se não



constituíssem uma ameaça à independência nacional e não pretendessem acabar com o seu reinado. D. João VI ao ter de seguir a muito difícil opção de retirar para o Brasil viu-se obrigado a transferir a capital portuguesa para o Rio de Janeiro, em detrimento de Lisboa. Esta cidade, que desde o século XVI se assumira como uma rainha dos oceanos com aspirações imperiais, era ainda era uma grande cidade europeia e passou a viver uma situação angustiante de orfandade, reforçada pelo vazio criado pela partida dos milhares de pessoas que acompanharam o rei. Em 1820, contudo, decidiu-se em Portugal que o Rio de Janeiro não iria destronar Lisboa

como capital de um vasto império, pois os seus cidadãos não o permitiriam. Tal foi um dos motivos subjacentes à revolução liberal que então eclodiu, a qual foi convergente com a reacção contra a prepotência dos ingleses que assumiram uma hegemonia em Portugal, na sequência da expulsão dos franceses. Só por esta via D. João VI deixou o aconchego do Brasil e regressou a Lisboa em 1821. Os novos dirigentes nacionais que começaram a construir um regime liberal criaram uma situação nova de afirmação de soberania nacional que exigia a presença de um chefe de Estado em Lisboa, mesmo que tal facto acabasse definitivamente por

acelerar o processo inevitável da proclamação da independência do Brasil em 1822. Verificamos, pois, que Lisboa não quis ser substituída pelo Rio de Janeiro como capital do império, nem que tivesse de se arriscar a perder esse mesmo império, como aconteceu, pois o Brasil era o império de Portugal, já que os restantes domínios coloniais africanos e asiáticos eram já pouca coisa nesses tempos conturbados do fim do Antigo Regime.

JMG



*A Ilustíssima e Memorável Reunião
da Junta Provisional do Governo Supremo
NO PALACIO DA REGENCIA NA PRAÇA DO ROCIO*

*dos Ilustísimos e Excelentísimos Membros
do Reino e Regencia Interina De Lisboa
DE LISBOA EM O DIA 4 DE OUTUBRO DE 1820.*

*Dedicado
AO IRRASCIVELISSIMO SENHOR BARÃO DE ADONCELA.*

A VITÓRIA DO LIBERALISMO ENTRE A REVOLUÇÃO E O FIM DA GUERRA CIVIL 1820-1834

Reflectir sobre o liberalismo, exige a análise teórica dos seus conceitos e pressupostos, bem como das suas práticas sociais, políticas e culturais, para compreendermos o que pretendiam os liberais e que instituições tradicionais tiveram de afrontar. Que preconceitos e resistências? Que paradigmas e rupturas envolvem as novas relações sociais e políticas? Palavras como *liberdade, igualdade, fraternidade, justo, bem, consenso, cooperação, sufrágio, partido*, expressam o seu sentido cabal e a sua realização. Como conceito *princeps* da filosofia liberal, a liberdade!

Na filosofia liberal fundada sobre os direitos dos cidadãos, a noção de *direito* constitui um dos suportes principais da soberania do indivíduo. A nova ordem política pressupõe a existência de uma relação de reciprocidade entre indivíduos livres e iguais e o Estado, a entidade que garante o cumprimento dos princípios que norteiam essa relação recíproca entre eles. Tem na paz um bem político assim como no valor individual do cidadão.

Esta liberdade foi, também, aplicada às leis do mercado, em função do fim dos monopólios e das corporações e previa uma intervenção mínima do Estado (política do *laissez-faire*). Veremos como esta política económica desregulou a organização do trabalho, isto é, se por um lado gerou grande riqueza, por outro gerou miséria e desemprego que seriam, mais tarde, motivo de muitas convulsões sociais.

O período revolucionário liberal que decorre entre 1820 e 1834, acontece na sequência de uma longa crise da sociedade do Antigo Regime, na qual Portugal esteve sujeito à influência das ideias liberais que se espalhavam por toda a Europa, à ameaça militar da França e à supremacia política, económica e militar da Grã-Bretanha. Os conflitos europeus e o Bloqueio Continental, decretado por Napoleão em 1806, afectaram o comércio internacional e o nosso, pois levantaram problemas, tanto no escoamento, quanto na obtenção de matérias-primas. O comércio português com o Brasil ficou seriamente ameaçado depois dos acordos feitos com a Grã-Bretanha em 1810; as receitas alfandegárias, que constituíam a principal fonte de receita do Estado, sofreram um

decrécimo grave; havia enormes encargos com as despesas da Corte no Brasil, com os nobres que haviam acompanhado a família real e com o exército. Pode dizer-se mesmo que, não só até 1834, mas até meados do século, o investimento na manutenção do exército, invasões francesas e duas guerras civis (a 1ª entre liberais e absolutistas 1832-1834; a 2ª a Patuleia, em 1846-1847) causaram enormes deficits públicos. A grave situação das finanças do Estado obrigou à venda de bens da Coroa, integrados na Fazenda em 1821. Outro aspecto foi decisivo neste enquadramento conjuntural - a crise de identidade nacional. O sentimento de que Portugal se tornara a colónia do Brasil e a ausência do Rei no País, causaram um vazio sentimental, um ambiente pessimista numa altura em que o povo passava fome: pilhagens, destruição de culturas, destruição do aparelho produtivo português, agrícola e industrial, descalabro financeiro e surtos epidémicos, foram as consequências das invasões francesas.

A agitação popular apoderara-se da Europa e da América, perturbando o desempenho económico internacional e nacional, ao mesmo tempo que abalava os alicerces do sistema político.

Há muito tempo que os filósofos reclamavam a liberdade de pensar e escrever e a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, embora não use o termo *liberalismo*, consagrava, já, esses princípios fundamentais. Na sua origem está o movimento cultural renascentista que substituíra os valores transcendentais (glorificadores de um Deus providencial), por uma ordem social liberta da religião e pela valorização da dimensão terrestre do indivíduo. Hobbes, pelo individualismo que defendeu, influenciou o pensamento liberal de alguns filósofos (Gray, 1989). A sua concepção de paz desenvolve-se na procura de uma ordem estatal (o Estado como garante da segurança) que precisa defender o homem do seu semelhante (teoria do *homem lobo*, expressa em "*Homo homini lupus*"). Outros filósofos perfilharam ideais liberais: sobre os conceitos de autonomia, liberdade e propriedade (Locke ou Montesquieu), sobre a economia de mercado e a livre concorrência (Adam Smith ou David Ricardo).

O Estado liberal, tendo sido desigualitário e omissivo no pormenor, constituiu, apesar de tudo, uma etapa na conquista dos direitos humanos. As suas instituições soberanas materializadas em personalidades eleitas por sufrágio, primeiro indirecto e depois directo, foram um primeiro passo, ainda que tímido, no sentido da democratização: segmentos da sociedade (idosos, crianças, pobres, doentes, escravos e mulheres) foram sistematicamente esquecidos. Formas de dominação e exclusão que, ou não foram discutidas nos novos conceitos jurídicos, ou foram mal discutidas.

A Nação (o Povo) assumiu um papel essencial como fonte de soberania e os eleitos, dotados de legitimidade representativa, constituíam a teórica identificação e sintonia com alguns segmentos do povo (Portugal só aboliria a escravatura em 1869, o voto censitário marginalizou os pobres e as mulheres só teriam direito ao voto em 1975). O Liberalismo acabou por ser uma doutrina elitista pois, na prática, a '*igualdade de todos perante a lei*' era meramente jurídica e formal.

A tripartição do poder foi conseguida: o legislativo, o executivo e o judicial tornaram-se, doravante, independentes entre si: o primeiro, prestaria contas à Nação; os outros dois, ao Parlamento e ao Rei. A dessacralização da origem do poder, afirmou o princípio da soberania nacional e não só a importância social do cidadão como a condição de sangue e o *valimento* (protecção de um Nobre), se extinguíram como pressupostos exigíveis para a selecção dos servidores do Estado. No novo palco político, nobres e burgueses ricos concorrem, em plano de igualdade, para a ocupação de cargos da administração central e local.

Quanto ao modelo económico adoptado, a economia liberal teve feição acentuadamente urbana e gerou uma atitude mais competitiva: a livre iniciativa e a livre concorrência colocaram o *empreendedor* no centro da decisão, dele dependendo o sucesso ou o fracasso da iniciativa económica. Ao Estado cabe, agora, zelar pelos grandes equilíbrios financeiros, o orçamento e o comércio externo e desenvolver projectos industriais de dimensão significativa (facto

mais evidente a partir de 1850).

Assistiu-se a um reordenamento do espectro social: por um lado a Nobreza é relegada para um plano secundário; por outro, a Burguesia ascende em estatuto e em protagonismo, ocupando os principais centros de decisão, primeiramente, económicos e, posteriormente, políticos. Apesar de excluir, na prática, a grande maioria da população da participação política, legislou sobre as principais liberdades públicas, com avanços e retrocessos: sobre a liberdade civil, de expressão, de ensino, de reunião, de imprensa e de assistência pública, uma assistência a cargo do Estado e da Sociedade, estruturada em organizações de auxílio e beneficência.

O pronunciamento militar do Porto de 24 de Agosto de 1820 teve, obviamente, na sua matriz, estas ideias liberais que convulsionaram toda a Europa e é impossível dissociá-lo de um forte sentimento contestatário e nacionalista, contra a presença opressiva da Inglaterra, no nosso território. Este movimento contou com grande adesão popular, de magistrados, comerciantes e intelectuais e constituiu a *Junta do Porto* (Brig. Silveira e Cor. Cabreira); em Lisboa, movimento similar aconteceu a 15 de Setembro que nomeou, por seu lado, um governo interino composto por personalidades importantes: Conde de São Paio, Conde de Resende, Conde de Penafiel e políticos notáveis como Araújo e Castro, Matias José e Hermano do Sobral. Em Alcobaça, a 27 de Setembro, é proposta a união política dos dois governos na Junta Provisional do Governo Supremo do Reino (Administração Pública) e na Junta Provisional Preparatória das Cortes (convocação das Cortes) que aconteceu a 1 de Outubro na Praça do Rossio. Nesta altura a imprensa periódica tem um enorme desenvolvimento e muitos jornais veiculam os ideais liberais: Patriota, Português, Astro da Lusitânia, entre outros. A 11 de Novembro, um outro movimento conhecido pela *Martinhada* e chefiado por militares (Gaspar Teixeira, António da Silveira e Joaquim Teles Jordão), pretendia adaptar a Constituição de Cádiz à realidade nacional e afastar do Governo Fernandes Tomás, São Luís, Silva Carvalho e Ferreira de Moura. Este levantamento militar, de

tendência mais conservadora, conjugou personalidades liberais, absolutistas, intelectuais e militares o que evidenciou as divergências existentes entre os próprios membros do movimento de Agosto de 1820. Depois destes confrontos restabeleceu-se, parcialmente, a ordem pública, regulamentou-se a forma das eleições e elaborou-se um projecto pioneiro de Constituição da autoria de Frei Francisco de São Luís que apontava para a formação de duas Câmaras. As Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, reuniram a 26 de Janeiro de 1821, no Palácio das Necessidades. Estava conseguido o primeiro objectivo da revolução. Os seus membros, maioritariamente, comerciantes, burgueses e burocratas, tiveram como tarefa fundamental a elaboração de uma Constituição que consolidasse os princípios revolucionários de 1820.

Finalmente, a Família Real regressou a Portugal e desembarcou na Praça do Comércio. D. João VI jurou as *bases* da Constituição a 4 de Julho de 1821 e a própria Constituição no dia 1 de Outubro de 1822. Iniciava-se o exercício efectivo de uma monarquia constitucional cujo código político transferira a soberania do monarca para a nação e transformara os súbditos em cidadãos. Nos seus estatutos estavam consagrados: a separação dos poderes, a liberdade individual e de pensamento, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, a supremacia das cortes legislativas, a defesa da monarquia (com limitação do poder real) e a religião católica como a religião do Reino.

A política liberal, pese embora tenha constituído um corte com a política do Antigo Regime, caiu muitas vezes em contradição e apresentou várias debilidades. Duas questões suscitaram acesa controvérsia: a liberdade de imprensa (expressão, pensamento) e a questão religiosa. Que limites podiam ser impostos à liberdade de expressão sem a subverter? O regime liberal, acabou por negar esse princípio, ao legislar sobre a liberdade de imprensa impondo-lhe limitações: instituiu-se, de novo, em Lisboa, a Comissão de Censura Prévia para os periódicos, em 1823 (tinha sido suspensa em 1821) e, no ano seguinte, a censura do Desembargo do Paço. A actividade censória

da política liberal não se coadunaria, durante muitos anos, com os ideais de liberdade proclamados “... *um dos mais importantes princípios que se pretendia estabelecer como dogmáticos para fundamentar a censura foram o usado pelos liberais (...) de que atacar o Governo e as autoridades era o mesmo que atacar o regime*” (J.Tengarrinha 1993).

Um dos primeiros decretos publicados logo em 1821, relacionado com a liberdade de pensamento, foi o decreto que determinava a extinção do Tribunal do Santo Ofício. O espírito liberal, laico e defensor do consenso (mais tarde expresso no rotativismo partidário) acabava com um órgão católico e repressivo, absolutamente inadequado ao tipo de sociedade, tolerante e livre que se queria construir. A secularização da sociedade, da cultura e das instituições foi-se fazendo a par do afastamento entre o poder da Igreja e o poder do Estado: a religião era uma questão privada entre cada indivíduo e Deus; a Igreja não deveria intervir na ordem temporal mas remeter-se a funções, puramente espirituais e sociais (fora do contexto global da organização do Estado) mas, reforçando as contradições, a religião Católica foi declarada religião oficial do Estado. O debate sobre a questão religiosa não se confinou ao Parlamento: Alexandre Herculano e Almeida Garrett, importantes representantes do anti clericalismo liberal português, não negavam a importância da religião que remetiam para a esfera do privado, mas criticavam o peso excessivo das ordens religiosas na sociedade portuguesa e sua influência na cultura. Inconsequências e ambiguidades políticas dos primeiros anos de liberalismo que se perpetuaram. A Igreja assumiu um comportamento reacçãoário e perturbador das políticas liberais, nunca chegando a ser, completamente, dominada pelo poder político. Atente-se na posição da Santa Sé que nunca aceitou bem a imposição dos regimes liberais por toda a Europa. “*Os curiais eram apologistas da perenidade das instituições e não aceitavam perder a situação de privilégio que o catolicismo mantinha nas sociedades do Antigo Regime. Por isso opuseram-se às mutações político-religiosas operadas no alvor do liberalismo*” (Neto, 1998).



Fontes gr.

DESEMBARQUE D'EL REI DOM JOÃO VI.
ACOMPANHADO POR UMA DEPUTAÇÃO DAS CORTES,
Na Magnifica Praça do Terreiro do Paço em 4 de Julho d'1821, regressando do Brasil.

Alegoria à Constituição, Domingos António de Sequeira, óleo sobre tela, MNAA.



"Entrada Triunfante de Sua Magestade o Senhor D. João VI e de seu Augusto Filho na capital" (Vilafrancada), Julho de 1823, litografia, MC. GRA. 1343.



Após o período vintista 1820-1823, a evolução económica esperada foi bloqueada pelos grupos sociais mais conservadores e tradicionais que desencadearam golpes contra-revolucionários e instauraram a desordem política e pública.

A máquina a vapor revolucionou os transportes fluviais e marítimos e a indústria. Apesar deste sector industrial ter tido pouca expressão nacional nos primeiros anos do Liberalismo (até 1834 as lutas liberais não favoreceram a paz necessária a um grande desenvolvimento), é possível situar um modesto desenvolvimento nas primeiras três décadas de oitocentos, pela transformação do tecido socio-económico e tecnológico do sector industrial português e que se traduziu num aumento de estabelecimentos industriais. A partir de 1835 esboçaram-se condições para a tentativa de implantação de indústrias modernas em dois sectores fundamentais: metalurgia e têxteis. O tímido progresso comercial e industrial foi constantemente perturbado pela dialéctica entre forças renovadoras e conservadoras e a dificuldade de encontrarem uma plataforma de entendimento.

A 27 de Maio de 1823, eclodiria a *Vilafrancada* outro movimento revolucionário, constituído por militares (Sepúlveda e Pamplona) e chefiados por D. Miguel,

tentou aniquilar a ordem liberal. Na sequência desse golpe militar, D. João VI revogou a Constituição, nomeou um novo executivo, entregou a D. Miguel o comando do exército e libertou todos os presos políticos. A *Abrilada*, a 30 de Abril de 1824, desta vez um levantamento militar ultra-conservador, visava repor a soberania régia ao mesmo tempo que criticava a política moderada de D. João VI. D. Miguel é exilado na Corte de Viena. O rei morreu a 10 de Março de 1826, deixando na regência do Reino a infanta Isabel Maria, nomeada por Decreto de 6 de Março desse ano.

Um segundo período constitucional (1826-1828) começa com a outorga da Carta Constitucional por D. Pedro IV (29-4-1826). Este documento viria a ser um código político essencial na consolidação do liberalismo português. Manteve, como a Constituição de 1822, a religião Católica como religião do Reino e, apesar de consagrar as liberdades e direitos essenciais (justiça, assistência, instrução), a Carta era inaceitável para os ideólogos da revolução de 1820, em dois pontos: a importância acrescida do Rei; a existência de duas Câmaras, a dos Deputados, eleita e a dos Pares, de nomeação régia. D. Pedro IV tentara conciliar absolutistas e liberais, outorgando este novo documento mas o desentendimento entre as

duas facções inimigas conduziu o país a uma guerra civil de consequências trágicas.

Regressado do exílio, em 1828, D. Miguel jurou a Carta Constitucional mas, contrariando as disposições de D. Pedro, legitimou o poder absolutista. Após dissolver a Câmara dos Deputados, convocou a reunião dos três Estados proclamando-se rei absoluto. Iniciava-se um período de terror, no qual o partido absolutista perseguiu, executou e prendeu (Torre de Belém e Castelo de S. Jorge) os seus inimigos. O regime miguelista tendo a seu lado o Conde de Basto, Chefe da Polícia, e o Governador do Forte de São Julião da Barra, Brigadeiro Teles Jordão, foi espalhando a violência e o despotismo.

Foi nos Açores que D. Pedro, a partir do Rio, nomeou um governo de regência liberal (1830) que integrou em 1832 Mouzinho da Silveira (Fazenda e Justiça), José Freire (Guerra e Marinha) e Palmela, na Pasta dos Estrangeiros. Aí organizou uma armada, comandada pelo Almirante inglês Sartorius, com tropas portuguesas, britânicas e francesas, que a 8 de Julho de 1832 desembarcou no Mindelo e a 9 entrou na cidade do Porto. As tropas de D. Miguel cercaram a cidade. Cerco que duraria treze meses de fome, falta de bens essenciais, cólera e tifo que minaram a resistência de tropas e populações.

“Victoria da Legitimidade”, alegoria à entrada dos liberais em Lisboa em 24 de Julho de 1833 após a retirada dos miguelistas, litografia de Maurício José do Carmo Sendim, 26 de Julho de 1833, BNP, E 308 A.

Entretanto, as reformas de Mouzinho da Silveira, Ministro da Justiça e da Fazenda, procediam à reforma do Estado e da Administração Pública: legislou sobre a terra, o trabalho, aboliu os morgadios, foros, censos, díizimos e sisas; reorganizou as finanças, a justiça, alterou a divisão administrativa do País e extinguiu alguns conventos. Provocou a Sociedade portuguesa ao comprometer a tradição e o privilégio! Em 1833, como manobra de diversão, os liberais desembarcam no Algarve e depois entram em Lisboa obrigando os miguelistas a levantar o cerco do Porto para tentarem sitiá-la capital. As Batalhas de Almoester e Asseiceira constituíram dois desaires militares importantes, entre outros, sofridos pelos miguelistas. A Guerra civil de 1832-1834 terminou com a Convenção de Évora Monte, a 26 de Maio de 1834, que estabeleceu a vitória das forças liberais. Após tantos confrontos políticos e militares, instabilidade social generalizada e mudanças sucessivas de Ministros no Governo e de Vereadores na Câmara Municipal, a situação financeira de Portugal era sombria (crise sobretudo bancária e política). Entre 1820 e 1834, em pronunciamentos militares e guerras civis, tinham sido gastas somas exorbitantes com o exército e a dívida pública transformara-se no principal problema do orçamento de Estado. A liberdade, o direito, a instrução ou a criação de infra-estruturas básicas, acabaram por encontrar muitas resistências e preconceitos e a *justiça* com equidade, tornou-se uma quimera. O liberalismo, como fenómeno histórico, foi fundamental para a conquista da liberdade, mas foi, também, a sua negação - paradoxo enunciado por Montesquieu que dizia: “*La libertad es el derecho a hacer todo aquello que permiten las leyes*” (Vachet, 1970), ou seja, a nossa liberdade depende das regras institucionais e sociais, da cultura, da história e do costume, que vão modelando o nosso comportamento «...tudo não é senão oscilação e inconstância...» (Montaigne, in *Ensaio*).

MC





O CRESCIMENTO DE LISBOA ENTRE A INAUGURAÇÃO DO CAMINHO-DE-FERRO E AS COMEMORAÇÕES DO TRICENTENÁRIO DE CAMÕES (1856-1880)

Medalha da inauguração do caminho de Ferro em Portugal em 1856, bronze, MC. MED. 4610.

Portugal manteve, até meados do século XIX, uma economia pré-industrial de matriz mercantil e colonial, com uma agricultura familiar de baixo rendimento e produtividade, pese embora, o impacto positivo de algumas iniciativas de fomento industrial do 3º Conde da Ericeira, 1670-1690 – estímulo ao fabrico de lanifícios e do Marquês de Pombal, 1770-1778 – indústria da seda e do algodão (Joel Serrão, 1978). Uma economia marcada por períodos de crescimento e abrandamento, resultantes da precária articulação entre os sectores agrícola, comercial e industrial (causas estruturais como a deficiente rede de estradas) e épocas de instabilidade política e militar (como em 1822 em que a perda do Brasil fez expirar os convénios comerciais estabelecidos). Cerca de 1850, a Europa estava parcialmente pacificada, depois de um período revolucionário que mudara os regimes políticos, e a economia mundial iniciara um período de expansão assinalável, caracterizado pela interdependência das economias envolvidas. A Inglaterra, sendo o maior produtor de carvão, aço e ferro e detentora da maior frota comercial do mundo, era o primeiro país exportador de têxteis. A supremacia de potências como a Inglaterra e a política económica livre cambista (redução das taxas aduaneiras, logo baixa de preços), abalaram as economias mais frágeis, como a nossa. Portugal, incapaz de enfrentar a concorrência (o Tratado de Comércio e Navegação, com a Inglaterra, abriu o mercado nacional à indústria inglesa) e com uma incipiente industrialização, intensificou o comércio com as colónias. Produção, comércio, interesses económicos, tensão social entre classes, operações de bolsa e bancos, reflectem uma nova realidade sociológica. Perfilavam-se novas hierarquias: a nobreza perdia prestígio e a burguesia ascendia em importância económica e política, mercê das especulações financeiras e das grandes actividades económicas. Será deste grupo social que, mais uma vez, sairão os dirigentes políticos.

O processo de modernização e evolução estrutural do país, apesar das reformas de Mouzinho da Silveira, de Costa Cabral e da venda dos bens nacionais, foi ténue e difícil. A propriedade fundiária tinha

passado das mãos do clero para a burguesia mas não aumentara, por isso, o rendimento nacional. As rotinas mantiveram-se. Quanto à indústria, surgiram pequenas concentrações oficiais e artesanais, algumas utilizando, primeiro, como força motriz, a força humana e animal e, depois, o vapor. Apesar do atraso técnico e industrial português ser estrutural, é possível apontar algum progresso na implantação de indústrias modernas, principalmente, depois de inaugurado, entre nós, o caminho-de-ferro. Em 1852, os polos industriais mais desenvolvidos eram Lisboa e Porto e os ramos de actividade que mais se



destacavam, os têxteis, tinturaria, papel e cartão, cerâmica e vidro, fundição, produtos químicos, cortiça e sabão. De facto, entre 1852 e 1890 o operariado industrial urbano aumentou muito. A principal indústria empregadora era a têxtil que, em 1852, absorvia cerca de 61% do operariado industrial. A partir desta altura o governo vai incrementar as relações económicas com as colónias e consolidar uma política urbanística, traduzida na construção de infraestruturas básicas, para a canalização de água, de esgotos e iluminação das vias públicas. E não podemos deixar de referir, a propósito da industrialização, a

importância das jazidas mineiras de cobre, ferro e do carvão, a principal fonte de energia usada na indústria nesta altura.

O *fontismo*, não foi um fenómeno homogéneo, isto é, o crescimento urbanístico, industrial e comercial foi descontínuo, apesar de constituir uma nova etapa na economia portuguesa, pela implantação e desenvolvimento de complexos industriais, construção de estradas, pontes e, nomeadamente, pelo lançamento do caminho-de-ferro, determinante na estruturação de zonas económicas por todo o país. Em substituição da Companhia das Obras Públicas, foi criado o Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria. A acção de Fontes Pereira de Melo (30 de Agosto de 1852), seu primeiro titular, constituiu um primeiro momento da afirmação do engenheiro como elemento fulcral de um plano de desenvolvimento sustentado. Ministro, até 1856, Fontes Pereira de Melo, marcaria, profundamente, a história da segunda metade do século XIX, pelo seu apurado sentido político-estratégico. Logo em 1852/57, era ampliado o perímetro urbano da Cidade, com a construção da Estrada da Circunvalação; foi instalada a primeira linha de telégrafo eléctrico que ligava o Terreiro do Paço às Cortes (1856); inaugurou-se o Serviço Postal (1853); as primeiras carreiras regulares de barco a vapor (Portugal-Angola em 1858); as primeiras experiências telefónicas (1877) e os primeiros candeeiros eléctricos no Chiado (1878).

O seu «programa de melhoramentos materiais» lançou uma série de infra-estruturas que permitiram a instalação dos caminhos-de-ferro, o desenvolvimento da rede rodoviária e dos transportes urbanos. Lisboa, como capital do país, deveria ser dotada de um plano de ligação a todo o território e ao estrangeiro, mais rápido e eficaz. De facto, a 13 de Maio de 1853, o Governo contratualizou com a Companhia Central Peninsular dos Caminhos de Ferro, a construção de uma linha férrea de Lisboa à fronteira de Espanha, passando por Santarém. A 26 de Julho de 1855, era aprovado outro projecto (apresentado pelo Conde Claranges Lucotte) para a construção de um caminho-de-ferro de Lisboa a Sintra, cujo traçado começava na zona do Aterro, em São Paulo e corria

Passeio Público – Iluminação para as Festas de Caridade. *Arquivo Pitoresco*, Vol 1, Nº 6, 1857, p. 41, GEO.



Teatro de D. Maria II, *Arquivo Pitoresco*, Vol 6, Nº 5, 1863, p. 33, GEO.



Escola Politécnica de Lisboa. *Arquivo Pitoresco*, Vol 6, Nº 54, 1863, p. 269, GEO.



ao longo do Tejo, até Caxias. O Caminho-de-Ferro Lisboa-Carregado seria inaugurado a 28 de Outubro de 1856 e, em 1860, constituiu-se a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses (a Estação de Santa Apolónia seria inaugurada em 1862). Fontes, regressaria ao executivo presidido, desta vez, pelo Duque da Terceira, em 1859, assumindo a pasta dos Negócios do Reino. No ano seguinte começavam as obras do Aterro e apareciam as primeiras propostas para a resolução do Porto de Lisboa. O precário equilíbrio financeiro conseguido por Fontes Pereira de Melo, tornou possível contrair novos empréstimos, no estrangeiro, destinados ao seu programa de “melhoramentos materiais” que justificavam a existência de déficits e estes a dos empréstimos. A dívida tornou-se insustentável, apesar do Tribunal de Contas (criado em 1849) “garantir” uma boa utilização dos investimentos.

Conjuntamente, o Ministério das Obras Públicas e a Câmara Municipal de Lisboa, iriam desenvolver uma política de obras públicas, organizada e estruturada para o crescimento da cidade. Isso implicou a definição de estratégias tomadas pelo poder político e pelo saber técnico, relativamente ao património a sacrificar ou ao que devia ser poupado por questões culturais. O organismo responsável pelas obras públicas, a *Intendência das Obras Públicas de Lisboa*

(Repartição Distrital de Lisboa, em 1868) era chefiado pelo Brigadeiro José Bento de Sousa Fava e secundado pelo Cap. Engenheiro Matos Cabral, dois engenheiros militares cuja acção foi relevante na intervenção urbanística.

Lisboa, neste período, sofre um profundo processo de modernização e requalificação, baseado num ideal de embelezamento, que reflecte a relação estreita entre a economia portuguesa e a economia internacional. Por outro lado, a pressão demográfica dentro da cidade, o acréscimo de diferentes actividades económicas, o investimento externo e a difusão rápida de inovação tecnológica (formação académica superior em escolas estrangeiras, exposições agrícolas, exposições industriais, colóquios e conferências internacionais), constituíram um enorme desafio para os urbanistas de Lisboa.

O desenvolvimento da medicina (novos medicamentos e prática de vacinação) e a nova preocupação higienista, interferiram na política urbana: o saber técnico dos engenheiros (matemática, física, mecânica e hidráulica) contribuiu, decisivamente, para a resolução dos problemas sanitários e infraestruturais urbanos básicos (redes de gás e esgotos, modernização do constructo urbano, modernização dos transportes). As novas tecnologias e os novos materiais, aplicados à construção (ferro e vidro

e mais tarde o betão armado) solucionaram problemas muito específicos, a nível sanitário, da circulação do ar e da elevação do conforto das pessoas. A sua concretização exigia o empenho simultâneo do poder político, dos empresários e dos recursos financeiros, indispensáveis à construção de um novo puzzle no espaço da Cidade, no qual o *ordenamento urbano* conjugasse aspectos, tão essenciais, como a salubridade, a circulação e segurança nas ruas, a sociabilidade, a higiene, a prevenção da criminalidade e a estética citadinas.

O novo conceito de “rua”, a alteração do seu estatuto como *espaço de todos*, acabou por ser paradoxal ao transformar-se no *espaço de ninguém*; paradoxal ao opôr à livre vivência na desordem (opressora), uma vivência limitada e condicionada a leis (libertadora). Se, por um lado, competia ao Estado manter o *ideal liberal* da liberdade individual, por outro, obrigava-se a regulamentar os comportamentos sociais de cada um (na rua) através da acção policial (Silva, 2001). Em 1867, seria criado o Corpo de Polícia Civil de Lisboa.

A iluminação das ruas era outro aspecto da segurança pública a considerar. O uso do gás para esse fim generalizou-se, substituindo os candeeiros de azeite, do tempo de Pina Manique, por candeeiros a gás (concessão régia, atribuída, em 1846, a

Fábrica de Fiação de Tecidos de Algodão, em Santo Amaro. *Diário Ilustrado*, Nº 506, 14 de Janeiro de 1874, p. 42, GEO.



Casa das Máquinas na Estação Elevatória dos Barbadinhos. *O Ocidente*, Vol III, Nº 70, 1880, p. 185, GEO.



Edificações da Companhia das Águas na Cerca dos Barbadinhos. *O Ocidente*, Vol III, Nº 68, 1880, p. 169, GEO.



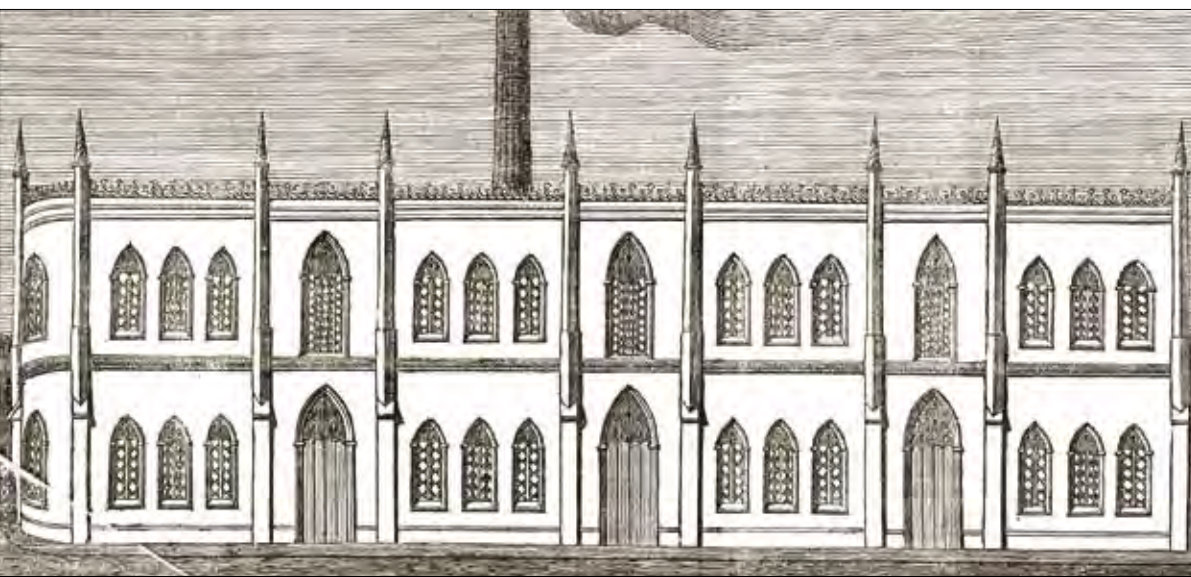
Cláudio Adriano da Costa e José Detry e transferida para a *Companhia Lisbonense de Iluminação a Gás*, em 1847). A primeira fábrica de gás de Lisboa, foi construída na Boavista, a partir de 1846/7 (Av. 24 de Julho).

Uma análise histórica dos aspectos da saúde pública, provam-nos que as acções relativas ao saneamento (águas, esgotos, iluminação e lixos) foram pensadas em função do paradigma *higienista*, isto é, como acção directa na saúde; este movimento estabelecia normas e hábitos para conservar a saúde colectiva e individual, não só do corpo mas do espírito (saúde, bem-estar e educação). Empresários inovadores e poder político, inspirados na nova legislação sanitária (lei francesa da higiene, 1850), investiram avultados recursos financeiros e técnicos na instalação das infra-estruturas básicas para melhoria das condições sanitárias, ambientais, físicas e culturais. Entre 1856-1858, um surto epidémico de cólera, difteria e febre-amarela assolou Lisboa e saldou-se por índices de mortalidade não esperados: morreram mais de 50 pessoas por mil habitantes, que constituiu um grande aumento, relativamente a anos normais, cuja taxa de mortalidade registava cerca de 25 a 30 óbitos por mil habitantes (Teresa Rodrigues, 1995). Daí, a importância da água, no combate às epidemias e na reforma urbana. A primeira

obra construída para contornar a falta de água em Lisboa, fora o Aqueduto das Águas Livres que alimentava chafarizes e bicas e justificava a existência dos “aguadeiros”. A concessão dada a uma empresa privada, em 1858, para a sua distribuição, fora um rotundo fracasso e, só em 1880, seria inaugurada a Estação Elevatória dos Barbadinhos que agilizou o complexo sistema da distribuição de água à cidade. À Estação chegavam, através do Aqueduto do Alvieira (canal fechado construído em 1880) as águas do rio que seguiam para quatro reservatórios: Verónica, Penha de França, Arco e Campo de Ourique. Obra de significado histórico e sociológico que melhorou a precariedade do sistema e supriu as necessidades dessa demanda.

O Engenheiro da Câmara J. Pezerat, apresentou em 1858 um plano integrado de intervenção urbanística e sanitária de que resultou um importante relatório, no qual levantou inúmeros problemas que careciam solução. Anos depois, Pezerat na sua obra *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne*, de 1865, apresentava o seu pensamento sobre os novos conceitos urbanísticos. É sua a primeira proposta de re-urbanização dos bairros antigos “Os bairros denominados particularmente Mouraria e Alfama, pela estreiteza e mau alinhamento das ruas (...) precisam ser demolidos e reconstruídos de

novo em ruas largas, e bem alinhadas, praças arborizadas e edifícios em boas condições higiénicas” (*Annaes do Município de Lisboa*, 28 de Maio de 1858, 197). Proposta que se enquadrava num pensamento higienista internacional, decorrente de vários surtos epidémicos europeus e que não se concretizou por falta de meios financeiros. A mais importante obra dos primeiros anos da Regeneração, o aterro das lamacentas praias da Boa Vista - Aterro da Boavista - teve a partir de 1859, a orientação de Pezerat, que ampliou o projecto de Vitorino Damásio. Esta obra, que durou décadas, resolveu problemas de comunicação entre o centro e os limites oriental e ocidental da cidade (*Arquivo Histórico*, 1858) e representou um esforço financeiro notável, em infra-estruturas, para a construção de áreas de habitação, armazéns e de projectos industriais. A partir de 1870, uma maior sinergia entre poder político e iniciativa privada, buscou maximizar as oportunidades circunstanciais que resultaram em formas concretas de urbanização e reestruturação. Evitando os riscos do empirismo e do oportunismo, introduziram coerência e racionalidade, no *espaço urbano*, subordinadas a uma visão estratégica, contida num projecto de cidade: ruas, *boulevards*, parques, hospitais, teatros, cafés, foram redesenhando o perfil urbano. O Decreto de 31 de Dezembro de 1864, fora impor-



tante para a organização de um plano de intervenção para a cidade de Lisboa; fora mesmo o primeiro diploma sobre *direito urbanístico* mas o seu efeito prático foi incipiente. Símbolos do projecto de requalificação e embelezamento da Cidade de Lisboa: a moda dos azulejos de fachada (anos 50) e a Avenida da Liberdade, (Déjante, 1959) que correspondia ao perfil racionalista e pragmático de Ressano Garcia, atento observador das propostas de Haussmann para a cidade de Paris. As obras começadas em 1874 (o Passeio Público desapareceu em 1879), obrigaram a muitas expropriações, morosas e caras e concretizara-se muito pela tenacidade política do Presidente da Câmara, Rosa Araújo, que quis dotar a capital de um *boulevard* à moda de Paris “... parecia ser o palco indispensável à convivencialidade burguesa, sintetizando uma ideia contemporânea de progresso” (Raquel H. Silva, 1989, 22).

Ao nomear Ressano Garcia (1874) como engenheiro-chefe da Repartição Técnica, a Câmara investia no seu saber técnico, com vista a melhorar, substancialmente, as intervenções. Formado na École des Ponts et Chaussées de Paris (*Arquivo Municipal*,

1874), ocuparia este cargo, durante 35 anos o que lhe conferiu um poder enorme em todas as decisões tomadas para a realização de obras públicas e serviços (rede de saneamento, abastecimento de água, transportes públicos, ordenamento urbanístico). Ao longo desses anos Ressano Garcia melhorou o Serviço de Obras com a admissão de novos quadros especializados em cartografia, desenho técnico, engenharia e arquitectura (José Luis Monteiro e António Avellar) e introduziu normas modernas de procedimento que alteraram as regras no licenciamento de obras.

A construção de estradas e ferrovias continuou; a cidade cresceu; desenvolveram-se os transportes colectivos urbanos (o Americano); os meios de comunicação (telégrafo); instalaram-se equipamentos industriais de grande dimensão; várias instituições bancárias (primeiro Banco de Lisboa, 1821) e construíram-se vilas e habitações operárias (1873) nas zonas industriais de Xabregas e Alcântara.

O recurso a empréstimos sucessivos para o financiamento da gigantesca obra de intervenção urbana, resultou no estrangulamento financeiro da Câmara

e do poder central a que não foram indiferentes os fluxos descontínuos das remessas de capitais dos emigrantes “Para uma correcta avaliação do modelo financeiro regenerador, deve ainda ter-se em conta que a forte contracção no valor das remessas dos emigrantes, em consequência da crise cambial do Brasil de finais da década de 1880, teve um papel directo mais importante para o desencadear da crise financeira de 1891 do que as dificuldades de financiamento do déficit público” (Lains, 2002). Crise financeira a que se somava uma crise política de dimensão internacional (a ocupação do território do Chire e o Ultimato Inglês, de 1890).

O pragmatismo político da Regeneração, que trocava as rivalidades ideológicas pela pacificação do rotativismo das forças políticas no poder, concentrara-se num global processo de modernização estética e urbanística da cidade: era firme a intenção de associar Lisboa à senda de progresso em que caminhavam Paris, Madrid, Bruxelas, ou Londres. Porém os meios financeiros escassearam sempre. Apesar das crises financeiras dos anos 1860, 1870, 1880, do alto grau de endividamento do Estado, da oscilação dos fluxos de capitais, do carácter estrutural do déficit comercial e do déficit do Estado, Portugal manteve-se, porém, uma relativa credibilidade internacional pela adesão ao padrão-ouro, entre 1854 e 1891 (estabilidade monetária e cambial), o que lhe permitira aceder ao mercado internacional de capitais e beneficiar do seu investimento.

Quando, em 1880, se organizaram as festas camonianas, era Presidente da Câmara Municipal, Rosa Araújo. No ano anterior, Joaquim de Vasconcelos, apresentara na Sociedade de Geografia de Lisboa, a Luciano Cordeiro, uma proposta para a comemoração do Tricentenário da morte de Camões, cuja Comissão organizadora, integrava personalidades ligadas à cultura. O Governo, para fazer esquecer a crise, que não era só financeira e de confiança política, mas uma crise nacional, aproveitou a simbologia de Camões (ícone de um passado glorioso) e investiu nos desfiles, nas iluminações, nos discursos, nas paradas, nas conferências - efeitos visuais e espectáculo que religavam os cidadãos à volta de

um símbolo. Em 10 de Junho de 1880, festejou-se o tricentenário do poeta, com um aparatoso cortejo cívico (ponto alto das comemorações) que, partindo da Praça do Comércio, com os seus carros alegóricos (da Agricultura, da Instrução, do Comércio e de outras colectividades e ofícios) subiu ao Chiado e invadiu a Praça Camões para ir acabar no Cais do Sodré. Festas magistralmente aproveitadas pelo partido republicano que intensificava a sua propaganda, desde 1876 (Centro Republicano Democrático de Lisboa) e procurava dar expressão a um sentimento patriótico e aglutinador.

Estava em causa o *mito*, como manifestação do inconsciente colectivo, força catalizadora que recriava um tempo forte e tornava o universo finito, eternamente repetido e seguro (*eterno retorno*, Jorge Borges) e, o *rito*, a dramatização, o acto recriador de uma esperança. Sublinhando as características sociais da memória como fenómeno construído colectivamente, a identidade é “...o sentido da imagem de si para si e para os outros” (Pollak, 1992).

MC



Reconstituições do regicídio, reproduzidas em vários números da *Ilustração Portuguesa* de Março de 1908, GEO.

"A cem passos da morte", *Ilustração Portuguesa*, 2.ª série, 4, (103), Lisboa, p. [170]. Última fotografia de D. Carlos e D. Amélia ao desembarcarem em Lisboa na tarde de 1 de Fevereiro de 1908, GEO.



▲ Alberto Souza, *Os serões*.

Alfredo Moraes, suplemento humorístico de *O Século*.

▼ J. Matania, *The Sphere*.



DO REGICÍDIO AO FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA 1908-1926

Na tarde de 1 de Fevereiro de 1908, na estação fluvial, o Infante D. Manuel, seu tio D. Afonso, figuras da corte e políticos aguardavam a chegada dos Soberanos e do Príncipe Real vindos de uma estadia em Vila Viçosa. Um descarrilamento fortuito atrasara a chegada mas perto das 5 da tarde o vapor D. Luís fazia a acostagem. Dele desembarcaram D. Amélia, D. Carlos e D. Luís Filipe cumprimentando a comitiva que os esperava.

O ambiente era tenso, pois D. Carlos assinara, dois dias antes um decreto condenando ao degredo os cabecilhas da revolta republicana de 28 de Janeiro, a qual fora abortada. Desde 1907 que a situação política se agravara com a ditadura de João Franco, nomeado pelo monarca. A atitude ditatorial do Ministro não resultara numa pacificação dos ânimos, mas pelo contrário, dera força à oposição quer republicana, quer monárquica. Às dificuldades sociais e económicas, viera juntar-se o descontentamento político dos vários partidos; as conspirações políticas e revolucionárias grassavam por Lisboa e o Partido Republicano ganhava força e adeptos entre os diversos quadrantes da população, fazendo subir o tom da sua propaganda contra o regime, o Rei e o seu ministro. O desembarque da Família Real realizava-se sob as ameaças de um atentado, que alguns pensavam ser contra o ministro João Franco, enquanto outros acreditavam poder atingir o próprio monarca.

Na Praça do Comércio uma pequena multidão aguardava para ver passar o cortejo real que se dirigiria para o Palácio das Necessidades. Por entre a multidão vários homens posicionavam-se de acordo com um plano decidido havia dias. Manuel dos Reis da Silva Buiça e Alfredo da Costa tinham-se encontrado pouco antes no Rossio, à mesa do Café Gelo, confirmando os detalhes da conspiração delineada tempos antes em reuniões espalhadas pela Cidade. Membros da Carbonária, movimento político radical, de inspiração maçónica, os conspiradores haviam já participado nas reuniões para a Revolta do 28 de Janeiro, mas após o seu fracasso tinham mudado os planos.

Um terceiro regicida, José Maria Nunes, e na opinião

de alguns historiadores, um total de oito regicidas, tomavam as suas posições: Buiça e Nunes na placa central do Terreiro do Paço; Costa debaixo da Arca da Ocidental. Os carros que transportavam a comitiva real, avançavam junto à arcada ocidental. Soaram tiros secos dando o sinal de ataque. De súbito, Buiça posicionou-se no meio da rua após a passagem do landau real. Deitou para trás das costas o varino que ocultava a carabina Winchester, calibre 351, pôs o joelho no chão, mirou o pescoço do Rei, e com um tiro certo na nuca atingiu D. Carlos. Da Arcada um outro atirador disparou lateralmente sobre o landau, não acertando em ninguém. Mas já Buiça desfechava o segundo tiro no ombro esquerdo de D. Carlos. Quase em simultâneo, Costa avançou sobre a equipagem, colocando-se sobre o estribo esquerdo e disparando sobre o corpo caído do Monarca. D. Luís Filipe reagiu empunhando o seu revólver e atirando sobre Alfredo Costa, o qual em resposta desferiu um tiro que perfurou o pulmão do príncipe. Buiça, sempre à retaguarda do landau, visou o Príncipe e atingiu-o na face esquerda com um projectil que saiu pela nuca. Entretanto D. Amélia erguendo-se na sua magnífica altura, brandia o ramo de flores oferecido à chegada tentando defender a Família. D. Manuel, que a tudo assistiu de frente, tentava estancar a hemorragia do Irmão. O landau continuou a avançar, agora rumo à Rua do Arsenal, para se recolher nas instalações da Marinha. No meio do tiroteio, já nesta rua, D. Manuel foi ferido por uma bala de revólver desconhecido.

Após o choque inicial, vários militares presentes responderam ao ataque: o soldado Henrique Alves da Silva Valente avançou sobre Buiça que de imediato ripostou atingindo-o. O oficial às ordens do Rei, Francisco Figueira Freire, atacou os dois regicidas com o seu sabre, enquanto um soldado atingiu Manuel Buiça com um tiro na cabeça.

No meio do tiroteio, tomou-se a decisão de entrar no Arsenal da Marinha, para protecção da Família Real. A comitiva saiu dos seus próprios carros e a pé, junto do landau real, entraram as portas do edifício. Retiraram-se os feridos, transportando-os para as instalações da enfermaria. As portas do Arsenal

encerraram-se. Lá dentro jaziam os corpos de D. Carlos, Rei de Portugal, e de seu filho o Príncipe Real D. Luís Filipe.

AHM

A apresentação da demissão de João Franco, seguida da sua partida para o exílio, parecia a melhor forma de acalmar os ânimos mais exasperados dos monárquicos, que o culpavam da morte do rei, e dos republicanos que o viam como mentor de uma política ditatorial, que tão ferozmente os tinha perseguido. O novo governo de acalmação de Ferreira do Amaral, nomeado pelo jovem rei D. Manuel II, introduziu medidas que, à priori, permitiriam ter esperança na continuidade da Monarquia. Após a dissolução das Câmara dos Deputados foram agendadas as eleições gerais para 5 de Abril, sendo eleitos sete deputados republicanos. A acção demolidora destes parlamentares em torno dos adiantamentos, o grande comício que se realizou, em Junho, na Avenida D. Amélia (actual Almirante Reis) de protesto contra esta questão, seguido do comício sobre as liberdades municipais, em Julho, onde se reivindicou a marcação de eleições municipais, no qual participaram os grandes tribunos republicanos, foram determinantes para a defesa e convicção da instauração da República como solução para todos os males da Pátria.

As adesões de personalidades ao Partido Republicano Português (PRP) sucediam-se. Os monárquicos e os republicanos travaram combates aguerridos. O ponto de viragem seria marcado pela realização de eleições municipais em Novembro de 1908. Os republicanos iniciaram, logo, as sessões de propaganda eleitoral, nos seus centros. A propaganda do PRP culminou com um grande comício na Avenida D. Amélia (25 de Outubro), para a apresentação dos candidatos à vereação lisboeta, que eram personalidades de reconhecido mérito profissional, destacando-se entre eles: Anselmo Braamcamp Freire, par do Reino, José Veríssimo de Almeida, professor do Instituto de Agronomia, Miguel Ventura Terra, arquitecto, Francisco Grandela, comerciante e Tomás Cabreira, lente da Escola Politécnica. A decisão dos



partidos monárquicos de não concorrerem a estas eleições patenteou o reconhecimento da sua incapacidade de vencer a batalha das urnas. A vitória da lista republicana traduziu a vontade da população da capital em tornar Lisboa *a cidade mais republicana do mundo*.

Se o regicídio foi um anúncio inexorável da queda da Monarquia, a conquista da Câmara Municipal pelos republicanos seria a prova de força que demonstraria que estes estavam preparados para governar o país. A gestão republicana na Câmara da capital revelou-se eficaz, nomeadamente ao nível financeiro, isto apesar de os problemas de Lisboa serem múltiplos (transportes, higiene, abastecimentos de pão e carne, etc.) e a sua administração estar dependente, quanto às suas medidas mais importantes, do assentimento do governador civil. A acção da vereação alfacinha, reveladora da competência dos republicanos, a par com a continuada desmoralização das instituições monárquicas e o descrédito dos seus líderes, levaram muitos republicanos a defender uma acção armada para a substituição do regime, por forma a alcançar o que não conseguiriam através das urnas.

A expansão de Lisboa para Norte, planeado por Ressano Garcia, tinha trazido a abertura de novas artérias, burguesas, que lentamente se expandiam sobre as freguesias rurais. Foi precisamente no alto da Avenida da Liberdade, na Rotunda que fazia a ligação com as *avenidas novas*, que se viveram os momentos decisivos da vitória republicana. O dia escolhido para a revolta foi 4 de Outubro – apesar do assassinato de Miguel Bombarda, um dos chefes republicanos, no dia anterior –, a Marinha aderiu ao movimento, porém, ao contrário do esperado, a falta de adesão dos regimentos da cidade, exceptuando o Regimento de Infantaria 16 e o Quartel de Artilharia 1, fizeram temer o pior aos revoltosos. O suicídio de Cândido dos Reis, às primeiras horas da madrugada, foi uma revelação deste receio. O plano que previa o avanço dos insurrectos para o Palácio das Necessidades, onde estava o rei e, para o Largo do Carmo, sede da Guarda Municipal, foi impossível de concretizar, juntando-se as forças revolucionárias



na Rotunda. Após a reunião de oficiais que votaram pela retirada, permaneceram Machado Santos e nove sargentos na Rotunda. Na totalidade os revoltosos barricados não ultrapassariam o número de 200 militares, sendo alguns destes alunos da Escola do Exército, detendo ao todo oito peças de artilharia. Contudo, a estes juntaram-se civis armados e, em maior número desarmados, que iam improvisando barricadas (truncos de árvores, chapas de zinco, madeiramento, etc.) com que se preparam para sustentar o ataque das forças monárquicas. Entretanto, durante a manhã, os cruzadores *Adamastor* e *S. Rafael* bombardearam o Palácio das Necessidades, originando a fuga de D. Manuel II para Mafra e daí para a Ericeira, donde partiria a família real para Gibraltar e, depois, para o exílio em Inglaterra, exceptuando D. Maria Pia que foi residir para Itália.

Por volta do meio-dia e meia hora as baterias de Queluz, sob o comando de Paiva Couceiro, lançaram granadas sobre a Rotunda coadjuvadas pela artilharia colocada na Graça, em S. Pedro de Alcântara e no Torel. Pelas duas horas da tarde do dia 4 de Outubro, para todos os que não estavam na Rotunda, a revolução estava perdida. No eixo Avenida-Restauradores verificou-se confrontos entre monárquicos e republicanos. A intervenção da carbonária, com objectivos específicos de informação e combate efectivo, originou a desmoralização das tropas fiéis

ao regime. Pelas quatro horas da tarde deu-se a retirada das baterias de Queluz. O bombardeamento pelos cruzadores amotinados – o cruzador *D. Carlos*, declarado neutral, somente na madrugada do dia 5 ficaria na posse dos republicanos – do Rossio, onde estavam acantonados os monárquicos e o desembarque eminente dos marinheiros revoltosos, na manhã do dia 5, instalaram o desânimo nas forças monarquistas. Nesse dia, por volta das oito horas e um quarto da manhã, o encarregado de negócios da Alemanha pediu a Machado Santos um armistício de uma hora, para facilitar a saída das famílias estrangeiras residentes na capital, este assinou as tréguas com início às oito horas e quarenta e cinco minutos. Entrementes os republicanos começaram a descer a Avenida e Machado Santos, apeado do seu cavalo, foi levado em ombros pelos civis até à porta do quartel-general dos monárquicos em S. Domingos, aí informou o general Rafael Gorjão, comandante militar de Lisboa, que fora implantada a República, resignou-se o general e rendeu-se. O cômputo final do conflito anotou 72 mortos, dos quais perto de duas dezenas seriam militares (quase todos monárquicos) e centenas de feridos. Porém, nesse dia após o içar da bandeira republicana no quartel-general de S. Domingos o povo “rompeu n’uma calorosa ovação á Pátria e á República” (Machado Santos, 1912). Ricardo Covões, edil, foi enviado ao Município para

A revolução republicana, o povo em frente à Câmara Municipal aclama a proclamação da República. 1910, AML/AF – A4227.



Inocêncio Camacho lendo os nomes dos membros do Governo Provisório, na janela da Câmara Municipal, na manhã de 5 de Outubro em seguida à proclamação da República, *Ilustração Portuguesa*. N. 243, 1910, p. 490, GEO.



A revolução republicana, manifestações entusiásticas de populares e soldados da Guarda-fiscal que empunham a bandeira republicana. 05-10-1910, AML/AF – A 4225.



que fosse proclamada a República, o que de facto aconteceu, pela voz de José Relvas, da varanda dos Paços do Concelho. Em pouco mais de trinta horas estava implantado o novo regime em Portugal. O seu futuro, numa Europa monárquica (exceptuando a França e a Suíça) revelou-se incerto, repleto de dificuldades e perigos.

Nesta Lisboa macrocéfala (431.738 habitantes, censo de 1911), centro político, administrativo, comercial e industrial do país, divisavam-se várias especificidades urbanas: a cidade burguesa das *avenidas*, do Chiado, dos cafés, das lojas chiques, da intelectualidade, do funcionalismo público, em contraste com uma cidade operária e industrial, que se explanava a Oriente e Ocidente, na zona ribeirinha e, nos bairros populares como o Castelo, Madragoa, Mouraria e Alfama. Uns e outros depositavam todas as

esperanças no novo Portugal republicano, traduzido na nova simbologia (a nova bandeira, o novo hino “*A Portuguesa*” e a nova moeda, o escudo) e nas medidas introduzidas pelo Governo Provisório (as mais importantes foram: a lei da separação da Igreja e do Estado, a lei da greve, do inquilinato, da assistência pública e do descanso semanal obrigatório), que ainda assegurou a ordem pública e alcançou o reconhecimento internacional em menos de um ano. No entanto, se a união entre as várias sensibilidades republicanas assentava no objectivo comum (derube da Monarquia) as divergências instalaram-se quando da eleição do presidente da República. A cisão do PRP (1911) consumou-se com a eleição para o directório de Afonso Costa, juntando ao Partido a designação de *Democrático*. A história da I República, maioritariamente escrita pelos *democráticos*,

fez-se da luta que lhe moveram os outros dois maiores partidos republicanos (*evolucionistas* e *unionistas*) numa tentativa de lhe retirar a hegemonia, mas igualmente da desordem revolucionária, da contestação social, das tentativas restaurocionistas dos monárquicos que criaram um clima de “guerra civil intermitente” (Fernando Rosas, 2008) e dos efeitos da Grande Guerra.

A entrada de Portugal na I Guerra Mundial (1916), malgrado o desejo de não intervenção de Inglaterra, foi despoletada pela requisição das embarcações alemãs em águas portuguesas – iniciada em Fevereiro de 1916 decorreu até 10 de Julho desse ano, na totalidade foram apresados 70 navios alemães e 2 austro-húngaros – facto que desencadeou como resposta a declaração de guerra por parte da Alemanha (9 de Março). No mês de Janeiro (1917) partiram

Tropas que seguem para França.
1917, AML/AF – A14983.



Golpe militar do 28 de Maio, o general Gomes da Costa seguido do seu estado-maior durante a parada militar realizada no Campo Grande, após a sua vitória. 1926, AML/AF – B09424.



os primeiros militares portugueses para o teatro da guerra, constituindo o Corpo Expedicionário Português (CEP). Este ano revelou-se crítico: a escassez de alimentos e a carestia de vida semearam a fome no operariado instalando-se um clima de caos e rebelião, as greves sucederam-se e a repressão policial foi implacável, este descontentamento social era agravado pelas mortes dos soldados portugueses, a maior derrota do CEP ocorreu, a 9 de Abril de 1918, na batalha de La Lys, onde entre mortos, feridos e desaparecidos se perderam 7.500 portugueses. A revolta de Sidónio Pais (5 de Dezembro de 1917), apesar de anunciar o contrário, traduziu-se num desinvestimento na Guerra, os militares portugueses não foram rendidos, sentindo-se abandonados. As comemorações do armistício (11 de Novembro de 1918) tiveram a participação de muitos lisboetas. O

sidonismo cimentado na figura do seu chefe, Sidónio Pais, caiu quando este foi assassinado, um ano e quinze dias depois. A “República Velha” regressou e, logo no ano seguinte reprimiu, com o apoio do povo de Lisboa, uma revolta monárquica. Porém, a situação em Portugal tinha-se alterado irremediavelmente e na Europa do pós-guerra surgiram os novos movimentos comunistas e fascistas, ameaçando a ordem liberal e burguesa.

As classes médias urbanas e até o operariado, desiludidos com a República, receosos e cansados das constantes revoltas, temendo o anarquismo e o bolchevismo, ansiavam por um Governo forte que assegurasse a ordem. O triunfo da revolta militar de 28 de Maio de 1926, iniciado pelo general Gomes da Costa, que partiu de Braga, consumou-se três dias depois, quando o Bernardino Machado, presidente

da República, acedeu aos apelos do comandante Mendes Cabeçadas (um dos revoltosos do 5 de Outubro), que tinha pedido, logo a 28, a demissão do Governo. No dia 6 de Junho, um domingo, Gomes da Costa entrou triunfante em Lisboa. Todavia, as dissidências entre vencedores acentuaram-se. A 9 de Julho de 1926, uma nova revolta militar, chefiada pelo general monárquico Sinel de Cordes, levaria Gomes da Costa ao exílio, substituindo-o pelo general Óscar Carmona. A ditadura militar agora instaurada iria conseguir sobreviver a todas as revoltas e conspirações – na capital as revoltas de resistência republicana ocorreram a 7 de Fevereiro de 1927, a 20 de Julho de 1928 e, a última, a 26 de Agosto de 1931 –, que sem sucesso, desencadeariam o sucessivo agravamento da repressão do novo regime. ER

PLANO DIRECTOR DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA



A LISBOA DO ESTADO NOVO E A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS 1933-1974

A promulgação da Constituição em 1933, marcou o fim da ditadura militar e o início do Estado Novo, ou salazarismo, nome que advém do seu chefe António de Oliveira Salazar (1889-1970), que iniciou a sua caminhada para o poder com a tomada de posse no 4.º Governo da ditadura (1928), como ministro das Finanças, alcançando-o como chefe do 8.º Governo (1932). Falar da Lisboa do Estado Novo é olhar a Lisboa dos anos 30-40 ou a Lisboa de Duarte Pacheco, que sendo ministro das Obras Públicas e Comunicações (1932-36; 1938-43) e, ao mesmo tempo, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1938-43), sonhou construir a “Capital do Império”.

Em 1938 o urbanista Étienne de Gröer fixou-se em Portugal para elaborar o primeiro Plano Director de Urbanização de Lisboa (1935-58), que iria definir a nova capital: os seus limites de expansão, os acessos e grandes redes viárias, os espaços verdes, as zonas de trabalho, de residência (com os bairros sociais) e lazer, delineando o Aeroporto (1938-42) e a Cidade Universitária (1930-57). Este Plano estava intimamente ligado à política fundiária da Câmara de Lisboa, ou melhor de Duarte Pacheco, cujas expropriações (por exemplo, das futuras zonas de Olivais, Chelas e Telheiras) deram ao Município a posse de cerca de 35% da superfície total da cidade. Numa Lisboa em constante crescimento que alcançou em 1930, os 591.939 habitantes e os 694.389 dez anos depois, o Plano Director definiu a escala e funcionalidade da capital, que permaneceu, no essencial, até aos nossos dias.

A Lisboa nova teria seu “pulmão” com o início da florestação do Parque de Monsanto (1938) e novos equipamentos como o Liceu Filipa de Lencastre (1930), o Instituto Superior Técnico (1927-35), o Instituto Nacional de Estatística (1931-35), a Casa da Moeda (1933-41), o Pavilhão do Rádio (actual Instituto Português de Oncologia, 1927-33) e o Hospital de Santa Maria (1953), entre outros. Bem como um novo porto comercial (1930-47), reequipado tecnicamente e regularizado em toda a sua extensão, com gares marítimas de inspiração modernista. Surgiram as novas avenidas, como a que ligava o Aeroporto (actual Gago Coutinho) à Praça do Areeiro (1938-

49), conjunto arquitectónico simbólico da nova capital, a nordeste e, a ocidente, em Belém, apareceria outra zona emblemática de urbanização do regime. A construção do Viaduto Duarte Pacheco (1944) permitiria a ligação com o estádio nacional (1939-44) e com a marginal até ao Estoril, tão em voga na época.

Durante a Guerra Civil de Espanha (1936-39), temida internamente pelo Estado português, que apoiou, não oficialmente Franco, com soldados (20.000 Viriatos), transportes, víveres e armamento, e após o atentado à bomba, falhado, contra Salazar (1937), o regime mostrou grande vitalidade reprimindo os

opositores e ensaiou uma grande acção de propaganda, anunciada, no ano de 1938, por Salazar «ao país e ao mundo» – o Programa das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação (1140) e das Restauração (1640), que decorreriam em 1940. Deste Programa os factos mais importantes, porque mais duradouros no espaço e no tempo, foram, em primeiro lugar, o restauro do património nacional – na sua encenação política estava subjacente a ideia da “salvação da Pátria em ruínas”, isto é, «restauração material, restauração moral, restauração nacional» (Salazar, 1936) –, que na capital teve intervenções na Sé, no Castelo de S. Jorge, no palácio de S. Bento,

Tomada de posse de Salazar. 1928, *O Século*
Ilustrado. N. 1943, 05-04-1975, p. 27, HML.





no Teatro Nacional de S. Carlos e no Museu Nacional de Arte Antiga; e, em segundo lugar, a remodelação da zona ribeirinha de Belém (retirou-se o gasómetro da zona da Torre de Belém e expropriou-se uma antiga área residencial) para a construção dos pavilhões da Exposição do Mundo Português, dotando a capital de uma área pública ajardinada e de uma zona de recintos náuticos, tendo como pano de fundo o Mosteiro dos Jerónimos.

O enérgico ministro Duarte Pacheco (1900-1943) rodeou-se de uma equipa de arquitectos notáveis, dirigidos pelo arquitecto Cottinelli Telmo (1897-1948), que delinearam a maqueta da Exposição, submetida à aprovação em Maio de 1939. Existiam duas entradas para o recinto da Exposição, com nomes emblemáticos, na Avenida da Índia a porta da “Fundação” e, do lado de Algés, a porta “da Restauração”.

O espaço era delimitado pela Praça Afonso de Albuquerque e Belém e pelos Jerónimos e o Tejo. Imaginada por Duarte Pacheco e desenhada por Cottinelli Telmo, a Praça do Império, marcava o centro da Exposição: uma grande praça, que tinha a norte os Jerónimos, a sul o rio e a ladeá-la, perpendicularmente, os dois maiores pavilhões deste evento – o Pavilhão dos “Portugueses no Mundo”, a ponte e o Pavilhão de “Honra e de Lisboa”, a nascente. Dividida por zonas temáticas, de construções efémeras, o visitante poderia passear-se pelas seguintes secções: “Comercial e Industrial”, “Histórica”, “Etnografia Colonial” (Jardim Colonial), “Aldeias Portuguesas”, “Vida Popular” e usufruir, ainda, de uma “Zona Comercial e Industrial”, de um “Parque de Atracções” e de “Diversões Náuticas”. Além disso, existiam a “Nau Portuguesa”, o “Padrão dos Descobrimentos” (construído



◀ Panorama da Praça do Império com fonte luminosa na Exposição do Mundo Português, 1940, GEO – DDP-FT 2233.

▶ Exposição do Mundo Português: vista geral do Pavilhão dos Portugueses no Mundo, 1940, GEO – DDP-FT 2219.

de forma definitiva em 1960) e o restaurante “Espelho de Água”. Durante um ano foi montado um estaleiro na zona do futuro certame. A contestadas expropriações, seguiram-se as demolições que deram lugar às diferentes secções e pavilhões, onde trabalharam arquitectos de variadas sensibilidades, engenheiros, pintores, decoradores, escultores e outros artistas num feito que reuniu praticamente toda a mão-de-obra disponível na época.

No dia 23 de Junho de 1940 foi inaugurado este evento, com pompa e circunstância, o encerramento ocorreu a 9 de Dezembro. Os lisboetas acorreram em grande número utilizando os eléctricos e os “novíssimos” autocarros, de origem inglesa, que faziam a ligação entre os Restauradores e a Exposição. O seu Programa tinha por objectivo dar a conhecer os oito séculos de História da Pátria, daí a importância dos pavilhões dos “Portugueses no Mundo”, dos “Descobrimentos”, da “Fundação”, “Conquista e Independência” e da “Colonização”. E, ao mesmo tempo, mostrar o vigor e modernidade da capital (pavilhão “Honra e Lisboa”), palco e cenário deste acontecimento. Esta gigantesca encenação ideológica, apoiou e glória de Salazar, fortemente apoiada na propaganda de António Ferro (1895-1956), demandava mostrar a grandiosidade de Portugal, desejando construir a ponte entre um Passado glorioso e um Presente, onde as grandes realizações do Estado Novo, numa Europa arrasada pela II Guerra Mundial, pressagiavam, para os incautos, um Futuro notabilíssimo para Portugal.

Com efeito, após a declaração de guerra de Inglaterra e França à Alemanha (1 de Setembro de 1939) em consequência da invasão alemã da Polónia, Salazar apressou-se a declarar, dois dias depois, a neutralidade de Portugal. Lisboa tornou-se, então, num refúgio dos judeus e outros fugitivos da Guerra e da Europa nazi, que aqui encontravam um “paraíso triste”, autêntico cais da Europa (como bem demonstrou o filme *Casablanca*, 1942), ponto de passagem obrigatório para as Américas. Na capital pululavam refugiados políticos, artistas, judeus que procuravam obter vistos de residência e/ou para partirem para outros países. A presença destes estrangeiros



(só judeus calcula-se que foram 40.000) que superlotavam os hotéis, percorriam a capital pedindo auxílio, dando a conhecer novas línguas e costumes, principalmente as forasteiras que se sentavam nas esplanadas e nos bancos da Avenida – algo impensável para as portuguesas –, fumavam e usavam *rouge*, passeavam-se sem chapéu e de salto raso, alteraram a face de Lisboa, introduzindo novas modas. Pela sua estranha presença, mas também pelas filas de racionamento de géneros alimentícios e carvão a que acorriam os alfacinhas (a partir dos finais de 1941), pelos exercícios de defesa e pelo toque de sirenes (simulando um ataque aéreo), pela protecção das janelas das lojas e edifícios com fitas de papel, até pela criação de galinhas e coelhos nos prédios,

os lisboetas, não só se preparavam, como temiam a chegada da Guerra. As notícias do conflito, ouvidas através dos noticiários da emissora de Londres (BBC) e as novas ideias, trazidas clandestinamente, despertavam os espíritos. Para a maioria dos alfacinhas, a vitória dos aliados era essencial. As manifestações espontâneas de alegria pelo armistício, logo no dia 8 de Maio, junto às embaixadas das nações aliadas, nas ruas e nos cafés, os gritos de “Acabou a guerra!”, as bandeiras dos vencedores, encheram as praças da capital.

No pós-guerra a derrota dos principais fascismos europeus fizeram renascer na oposição a esperança de que o salazarismo não resistiria. Se bem que se configurasse um período difícil, numa lógica de



▶ Ponte Salazar [actual 25 de Abril]. Remonta ao final do séc. XIX a primeira ideia de construir uma ponte que ligasse Lisboa a Almada, sendo aventadas, a partir de então, várias hipóteses. Duarte Pacheco também apresentou uma proposta para construção de uma ponte rodo-ferroviária (sem efeito). Somente no ano de 1966 seria inaugurada a ponte sobre o rio Tejo.

integração no mundo da chamada «Guerra-fria», os americanos apoiaram desde cedo o Estado português, designadamente assinando o acordo de cêndia da base das Lajes (1948). A crescente ameaça da URSS, socialista, originou a união de esforços para defesa do mundo capitalista através da constituição (1949) da Organização do Tratado de Adesão do Atlântico Norte (OTAN) da qual o Estado Novo foi membro fundador.

Esforçando-se por dar uma aparência “democrática” Salazar tinha convocado as eleições para a Assembleia Nacional, prontamente, em Novembro de 1945, mas a vitória pertenceu à União Nacional, partido único, tendo a oposição aconselhado a abstenção, perante a farsa do recenseamento e propaganda eleitoral. Até 1958 a situação não se alteraria, mas neste ano, um amplo movimento em torno da candidatura da oposição à presidência da República de Humberto Delgado (1906-1965), um general saído das fileiras do regime, fez “vacilar” o Estado Novo. Na conferência de imprensa, a 10 de Maio 1958, no café Chave de Ouro, em Lisboa, em resposta à pergunta de um jornalista sobre o que faria a Salazar, se fosse eleito, proferiu a célebre frase galvanizadora: “Obviamente demito-o!”. O movimento massivo e esmagador de apoio, sem medos, que conseguiu a nível nacional fez de novo com que alguns acreditassem que era possível a mudança através do voto. Porém, as fraudes eleitorais habitualmente praticadas levaram ao embuste da vitória de Américo Tomás (1894-1987) e as vagas de prisões que se seguiram forçaram Humberto Delgado ao exílio, no início de 1959; seria assassinado, pela PIDE, em 1965, em Badajoz. Contudo, indiscutivelmente, o ano de 1958 – seguido do início da guerra colonial, três anos depois – marcou o declínio do Estado Novo, que se manteve até à exoneração de Salazar, em Setembro de 1968, após um grave acidente que o impossibilitou de exercer o cargo. Dois anos depois, faleceu, convicto de que ainda governava o país.

A Salazar tinha sucedido Marcelo Caetano (1906-1980), professor universitário na Faculdade de Direito de Lisboa, que tendo professado desde os anos 30 na militância das organizações da juventude do

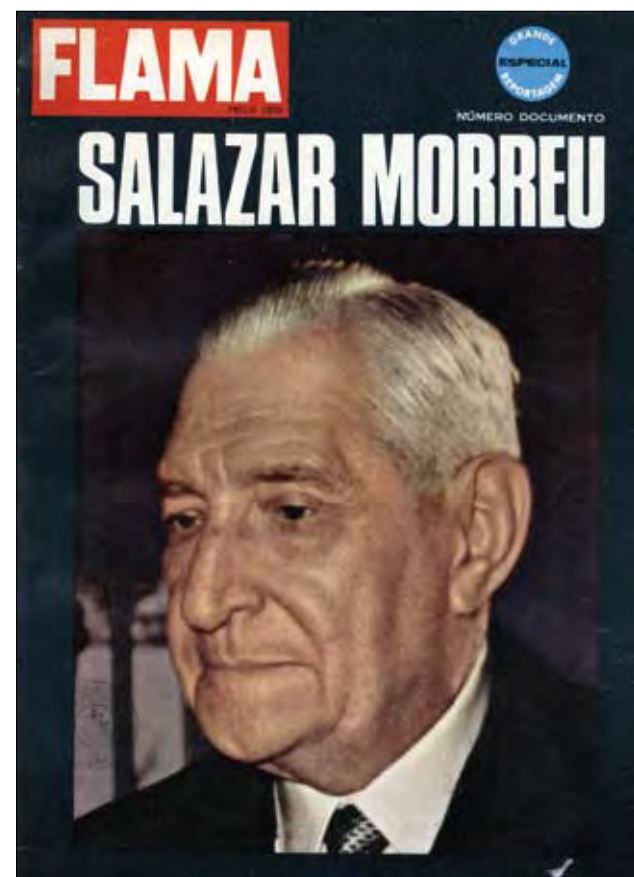
Primeira conferência de imprensa do candidato Humberto Delgado. Café Chave d'Ouro, no Rossio. 1958, FHD.

Morte de Salazar. 1970, *Flama*. N. Extra, 27-07-1970, capa, HML.

regime, como a Mocidade Portuguesa, desde o final da II Guerra Mundial, vinha sendo olhado como o líder de uma corrente de modernidade do Estado Novo. Posição reforçada pela sua atitude durante a crise académica de 1962, quando, após terem sido proibidas as celebrações do dia do estudante (24 e 25 Março), estes se concentraram na Cidade Universitária, sendo violentamente reprimidos pela polícia de choque, que invadiu o local. Foi decretado o «luto académico». Caetano, reitor da Universidade Clássica de Lisboa, em desacordo com esta invasão policial do *campus* universitário pediu a demissão do cargo.

Não admira que a sua tomada de posse como presidente do Conselho fosse encarada com expectativa e confiança numa mudança, o que de facto, numa primeira fase aconteceu, dando origem ao que na época ficou conhecido como a *primavera marcelista*. Autorizou-se o regresso de alguns oposicionistas do exílio, entre eles, Mário Soares. Nas eleições para a Assembleia Nacional (1969) as listas da União Nacional incluíram deputados da designada «ala liberal», como Sá Carneiro (1934-1980), se bem que o acto eleitoral fosse contestado, porque fraudulento, pela oposição. A contestação social e sindical, as greves e manifestações eclodiram na capital e no país, exigindo liberdade sindical, melhores salários e, no âmbito político, destacaram-se os protestos contra a guerra colonial. Estas manifestações sindicais, políticas e estudantis foram fortemente reprimidas pelas forças policiais. A operação de cosmética do *marcelismo* esfumou-se. Sá Carneiro, renunciou ao mandato de deputado em 1973, por não ter condições para o exercer. Enredado e vacilante no caminho a seguir para o futuro de Portugal, enfrentando grande oposição dos conservadores do regime, Marcelo, não soube (ou não quis) assumir uma solução para a guerra colonial, verdadeiro âmagô do grande isolamento do regime, a nível nacional e internacional e, como se observaria, verdadeiro agente da mudança para a democracia.

ER



ANO XXIII
1874
17317
Preço 1550

DIÁRIO POPULAR

LISBOA
5.ª Feira
25
Abril

Director: MARTINHO NOBRE DE MELLO

Propriedade da SOCIEDADE INDUSTRIAL DE IMPRENSA — Sede: Rua São Salva, 87 — Telefones 3181/5 (P. F. A. A.) — 31819 34530 34531 — (Redacção) — 318197 (Publicidade)

O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS PRECONIZA A ENTREGA DO PODER A UM GOVERNO MILITAR DE TRANSIÇÃO

SANTARÉM, 25
— A Escola Prática de Cavalaria, aquartelada nesta cidade, aderiu ao movimento militar, ao princípio da tarde, tendo o seu comandante sido detido e assumindo o mesmo

«Informação do Movimento das Forças Armadas», da seguinte teor:

«Considerando que, ao fim de 13 anos de luta em Terras do Ultramar, o sistema poli-

crecente clima de total afastamento dos portugueses em rela-

ção às responsabilidades políticas que lhes cabem como cidadãos,

e o crescente desenvolvimento de uma tutela de que resulta constan-

te apelo a deveres com paralela denegação de

(Continua na 22.ª pág.)

Comunicado dos sublevados às 11 e 40:

Pede-se o encerramento de todos os estabelecimentos comerciais
— de contrário será imposto o recolher obrigatório

comando o capitão João Correia Bernardino.

Um grupo de viaturas militares circulou pela cidade, distribuindo um documento intitulado

tico vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina

**3.ª
TIRAGEM**

que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos; considerando a

**Hoje:
44 páginas**

O Banco Central e os organismos bancários encontram-se encerrados em consequência do presente condicionalismo



A saída da marcha, na rua do Azulejo, frente a tropas leais ao Governo e forças revolucionárias

NOTICIÁRIO NAS PÁGINAS 7, 9, 10, 11, 13, 15, 21 E 23

vida mundial
1974 (4) 15-18 (14) 1974 (15) 1974 (16)



República
3.ª EDIÇÃO

As Forças Armadas tomaram o poder

O GOVERNO RENDU-SE ÀS CINCO DA TARDE E AS TROPAS DO MOVIMENTO ENTRARAM NO CAIRNO

OS GENERAIS SPÍNOLA E COSTA GOMES DEVEM VIR A FORMAR UMA JUNTA MILITAR

PELO POVO E PELAS SUAS LIBERDADES

LIDA NA TV A PROCLAMAÇÃO DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

ESTE JORNAL NÃO FOI VISADO POR QUALQUER COMISSÃO DE CENSURA

DA LISBOA REVOLUCIONÁRIA À LISBOA DA EUROPA COMUNITÁRIA 1974-2007

A guerra colonial, ou guerra de libertação para os africanos, que durante 13 anos provocou mortes, mutilações e danos traumáticos irreparáveis para as forças em combate, continuava, em 1973, sem solução ou fim à vista. O descontentamento dos militares do quadro militar permanente oriundos da Academia Militar, despoletado pelo decreto-lei (1973) que permitiu a passagem dos oficiais milicianos aos quadros permanentes das Forças Armadas, mediante a frequência de um curso intensivo da Academia despoletou o “Movimento dos Capitães”, que preparou um golpe de Estado com o objectivo de depor a ditadura. Este Movimento, depois intitulado das Forças Armadas (MFA) envolveu cerca de 300 oficiais do quadro permanente e desenvolveu-se em menos de um ano. A comissão executiva do plano de acção era constituída por Vítor Alves, Vasco Lourenço e Otelo Saraiva de Carvalho, este último seria o estratega da Operação «Fim do Regime».

A posição oficial do Governo na defesa do Império, contra tudo e contra todos patenteada na famosa frase «orgulhosamente sós» (Salazar, 1965), tinha agravado o isolamento de Portugal a nível internacional nos anos 60-70, se bem que o regime conseguisse novas alianças, nomeadamente com a África do Sul, a Rodésia (actual Zimbábue) e, na Europa, com a França e a Alemanha. Mas a inevitabilidade de um novo tempo ficou bem patente através da edição do livro *Portugal e o Futuro* (Fevereiro, 1974), do general António de Spínola (1910-1996), com o beneplácito do chefe do Estado-maior das Forças Armadas, general Costa Gomes (1914-2001), onde se defendia a liberalização do País e o fim da guerra colonial através da constituição de uma federação de Estados (Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe). Apesar desta obra ter sido prontamente confiscada e dos dois generais serem demitidos dos cargos, a sua publicação demonstrou quanto a política *marcelista* era contestada internamente por altas individualidades do regime. O Governo, desde logo, contrafez a situação com a deslocação de vários generais ao Palácio de S. Bento, acto que ficou conhecido como a “Brigada do Reumático”, para apoiarem a política

africana. Porém, dois dias depois, a 16 de Março 1974, ocorreu a tentativa de golpe militar pelo Regimento de Infantaria 5, das Caldas da Rainha, na sequência do qual foram presos 33 oficiais. Os governantes suspiraram de alívio, mas por pouco tempo. No dia 24 de Abril 1974 [22 horas e 55 minutos] foi transmitida a canção “*E depois do adeus*”, de Paulo de Carvalho, nos Emissores Associados de Lisboa, que marcou o início das operações militares para derrubar a ditadura. A 25 de Abril [0 horas e 20 minutos] pelos microfones da Rádio Renascença foi ouvida a canção “*Grândola Vila Morena*”, de José Afonso, a senha que indicava que as operações militares estavam em marcha. O plano das operações e objectivos a conquistar situavam-se em Lisboa e caíram, sem resistência, nas mãos dos revoltosos: Emissora Nacional, Rádio Clube Português, Radiotelevisão, Rádio Marconi, Quartel-General de Lisboa, Aeroporto e Banco de Portugal. Os acessos aos centros decisores do regime foram bloqueados (Ministérios no Terreiro do Paço, sede da PIDE/DGS, quartéis de tropas adversas e da Legião Portuguesa). Em poucas horas os revoltosos dominavam a situação. Marcelo Caetano e outros membros do Governo refugiaram-se no Quartel do Carmo, sede da Guarda Nacional Republicana. A chegada de Salgueiro Maia ao Carmo, pelas 12h30m, onde exigiu a rendição de Marcelo, foi o culminar do golpe. Poucas horas depois, sem que nenhuma força militar ou policial viesse em seu socorro, Caetano, certo da queda de um regime podre e temendo que o Poder caísse na rua, “entregou” o País a Spínola, que tinha ido ao seu encontro, instado por conselheiros e com a aprovação do Posto de Comando das Forças Armadas, instalado clandestinamente na Pontinha, ou seja de Otelo. As fases mais importantes deste dia ficaram ligadas ao capitão Salgueiro Maia (1944-1992), comandante da força da Escola Prática de Cavalaria de Santarém, que conseguiu sustentar pela convicção as forças governamentais – um dos instantes decisivos para o sucesso do pronunciamento foi quando uma coluna da Escola Prática de Cavalaria, se passou para o lado dos revoltosos no Terreiro do Paço – e, depois, cercando o quartel do Carmo obteve a capitulação

de Marcelo Caetano, que seguiria para a Madeira juntamente com Américo Tomás donde, mais tarde, partiram para o exílio no Brasil, do qual só o último regressaria, em 1978, a Portugal. Neste dia, apesar dos apelos à serenidade e a que os lisboetas permanecessem em casa, uma multidão efusiva invadiu as ruas envolvendo e confraternizando com os militares, vitoriando os revoltosos e vaiando os dirigentes do regime. Os únicos mortos a lamentar foram as derradeiras vítimas dos agentes da PIDE/DGS, que sendo vitoriosa a Revolução, acossados na rua António Maria Cardoso, dispararam indiscriminadamente sobre a multidão que os apupava, matando 4 pessoas. À «Revolução dos Cravos» que em Lisboa, em menos de 24 horas, sem qualquer oposição no resto do País, pôs fim a 48 anos de ditadura, seguiu-se um período revolucionário que modificou profundamente a sociedade portuguesa.

O Programa do MFA, difundido a 26 de Abril, consagrava os três D's – Democracia, Descolonização e Desenvolvimento. Foram extintas as instituições políticas do Estado Novo (dissolução da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa), as organizações políticas (Acção Nacional Popular, PIDE/DGS, Mocidade e Legião Portuguesa) e libertados os presos políticos. Assim como foram abolidos outros cunhos ditatoriais (censura, tribunais plenários, organizações corporativas, etc.). Ao mesmo tempo foram instituídos princípios de democratização da sociedade (liberdade de imprensa e de reunião, direito à greve, liberdade partidária e sindical, sufrágio universal, etc.). No 1.º de Maio de 1974 milhares de pessoas saíram à rua, por todo o país, festejando liberdade. O ponto alto das comemorações aconteceu, em Lisboa, no ex-Estádio da FNAT (actual 1.º de Maio) onde na presença de milhares de manifestantes Álvaro Cunhal (1913-2005) e Mário Soares, respectivamente secretários-gerais do PCP e do PS, recentemente regressados do exílio, foram ovacionados pela multidão. Seguiu-se uma fase revolucionária, que se tornou mais visível, após o 11 de Março de 1975 quando a derrota da facção spínolista e a vitória do Comando Operacional do Continente (COPCON) levou à radicalização da política: nacionalizações, reforma



Tropas revolucionárias junto do edifício da Câmara Municipal. 25-04-1974, AML/AF – A83310.

agrária, criação do Conselho da Revolução, etc. Durante os meses de Agosto e Setembro de 1975, no denominado «Verão Quente», o país estava dividido em dois grupos opositores: revolucionários e moderados, que tentavam impor a sua posição pela força. A contenda final jogou-se a 25 Novembro desse ano, quando os esquerdistas tentaram o assalto definitivo ao poder após a substituição de alguns comandantes, pelo Conselho da Revolução, o que motivou os pára-quedistas da Base-Escola de Tancos a ocuparem as bases aéreas da OTA, de Tancos e Monte Real, enquanto as tropas do Ralis tomaram posição nas vias de entrada na capital. Foi decretado o estado de sítio na região de Lisboa (seria levantado a 1 de Dezembro). O regimento de Comandos da Amadora conseguiu neutralizar as unidades revoltosas. Otelo, comandante do COPCON, demitiu-se e este Comando foi extinto. Este dia, pôs termo à fase mais vanguardista e revolucionária do pós-25 de Abril, os partidos passaram a ter um papel mais activo, como representantes da vontade do povo.

Entretanto a 25 de Abril de 1975, um ano depois do derrube da ditadura, tinham ocorrido as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte, tendo votado 91,2% do eleitorado, a maior taxa de participação eleitoral até hoje alcançada. Algumas pessoas foram de madrugada para a porta das assembleias de voto para serem os primeiros a votar, formaram-se longas bichas para depositar o voto nas urnas, o dia de eleições foi de festa. O PS foi o grande vencedor. Este acto eleitoral consolidou a democracia e, pela acção da Constituinte, foi a génese da Constituição Portuguesa (2 de Abril de 1976). No dia 25 de Abril de 1976 realizaram-se as primeiras eleições para a Assembleia da República. Uma vez mais, o PS venceu e, a 23 de Julho, tomou posse o I Governo Constitucional da II República, presidido por Mário Soares. No dia 27 de Junho o general Ramalho Eanes foi eleito, também por sufrágio universal, presidente da República. Estes três actos eleitorais livres, que decorreram com elevado civismo, demonstraram que os portugueses sabiam (e queriam) viver em democracia.

Quanto ao processo de descolonização foi contro-



“Comandos: A sua determinação pôs fim às veleidades de resistência de militares e civis que estavam com o capitão Paulino, *Vida Mundial*. N. 1915, 25-11-1976, p. 9, HML.

Primeiras eleições livres. 25-04-1975, *Flama*. Outubro 1975, p. 27., HML.



verso, mas irreversível. A independência das antigas colónias decorreu entre Outubro de 1974 e Novembro de 1975, exceptuando Macau e Timor. Até Março de 1976 regressaram a Portugal mais de 800.000 pessoas das ex-colónias, desembarcando em Alcântara ou no Aeroporto. Inicialmente vistos com alguma hostilidade, a sua integração, após alguns anos, foi um caso de sucesso. Os funcionários públicos foram integrados nos ministérios nacionais, e muitos organismos nacionais e internacionais surgiram para apoiá-los, destacando-se a nível oficial o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), que concedeu a muitos casa, alimentação, crédito e subsídios, permitindo-lhes iniciar uma nova vida. A maioria destas gentes tinha nascido em Portugal, tendo emigrado para as colónias nas décadas de 50-60, outros eram migrantes de outras paragens: indianos hindus e paquistaneses, sunitas, ismaelitas, chiitas (vindos de Moçambique) e, os timorenses, os mais desamparados de todos. O retorno de África marcou o fim do ciclo imperial, constituindo, quiçá, um dos fenómenos mais importantes da história do país depois dos Descobrimentos. Agora Portugal estava confinado às suas fronteiras europeias, cinco séculos passados chegou o tempo do reencontro com a sua identidade nacional e definição de um novo caminho rumo à Europa.

No dia 18 de Agosto de 1976 o governo português pediu a adesão ao Conselho da Europa, aderindo, em tempo recorde, pouco mais de um mês depois. Este acontecimento veio atestar o reconhecimento internacional do Portugal democrático, a partir deste momento o reencontro do país com a Europa, em sucessivas etapas, foi imparável. Seria a 28 de Março de 1977 que Portugal pediria formalmente a sua integração na Comunidade Económica Europeia (CEE). Oito anos depois, após duras negociações, decorreu a cerimónia solene de assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE, a 12 de Junho de 1985, nos claustros dos Jerónimos, que entraria em vigor a 1 de Janeiro do ano seguinte. O Acordo de Adesão previa uma nova orientação económica, períodos de transição para a indústria e agricultura e meios financeiros de apoio ao mercado português.

Mário Soares assina o Tratado de Adesão à CEE.
12-06-1985, Foto cedida pelo jornal *Expresso*.



Retornados no Aeroporto de Lisboa. 1975, *O Século Ilustrado*. N. 1970, 11-10-1975, p. 14, HML.



Seria a 1 de Junho de 1992 que o nosso País assumiria, pela primeira vez, a presidência da CEE, num novo edifício (Centro Cultural de Belém). A abertura ao público do Centro Cultural de Belém ocorreu em 21 de Março de 1993, uma obra polémica pelos custos e enquadramento arquitectónico. Numa capital que desde os anos 60-70 tinha visto surgirem novas soluções urbanísticas e arquitectónicas (planos de Olivais e Chelas e urbanização de Telheiras) a década de 80, marcou o início da requalificação urbana das zonas históricas e criação de grandes equipamentos. Na década de 90 o planeamento tornou-se uma prioridade surgindo o Plano de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (1990), o Plano Estratégico (1992) e,



finalmente o Plano Director Municipal (1993). A importância da valorização do património cultural, arquitectónico e urbanístico de Lisboa traduziu-se em acções de requalificação de edifícios e zonas históricas, designadamente no âmbito da Lisboa Capital Europeia da Cultura (1994). A candidatura da cidade à Exposição Mundial de 1998, no ano de 1989, revelou-se uma decisão que viria a constituir um marco na história da capital e do país.

A EXPO'98, última exposição mundial do século XX, teve por tema "Os Oceanos, Um Património para o Futuro", o local escolhido para o seu palco foi a Lisboa oriental, uma zona da cidade até aí abandonada, onde existiam velhas estruturas industriais, o matadouro municipal desactivado, entulho e ferro-velho. O complexo trabalho de planeamento e concepção deste evento teve a preocupação de

construir uma cidade para o futuro. A área de implantação da Exposição (340 ha) com as suas zonas temáticas, pavilhões efémeros e construções definitivas tiveram por base o restabelecimento da ligação ao rio nesta zona da cidade. Com a abertura da EXPO'98, de 22 de Maio a 30 de Setembro, viveram-se 132 dias de festa, com a presença de 146 países e 14 organizações. Nas filas intermináveis para visitar os pavilhões, nos espaços públicos, nas esplanadas e restaurantes, pessoas de todos os cantos do mundo, línguas e crenças conviveram em alegria permanente. Como legados edificados deste evento, no presente e para o futuro, salientam-se a Ponte Vasco da Gama, a Estação do Oriente, o Pavilhão de Portugal, o Pavilhão dos Oceanos (Oceanário), o Pavilhão do Conhecimento dos Mares (Pavilhão do Conhecimento), o Pavilhão da Utopia (Pavilhão Atlântico), a

Torre Vasco da Gama e o Teatro Camões. A imagem de Portugal pelo êxito deste evento foi fortalecida a nível internacional.

A capacidade de requalificação, integração urbana e criação de um novo espaço habitacional, de comércio, serviços e lazer à beira Tejo (Parque das Nações) integrou-se num plano de relançamento da cidade como "Capital Atlântica", fronteira e limite do continente europeu com o oceano Atlântico. Com a adesão à nova moeda europeia, o Euro, a 1 de Janeiro de 1999, a Lisboa do novo Milénio assumia-se definitivamente como uma cidade europeia, cosmopolita e multicultural. E, inclusive, foi cenário da assinatura do último Tratado da União Europeia, a 13 de Dezembro de 2007, pelos 27 Chefes de Estado da União, que ostenta o seu nome – Tratado de Lisboa. ER

CRONOLOGIA

SÉCULO II a. C. - SÉCULO I

138 a. C. Fortificação de Olisipo, Décimo Júnio Bruto. 27 a.C-14 d. C. Construção o Teatro Romano, Augusto. 14-37 d. C. Criptopórtico da Rua da Prata. 50 d.C. Construção das Termas dos Cassios. Reconstruídas em 336. 57 d.C. Obras no Teatro Romano, Nero.

SÉCULO V - SÉCULO XI

410 Alanos tomam Lisboa. 469 Lusídio entrega a cidade aos Suevos. 714 Aidulfo entrega a Cidade aos Mouros. 798 Afonso II, “O Casto”, conquista Lisboa. 808 Afonso II, perde Lisboa para os mouros. 953 Investida na cidade por Ordonho III, rei de Leão. 966 Batalha contra os Normandos nos campos de Lisboa. 1009 Tremor de terra. 1050 ca Fundação do Castelo de São Jorge.

SÉCULO XII

1140 Tentativa falhada de conquistar Lisboa, por D. Afonso Henriques. 1147 06 28 Início do Cerco de Lisboa. 1147 06 29 D. Afonso Henriques chega a Lisboa e instala o seu acampamento na Graça. 1147 10 25 D. Afonso Henriques conquista a Cidade aos mouros. 1147 11 21 Lançamento da 1ª pedra da Igreja de São Vicente de Fora, por D. Afonso Henriques. 1148 Restauração da diocese de Lisboa, D. Afonso Henriques. 1150 Fundação da Igreja de São Miguel, Alfama, por D. Afonso Henriques. 1168 ca. Edificação da Igreja de Santa Cruz do Castelo ou da Alcáçova. 1173 09 15 Chegada das relíquias do corpo de São Vicente à barra do Tejo. 1178 Ataque ao Porto de Lisboa por uma esquadra Almóada. 1179 Realização das primeiras reuniões da Câmara de Lisboa à porta da Sé. 1179 05 Foral de Lisboa, D. Afonso Henriques. 1185 Início da Feira da Ladra, no Chão da Feira, ao Castelo de S. Jorge. 1195 08 15 Nasce na Freguesia da Sé, de Santo António de Lisboa, Fernando de Bulhões.

SÉCULO XIII

1204 08 Confirmação do Foral de Lisboa, D. Sancho I. 1210 ca Nasce Pedro Hispano, freguesia de São Julião, futuro Papa João XXI. 1217 Fundação do Convento de São Francisco da Cidade, Freguesia dos Mártires. 1220 ca Fundação da Gafaria de São Lázaro, (Hospital de São Lázaro), ao Campo de Santana. 1241 10 Lançamento da primeira pedra do Convento de S. Domingos, por D. Sancho II, Rossio. 1246 Concessão e confirmação dos privilégios à cidade de Lisboa, D. Afonso III. 1256 Passagem da cidade de Lisboa a Capital do reino de Portugal. 1271

Fundação da Igreja de Nossa Senhora da Graça. 1279-1325 Construção do Cais da Oura, Ribeira. 1289 03 16 Cortes em Lisboa, D. Dinis. Fundação do Estudo Geral. 1290 Violento tremor de terra na Cidade. 1293 Criação da Bolsa de Mercadores, D. Dinis. 1294 09 07 Lançamento da primeira pedra da Igreja do Convento de Santa Clara. 1294 De acordo com o concelho da cidade, D. Dinis decide edificar uma muralha ao longo das margens do Tejo com o objectivo de proteger Lisboa. 1294 Construção da Rua Nova dos Mercadores.

SÉCULO XIV

1317 Edificação da Igreja de São João da Praça, Alfama. 1322 Reencontro de Alvalade, a opor o exército de D. Dinis ao do infante D. Afonso. 1338 Transferência da Universidade de Coimbra para Lisboa. 1339-1352 Instalação da Câmara em casa e sede própria, em Santo António da Sé. 1344 Criação do cargo de Vereador por D. Afonso IV. 1348 Peste Negra. 1369 12 31 Grande incêndio destrói parte da Rua Nova e da Rua da Ferraria, até ao Cais de Ver-o-Peso. 1372 05 Levantamentos populares na cidade contra o casamento de D. Leonor Teles com D. Fernando. 1373 Pavoroso incêndio no Cerco de Lisboa por Henrique II de Castela. 1373-1375 Construção da Cerca Fernandina. 1375 Publicação da Lei das Sesmarias. 1381 07 Chegada ao rio Tejo da esquadra inglesa de Ricardo II, para ajudar na guerra com Castela. 1383 12 06 D. João, Mestre de Avis, apunhala o conde de Andeiro, no Real Paço do Limoeiro. Dias depois é eleito regedor e defensor do Reino. 1384 Peste na Cidade. 1384 04 01 Carta que institui a Casa dos Vinete e Quatro. 1384 05 30 Cerco de Lisboa, D. João I, rei de Castela, fixando as tropas no Monte Olivete. 1389 07 16 Lançamento da primeira pedra do Convento do Carmo, pelo Condestável D. Nuno Álvares Pereira. 1393 11 10 Instituição do Arcebispado de Lisboa pela *Bula Ineminentissimae Dignitatis*, de Bonifácio IX. 1395 D. João I faz arruar os mestres de Lisboa. 1399 08 Cortes de Lisboa, D. João I. Solicita-se dinheiro para continuar a guerra com Castela.

SÉCULO XV

1414-1415 Peste em Lisboa (e Porto), presença de barcos estrangeiros nos portos. 1415 07 25 Partida do Tejo da Armada que conduzirá D. João I à conquista de Ceuta. 1418 Crise cerealífera e consequente fome em Lisboa. 1423 08 15 O Condestável D. Nuno Álvares Pereira professa na Ordem do Carmo, tomando o nome de Frei Nuno de Santa Maria. 1437 08 25 Saída de Lisboa da frota para a conquista de Tânger.

1439 Infante D. Pedro é nomeado regente do Reino, em Lisboa. 1439 Cortes decidem a construção do Palácio dos Estaús, Rossio. 1449 12 Assalto à Judiaria Velha por um grupo de jovens cristãos, saqueando bens e matando alguns judeus. 1452 Edificação da Ermida de Santa Maria de Belém, D. Henrique. 1456 Peste na sequência da fome e da crise cerealífera que se arrastava desde 1452. 1459 Cortes. Crítica à política régia de largas doações à nobreza e, revelação de indícios de recuperação demográfica. 1463 Lançamento da primeira pedra da Ermida de Nossa Senhora da Luz, Carnide. 1470 Fundação do Convento de Santos-o-Novo. 1471 08 15 Partida para Arzila, D. Afonso V. 1476 Cristóvão Colombo chega pela primeira vez a Lisboa, onde permanecerá ao serviço dos parentes de Di Negro e do sócio Centurione, pertencentes à colónia genovesa de Lisboa. 1481 12 12 Partida de Diogo de Azambuja para edificar a Fortaleza de S. Jorge da Mina. 1482 Partida de Diogo Cão em direcção à foz do rio Zaire. 1486 Criação da Casa dos Escravos. 1488 12 Chegada Bartolomeu Dias, após descoberta do Cabo da Boa Esperança. 1488-1489 Surto de peste na Cidade. 1492 05 15 Primeira pedra do Hospital Real de Todos os Santos. 1492 Chegada dos judeus expulsos de Espanha, por Fernando e Isabel de Castela. 1493 Termina o surto de peste que se iniciara em 1490. 1497 07 08 Partida da armada de Vasco da Gama para a viagem de descoberta do caminho marítimo para a Índia. 1497 Conversão forçada dos judeus e expulsão dos restantes. 1498 08 15 Fundação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Sé, rainha D. Leonor. 1499 09 Chegada de Vasco da Gama a Lisboa, após a descoberta do caminho marítimo para a Índia. 1500 Partida de Gaspar Corte Real à Terra Nova. 1500 03 09 Pedro Álvares Cabral deixa Lisboa com destino a Calecut. 1500 08 07 D. Manuel concede novo foral à cidade de Lisboa.

SÉCULO XVI

1500-1510 Construção do Paço Real da Ribeira. 1501 07 Chegada a Lisboa da armada de Pedro Álvares Cabral, após o descobrimento do Brasil. 1502 Início das obras do Convento dos Jerónimos. 1502 Início do funcionamento do Hospital de Todos-os-Santos. 1502 06 06 Representação no Paço da Alcáçova, pela 1ª vez, da peça portuguesa “Auto da Visitação ou Monólogo do Vaqueiro”, de Gil Vicente, para saudar o nascimento do futuro rei D. João III. 1505 Surto de epidemia em Lisboa. 1506 04 19 “Massacre do Rossio”. O Rossio e a Ribeira foram palco de fogueiras, morrendo centenas de cristãos-novos. 1506

05 22 Carta régia retira à capital grande parte dos seus antigos privilégios na sequência do massacre do Rossio. 1508-1511 Torreão do Paço Real da Ribeira. 1509 06 23 Fundação do convento da Madre de Deus, rainha D. Leonor. 1513 Início do loteamento dos terrenos do Bairro Alto. 1514-1521 Construção da Torre de Belém. Arq. Francisco Arruda. 1519 Fundação do Convento da Rosa, na Costa do Castelo. 1523 Construção da Casa dos Bicos. 1527 População de Lisboa: 70 000 habitantes. 1531 Ocorrência de tremores de terra, nos dias 1, 7 e 26 de Janeiro. O último destruiu inúmeros imóveis. 1539 08 27 Restabelecimento e reformulação da Casa dos 24, D. João III. 1539 O Tribunal do Santo Ofício inicia a sua actividade em Lisboa. 1540 04 17 Chegada dos primeiros jesuítas a Lisboa. 1540 09 20 Realização do primeiro Auto-de-Fé, Ribeira de Lisboa. 1551 População de Lisboa: 112 830 habitantes. 1551 Fundação da Ermida dos Fiéis de Deus, Bairro Alto. 1551 01 28 Violento tremor de terra. 1553 10 18 Inauguração do Colégio dos Jesuítas, Convento de Santo Antão-o-Velho. 1556 Reconstrução da Igreja de S. Domingos, após o Terramoto de 1531. 1561 Fundação do Convento de Santana. Praça do Chile. 1566 Início da construção da Igreja de São Roque. 1569 Grande surto de peste na capital e no país. 1570 Fundação do Convento de Santo António dos Capuchos, (Hospital dos Capuchos). 1570 04 Luís de Camões regressa a Lisboa, vindo do Oriente. 1570 Instalação definitiva do Tribunal da Inquisição, no Palácio dos Estaus. 1571 04 04 Damião de Góis é processado pela Inquisição. 1572 09 24 Licença régia concedida a Luís de Camões para que em Lisboa se imprima a obra poética *Os Lusíadas*. 1572 12 12 Carta de D. Sebastião estabelece nova forma de eleição do Senado. Por nomeação régia são designados os vereadores e, pela primeira vez, um presidente, Afonso Brás de Albuquerque. 1573 12 24 Celebração da primeira missa no Convento de S. Bento, à Estrela. 1579 05 11 Colocação da primeira pedra do Convento de Santo Antão-o-Novo (Hospital de São José). 1575 06 13 Início da construção da Igreja de Nossa Senhora da Luz. 1575 Registo de dois violentos tremores de terra em Lisboa, no dia 7 de Junho e 17 de Julho. 1579-1580 Surto de peste na cidade. 1580 06 28 Entrada em Lisboa de D. António Prior do Crato, como rei de Portugal. 1580 08 25 Exército de D. António Prior do Crato, derrotado junto à ponte de Alcântara pelas tropas de Filipe II de Espanha. 1580 06 10 Morre o poeta Luís Vaz de Camões. 1581 No início do ano ainda se morria de peste. 1581 06 29 Chegada a Lisboa de Filipe I de Portugal, Filipe II de Espanha. 1582 08 25 Pri-

meira pedra da Igreja e Convento de São Vicente de Fora, por Filipe I e pelo Cardeal Duque Alberto. 1585 ca Construção do Palácio Corte-Real, ao Paço da Ribeira. 1586 Fundação do Convento das Mónicas, Alfama. 1587 Início da procissão do Senhor dos Passos da Graça. 1588 05 27 Partida da Invencível Armada. 1589 05 30 Cerco da barra de Lisboa pelos ingleses, sob o comando de Francis Drake e do general Norris. Pretende-se colocar D. António no trono português. 1589 Filipe I fecha o porto de Lisboa aos navios ingleses. 1591 04 08 Fundação do Convento do Desterro dos Monges de São Bernardo. 1594 Aula de Risco do Paço da Ribeira. 1594 Filipe I ordena encerrar o porto de Lisboa aos navios holandeses. 1597 07 22 Terramoto, zona de Santa Catarina. 1597 08 07 Grande abalo sísmico, Ribeira de Alcântara. 1598-1603 Surto de peste.

SÉCULO XVII

1604 Construção da Igreja e Convento da Penha de França. Arq. Teodósio Frias. 1607 Chafariz de Neptuno, Rossio. 1609 03 10 Filipe II recomenda ao Senado que realize obras no Paço da Ribeira, para aí se hospedar. 1610 12 30 Carta de louvor de Filipe II ao Senado de Lisboa pelas medidas tomadas para evitar os incêndios. 1613 Conclusão da Ermida das Necessidades. 1614 Publicação de *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto. 1615 07 30 Primeira pedra da Igreja e Convento de Nossa Senhora de Jesus ou das Mercês. 1619 Fundação de um Pátio de comédias intitulado Pátio das Fangas da Farinha. 1619 06 29 Entrada triunfal de Filipe II na Capital, com a chegada ao Terreiro do Paço. 1620 Publicação da obra *Livro das Grandezas de Lisboa* de Frei Nicolau de Oliveira. 1622 Fome no país, aumentando consideravelmente a mortandade na Cidade. 1623 05 Motim em Lisboa contra Castela. 1626 08 21 Suspensão da lei que proibia o uso de coches na cidade, com excepção dos casos de viagem. 1628 Fundação da Academia dos Singulares de Lisboa. 1629 08 27 Inauguração da Igreja do Convento de São Vicente de Fora. 1629 Fundação do Palácio Marqueses de Abrantes, Santos-o-Velho. 1630 Motins antijudaicos. 1630 01 15 Arrombamento do Sacrário e profanação das hóstias sagradas na Igreja de Santa Engrácia. 1635 Fundação da Casa Batalha, Chiado. 1637 Fundação do Convento do Rato. 1640 Construção do Convento de Santo António da Convalença ou da Cruz da Pedra, Estrada de Benfica. 1640 12 Restauração da Independência de Portugal. Aclamação do rei D. João IV. 1641 11 Publicação da *Gazeta em que Se Relatam as Novas todas que Houve Nesta*

Corte, e que vieram de várias partes do mês de Novembro de 1641. Órgão informativo da Restauração. 1642 01 01 Padre António Vieira prega pela primeira vez em Lisboa, Capela Real. 1646 03 25 Decreto que nomeia Nossa Senhora da Conceição Padroeira do Reino. 1646 05 Senado propõe ao rei a compra de material para acudir aos incêndios e funcionários remunerados para o efeito. 1646-1650 Surto de peste em Lisboa. 1647 Fundação da Academia dos Generosos. 1648 Construção do Convento de Corpus Cristi, Largo de São Nicolau. 1648 Fundação do Convento dos Caetanos, Santa Catarina. 1649 08 20 Lei proíbe o uso de capas, rebuços e chapéus com mantos, com excepção das regateiras, quando no local de venda, e às parteiras quando andavam de mula. 1650 Elaboração do primeiro levantamento e planta topográfica de Lisboa pelo arquitecto João Nunes Tinoco. 1652 Publicação da obra *Fundação, antiguidade e grandes da mui insigne cidade de Lisboa* da autoria do capitão Luiz Mousinho de Azevedo. 1652 03 11 Decreto de D. João IV ordena a construção de uma linha de defesa fortificada em volta de Lisboa. 1654 Fundação do Convento das Bernardas, Rua da Esperança. 1655 Conclusão das obras do Convento de Santo Antão-o-Novo. 1660 Edificação do Palácio Azambuja ou de Palhavã. 1661 10 10 Tourada e danças no Terreiro do Paço por ocasião do casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra. 1662 04 23 Saída do Paço da Ribeira de D. Catarina de Bragança, com destino a Inglaterra. 1662-1663, 1665-1666 Surtos de febre tifóide. 1665 05 13 Abertura da rua Nova do Almada. 1671-1672 Fundação do Palácio Fronteira, São Domingos de Benfica. 1676 09 07 Reedificação da Igreja do Loreto, após o incêndio de 1651. 1677 Cortes, D. Pedro. Pragmática anti-sumptuária. Proíbe o uso de fitas de seda. 1677 09 08 Início da construção da Igreja da Boa Hora, Rua Nova do Almada. 1679 Publicação do primeiro volume do *Sermão*, do Padre António Vieira. 1680 08 12 Fundação do Convento de São Pedro de Alcântara. 1681 12 18 Fundação do Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Cardais, Rua do Século. 1682 08 31 Primeira pedra da nova Igreja de Santa Engrácia. Arq. João Antunes. 1682 Primeiro “teatro de ópera” em Lisboa, pelos cantores da comitiva do Duque de Sabóia. 1684-1685 Surto de peste. 1688 05 04 Criação da primeira lotaria oficial, por Carta Régia de D. Pedro II. 1689 10 25 D. Pedro II decreta que as ruas da cidade sejam iluminadas durante a noite. 1690 Construção do Palácio dos Condes de Alvor, (Museu Nacional

de Arte Antiga). 1693 01 20 Chegada de D. Catarina de Bragança, viúva de Carlos II de Inglaterra. 1698 Surto de febre tifóide. 1698 06 15 Início da construção da Igreja da Conceição Nova. 1699 Festejos por ocasião da chegada de 514 quilogramas de ouro, proveniente do Brasil. 1699 Início da construção do Palácio da Bemposta, D. Catarina de Bragança. Arq. João Antunes. 1699 05 13 Nasce Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras. Marquês de Pombal. 1699 10 27 Tremor de terra causa grandes prejuízos.

SÊC XVIII

1708 09 08 Inauguração da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, Chiado. 1709 08 05 Primeira experiência aerostática pelo Padre Bartolomeu de Gusmão, na Casa da Índia (Terreiro do Paço). 1715 Publicação da *Gazeta de Lisboa*. 1718 Planta da cidade, pelo engenheiro Manuel da Maia. 1720 12 08 Criação da Academia Real da História Portuguesa. Decreto. 1721 08 14 Alvará D. João V. Primeira medida régia de salvaguarda do património cultural a fim de impedir perdas que eram “perjuízo tão sensível e tão danoso à reputação e gloria da antiga Lusitânia”. 1732 08 16 Início da construção do Aqueduto das Águas Livres. 1732 Fundação da livraria Bertrand, Chiado. 1733 Funcionamento do Teatro do Bairro Alto, Palácio dos Condes de Soure. 1735 No Porto de Lisboa cerimónia de inscrição da loja maçónica (criada em Lisboa em 1728) no rol da Grande Loja de Londres. 1741 11 30 Incêndio destrói o Convento de São Francisco da Cidade. 1742 Início da construção do Palácio de Nossa Senhora das Necessidades, D. João V. 1745 Início da obra Mãe de Água das Amoreiras. Eng. Carlos Mardel. 1747 07 Touradas, com touros de morte, no Terreiro do Paço. 1748 Edificação do Arco das Amoreiras para comemorar a entrada das águas do Aqueduto em Lisboa. 1755 População de Lisboa: ca 250 000 habitantes. 1755 03 31 Inauguração do Teatro Real da Ópera do Tejo. 1755 11 01 Terramoto ocorrido às 9.40h. da manhã, sábado, Dia de Todos-os-Santos. 1755 12 03 Decreta-se a proibição de edificar fora dos limites antigos da cidade. 1755 12 04 Manuel da Maia, apresenta o seu primeiro plano para a reconstrução da cidade. 1756 Criação da Casa do Risco das Obras Públicas. 1757 Início da edificação da Real barraca da Ajuda. 1757 Criação da Real Fábrica das Sedas, pelo Marquês de Pombal, Rato. 1757 08 11 Conclusão do plano de expansão para a zona ocidental de Lisboa realizado pelos arquitectos Carlos Mardel, Eugénio dos Santos, Elias

Poppe e Carlos Andreis. 1758 Aprovação do Plano de reconstrução da cidade. 1758 09 03 Atentado ao rei D. José I. 1759 05 22 Ordem para terraplanagens da zona das Amoreiras, com vista à construção do Bairro das Águas Livres. 1759 09 03 Expulsão da Companhia de Jesus por carta de D. José I. 1759 01 13 Condenação à pena capital dos réus implicados no processo dos Távoras, relacionado com o atentado a D. José I. 1760 09 03 Primeira pedra da Igreja da Memória, no local do atentado a D. José I. 1761 03 07 Fundação do Real Colégio dos Nobres, à Cotovia. 1764 Início da construção do Passeio Público. 1767 Construção da Igreja de Santo António, à Sé, que substitui o anterior templo destruído pelo Terramoto de 1755. 1769 09 26 Carta Régia cria o Hospital Real de São José, no Convento de Santo Antão. 1769 10 Início da construção da Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, Rua Garrett. 1769 05 10 Incêndio destrói a Igreja Patriarcal. 1771 06 29 Criação, por decreto do Marquês de Pombal, da Fábrica Nacional de Cordoaria. 1774 05 05 Edital que abriga nas Ruas Áurea, Bela da Rainha e Nova da Princesa mesteres e comércio não arruados. 1775 Abertura da Calçada Nova (Calçada do Museu de Artilharia) para dar passagem à zorra que conduzia a Estátua Equestre de D. José para o Terreiro do Paço. 1775 06 06 Inauguração da estátua equestre de D. José I, Terreiro do Paço. 1775-1794 Real Barraca de madeira para residência da família real, situada no Alto da Ajuda. 1777 Fundação da Farmácia Azevedos, no Rossio. 1777 02 27 Levantamentos populares contra o Marquês de Pombal. 1777-1780 Praça de Touros do Salitre. 1778 01 01 Abertura do Café *Botequim das Parras*, Rossio. 1779 10 24 Colocação da primeira pedra da Basílica da Estrela. 1780 10 29 Inauguração da Casa Pia de Lisboa. 1780 12 17 Inauguração da iluminação pública no Rossio, Rua Augusta, Praça dos Leilões, Rua Direita do Arsenal, Praça do Sodré, Ribeira Nova, Praça de São Paulo, Rua Direita dos Remolares e Rua Nova de El-Rei. 1782 Fundação do café *Martinho da Arcada*, Terreiro do Paço. 1784 04 03 Sob a direcção do Padre João Faustino, realizou-se nos jardins do Palácio da Ajuda, a primeira experiência aerostática com um balão de ar quente. Descida em Cacilhas. 1784 Fundação do Café *Tavares*. 1787 Fundação do antigo Café *Nicola*. 1789 Fundação *Caza das Vellas Loreto*, Rua do Loreto. 1790 População de Lisboa: 131 365 habitantes. 38 102 fogos. 29 freguesias. 1793 06 30 Inauguração do Teatro de S. Carlos, Chiado. 1794 08 24 Viagem aerostática, realizada por Vincenzo Lunardi durante quatro horas, com subida no Terreiro do Paço e des-

censão no lugar de Silveiras, perto de Montemor-o-Novo. 1795 11 09 Primeira pedra do Palácio da Ajuda. 1797 05 13 Abertura ao público da Biblioteca Nacional, (Real Biblioteca Pública da Corte e Reino), no Terreiro do Paço. 1798 Descoberta das ruínas do Teatro Romano de Olisipo, Rua de São Mamede. 1798 09 17 Início da primeira carreira de correios Lisboa-Coimbra, serviço de mala-posta.

Século XIX

1801 População de Lisboa: 237 000 habitantes. 1802 Instalação no Chiado da tenda Jerónimo Martins, existente desde 1792. 1802 Constituição da primeira Grande Loja maçónica portuguesa, denominada Grande Oriente Lusitano. 1807 Planta da Cidade pelo engenheiro Duarte Fava. 1807 11 27 Embarque da Família Real e da Corte para o Brasil. 1807 11 30 1ª Invasão Francesa. 1807 12 13 Motins populares na sequência do General Junot ter mandado hastear a bandeira francesa no Castelo de S. Jorge. 1808 Fundação da Companhia de Seguros Bonança. 1809 05 13 Récita de Marcos de Portugal no Real Teatro de S. Carlos. O final da cantata viria a ser Hino Nacional até 1834. 1810 Nos dias 10 e 11 de Setembro, movimento político. Setembrizada, prisão dos afrancesados. 1812 Pastelaria Baltresqui, Largo de Santa Justa, a mais antiga da cidade. 1815 Inauguração do Teatro do Bairro Alto ou de São Roque. 1820 População de Lisboa: 210 000 habitantes. 1820 Café Marrare do Polimento. 1820 09 16 Proclamação de um governo interino em Lisboa, após a vitória da Revolta Liberal. 1820 09 22 Início da publicação do *Jornal Portuguez Constitucional*. 1820 10 Entrada na cidade da Junta Liberal e das tropas liberais provenientes do norte do país. 1820 11 11 Martinhada, movimento político que leva a que o poder seja entregue ao marechal Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda. 1821 01 24 Abertura das primeiras Cortes Constituintes. 1821 07 04 Desembarque de D. João VI e da Família Real no Terreiro do Paço, após permanência de 13 anos no Brasil. 1821 12 31 Criação do Banco de Lisboa. 1822 10 01 Juramento da Constituição por D. João VI. 1833 05 27 Vilafrancada, movimento político liderado por D. Miguel. 1824 04 30 Abrilada, movimento político. 1824 05 13 Na sequência da Abrilada, D. Miguel deixa Portugal a bordo da fragata Pérola. 1825 09 27 Instalação da Escola Régia de Cirurgia no Hospital de São José. 1826 07 31 A Infanta D. Maria jura a Carta Constitucional no Palácio Ajuda. 1827 07 25 Archotadas, movimento político. Populares, oficiais e soldados percorrem ruas da capital à luz de archotes, dando vivas à Carta e a

D. Pedro. 1828 02 26 D. Miguel jura a Carta Constitucional, no Palácio da Ajuda, e assume a Regência. 1828 06 25 Cortes de Lisboa. D. Miguel é reconhecido como legítimo Rei. 1829 Fundação da Confeitaria Nacional. 1831 07 03 Inauguração da Praça de Touros de Santana. 1834 05 28 Extinção das ordens religiosas. 1835 Início da Lotaria Nacional, extinta em 1849. 1835 Fundação da Companhia de Seguros Fidelidade. 1836 Fundação da Fábrica de Cerveja da Trindade (Cervejaria Trindade), antigo Convento. 1836 Incêndio destrói o Palácio dos Estaus. 1836 09 09 Revolução liberal radical em Lisboa, Revolução Setembrista. 1836 11 02 Golpe de Estado, a Belençada, para repor a Carta Constitucional. 1837 Publicação do 1º número de *O Panorama*. 1837 Circulação dos primeiros transportes colectivos, os “Ômnibus”. 1837 01 04 Extinção do Colégio dos Nobres. 1838 04 20 Inauguração do Teatro do Salitre. 1838 06 22 I Exposição Industrial Portuguesa, Convento dos Paulistas. 1840 Inauguração do cemitério dos Prazeres. 1840 Fundação da Livraria Ferin, Rua Nova do Almada. 1840 Fundação do botequim Tendinha, Rossio. 1841 Inauguração do cemitério do Alto de São João. 1842 Fundação do Jardim da Estrela. 1846 Fundação do Café Martinho, Largo D. João da Câmara. 1846 Fundação da Pastelaria Ferrari, Chiado. 1846 04 13 Inauguração do Teatro D. Maria II. 1846 12 26 Criação do Banco de Portugal. 1847 02 08 Entrada em funcionamento do transporte público “o americano”, Santa Apolónia - Belém. 1848 07 30 Início da iluminação a gás nas Ruas da Boa Vista, Alecrim, Portas de Santa Catarina e Rua Nova do Almada. 1851 01 11 Primeira representação da “Revista à Portuguesa” no Teatro do Ginásio. 1853 05 07 Inauguração dos trabalhos para a construção da primeira linha férrea Lisboa - Santarém. 1854 Conclusão do Observatório Meteorológico, Rua da Escola Politécnica. 1854 04 17 Início da construção do edifício dos Banhos de S. Paulo. 1855 09 16 Inauguração da linha Lisboa-Sintra do telégrafo. 1856 10 28 Inauguração da primeira linha de caminho de ferro em Portugal, de Lisboa ao Carregado. 1857 07 01 Início da publicação da revista *Archivo Pittresco*. 1858 02 01 Inauguração do Teatro das Variedades, antigo Teatro do Salitre. 1858 05 16 Início da ligação por mala-posta Lisboa-Gaia. 1861 07 22 Aprovação da planta e início dos trabalhos da Praça do Príncipe Real. 1863 11 19 Violento incêndio no edifício dos Paços do Concelho. 1864 06 07 Conclusão da linha de caminho-de-ferro do Norte, até Gaia, ligando Lisboa - Porto. 1864 12 29 Publicação do jornal *Diário de Notícias*. 1865 Fundação da Casa

Havaneza, Largo do Chiado. 1865 05 01 Inauguração da Estação de Santa Apolónia. 1866 12 01 Inauguração do serviço postal, Lisboa-Badajoz. 1867 10 09 Inauguração do Monumento a Luís de Camões, Praça Camões. 1867 11 30 Inauguração do Teatro da Trindade. 1870 01 31 O Transporte público “Larmanjat”, circula pela primeira vez em Lisboa (deixando de funcionar sete anos depois). 1870 04 29 Inauguração do Monumento a D. Pedro IV, Rossio. 1871 05 22 Início das Conferências do Casino, proibidas um mês depois. 1877 02 02 I Congresso Socialista Português. 1877 07 17 Inauguração do Hospital de D. Estefânia, Paço Real da Bemposta. 1878 Construção do Bairro de Campo de Ourique. 1878 01 01 Publicação do 1º número da revista *O Ocidente*. 1878 10 11 Inauguração do Bairro Camões, Conde Redondo. 1878 10 31 Início da electrificação da cidade. 1879 06 12 Publicação do semanário ilustrado *O António Maria*. 1879 08 24 Início da abertura da Avenida da Liberdade. 1880 10 03 Entrada na cidade das águas do rio Alviela. 1881 01 04 Publicação do 1º número do jornal *O Século*. 1882 Fundação da Farmácia Estácio, Rossio. 1882 05 08 Primeira pedra do monumento ao Marquês de Pombal. 1882 04 26 Inauguração da rede telefónica de Lisboa. 1884 04 19 Funcionamento do elevador do Lavra. 1884 05 04 Abertura da Exposição Agrícola na Tapada da Ajuda. 1884 05 28 Inauguração do Jardim Zoológico no Parque de São Sebastião da Pedreira, Palhavã. 1885 Publicação de “*Elementos para a História do Município*”, de Eduardo Freire de Oliveira. 1885 09 02 Entrada dos primeiros reclusos na Penitenciária de Lisboa. 1885 09 16 Recepção aos exploradores do Continente africano, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens. 1886 04 28 Inauguração da Avenida da Liberdade, ainda por concluir. 1886 04 28 Inauguração do Monumento aos Restauradores. 1890 06 11 Inauguração da linha de caminhos de ferro da Estação do Rossio; estando o edifício ainda por concluir. 1892 08 18 Inauguração da Praça de Touros do Campo Pequeno. 1894 11 20 Abertura dos primeiros Grandes Armazéns do Chiado, Palácio dos Barcelinhos. 1895 Expropriações para a abertura da Avenida Fontes Pereira de Melo. 1896 07 18 Primeira projecção cinematográfica em Lisboa, no Real Coliseu da Rua a Palma. 1898 Instituição do Prémio Municipal de Architectura que viria a ser a base do Prémio Valmor. 1900 População de Lisboa: 351 210 habitantes.

SÉCULO XX

1901 08 31 Inauguração dos transportes colectivos de tracção eléctrica na Cidade. 1903 Início dos tra-

balhos de instalação da linha telefónica Lisboa-Porto. 1903 Inauguração dos trabalhos da Avenida D. Amélia (Avenida Almirante Reis). 1904 Venda de lotes na Avenida Ressano Garcia (Avenida da Liberdade) e ruas adjacentes, no âmbito da aprovação do Plano de Ressano Garcia para as Avenidas Novas. 1904 Inauguração do Bairro Operário Grandella. 1904 02 28 Fundação do Clube Sport Lisboa e Benfica, (Grupo Sport Lisboa). 1905 Inauguração do café A Brasileira, Chiado. 1905 05 23 Inauguração do Museu Nacional dos Coches. 1906 Criação do Liceu Maria Pia, primeiro liceu feminino de Lisboa. 1906 04 19 Inauguração da Escola Médico Cirúrgica, Campo Santana. 1906 04 03 Apresentação dos candidatos republicanos a deputados por Lisboa. 1906 05 08 Realização da 1ª Assembleia Geral do Sporting Clube de Portugal, (Campo Grande Sporting Clube). 1906 08 19 João Franco vence as eleições e inicia o período “ditadura de João Franco”. 1907 Início do serviço de Táxis. 1907 12 08 Inauguração do Animatógrafo do Rossio. 1908 Inauguração do Clube-Restaurante Maxime’s ou Clube dos Restauradores, Palácio Foz. 1908 02 01 Regicídio. Atentado contra a Família Real, no Terreiro do Paço. Morte do rei D. Carlos I e do príncipe D. Luís Filipe. 1908 06 28 Grande comício republicano em Lisboa, para discussão dos adiantamentos à Casa Real. 1909 Realização da primeira experiência de aviação no Hipódromo de Belém. Comandado pelo aviador Armand Zipfel, o biplan efectuou um voo de 180 metros de extensão, a uma altura de oito metros. 1909 02 18 Inauguração do Monumento ao Marechal Saldanha, Praça Duque de Saldanha. 1909 11 08 Inauguração do Liceu Camões. Arq. Ventura Terra. 1910 07 01 Publicação do 1º do jornal *A Capital*, órgão republicano moderado de Lisboa. 1910 10 05 Proclamação da República no edifício dos Paços do Concelho. 1910 11 Comícios e greves na cidade, por várias classes profissionais. 1910 12 01 Inauguração da Bandeira Nacional da I República Portuguesa, segundo o modelo de Columbano Bordalo Pinheiro. 1911 Criação do Museu Nacional de Arte Antiga, Palácio dos Condes de Alvor. 1911 02 11 Inauguração do Hospital de Santa Marta. 1913 10 20 Revolta monárquica na cidade: destruição das redacções dos jornais *O Dia* e *A Nação* e estragos no Museu da Revolução. 1914 01 14 Início de uma greve dos trabalhadores ferroviários contra o governo de Afonso Costa. Outras classes de trabalhadores anunciaram greves de solidariedade com os ferroviários. 1914 11 05 Embarque, em Lisboa, de um batalhão de Marinha com destino a Angola. 1914 12 29 Fim da publicação do Jornal *O Diá-*

rio de Notícias. 1917 07 12 Decreto que declara o estado de sítio em Lisboa e concelhos limítrofes, na sequência das constantes greves e tumultos dos meses anteriores. Vigorou até 28 de Julho. 1917 12 05 Revolta Militar. Iniciada na Rotunda e chefiada por Sidónio Pais, depôs o Presidente Bernardino Machado. 1919 01 22 Revolta dos Monárquicos de Lisboa. Acampam na serra de Monsanto de onde bombardeiam a cidade, intimando, sem resultado, o governo republicano à rendição. 1920 População de Lisboa: 846 644 habitantes. 1920 Fundação do Semanário Ilustrado *O ABC*. 1921 03 06 Criação do Partido Comunista Português, PCP. 1921 10 19 Noite Sangrenta, movimento revolucionário em que foram assassinados chefes políticos e republicanos históricos. 1922 03 22 Início da travessia aérea do Atlântico Sul, Gago Coutinho e Sacadura Cabral. 1924 11 30 Inauguração do Cinema Tivoli. Arq. Raul Lino. 1926 05 28 Golpe Militar liderado por Gomes da Costa. Pôs fim à I República e iniciou uma Ditadura militar, na qual se estruturará o Estado Novo. 1926 06 06 Gomes da Costa entra em Lisboa, à frente de uma imponente parada militar. 1926 06 22 Estabelecimento da censura à imprensa. 1926 08 15 Inauguração da electrificação da linha férrea entre o Cais do Sodré - Cascais. 1928 Primeira ligação telefónica internacional Lisboa - Madrid. 1928 03 25 Óscar Carmona é eleito Presidente da República. 1928 07 20 Revolta militar, em Lisboa, dirigida por Mendes dos Reis contra a ditadura. 1928 08 18 Inauguração da Estação de Comboios do Cais do Sodré. Arq. Pardal Monteiro. 1932 05 31 Inauguração da Maternidade Dr. Alfredo da Costa. Arq. Ventura Terra. 1932 07 02 Inauguração da Estação Sul e Sueste. Arq. Cottinelli Telmo. 1933 04 11 Constituição Política da República Portuguesa. 1933 08 20 Criação da PIDE, Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. 1933 11 07 A Canção de Lisboa, 1º filme sonoro português, estreia-se no Teatro São Luís. 1934 01 18 Primeira tentativa revolucionária, frustrada, de derrube do Estado Novo, organizada pela CGT e pelo PCP. Prisão e deportação de comunistas, políticos anarquistas. 1934 05 13 Inauguração do Monumento ao Marquês de Pombal. 1934 11 01 Decreto da criação do Parque Florestal de Monsanto. 1935 Primeiros edifícios do Instituto Superior Técnico. Arq. Pardal Monteiro. 1935 02 Conclusão do Instituto Nacional de Estatística. Arq. Pardal Monteiro. 1935 08 04 Inauguração da Emissora Nacional, criada em 1933. 1937 04 01 Inauguração do Cinema Éden, Restauradores. Arq. Cassiano Branco. 1938 Projecto da Praça do Areeiro. Arq. Cristino da Silva. 1938 04 10 É oficializada a Rádio Re-

nascença. 1938 10 13 Inauguração da Igreja de Nossa Senhora de Fátima. Arq. Pardal Monteiro. 1940 População de Lisboa: 694 389 habitantes. 1940 Inauguração da estrada Marginal Lisboa - Cascais. 1940 06 23 Inauguração da Exposição do Mundo Português. 1941 Inauguração da Casa da Moeda. Arq. Jorge Segurado. 1941 05 28 Inauguração do Viaduto Duarte Pacheco. 1942 10 15 Inauguração do Aeroporto de Lisboa. 1944 04 09 Início das primeiras carreiras de autocarros na cidade. 1944 05 24 Inauguração da Feira Popular de Lisboa, Parque Palhavã. 1945 03 14 Fundação da TAP. 1945 10 05 Manifestações comemorativas de implantação da República, exige-se o fim do Estado Novo. 1946 01 31 Manifestação do MUD junto ao monumento a Afonso Costa. Exige-se o fim da Ditadura e a instauração em Portugal de um regime democrático. 1946 02 01 Chegada a Lisboa e libertação dos 110 presos políticos, até então na prisão de Tarrafal. 1948 05 28 Inauguração da Fonte Luminosa. Arq's. Rebelo de Andrade (irmãos). 1949 Inauguração do Instituto Português de Oncologia (IPO). Arq. Walter Diestel. 1950 População de Lisboa: 783 226 habitantes. 1950 Inauguração do Cinema São Jorge. Arq. Fernando Silva. 1954 Início do funcionamento do Hospital de Santa Maria. Arq. Walter Diestel. 1956 09 04 Primeira emissão experimental da Rádio Televisão Portuguesa, feira Popular de Lisboa, Palhavã. 1958 05 10 Conferência de imprensa de Humberto Delgado no café Chave d'Ouro. Lançamento da sua candidatura a Presidente da República. 1959 11 25 Inauguração do Hotel Ritz. Arq. Pardal Monteiro. 1959 12 29 Inauguração do Metropolitano de Lisboa. 1960 Inauguração do Monumento Padrão dos Descobrimentos. Arq. Cottinelli Telmo. 1960 População de Lisboa: 802 230 habitantes. 1961 04 13 Tentativa de golpe para depor Salazar. 1961 10 Manifestação e Carta aberta de Amílcar Cabral ao Governo exigindo a solução pacífica do problema da Guiné e Cabo Verde. 1961 11 10 Movimento Político. Desvio de um avião da TAP por membros da oposição dirigidos por Palma Inácio. 1962 03 Crise académica de Lisboa. Estudantes boicotam a cantina universitária o que leva à intervenção da polícia de choque. 1962 05 08 Contestação de milhares de pessoas ao Estado Novo. 1963 05 01 Manifestações comemorativas do Dia do Trabalhador, contra o regime. As forças policiais intervêm violentamente, provocando um morto e vários feridos. 1966 08 06 Inauguração da Ponte sobre o Tejo. 1968 03 19 Detenção pela PIDE de Mário Soares, deportado para S. Tomé. 1969 10 02 Inauguração do museu e edifício da Fundação Calouste Gulbenkian.

Arq's. Alberto Pessoa, Ruy Athouguia e Pedro Cyd. 1969 05 10 Inauguração Biblioteca Nacional de Lisboa. Arq. Pardal Monteiro. 1969 11 17 O governo de liderado por Marcelo Caetano cria a DGS (Direcção-Geral de Segurança). Extinção oficial da PIDE. 1972 09 Inauguração do Hotel Sheraton. Arq. Fernando Silva. 1972 12 30 Ocupação da Capela do Rato, por grupo de católicos progressistas e de não católicos. Aprovação de uma moção que condena a guerra colonial. A polícia intervém detendo cerca de 70 pessoas. 1973 01 06 Início da publicação do semanário *O Expresso*. 1973 10 28 Manifestação exigindo o fim da guerra colonial e o estabelecimento de um regime democrático. 1974 04 25 Revolução do 25 de Abril de 1974. O MFA (Movimento das Forças Armadas) leva a cabo uma operação militar que derruba o regime ditatorial vigente desde 1926. Instauração da democracia. Rendição de Marcelo Caetano e constituição da Junta de Salvação Nacional. 1974 04 No dia 28, chegada a Santa Apolónia dos dirigentes do PS, entre eles Mário Soares. Dois dias depois, Álvaro Cunhal chega a Lisboa vindo do exílio. 1974 No mês de Junho, fundação do Partido Popular Democrático, PPD; no mês seguinte, fundação partido Centro Democrático Social, CDS. 1975 03 11 Tentativa de golpe de Estado por militares afectos ao general Spínola. A sua derrota origina a política de nacionalização, a reforma agrária, a instituição do MFA e o nascimento do Conselho da Revolução. 1975 07 19 Manifestação na Fonte Luminosa. Mário Soares denuncia e rejeita a radicalização da situação política, e exige o afastamento de Vasco Gonçalves. 1975 11 23 Chegada a Lisboa das últimas tropas da guerra colonial, regressadas de Angola. 1976 06 27 Eleições para a Presidência da República, com a vitória de Ramalho Eanes. 1976 07 23 Posse do I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares. 1977 02 12 Último número do jornal *O Século*. 1977 07 23 Estabelecimento de medidas de apoio por parte do governo a cidadãos nacionais vindos das ex-colónias. 1981 População de Lisboa: 807 937 habitantes. 1983 05 07 Inauguração da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura. 1985 06 12 Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE, no Mosteiro dos Jerónimos. 1988 08 25 Grande incêndio na zona do Chiado. 1993 03 21 Abertura do Centro Cultural de Belém. Arq. Vitorio Gregotti e Manuel Salgado. 1994 02 26 Início da *Lisboa 94: Capital, Europeia da Cultura*. 1998 05 22 Abertura da *Expo 98*. 2007 12 13 Assinatura do *Tratado de Lisboa*. IC/IM

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA MAIS UTILIZADA

Obras gerais

Dicionário de História de Lisboa, direcção de Francisco Santana e Eduardo Sucena, Lisboa, Carlos Quintas e Associados, 1994.

FRANÇA, José Augusto - *Lisboa: história física e moral*, Lisboa, Horizonte, 2008.

O livro de Lisboa, coordenação de Irisalva Moita, Lisboa, Expo 98; L 94; Livros Horizonte, 1994.

Capítulo 1

ALARCÃO, Jorge - “Lisboa romana e visigótica”, in *Lisboa subterrânea*, Lisboa, Lisboa Capital Europeia da Cultura 94 / Electra, 1994, p. 58-63.

ALMEIDA, Justino Mendes de - *De Olisipo a Lisboa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.

AMARO, Clementino - “Percurso arqueológico através da Casa dos Bicos”, *De Olisipo a Lisboa: a casa dos Bicos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, p. 11-27.

AMARO, Clementino - *Núcleo arqueológico da Rua dos Correiros*, Lisboa, Fundação Banco Comercial Português, 1995.

FERNANDES, Lúcia - “Teatro romano de Lisboa: os caminhos da descoberta e os percursos da investigação”, *Al-Madan*, 2.ª série, 15, Almada, 2007, p. 28-39.

MURALHA, João.; COSTA, C.; CALADO, Marco - *Intervenções arqueológicas na encosta de Sant’Ana (Martim Moniz, Lisboa)*, *Al-Madan*, 2.ª série, 11, Almada, 2002, p. 245-246.

MURALHA, João.; CALADO, Marco; LEITÃO, Manuela - “Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de S. João da Praça”, *Revista portuguesa de arqueologia*, volume 8, nº 2, Lisboa, 2005, p. 313-334.

PIMENTA, João - *As ânforas romanas do castelo de São Jorge (Lisboa)*, Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia, 41, 2005.

RIBEIRO, José Cardim -- “*Felicitas Iulia Olisipo*. Algumas considerações”, *Al-Madan*, 2.ª série, 3, Almada, 1994, p. 75-95.

SILVA, Rodrigo Banha da - “*Marcas de oleiro*” em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a. C. - séc. II d. C.), Lisboa, dissertação de mestrado, 2005.

Capítulo 2

COELHO, António Borges - *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Caminho, 2008.

LÉVI-PROVENÇAL, A. - *Histoire de L’Espagne Musulmane*, Paris, Maisonneuve et Larousse, III, 1967

OLIVEIRA, Luís Filipe; VIANA, Mário - *A Mouraria de Lisboa no século XV*, Tese de mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. - *Novos ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, [s.d.].

PRADALIÉ, Gérard - *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas Editora [s.d.].

SILVA, A. Vieira - *A cerca maura de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

PICARD, Christophe - *Le Portugal musulman (VIII – XIIIe siècle)*, Paris, Maisonneuve, 2000.

TORRES, Cláudio - “O Garb-al-Andalus”, *História de Portugal - Antes de Portugal*, volume I, direcção e coordenação de José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa, p. 329-384.

ALVES, Adalberto - *Em busca da Lisboa árabe*, Lisboa, CTT Correios de Portugal, 2007.

SIDARUS, A.; REI, António - “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia medieval*, 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 37-72.

Capítulo 3

BARBOSA, Pedro Gomes - *A conquista de Lisboa. 1147: A cidade reconquistada aos mouros*, Lisboa, Tribuna da História, 2004.

BRANCO, Maria João - «A conquista de Lisboa revisitada», *Arqueologia medieval*, 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 217-234.

CAETANO, Marcelo - *A administração municipal de Lisboa durante a 1.ª dinastia: 1179-1383*, 3.ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado, edição de Aires A. Nascimento, Lisboa, Vega, 2001.

Documentos medievais: (1179-1383): Arquivo Municipal de Lisboa. Catálogo, coordenação de Inês Morais Viegas, Miguel Gomes Martins; investigação, textos e índices Miguel Gomes Martins, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2003.

TORRES, Cláudio - «Lisboa muçulmana: um espaço urbano e o seu território», *Arqueologia medieval*, 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 73-77.

Capítulo 4

COELHO, Maria Helena da Cruz - *Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1980.

MORENO, Humberto Baquero - *Um testamento concebido durante a peste negra*, Braga, [s.n.], 1978.

RAU, Virgínia - *Para o estudo da peste negra em Portugal*, Braga, [s.n.], 1963.

SILVA, A. Vieira, *A cerca fernandina de Lisboa*, 2 volumes, 2.ª edição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987.

SILVA, Victor Deodato - *A legislação económica e social consecutiva à peste negra de 1348 e a sua significação no contexto da depressão do fim da Idade Média*, São Paulo, [s.n.], 1976.

Capítulo 5

CAETANO, Marcelo - «O Concelho de Lisboa na crise de 1383-1385», *Anais, Academia Portuguesa da História*, 2.ª série, volume IV, Lisboa, 1953, p. 179-247.

COELHO, António Borges - *A revolução de 1383: tentativa de caracterização*, 5.ª edição, Lisboa, Caminho, 1984.

GARCIA, José Manuel - *História de Portugal: uma visão global*, Lisboa, Editorial Presença, 1.ª edição, 1981.

LOPES, Fernão - *Crónica de D. João I, primeira parte*, apresentação de José Manuel Garcia, Alfragide, Ediclube, 1995.

MARTINS, Miguel Gomes - *A vitória do quarto cavaleiro: o cerco de Lisboa de 1384*, Lisboa, Prefácio, 2006.

SERRÃO, Joel - *O carácter social da revolução de 1383*, 6.ª edição,

Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

VIEGAS, Valentim - *Lisboa, a força da revolução (1383-1385): os documentos comprovam Fernão Lopes*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

Capítulo 6

GARCIA, José Manuel - *Breve História dos Descobrimentos e da Expansão de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1999.

Capítulo 7

CAETANO, Carlos - *A ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa (séculos XV a XVIII)*, Lisboa, Pandora, 2004.

CARITA, Hélder - *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

CASTILHO, Júlio de - *A Ribeira de Lisboa*, 5 volumes, 3.ª edição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1948.

GARCIA, José Manuel - «As iluminuras de 1502 do “livro carmesim” e a iconologia manuelina», *Cadernos do Arquivo Municipal*, 8, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2005 (2006), p. 38-55.

Lisboa Quinhentista: a imagem e a vida da cidade, direcção de Irisalva Moita, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1983.

OLIVEIRA, Frei Nicolau de - *Livro das grandezas de Lisboa*, prefácio de Francisco Santana, Lisboa, Vega, 1991 (1.ª edição, 1620).

SENOS, Nuno - *O Paço da Ribeira*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

SILVA, Augusto Vieira da - *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, 2 volumes, 2.ª edição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1940.

Capítulo 8

BETHENCOURT, Francisco - *História das Inquisições: Portugal, Espanha, Itália*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

História de Portugal, direcção de José Mattoso, volume 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993-1994.

SARAIVA, António José - *Inquisição e cristãos-novos*, Porto, Inova, 1969.

Capítulo 9

BRANDÃO (de Buarcos), João - *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, edição de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

GÓIS, Damião de - *Elogio da cidade de Lisboa*, texto latino e tradução portuguesa, introdução de Ilídio do Amaral; apresentação, edição crítica, tradução e comentário de Aires A. Nascimento, Lisboa, Guimarães Editores, 2002.

HOLANDA, Francisco de - *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*, edição de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de - *Lisboa em 1551: Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa*, edição de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

Capítulo 10

HERCULANO, Alexandre - “Arqueologia Portuguesa: aspecto de Lisboa ao juntar-se e partir a armada para a jornada d’ Alcácer-Quibir”, *O panorama*, Lisboa, 2.ª série, volume 2, nº

93, Lisboa, 1843.

História de Portugal. No alvorecer da modernidade, direcção de José Matoso, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

Capítulo 11

Cartas para duas infantas meninas: Portugal na correspondência de D. Filipe I para as suas filhas (1581-1583), edição, introdução e notas Fernando Bouza Alvarez, apresentação de António Hespanha, Lisboa, Dom Quixote, 1999.

LAVANHA, João Baptista - *Viagem da catholica real magestade del Rey D. Filipe II N. S. ao reino de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez S. magestade*, Madrid, 1622.

Lisboa do século XVII, coordenação José Manuel Garcia, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2008.

SOROMENHO, Miguel - «Classicismo, italianismo e “estilo chão”. O ciclo filipino». In : *História da Arte Portuguesa*, volume 2, direcção de Paulo Pereira, Lisboa, Temas e Debates, 1995. pp. 377 – 403.

Capítulo 12

História da arte portuguesa, volume 3, direcção de Paulo Pereira, Lisboa, Temas e Debates, 1995, p. 42-47.

MATOS, Gastão de Melo de – *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*. Lisboa, Comissão de História Militar, 1941.

MURTEIRA, Maria Helena da Cunha – *Lisboa da Restauração às Luzes: uma análise da evolução urbana*, Lisboa, Universidade Nova – FCSH, 1994.

Capítulo 13

BERGER, Francisco Gentil - *Lisboa e os architectos de D. João V: Manuel da Costa Negreiros no estudo sistemático do barroco joanino na região de Lisboa*, Lisboa, Cosmos, 1994.

GOMES, Paulo Varela - *A cultura architectónica e artística em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa, Caminho, 1988.

Lisboa barroca e o barroco de Lisboa: colóquio de história da arte, organização de Maria João Pereira Coutinho, Lisboa, Horizonte, 2007.

Lisboa no tempo do rei D. João V (1689-1750), coordenação de Simoneta Luz Afonso, Paris, IPM, 1994.

PIMENTEL, António Filipe - “D. João V e a festa devota: do espectáculo da política à política do espectáculo”, in *Arte efémera em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 151-167.

O Portugal de D. João V visto por três forasteiros, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.

QUIETO, Pier Paolo - *D. João V de Portugal: a sua influência na arte italiana do séc. XVIII*, Lisboa, ELO, 1990.

ROSSA, Walter - “O plano joanino para Lisboa e o urbanismo português século XVIII”, in *Lisboa: conhecer, pensar, fazer cidade*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

Triunfo do Barroco, coordenação de José de Monterroso Teixeira, Lisboa, CCB, 1991.

Capítulo 14

A Baixa Pombalina e a sua importância para o património mundial, coordenação de João Mascarenhas Mateus, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2004.

Cartulário pombalino, coordenação de Inês Viegas, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999.

FONSECA, João Duarte - *1755: o Terramoto de Lisboa*, Lisboa, Argumentum, 2005.

FRANÇA, José Augusto - *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Vendas Novas, Bertrand, 1983.

O grande terramoto de Lisboa: ficar diferente, coordenação de Helena Carvalhão Buesco e Gonçalo Cordeiro, Lisboa, Gradiva, 2005.

História e ciência da catástrofe: 250º aniversário do terramoto de 1755, coord. de Maria Fernanda Rollo, et. al., Lisboa, Colibri, 2007.

Lisboa 1758: o plano da Baixa: exposição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2008.

Lisboa e o Marquês de Pombal, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1982.

ROSSA, Walter - *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*, Lisboa, IPPAR, 1998.

SALDANHA, Sandra Costa - *A basílica da Estrela*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos - *A Baixa Pombalina: passado e futuro*, Lisboa, Horizonte, 2000.

Capítulo 15

D. João VI e o seu tempo, coordenação de Ana Maria Rodrigues, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

NEVES, José Acúrsio das - *História geral da invasão dos franceses em Portugal (...)*, volume I, Lisboa, Edições Afrontamento, s.d.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores - *D. João VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

Capítulo 16

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1967-1971.

BARATA, Maria do Rosário e outros, *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

LAINS, Pedro - *A economia portuguesa no século XIX*. IN-CM, Lisboa, 1995.

MACEDO, Jorge Borges de - *O Bloqueio Continental: economia e Guerra Peninsular*, Lisboa, Delfos, 1962.

MARTINS, Guilherme de Oliveira - *Portugal, Instituições e Factos, Comissariado para a Europália 91*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1991.

MATTOSO, José, *História de Portugal: o Liberalismo*, volume 5, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

MIRANDA, Jorge de, *As constituições portuguesas, 1822-1826-1838-1911-1976-*, Lisboa, Livraria Petrony, 1996.

NETO, Victor, *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1998.

OLIVEIRA, P. Miguel de, *História eclesiástica de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994.

SÁ, Victor de, *A crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Seara Nova, 1974.

Capítulo 17

CASTEL BRANCO, Maria Helena - *Os engenheiros em Lisboa: Urbanismo e Arquitectura (1850-1930)*, Lisboa, 1996.

GOMES, Bernardino António - *O esgoto, a limpeza e o abastecimento de águas em Lisboa*, Lisboa, Tipografia da Academia das Ciências, 1871.

LAINS, Pedro - *A economia portuguesa no século XIX*, Lisboa, 1995.

LAINS, Pedro - *A evolução da agricultura e da indústria em Portugal (1850-1910): uma interpretação quantitativa*, Lisboa, 1990.

LISBOA, Maria Helena - *Os engenheiros em Lisboa. Urbanismo e Arquitectura (1850-1930)*, Livros Horizonte, 2002.

REIS, Jaime - *O Banco de Portugal: das origens a 1914*, Lisboa, Banco de Portugal, 1996.

RODRIGUES, Teresa - *Nascer e morrer em Lisboa Oitocentista*, Lisboa, Cosmos, 1995.

SERRÃO, Joel - *Da “Regeneração” à República*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

SERRÃO, Joel; MARTINS, Gabriela - *Da indústria portuguesa: do Antigo Regime ao capitalismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

SILVA, Raquel Henriques da - *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1874-1909*, Lisboa, CML, 1989.

Capítulos 18, 19 e 20

ACCIAIUOLI, Margarida - *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

BAËNA, Miguel Sanches de - *Diário de D. Manuel e estudo sobre o regicídio*, apresentação de António Reis, Lisboa, Alfa, 1990.

FERNANDES, José Manuel - *Arquitectura Modernista em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 1993.

FERREIRA, José Medeiros, coordenação - *Portugal em transe (1974-1985). História de Portugal*, direcção de José Mattoso, volume VIII, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

FERREIRA, Vítor Matias - *A cidade de Lisboa: de capital do império a centro da metrópole*, Lisboa, D. Quixote, 1987.

LISBOA EXPO 98: Exposição Mundial de Lisboa: Arquitectura, Lisboa, Editorial Blau, 1998. [textos português e inglês].

MACHADO, Santos - *A Revolução Portuguesa 1907-1910*, prefácio António Reis. Lisboa, Sextante Editora, 2007.

MARTINS, Maria João - *O paraíso triste: o quotidiano em Lisboa durante a II Grande Guerra*, Lisboa, Vega, 1994.

Portugal da Monarquia para a República, coordenação de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

Portugal e o Estado Novo (1930-1960), coordenação de Fernando Rosas, *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques, volume XII, Lisboa, Editorial Presença, 1992.

ROSAS, Fernando - *Lisboa revolucionária: roteiro dos confrontos armados no século XX*, Lisboa, Tinta-da-China, 2007.

SERRA, João Bonifácio - “Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente”, in *Portugal Contemporâneo*, direcção de António Reis, volume 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 16-19.

